



# Jovens e Saúde

REVELAÇÕES DA PANDEMIA NO BRASIL

2020 - 2022



# Jovens e Saúde

REVELAÇÕES DA PANDEMIA NO BRASIL

---

2020 - 2022

## PARCEIROS



## ORGANIZAÇÃO



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação de Cooperação Social



Ministério da  
Saúde

Catálogo na fonte  
Fundação Oswaldo Cruz  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde  
Biblioteca de Saúde Pública

J86j Jovens e saúde: revelações da pandemia no Brasil 2020-2022 /  
organizado por André Luiz da Silva Sobrinho, Helena  
Wendel Abramo e Marisa de Castro Villi – Rio de Janeiro :  
Fiocruz, 2022.  
390 p. : il. color. ; gráf. ; tab.

ISBN: 978-65-87063-19-5  
Inclui Bibliografia.

1. Pandemias. 2. COVID-19. 3. Juventude. 4. Demografia.  
5. Saúde Mental. 6. Trabalho. 7. Educação. 8. Identidade de Gênero.  
9. Racismo. 10. Direito à Saúde. 11. Política Pública. 12. Território.  
I. Sobrinho, André Luiz da Silva (Org.). II. Abramo, Helena Wendel (Org.).  
III. Villi, Marisa de Castro (Org.). IV Título.

CDD - 23.ed. – 616.2

# Sumário

## 07 **Apresentação**

*Nísia Trindade Lima*

## 09 **Introdução**

Jovens e saúde: revelações da pandemia no Brasil

*André Sobrinho,  
Helena Wendel Abramo e  
Marisa de Castro Villi*

## 15 **Panorama | A pandemia do coronavírus: como os jovens foram afetados**

### 16 A pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus

*Marisa de Castro Villi  
Marcus Barão*

### 25 Juventudes e a pandemia do coronavírus

*Jovens Pesquisadores da Rede  
Conhecimento Social*

### 37 Pandemia e Agenda Jovem Fiocruz: do início ao rejuvenescimento

*Equipe da Agenda Jovem Fiocruz*

### 48 Demografia da covid-19 no Brasil: quando a idade importa

*Raphael Mendonça Guimarães,  
Isadora Vída Mefano e  
Carlos Machado de Freitas*

## 68 **Saúde e autocuidado**

### 69 Pandemia, juventude e saúde mental

*Carolyne Cesar Lima,  
Fernanda Serpeloni,  
Beatriz Schmidt,  
Bernardo Melo e  
Débora da Silva Noal*

### 85 Automutilação e/ou pensamento suicida, ansiedade e depressão entre jovens: efeitos diretos ou indiretos da pandemia

*Joviana Avanci,  
Edinilsa de Souza,  
Liana Pinto e  
Kathie Njaine*

### 103 Juventude e saúde: compreensão de problemas de saúde sob o olhar da juventude, o que a pandemia aponta?

*Bianca Borges Leandro*

## **122 Trabalho, território e educação**

- 123** Juventudes, desengajamento escolar e saúde mental: lições da pandemia para repensar equidade em educação e saúde

*Luciana Sepúlveda Köptcke,  
Alexandro Rodrigues Pinto e  
Maria Regina Araújo Padrão*

- 150** Pandemia, precariedades e condições juvenis periféricas

*Fábio Araújo*

- 167** O impacto da pandemia de covid-19 sobre a juventude da Cidade de Deus

*Jacob Portela e  
Cristiane Martins*

- 184** Jovens na pandemia: muitas dores e o direito de dizer não

*Helena Wendel Abramo*

## **203 Gênero e raça**

- 204** Juventude brasileira: compartilhando questões de saúde, gênero e racismo na pandemia de covid-19

*Daniel Campos e  
Marcos Nascimento*

- 220** Desigualdades de gênero e raça/cor no trabalho e na educação de jovens brasileiros/as na pandemia da covid-19: perspectiva interseccional

*Cristiane Batista Andrade e  
Silvana Maria Bitencourt*

- 240** Emergências e esperanças de jovens não binários na 2ª edição da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*

*Marcelo Rasga Moreira*

## **262 Informação e comunicação**

- 263** Juventudes, desinformação e saúde: diálogos para além da pandemia

*Marcia Rodrigues Lisboa e  
Marcio Calil*

- 278** Juventudes e campanhas de mobilização transpandemia: aprendizados com visões e comportamentos dos jovens para futuros trabalhos de comunicação

*Anderson Ortiz e  
Roberta Matos Nunes*

## **299** Vida pública

**300** O direito à saúde no horizonte de preocupações de jovens brasileiros

*André Sobrinho*

**318** Por uma agenda jovem e participativa: políticas públicas propostas pelos respondentes da 2ª edição da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*

*Marcelo Rasga Moreira*

## **338** Siglas e acrônimos

## **341** Autoras e autores

## **351** Apêndice

**353** Apresentação

**354** Saúde

**362** Trabalho e renda

**371** Educação

**380** Vida pública





# Apresentação

Nísia Trindade Lima

*Presidente da Fiocruz*

**J**ovens e Saúde: revelações da pandemia no Brasil é uma importante contribuição que se integra ao conjunto de ações da Fundação Oswaldo Cruz em cumprir seu papel de instituição de Estado no enfrentamento à pandemia da covid-19 e na compreensão de suas consequências epidemiológicas e sociais para a população brasileira. Coordenada pela plataforma colaborativa *Agenda Jovem Fiocruz*, vinculada à Coordenadoria de Cooperação Social, reúne artigos de pesquisadores da Fundação de diferentes unidades técnico-científicas, além de convidados de outras instituições de pesquisa, para descortinar quais os impactos do período pandêmico na juventude da faixa etária de 15 a 29 anos, sob a lente das áreas do conhecimento das ciências humanas, sociais e da saúde.

O ponto de partida das análises são os dados coletados na segunda edição da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* realizada em 2021 e coordenada pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) com outras instituições da sociedade civil. Por meio de perguntas estruturadas em uma plataforma virtual, esse valioso inquérito coletou respostas de mais de 68 mil jovens brasileiros em uma amostra representativa por região, territórios urbanos e rurais, gênero, faixas etárias e pertencimento étnico-racial.

A partir das *Salas de Situação* sobre o rejuvenescimento da pandemia, realizadas pela *Agenda Jovem Fiocruz*, foi possível o estabelecimento de uma parceria com o Conjuve e a Rede

de Conhecimento Social para acesso aos dados mais completos da referida pesquisa. Com efeito, ao se debruçarem sobre os cruzamentos das variáveis, os autores da publicação abordaram temáticas próprias a diferentes linhas de investigação, tais como gênero, raça, educação, comunicação, trabalho, territórios vulnerabilizados, saúde e autocuidado, saúde mental, participação e ativismos.

A publicação é de amplo acesso ao público e pode servir de subsídio para outros pesquisadores, gestores de políticas públicas, ativistas e lideranças sociais atentos às realidades e necessidades da população jovem. Os resultados das análises revelam a importância de um olhar sobre a condição juvenil contemporânea em conformidade com os marcos legais de políticas públicas de juventude no Brasil, cujas diretrizes estão descritas em dois importantes documentos: o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude.

Em sua estrutura, a Fiocruz tem importantes iniciativas dirigidas à juventude. Seja na pesquisa, em processos educacionais, cooperação social junto aos territórios ou nos serviços, a área da saúde, em conexão com diferentes políticas públicas, tem um papel fundamental na efetivação dos direitos dos jovens.



# Introdução

André Sobrinho

Helena Wendel Abramo

Marisa de Castro Villi

A chegada da pandemia do coronavírus trouxe consigo um conjunto de desafios em todo o mundo. Talvez um dos maiores diga respeito ao próprio desconhecimento em relação aos incontáveis efeitos sobre distintos públicos, em diferentes territórios. Em 2020, quando o alastramento e agravamento da situação sanitária alcançaram também o Brasil, as primeiras análises epidemiológicas apontavam que a população jovem seria aquela menos afetada e com menores riscos de agravo e letalidade. Essa assertiva rapidamente se converteu em práticas e novas rotinas, em que jovens assumiram frequentemente uma posição de cuidado dos mais velhos, colocando-se em risco em nome da proteção dos mais vulneráveis, e tentando seguir suas atividades educacionais e profissionais para garantir seu próprio futuro. Os impactos até então imaginados para as juventudes diziam respeito, principalmente, aos campos da educação, do trabalho, da renda e da saúde mental.

A percepção de que as juventudes não seriam um público vulnerável à infecção do coronavírus alterou-se nos primeiros meses de 2021. No Brasil observou-se um aumento de casos sintomáticos, internações e óbitos em pessoas mais jovens e sem comorbidades. O fenômeno do *rejuvenescimento da pandemia* se deu em um período de surgimento de novas variantes, de saturação da rede hospitalar, ainda sem a consolidação do processo vacinal no país.

Diferentes narrativas passaram a coexistir naquele momento. Dentre elas as que culpabilizavam jovens pela disseminação da covid-19, fosse por estarem indiferentes à situação ou se comportando de forma irresponsável. Na contramão desse discurso, instituições, grupos e estudiosos do campo das juventudes passaram a reunir informações e promover reflexões para encontrar as respostas necessárias para apoiar os jovens, considerando as desigualdades estruturais persistentes no país e a diversidade de realidades vividas por este segmento populacional, muitas vezes privado de condições que lhes permitissem observar os protocolos sanitários.

Surgiram iniciativas para compreender os impactos da pandemia entre as juventudes, não apenas quanto à saúde física e mental como também às suas consequências sociais.

A pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* integra parte desses esforços: iniciativa do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e parceiros, levantou, em 2020 e 2021, a percepção de jovens de diferentes regiões e realidades sociais sobre os efeitos da pandemia em suas vidas. Na segunda edição, a pesquisa escutou 68 mil jovens de todo o país em relação à sua saúde, seu processo educativo, sua vida profissional e econômica, sua visão de futuro e vivência no cenário de instabilidade política. Por sua amplitude de alcance e de abrangência temática, bem como pelo seu ineditismo e velocidade na consolidação de resultados, os dados coletados pela pesquisa (socioeconômicos, demográficos e de respostas dos jovens), abriram inúmeras possibilidades de análises.

Além da publicização dos resultados desta pesquisa, as informações epidemiológicas apresentadas de forma sistemática pelo *Observatório Covid19 da Fundação Oswaldo Cruz* foram traduzindo o alcance do *rejuvenescimento da pandemia* ao longo de 2021. Junto com o levantamento de dados de ou-

tros organismos oficiais, abriu-se o espaço para interlocuções fundamentadas em diferentes fontes, com vistas a ampliar o entendimento acerca da situação juvenil.

Diante desse cenário, emergiu a necessidade de buscar estratégias para orientar ações de proteção para a população jovem. A *Agenda Jovem Fiocruz* buscou desenvolver diálogos com diferentes instituições públicas, de cooperação internacional e da sociedade civil organizada. Partindo do entendimento da importância de articular o conhecimento sob diferentes lentes, as *Salas de Situação* reuniram pesquisadores, ativistas e profissionais, cujas pautas valorizaram a aliança entre as ciências sociais e da saúde no trato de informações diversificadas para compreender os desafios impostos à juventude pela situação sanitária.

*Jovens e Saúde: revelações da pandemia no Brasil* é parte do resultado desses diálogos. Pesquisadores da Fiocruz e de outras instituições científicas foram convidados a lançar um olhar mais detido às informações coletadas pela pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, trazendo interfaces com questões epidemiológicas, sociais, subjetivas, econômicas, políticas e culturais. As análises contribuem para o aprofundamento e a interpretação das percepções e respostas dos jovens sobre a situação e suas respostas à pesquisa, à luz do acúmulo teórico e investigativo de diferentes áreas do conhecimento.

Importante destacar três aspectos que compõem o pano de fundo da publicação. **O primeiro é a premissa do conceito ampliado de saúde.** Isso significa que as diferentes áreas, tais como educação, trabalho e renda, vida pública, em alguma medida, incidem sobre a determinação social da saúde dos jovens, como fica evidente nos enquadramentos teóricos trazidos pelas ricas e diferentes abordagens dos colaboradores que aceitaram o desafio de contribuir para esta publicação.

O segundo é que as reflexões aqui trazidas não se restringem ao período de vigência da pandemia, ao contrário, abrangem o que a experiência da pandemia suscitou de questões fundamentais sobre a saúde das juventudes na contemporaneidade. Dessa forma, não se trata de uma publicação limitada ao contexto pandêmico; antes é uma contribuição para o debate acerca do modo como o campo da saúde e suas institucionalidades podem fortalecer sua atuação junto a um segmento diverso e multifacetado, durante e após a pandemia. Há tempos que se observa a necessidade de promover reflexões sobre medidas de autocuidado e políticas apropriadas para enfrentamento de *problemas de saúde* vocalizados pelos jovens. As discussões sobre os desafios do mundo do trabalho e oportunidades de renda também não são novidade, ainda que a situação de crise sanitária tenha acentuado dificuldades como, por exemplo, a insegurança no trabalho, a informalidade ou a necessidade de complementação de renda. Na educação, há um debate contínuo sobre como conectar mais a escola ao contexto em que estudantes estão inseridos, num mundo crescentemente digital e, ao mesmo tempo, de acessos desiguais – questão amplificada com a adoção do ensino remoto durante as medidas de isolamento social. Esses e outros debates, como os desafios da desinformação, as especificidades vivenciadas pelas diferentes identidades de gênero e de pertencimento étnico-racial, perpassam a agenda das juventudes e compõem as questões que devem ser discutidas e aprofundadas em relação à condição juvenil contemporânea - antes, durante e, certamente, após a pandemia.

O terceiro aspecto é a necessária ampliação do olhar em torno das realidades juvenis em sua diversidade etária. Tradicionalmente, a saúde estabelece um enfoque na adolescência. No entanto, no Brasil existem duas legislações que oferecem diretrizes legais às ações públicas e privadas dirigidas à juventude: o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da

Juventude; esse último alcança a faixa de idade até os 29 anos. Para a elaboração de respostas aos desafios vivenciados pelos jovens, é fundamental olhar para a especificidade de cada etapa dessa trajetória, diferenciando a situação de cada uma das fases de vida, traduzidas em três principais faixas: dos adolescentes entre 15 a 17 anos; dos jovens de 18 a 24 anos; e daqueles com idades entre 25 e 29 anos. O peso populacional de cada uma dessas etapas é desigual: 19% são adolescentes; 47% têm entre 18 e 24 anos; e 34% têm entre 25 e 29 anos (Ibge/Pnad Contínua 2021). E em cada uma delas, é diferente o significado de elementos como educação, trabalho, filhos, configuração familiar, moradia e outros que afetam as trajetórias dos jovens. Portanto, temos um convite a pensar similaridades e diferenças dentro do universo juvenil, convocando o campo da saúde para melhor compreender essas clivagens etárias.

A publicação está dividida em dois blocos. O primeiro deles, *Panorama*, traz um aprofundamento sobre a metodologia da pesquisa e sobre as questões contextuais e epidemiológicas do *rejuvenescimento da pandemia*. Contém uma descrição da constituição dos diálogos propostos pela *Agenda Jovem Fiocruz* frente a esse contexto, bem como a perspectiva do grupo de jovens pesquisadores que contribuiu com a pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*.

O segundo bloco da publicação, *Olhares sobre os dados da pesquisa de opinião Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, agrega as diferentes perspectivas de autores convidados. Com o acesso que tiveram aos dados mais detalhados da pesquisa, foi possível o cruzamento de diferentes variáveis de perfil socio-demográfico em relação ao conjunto de perguntas propostas no questionário virtual respondido pelos 68 mil jovens. A partir desses cruzamentos, os pesquisadores produziram reflexões mais aprofundadas com enfoque em temas ou públicos específicos. As seções temáticas descritas a seguir organizam os arti-

gos em um quadro articulado para melhor localização e leitura. São elas: *Saúde e autocuidado; Trabalho, território e educação; Gênero e raça; Informação e comunicação; Vida pública.*

A divisão em seções temáticas é apenas para destacar o enfoque prioritário dado pelos autores. Entretanto, fica evidente a articulação entre os temas, cujas análises trazem luz aos efeitos diretos e indiretos da pandemia a partir de incômodos e preocupações manifestadas pelos próprios jovens nas suas respostas ao questionário. Assim, por exemplo, fica evidente como a saúde mental não diz respeito apenas a uma ou outra seção; ao invés, intersecciona com as dimensões da educação, do trabalho, da renda, da sociabilidade, da informação (ou desinformação), das preocupações e das perspectivas de futuro dos jovens. Ao final da publicação, está disponibilizado um *Apêndice*, com gráficos e tabelas dos dados gerais da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* para consulta e possíveis novas leituras.

Por fim, sublinhamos que, em conjunto, os artigos publicados reforçam a necessidade de estruturação de políticas articuladas voltadas para as juventudes, que considerem as múltiplas dimensões que incidem sobre as trajetórias, as necessidades e as expectativas dos jovens em sua diversidade. As reflexões aqui reunidas convocam especialmente o campo da saúde para um olhar atento à condição juvenil, enquanto uma área multidisciplinar e de forte viés intersetorial, cuja visibilidade durante a pandemia demonstrou mais uma vez a sua capacidade operativa e política a favor da vida e do bem-estar da população brasileira.

O intuito da publicação não é apenas o de encontrar respostas, mas também promover perguntas, estimular olhares e incentivar a realização de novas pesquisas. Atores diversos posicionados em diferentes instituições públicas e organizações da sociedade civil podem alcançá-la, de modo a subsidiar suas práticas profissionais e/ou de engajamento na garantia e defesa dos direitos das juventudes.



# Panorama

*A pandemia do coronavírus:  
como os jovens foram afetados*





# A pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus

*Marisa de Castro Villi*

*Diretora Executiva da Rede Conhecimento Social*

*Marcus Barão*

*Presidente do Conselho Nacional da Juventude*

**E**m fevereiro de 2020, quando o primeiro caso de covid-19 no Brasil foi detectado, seus efeitos ainda eram em grande parte desconhecidos para médicos, cientistas e para a população em geral. Nesse contexto, o desenvolvimento de pesquisas e a produção de dados atualizados se fez urgente, num esforço coletivo de encontrar caminhos para os diferentes efeitos da pandemia em nossa sociedade.

Para contribuir com a construção de soluções para esse desafio complexo, um grupo de instituições se reuniu para realizar a pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, um processo de escuta e levantamento de percepção de jovens em todo o território nacional. Idealizada por representantes da sociedade civil no Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), a investigação foi correalizada pelas organizações não governamentais *Em Movimento*, *Mapa Educação e Porvir*; a *Rede Conhecimento Social*; *Fundação Roberto Marinho*, *Visão Mundial* e *Unesco*.

A 1ª edição da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* apresentou, em junho de 2020, um conjunto de dados e evidências com base na escuta de 33.688 jovens de todo o país, captando suas visões e experiências sobre a primeira onda da pandemia. Um ano depois, a doença seguiu se alastrando, gerando o que se chamou de segunda onda da pandemia, alcançando trágicos números de infectados e de vítimas fatais em 2021.

O agravamento da situação sanitária trouxe consigo um cenário de graves consequências econômicas e sociais que impactam de forma mais aguda as juventudes no Brasil, tendo em vista o aprofundamento das desigualdades sociais, os efeitos do contexto sobre a saúde mental, a segurança alimentar, o processo educativo, a vida profissional e econômica de jovens, além da instabilidade política no país. No mesmo período, iniciou-se o processo de vacinação da população mundial e com inúmeros embates em relação à adesão, à distribuição de imunizantes e outros enfrentamentos de ordem política; foi também anunciado o adiamento do censo demográfico, o que tornou ainda mais urgente a produção de dados atualizados, para permitir análises contextualizadas para apoiar a formulação e implementação de respostas concretas aos desafios impostos pela pandemia do coronavírus.

Nesse cenário, foi realizada a 2ª edição da pesquisa, que escutou 68.114 jovens em todos os estados brasileiros e teve seus resultados lançados em junho de 2021.

## Objetivos e metodologia

Eram objetivos centrais da iniciativa: (a) produzir novas evidências a partir da percepção de jovens de diferentes regiões e realidades sociais sobre os efeitos da pandemia em suas vidas e na sociedade, para subsidiar políticas e programas para as

juventudes; (b) fortalecer e consolidar um processo de articulação com as juventudes e criação de mecanismos para ampliar a voz de jovens e seus anseios; (c) pautar e influenciar o debate público e a ação de tomadores de decisão, públicos ou privados, por meio de um processo de diálogo e articulação social.

Assim, considerando a perspectiva de produção de evidências, a investigação procurou responder às seguintes perguntas norteadoras:

- Depois de um ano do início da pandemia, quais efeitos podem ser observados sobre a vida de jovens no Brasil e quais são as perspectivas de futuro para políticas e projetos para as juventudes?
- Quais são os impactos na saúde física e mental de jovens e quais são suas expectativas para o futuro no campo da saúde?
- Quais as condições de trabalho e renda das juventudes nesse cenário, quais alternativas têm sido possíveis e são desejáveis para estruturação da vida profissional?
- Quais os efeitos e perspectivas para a continuidade dos estudos e chances de aprendizado?
- Como as juventudes sentem e projetam a dimensão política em suas vidas, diante desse contexto?

A intencionalidade de promover articulações com as juventudes e com tomadores de decisão motivou as escolhas metodológicas da pesquisa, que foi conduzida por meio de um processo participativo em múltiplas camadas. A primeira delas diz respeito ao comitê técnico da pesquisa, composto por profissionais das instituições correalizadoras da pesquisa, e que foram

responsáveis por acompanhar todo o processo de investigação, desde a definição do escopo até a disseminação de resultados.

A segunda camada de participação no processo da pesquisa diz respeito ao grupo de jovens pesquisadores que, por meio da metodologia de *PerguntAção, da Rede Conhecimento Social*, passou por um processo formativo prático para construção coletiva de todas as etapas dessa produção de conhecimento: a definição das perguntas norteadoras, a concepção do questionário, a mobilização para a coleta de respostas, a análise dos resultados e a disseminação de resultados para comunicação e *advocacy*. O grupo, composto por 10 jovens bolsistas, passou por 50 horas de formação, realizadas por meio de oficinas conduzidas em plataforma *online*, entre os meses de fevereiro e agosto de 2021. Representando diferentes realidades das juventudes no país, esses jovens pesquisadores, que já tinham contribuído com a 1ª edição da pesquisa, tinham entre 18 e 27 anos de idade e agregaram ao processo as perspectivas da diversidade de experiências de quem vivenciou a pandemia dentro ou fora da escola ou universidade, próximo ou distante de sua família de origem, em cidades de pequeno, médio ou grande porte, nos estados do Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, São Paulo e Santa Catarina.

A terceira camada a dialogar com o objetivo da articulação diz respeito à dinâmica de coleta de dados, pelo método *bola de neve*, que é “uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência” (Vinuto, 2014, p. 203) e que, apesar de não permitir determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, permite acessar grupos difíceis de serem alcançados, como por exemplo, jovens de diferentes perfis em um contexto de isolamento ou distanciamento social durante a pandemia. A amostragem *bola de neve* consiste na divulgação do processo de coleta de dados entre informan-

tes-chave que estão articulados com o perfil procurado pela pesquisa. Esses informantes-chave indicam novos contatos dentro do perfil dentro de suas redes e promovem a ampliação do alcance; esses novos contatos indicam outro mais e assim sucessivamente até que se encerre a coleta.

Na pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, diante da urgência do tema e das limitações impostas pelo contexto de distanciamento social, essa escolha metodológica, dados seus limites e potencialidades, mostrou sua força ao alcançar o expressivo número de 68 mil jovens em todos os estados brasileiros. Para tanto, as instituições parceiras desta iniciativa e o grupo de jovens pesquisadores convidaram outras organizações da sociedade civil, coletivos juvenis, secretarias estaduais e municipais de juventudes, educação e assistência social como informantes-chave e disseminadoras do questionário, incentivando outras redes e jovens a participarem dessa escuta, que se deu por adesão voluntária.

Essa técnica de amostragem, ainda que não permita a produção de amostra representativa e aleatória, e que, portanto, não permite cálculo de margem de erro ou de intervalo de confiança, tem como qualidade a criação de diversas conexões ao longo do processo de coleta, permitindo diversificação de perfis alcançados e aproximação a segmentos específicos populacionais (tais como jovens aprendizes, jovens de gênero não binário, entre outros), com ampla cobertura territorial e abrangência temática.

O questionário da 2ª edição da pesquisa foi hospedado na plataforma online *Survey Monkey*, e ficou aberto para coleta de respostas entre os dias 22 de março e 16 de abril de 2021. Durante esse período, foi realizado monitoramento diário de respostas, referenciado pela distribuição populacional de jovens para região, faixa etária, gênero e cor/raça de acordo com a Pnad Contínua 2020 (IBGE), para buscar informantes-chave

que pudessem ampliar as respostas de determinados perfis sub-representados na amostra parcial.

Os dados coletados apresentam uma variação no número de respostas por pergunta do questionário, o que se dá pelo fato de que os jovens participantes foram submetidos a um conjunto de 77 perguntas divididas em cinco blocos temáticos – a saber: perfil sociodemográfico; saúde; educação; trabalho e renda; e vida pública. Ainda assim, os dados publicados da pesquisa (Conjuve et al., 2021) tomaram por base o total de respondentes de cada questão, considerando as respostas de jovens que, por múltiplos motivos, não puderam completar o questionário.

Distorções amostrais de distribuição etária e territorial foram corrigidas a partir de ponderação a posteriori, considerando a distribuição de jovens brasileiros de 15 a 29 anos em termos de Unidades da Federação e faixas de idade (15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos), utilizando como referência os mesmos dados da Pnad Contínua 2020 (IBGE) que referenciaram a coleta “bola de neve”.

## O perfil dos jovens respondentes

Os 68.114 jovens que se engajaram para responder o questionário têm, como esperado, devido à técnica de amostragem, um perfil de conexão direta ou indireta com instituições educacionais e/ou que atuam com as juventudes; dispõem de modos de conexão para estar online (por recursos próprios ou não); têm suficiente domínio de leitura para interagir com o questionário de forma autônoma; além de terem tempo disponível e estímulo para contribuírem com a pesquisa.

Considerando a ponderação da base de dados, a amostra da pesquisa está distribuída de forma representativa entre as regiões do país: 10% residem na região Norte, 8% na Centro-Oeste, 30% na Nordeste, 39% na Sudeste e 13% na Sul. São também

distribuídos de forma representativa entre as faixas etárias: 21% têm entre 15 e 17 anos, 48% têm entre 18 e 24 anos e 31% têm entre 25 e 29 anos.

Em termos de gênero, a adesão à pesquisa foi maior entre mulheres (66% das respostas) do que homens (33%); mas há uma parcela significativa de jovens que se declaram como não binários (1%, o que corresponde a mais de 6 mil respondentes), permitindo análises dirigidas a esse segmento populacional.

Em relação à distribuição da amostra por cor/raça, seguindo os critérios do IBGE, há uma proporção maior de jovens que se declaram brancos (46%) e pretos (12%) do que em relação ao registrado em fontes oficiais. Ao todo, 52% dos jovens respondentes são negros (40% pardos e 12% pretos), 1% indígenas e 1% amarelos.

Esses jovens seguem a distribuição populacional quanto à área de moradia, já que são majoritariamente moradores de áreas urbanas (88%), mas aqueles de zona rural estão bem representados (12%). Os jovens de capitais representam 30% da amostra, os de regiões metropolitanas são 26% e de municípios do interior são 44%.

Tendo em vista as características de domicílio, 82% moram em ruas asfaltadas ou pavimentadas, enquanto 18% residem em ruas de terra ou cascalho. E 86% deles estão em domicílios ligados à rede geral de distribuição de água, 11% utilizam poço ou nascente como fonte de água e 3% recorrem a outros meios, com menos acesso a soluções sanitárias.

Em termos de ocupação, quando comparada às estatísticas oficiais para a faixa de 15 a 29 anos, há uma proporção maior de jovens que trabalham e estudam (25%) ou só estudam (37%). Os jovens que trabalham e não estudam são 22% dos respondentes e aqueles que não estudam e não trabalham são

16%, sendo que essa parcela está composta por 13% que estão buscando trabalho e apenas 3% que não estão em busca de uma colocação profissional.

A maior parte dos respondentes já frequentou ou participa de organizações, coletivos, movimentos ou instâncias políticas (70%). Essa alta proporção deriva das redes em que o questionário foi divulgado por meio da dinâmica de bola de neve. Esses jovens participam de: grupos religiosos (27%), organizações sociais ou não governamentais (16%), coletivos ou grupos juvenis (15%), movimentos (9%), conselhos de participação social (5%), partidos políticos (4%). Dos participantes da pesquisa 30% não frequentavam nenhum desses grupos ou instituições.

Nessa amostra, o acesso à internet é praticamente universal (99%) e o acesso a equipamentos tecnológicos é elevado, mas uma parcela significativa precisa compartilhar o dispositivo com outras pessoas: 99% têm celular em casa, mas 10% deles precisam dividir o equipamento com alguém; 94% têm TV e 77% deles dividem; 72% têm computador ou notebook e 31% destes dividem; 22% têm videogame e 14% deles dividem; 14% têm tablet e 6% destes dividem com alguém dentro de casa.

É sobre essas mais de 68 mil vozes de jovens consultados na 2ª edição da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus que os autores e autoras que compõem esta publicação se debruçaram. As análises apresentadas nas próximas páginas fazem leituras e aprofundamentos sobre as percepções dessas juventudes em relação às áreas da saúde, trabalho e renda, educação e vida pública no contexto da pandemia. As opiniões eventualmente expressas nos artigos não configuram posicionamento institucional das organizações parceiras da iniciativa.

Os dados completos da pesquisa podem ser consultados no Apêndice desta publicação.

## Referências

CONJUVE, Fundação Roberto Marinho, Rede Conhecimento Social *et al.* *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus – 2ª edição.* (2021). Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/>

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas* 22.44 (2014): 203-220.



# Juventudes e a pandemia do coronavírus

Coletivo dos Jovens Pesquisadores  
da Rede Conhecimento Social

## 1 | Participação social das juventudes no Brasil

**S**egundo o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013)<sup>1</sup>, é direito da juventude exercer a cidadania, a participação política e a representação juvenil. Mas, apesar desse instrumento ser o principal marco legal dos nossos direitos, a nossa participação tem se dado desde muito antes de 2013. Na história, jovens se fazem presentes em movimentos caracterizados pela manutenção da democracia e da liberdade, como na década de 1980, em que foi possível ver a juventude se levantar contra o regime militar da época, participando com outros movimentos à frente do movimento “Diretas Já”. Deste momento até a mobilização nacional dos secundaristas<sup>2</sup>, os jovens sempre têm lutado por seus direitos.

Esse paradigma de que “os jovens não se preocupam” com as questões que os rodeiam banalizam nossas perspectivas e nos colocam no rol do silenciamento, quando na verdade temos muito a dizer. Assim, afirma Abramo (1997, p. 27):

“[...] parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano de sua tematização como das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade em considerar efetivamente os jovens como sujeitos.”

---

<sup>1</sup> Instituído pela Lei nº 12.852/2013, de 5 de agosto de 2013.

<sup>2</sup> Movimento de ocupação em escolas visando a melhora da qualidade da educação em 2015.

Esse silenciamento se torna ainda mais problemático frente à complexidade das juventudes do país. Nossas demandas são diversas e carregam necessidades específicas para cada região, tendo em vista que para uma nação com dimensão continental e tão rica em culturas como o Brasil, não haveria possibilidade de igualar essas vivências em apenas uma discussão. Mesmo distintos, jovens se unem pelo elo social e pela busca de alternativas que façam sentido a todos nós e que permitam que sejamos escutados e incluídos nas discussões que dizem respeito ao nosso presente e futuro.

No entanto, escutar e inserir jovens em processos de participação é tema de extrema divergência em diferentes gerações e espaços. A teoria da escada da participação de jovens de Hart (1992, p. 5) surge nesse contexto, pois o autor entende que a participação é um processo de compartilhamento de decisões que afetam a vida de uma pessoa e da comunidade em que vive, sendo o meio pelo qual a democracia é construída. Hart descreve diferentes níveis de participação: a não participação, constituída pelas etapas de manipulação, decoração e *tokenismo*<sup>3</sup>; e a participação propriamente dita, constituída pelas etapas de delegação com informação, consulta e informação, iniciativa adulta com partilha de decisões com o público final e, no topo da escada, processo iniciado e dirigido pelo próprio público final (seja jovens, crianças, moradores de algum território etc.). Para o autor, é ingenuidade acreditar que somente promover espaços participativos é suficiente, pois servem como garantia de que a juventude compartilhe dos processos de tomada de decisão que aí se dão.

Ainda que muitos avanços possam ser observados nos marcos legais e mesmo nos processos de participação social, a garantia dos direitos das juventudes ainda é uma questão muito frágil. Segundo UNICEF (2018), 61% das crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza, 49,7% deles com privações múltiplas.

---

<sup>3</sup> Segundo Hart (1992, p. 9), *tokenismo se refere aos casos em que a criança ou adolescente aparentemente têm voz, mas na verdade têm pouca ou nenhuma escolha sobre o assunto ou forma de comunicá-lo, e pouca ou nenhuma oportunidade de formular suas próprias opiniões.*

tiplas de direitos. Existem 13,9 mil crianças e adolescentes que não possuem acesso à educação, informação, proteção contra o trabalho infantil, moradia, água e saneamento – isso antes dos agravos causados pela pandemia de covid-19. Dados como esses só tornam mais evidente a necessidade de atenção e esforço para construirmos cada vez mais espaços de participação das juventudes, especialmente as menos favorecidas, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois, como afirma Hart (1996), é por meio da interação com outras crianças e adolescentes que se aprende a lutar contra a discriminação e repressão, concretizando direitos democráticos fundamentais.

Contrariando o silenciamento delegado a nós, as juventudes demonstram de diferentes formas seu desejo em participar politicamente da nossa sociedade, cujas formas vão além daqueles tradicionais presentes nas instituições. São exemplos disso as atuações de jovens lideranças como Greta Thunberg, Vanessa Nakate, Lauren Conrad, Emma Watson e Micaele Vitória, que além de tudo também defendem a pauta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ou uso das redes sociais onde jovens se apoiam mutuamente, compartilham informações, fazem denúncias, se manifestam e se engajam em campanhas. Para a participação social, as fontes digitais de informação e comunicação ganham ainda mais destaque. A pesquisa Juventudes e Conexões (FUNDAÇÃO TELEFONICA VIVO, 2019) afirma que, mesmo antes do período pandêmico, as redes sociais digitais foram ferramentas prioritárias de informação e um dos principais meios para jovens expressarem suas opiniões e direitos como cidadãos. Já no contexto do isolamento social, a internet se torna um dos principais meios para participação, sendo grande aliada na comunicação, nos estudos e até mesmo como espaço para reivindicação de nossos direitos.

Essa é uma conjuntura em que nós, jovens, entendemos, escutamos e refletimos sobre as situações derivadas da pandemia.

Somos motivados pela empatia com nossos colegas, porque somos capazes de nos colocar no lugar do outro, quando realmente não vivemos a mesma situação, e pela inconformidade com as desigualdades e problemas agravados. Como consequência, agimos como podemos, com militância de internet, em nossas bolhas virtuais, e com ativismos isolados em nossas redes sociais, na maioria das vezes.

Ao observar a atualidade, percebemos que as expectativas dos jovens dizem muito sobre a sociedade à qual pertencemos, pois essa não é feita somente de objetos, indivíduos e suas problemáticas, mas sim de um laço de linguagens, culturas, sentimentos, histórias e interpretações. Essas relações fazem parte dos ciclos que as juventudes perpassam e a partir daí nascem as indagações e desejos de saber e pesquisar sobre sua própria realidade. As juventudes nunca estiveram paradas, e no período correspondente à pandemia, houve a procura por novas formas de participar e de se fazer ouvir, tais como a produção de pesquisas e de dados sobre suas próprias realidades.

## 2 | Pesquisas participativas: ferramenta para participação das juventudes

Como Hart (1996) afirma, o processo participativo consiste no envolvimento dos participantes no desenho dos projetos e na tomada de decisão. Para que exista esse envolvimento é necessário que haja análise e reflexão, que podem ser traduzidas como a ação de pesquisar. A metodologia de PerguntAção surge como uma alternativa à pesquisa convencional, ajudando as pessoas envolvidas no processo a aprender como conduzir suas próprias pesquisas (HART, 1996, p. 15).

No processo de realização desta pesquisa participativa, os participantes não apenas transformam algumas condições relacionadas a um problema prático em suas vidas, mas também se educam sobre sua

situação geral, capacitando-se de maneira mais geral para uma ação futura. (HART, 1996, p. 16, tradução nossa<sup>4</sup>).

A produção de dados e de evidências tem se tornado insumo principal para processos de tomada de decisão em instituições públicas e privadas. Mas, assim como a própria decisão, a produção de pesquisas possui vieses e é concebida a partir de escolhas, podendo resultar em processos que pouco traduzem a realidade do objeto estudado. Isso mostra a relevância de promover processos de pesquisa que incorporem a população, para melhor alinhar a produção de evidências à gestão.

O Conselho Nacional de Juventudes (Conjuve), em parceria com instituições públicas e privadas, convidou jovens de diversos estados do Brasil para participar da elaboração de uma pesquisa com o intuito de entender como a juventude estava lidando com a pandemia. Foram meses de encontros virtuais abordando temáticas relacionadas à saúde, ao futuro, à educação e ao trabalho. A construção de uma pesquisa como a *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* (1ª e 2ª edição), forjada com e para jovens, permitiu que pudéssemos nos posicionar quanto ao presente e futuro perante a pandemia.

A metodologia PerguntaAção, da Rede Conhecimento Social, permitiu que nós, jovens com diferentes vivências e saberes, fôssemos protagonistas do processo em todas as fases de sua construção, aproximando-nos do universo da pesquisa, desde a formulação de perguntas norteadoras, hipóteses até a análise de resultados. Além disso, toda a metodologia contribuiu, por meio da reflexão e da prática, para a nossa formação política e para o fortalecimento da nossa atuação. Em um contexto marcado pelo isolamento e esfriamento das relações, os encontros virtuais desenvolveram um senso de comunidade e pertencimento entre jovens de vários lugares do país, contribuindo para a construção social de todos nós.

---

<sup>4</sup> "Through the process of carrying out this participatory research the participants not only transform some conditions related to a practical problem in their lives, but they also educate themselves about their general situation, thereby empowering themselves more generally for future action" (HART, 1996, p. 16)

A pesquisa que concebemos nesses encontros ouviu, aproximadamente, 68 mil jovens de todo o Brasil, que reconhecem e vivenciam diariamente desafios, concretizados pela falta de políticas públicas voltadas para nós. Como defende Freire (1997), ter voz é ser presença crítica na história. Assim, se uma pesquisa é ponte para expor a voz de jovens ao mundo, em toda a sua grande diversidade, ela abre espaço para que as juventudes se façam aí presentes. Trata-se de experiência, onde vozes constantemente silenciadas e esquecidas, ultrapassam a condição de objeto, para tornarem-se o sujeito da história.

Iniciativas como aquelas promovidas pela Rede Conhecimento Social na construção de pesquisas participativas, alinham a produção de dados às perspectivas e necessidades das populações pesquisadas, gerando informações valiosas para influenciar a tomada de decisão das instituições públicas e privadas. Assim, a produção de dados e evidências pela população se torna recurso essencial para o empoderamento e influência no processo de decisão, assim como eliminam barreiras que a falta de informação pode gerar.

O incentivo principal para jovens pesquisarem sobre juventudes é produzir informações que comuniquem o que desejamos como mudança, transformando esses conhecimentos em amplificadores para nossas vozes, pois é através das pesquisas que conhecemos as situações que permeiam nossa existência. Paulo Freire faz apontamentos valorosos sobre a pesquisa em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1998), que ganham sentido amplo quando aplicada sob o ponto de vista das juventudes interessadas em pesquisar sua própria temática:

[...] Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. Logo, os anseios da juventude são maiores do que somente o mero desejo de saber, os jovens desejam mudança e se sentem acolhidos quando a escuta é dinâmica. (FREIRE, 1998, p. 32)

Como expõe Freire, o conceito de cidadania vem casado com o de participação, de ingerência nos destinos históricos e sociais do contexto em que o indivíduo está. Usar de alternativas que permitam a inclusão de jovens não só como emissores de inquietações e aspirações, mas também como formuladores dos espaços de escuta, torna esse processo inclusivo e permite o engajamento de jovens falando para juventudes, fazendo da adesão à pesquisa um espaço aberto para a expressão das demandas.

### 3 | Participação das juventudes durante a pandemia do coronavírus

A crise sanitária ocasionada pelo coronavírus nos trouxe a uma realidade profundamente desafiadora, evidenciando ainda mais as desigualdades sociais<sup>5</sup> que perduram por séculos em nossa sociedade e colocando nosso sistema econômico em cheque. Foram intensificados problemas estruturais, como o desemprego, a informalidade, a falta de acesso aos serviços públicos de saúde, de educação e assistência social e, diante destes problemas, fica clara a fragilidade da população jovem do país.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, a PNAD Contínua, realizada no primeiro trimestre de 2021 (IBGE, 2021), por exemplo, mostram que o desemprego, que afeta quase 15% dos brasileiros, é maior entre os cidadãos de 14 a 17 anos (46,3%) e de 18 a 24 anos (31%). Além disso, outros dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2019) revelaram que, aproximadamente, 11 milhões de jovens com idades entre 15 e 29 anos estão nem trabalhando e nem estudando ou se qualificando, representando 23% da população nessa faixa etária. Ao contrário do termo pejorativo atrelado à expressão "nem-nem", esses jovens não se encontram nessa condição por vontade própria, mas pela falta de políticas públicas que atendam e combatam as barreiras que

---

<sup>5</sup> *Pandemia encontrou Brasil despreparado e deve agravar desigualdade social, afirma ONU.*  
Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/29/pandemia-encontrou-brasil-despreparado-e-deve-agravar-desigualdades-sociais-afirma-onu.ghtml>

Acesso em: 24 out. 2021.

impedem a entrada e permanência dessa faixa etária nos estudos e no mercado de trabalho.

Vivemos um momento de grande aflição, em que a união de diferentes setores é fundamental para que se superem os desafios impostos pela pandemia. Mas, também urge o combate aos elementos que nos trouxeram a essa realidade. Exclamar o que parece óbvio para quem está inserido nas discussões deve ser prioridade: a pandemia é apenas um sintoma de uma problemática ainda mais complexa, e que por muito tempo desenvolve-se no seio de nosso sistema socioeconômico. Os impactos negativos provocados pela má gestão da pandemia também fizeram com que jovens, como nós, questionassem ainda mais sobre seu espaço em um Brasil que não valoriza as juventudes, que rebaixa suas problemáticas à inexistência e que, infelizmente, não assegura seu futuro. Essa desvalorização já está expressa na música de Charlie Brown Jr., que nos anos 2000 já levantou o principal problema enfrentado por nós: "O jovem no Brasil nunca é levado a sério."

Diante desse contexto, apesar de todas as barreiras, jovens buscaram se engajar política e socialmente, aumentando o interesse por temas sociais e outros temas menos discutidos, como a pauta da saúde. Antes da pandemia, 59% sentiam que não estavam sendo representados pela política e por causas sociais (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, 2019), mas vimos na pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* que 88% acreditam que jovens, em alguma medida, participarão mais da política devido à pandemia. Indica também que cerca de 40% estarão mais atentos aos territórios onde vivem e buscando contribuir ativamente para a melhoria das comunidades. Além disso, políticas de preservação ambiental aparecem como uma das prioridades indicadas quando a pesquisa questiona os jovens sobre quais temas o Estado deveria olhar para a recuperação do país no pós-pandemia (CONJUVE, 2021).

É notável que a pandemia venha influenciando não só a forma dos jovens atuarem na sociedade e verem a política com nitidez, mas também de se tornarem agentes de transformação, desenvolvendo a capacidade crítica e resolução de desafios, entendimentos sobre a realidade e as problemáticas que os cercam. Mesmo durante o período pandêmico, vimos que jovens têm buscado cada vez mais formas de participação social. Esse processo, ademais, é importante para o crescimento e amadurecimento político desse segmento:

Além disso, o aumento dos espaços de participação da juventude vem contribuindo para a formação de um campo complexo e qualificado de jovens gestores de políticas de juventude, com atuação destacada em projetos e programas governamentais e não governamentais, sendo uma importante forma de experimentação e aprendizagem para a vida adulta. (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2014, p. 99)

Apesar do crescente engajamento das juventudes, a transição brusca acarretada pelo distanciamento social nos colocou em um formato de vida que não permitia a construção de mudança da forma mais comum: presencialmente. Na realidade de jovens ativistas (fazedores de história, como define Paulo Freire), essa vivência ainda trouxe uma sensação gigantesca de “mãos atadas”, de impotência e de inclinação à aceitação do fatalismo.

Nesse contexto, encontramos força na nossa voz e podemos compreender a potência de nossas causas. As demandas já existentes não só não foram solucionadas como se agravaram; e encontramos na pesquisa um canal de escuta humanizada e uma forma de expressar o desejo por mudança.

As dificuldades impostas em nossa realidade precisam ser observadas com esperança e nossos ideais deverão nortear as ações de reconstrução que veremos. O encerramento desta crise não será visto antes do combate às desigualdades e agressões ambientais, esta última cada vez mais associada

ao aceleramento da crise social. É inaceitável para nós que o objetivo dos estados seja voltar “ao normal”, uma vez que nosso sistema socioeconômico precisa de profundas mudanças para que todos tenham direito de futuro e justiça.

#### 4 | Ampliação dos espaços de escuta e propostas de solução

A crise climática, que é também a do desmatamento, da saúde pública, da formação econômica e social brasileira e do conservadorismo, há muito deveria ter sido combatida, mas pouco se fez. É preciso proclamar a verdade sem pudor: ignorar o Artigo 125 da Constituição Federal ou os arranjos internacionais crescentes para a mitigação da emergência climática condena o povo brasileiro a um futuro de injustiças, frustração e incertezas; especialmente para as juventudes no futuro.

Por mais desafiador que pareça ser, é necessário priorizar também o diálogo com aqueles que negam essa crise, ou até mesmo contribuem com ela. O Estatuto da Juventude reafirma esse direito no Artigo 34, da Seção X:

“O jovem tem direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações” (BRASIL, 2013, p.32).

Defender nossa sobrevivência, bem como a de todas as formas de vida, deve encontrar início na Magna Carta, que garante um ambiente equilibrado para todas e todos. Portanto, cabe às atuais figuras políticas direcionar sua atenção para as juventudes brasileiras, atentando-se mais às nossas necessidades, abrindo espaço para novas lideranças jovens dialogarem e exporem quais são as demandas das gerações de hoje e do futuro. Cabe também à sociedade realizar a cobrança diuturna das lideran-

ças políticas e de outros setores que têm o dever de mitigar as problemáticas que já existiam muito antes da pandemia.

Para que as mudanças aconteçam, é necessário o fortalecimento de movimentos coletivos e grupos sociais que lutam por causas que nos motivam a continuar dialogando. As atuais figuras de influência política e social precisam direcionar sua atenção para nós, bem como abrir espaço para novas lideranças jovens.

No entanto, ao mesmo tempo em que buscamos por espaços coletivos de escuta, temos que entender que as mudanças e a transformação social só poderão ser obtidas a partir da união e do fortalecimento das políticas públicas para as juventudes. Portanto, o fortalecimento do debate para tornar a juventude mais ativa na sociedade só será possível quando consolidados seus direitos como cidadãos.

A participação política da juventude é um tema recorrente na reflexão social, porém com uma grande variedade de sentidos ao longo do tempo. Por isso, é necessário lançar um olhar retrospectivo sobre a constituição dos jovens como atores sociais para entender os desafios postos para o exercício mais pleno dessa dimensão da cidadania." (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2014, p.91)

Assim, precisamos quebrar esse paradigma de que jovens não teriam nada a dizer e que suas opiniões são somente passivas; de que as juventudes são o futuro do país, pois apesar dos jovens estarem na construção do porvir, é preciso que tenhamos participação e impacto no nosso presente.

Precisamos criar oportunidades para que as juventudes conquistem espaço e protagonizem as mudanças que há muito deveriam ter acontecido. É hora de iniciar o século XXI na prática, com inovação e sustentabilidade. É hora de, mais uma vez, as juventudes, comprometidas com a liberdade e o futuro, proporem soluções para os desafios que recaem sobre nossa geração.

## Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5-6, p. 25-36, mai. /dez. 1997.

BRASIL. *Estatuto da Juventude*. Atos internacionais e Normas Correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* 18. ed., atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE ET AL. *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*. Relatório Especial: Ensino Médio. 2.ed.Julho, 2021. Disponível em: [https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2\\_Relatorio\\_EnsinoMedio\\_20210803.pdf](https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_EnsinoMedio_20210803.pdf)  
Acesso em: 22 out. 2021

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. *Pesquisa Juventudes e Conexões*: 3ª edição, 2019. Disponível em: <https://fundacaotelefonicao.org.br/juventudes-e-conexoes/>  
Acesso em: 22 out 2021

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes Necessários à Prática Educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

HART, Roger. *Children's participation: from tokenism to citizenship*. Florence: Unicef - International Child Development Centre, Innocenti Essays n. 4, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (Pnad Contínua). Rio de Janeiro. IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Pnad Contínua). Rio de Janeiro. IBGE, 2021.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Participação dos jovens: experiências históricas e desafios atuais*. In: SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Estação juventude: conceitos fundamentais* – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014. p. 91-100.

UNICEF, 2018. *Pobreza na Infância e Adolescência*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia>  
Acesso em: 22 out. 2021.



# Pandemia e Agenda Jovem Fiocruz: do início ao rejuvenescimento

*Equipe da Agenda Jovem Fiocruz*

**N**otificado em humanos pela primeira vez na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China, o novo coronavírus teve o seu primeiro caso no Brasil, notificado em 26 de fevereiro de 2020. Inicialmente, nada ou pouca coisa se sabia sobre o vírus que já circulava pelo mundo: pessoas internadas com diferentes sintomas, número de casos aumentando e as primeiras mensagens e recomendações eram de restrições de circulação, suspensão de eventos como shows e partidas de futebol, quarentena para sintomáticos. A pandemia afetava e se desenvolvia mais rápido e de maneira mais prejudicial na população idosa e entre portadores de doenças crônicas; acreditava-se ainda que 90% dos casos poderiam ser resolvidos em casa.

AGENDA  
**JOVEM**  
FIOCRUZ

Os pesquisadores alertam  
que o ano de **2021**  
vem, a cada semana, apresentando  
**rejuvenescimento**  
da pandemia

Em maio,  
**mais da metade**  
dos casos de internação  
**foram de pessoas**  
**não idosas.**

Jovem que se  
cuida quer viver

Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz  
Coordenação de Cooperação Social

@agendajovem\_fiocruz  
(Boletim do Observatório Fiocruz  
Covid-19 - Semanas 18 e 19)

*Alerta de rejuvenescimento da pandemia 2021. Autoria: Raphaela Moraes (bolsista da Agenda Jovem), 2021. Fonte: Boletim do Observatório Fiocruz Covid-19; semanas 18 e 19<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> Disponível em: Boletim do Observatório Covid-19 - semanas 18 e 19 - 2022 - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz): Ciência e tecnologia em saúde para a população brasileira

<https://portal.fiocruz.br/documento/boletim-do-observatorio-covid-19-semanas-18-e-19-2022>

Das populações fora de alvo estavam os jovens, que foram convidados e convocados para assumir papéis solidários com e para os mais velhos, como por exemplo, as idas aos mercados. Os jovens tinham que aderir às medidas de isolamento ao mesmo tempo em que deveriam ser proativos e se manter na corrida pela inclusão, já que muitos empregos foram perdidos e muitos jovens passaram a assumir o custeio familiar através das suas “correrias”.

Um ano depois de muitos estudos, medidas de prevenção, corrida pela vacinação, um novo quadro da pandemia começava a se configurar: o processo de rejuvenescimento da pandemia no Brasil é confirmado por meio dos novos dados apresentados em boletins do Observatório da Covid-19/ Fiocruz.



*Rede de parceiros Agenda Jovem. Autoria: Raphaela Moraes, 2021. Fonte: Imagem gentilmente cedida pela autora*

Tendo em vista o papel da Agenda Jovem na Fiocruz de operar na interface entre as áreas saúde e juventude como campos de conhecimento e ação, e levando em consideração sua parceria com diferentes setores - de organismos governamentais aos movimentos sociais -, diante do rejuvenescimento da pandemia, colocava-se o desafio de pensar ações urgentes para alertar o público jovem sobre o novo cenário pandêmico.

Tornava-se urgente pensar em mensagens de prevenção para esse segmento, sendo isso um desafio, já que grande parte da população jovem se via impedida de observar e/ou aderir aos protocolos sanitários, por morar em locais onde o isolamento é praticamente inviável, além de usar transporte público e exercer funções com maior contato social. Apesar dessa situação, uma parcela da grande mídia expunha esse cenário de rejuve-

nascimento associando-o aos jovens como inconsequentes, representando-os através de imagens de festas clandestinas.



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz  
Coordenação de Cooperação Social

@agenda jovem\_fiocruz  
(Boletim do Observatório Fiocruz  
Covid-19 - Semanas 14 e 15)

*Aumento de mortes por covid entre 20 e 29 anos. Autoria: Raphaela Moraes, 2021. Fonte: Boletim do Observatório Fiocruz Covid-19 – semanas 14 e 15<sup>2</sup>*

<sup>2</sup> Disponível em: [Boletim do Observatório Covid-19 Fiocruz Semana Epidemiológica 14 e 15. Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\): Ciência e tecnologia em saúde para a população brasileira](https://portal.fiocruz.br/documento/boletim-do-observatorio-covid-19-fiocruz-semana-epidemiologica-14-e-15)

<https://portal.fiocruz.br/documento/boletim-do-observatorio-covid-19-fiocruz-semana-epidemiologica-14-e-15>

Assim, a Agenda Jovem começou a pensar em mensagens, linguagens e meios de se comunicar com essas juventudes para alertá-las quanto à prevenção e aos cuidados necessários, além de mostrar ao restante da população quem eram esses jovens que estavam se expondo e por quê o faziam.

### Jovem que se cuida quer viver

Com o intuito de elaborar um diagnóstico sobre esse cenário e entender o comportamento das juventudes, a Agenda Jovem organizou uma *Sala de Situação*, onde foram compartilhados os

entendimentos e conhecimentos para elaboração de uma campanha de informação e mobilização do segmento jovem sobre a pandemia do novo coronavírus e o cenário de rejuvenescimento.

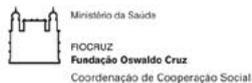
A *Sala de Situação* foi realizada em dois momentos, totalizando mais de cinco horas de debates, reunindo 16 organizações e/ou movimento sociais que atuam com e para juventudes: Ashoka Empreendedores Sociais; Fundo de População das Nações Unidas; Instituto Marielle Franco; Rede de Juventude Indígena; Levante Popular da Juventude; Koinonia; Grupo de Institutos Fundações e Empresas; Coletivo Mulheres Negras Decidem; Conselho Nacional da Juventude; Central Única dos Trabalhadores; Movimento Periferia Viva; Secretaria Municipal de Juventude do Recife; União Nacional dos Estudantes; Oxfam – Brasil; Museu da Maré e Conselho Nacional de Saúde. Alguns achados foram fundamentais para que se desse início e andamento da Campanha *Jovem que se cuida quer viver*.

Para englobar todo o público de juventudes seria necessário pensar tanto nos jovens engajados em movimentos e/ou coletivos como nos grupos dos jovens mais céticos. Importava fazer as mensagens alcançar todos/as, pensar na sua pluralidade, jovens com diferentes formas de viver e diferentes situações, diferentes moradias, além de driblar a cobertura estereotipada de seus comportamentos.

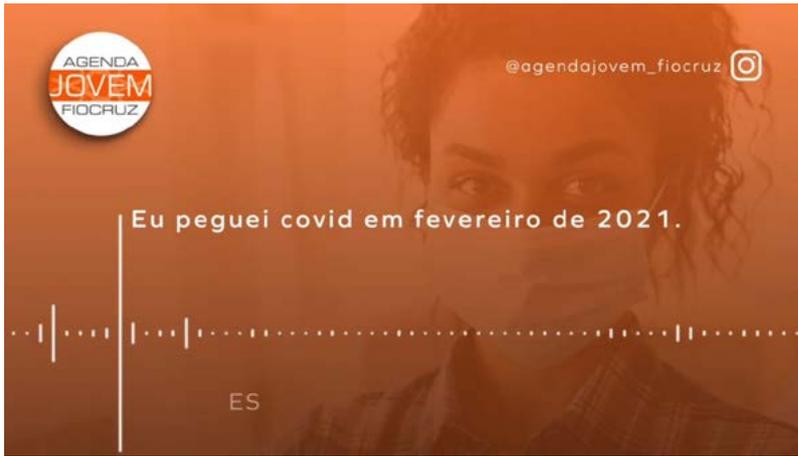
Como estratégia, as mensagens da Campanha *Jovem que se cuida quer viver* foram pensadas tanto para plataformas de mídias tradicionais, quanto para plataformas digitais, com conteúdo baseado em notícias e boletins do Observatório da covid-19 da Fiocruz.



*Juventude! Chamada de seguidores. Autoria: Raphaela Moraes, 2021. Fonte: Imagem gentilmente cedida pela autora*



O objetivo era diagnosticar as tendências das juventudes diante da pandemia; construir e desconstruir mensagens; difundir informação nos diversos territórios e elaborar uma comunicação dirigida para o alcance amplo da juventude, e aumentando a presença digital da Agenda Jovem entre os públicos jovens de todo o Brasil.



Manda a letra em duas doses – capa. Autoria: Turma de Marketing Digital da UFF (parceria Agenda Jovem), 2021. Fonte: Turma de Marketing Digital da UFF



Tirinha LaCruz – enfermeira. Autoria: La Cruz (ilustrador), 2021. Fonte: Imagem gentilmente cedida pelo artista<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Instagram. Disponível em: @lacruz.ilustrador • Fotos e vídeos do Instagram

A programação da campanha foi semanal com as *Segundas de Informação*, que traziam informações sobre como estava o andamento dos casos e internações, e atualização de protocolos de cuidados; as *terças* eram dias de *Tirinhas*, que traziam expressões artísticas de cartunistas sobre aspectos da pandemia. *Quartas de Vídeos*, onde os jovens davam depoimentos, contando a experiência de contrair covid-19; *Quintas de Papo-Reto*, mandando uma mensagem para as juventudes, de forma mais clara e direta sobre o novo coronavírus. *Sextas de Parceiros*, em que a Agenda trazia uma homenagem ou ações de seus parceiros.

*Seminário Juventude e Resistência – 1 ano enfrentando a pandemia no Brasil. Autoria: Assessoria de comunicação Agenda Jovem + Assessoria de comunicação Levante da Juventude, 2021. Fonte: Imagens gentilmente cedidas pelas assessorias de comunicação da Agenda Jovem e do Levante da Juventude*



Ainda como estratégia de atuação, em abril de 2021 foi realizado um Ciclo de debates a partir do Seminário *Juventude e Resistência: 1 ano enfrentando a pandemia no Brasil*, juntamente com o Levante Popular da Juventude. Foram abordados e discutidos temas como juventude e defesa da ciência no contexto da pandemia; impactos das desigualdades na vida da juventude; saúde mental em meio à pandemia; solidariedade como ferramenta de organização; como a juventude resiste e se reinventa, com a participação de jovens ativistas e especialistas nos temas vinculados. Em paralelo ao seminário, a Agenda publicou um artigo na Folha de São Paulo: “A Juventude na mira da Pandemia”.

## A juventude na mira da pandemia

Agravos à saúde devem ser lidos por duplo registro: epidemiológico e social

André Sobrinho e Helena Wendel Abramo

Sociólogo e coordenador da Agenda Jovens da Fiocruz

Socióloga, pesquisadora e autora de livros e artigos sobre a condição juvenil

Se em 2020 os idosos estavam no foco da pandemia de Covid-19, o aumento da contaminação, os casos sintomáticos e a maior ocorrência de óbitos em pessoas mais jovens colocou a juventude na mira.

Nesse contexto atual, reforçam-se os apelos aos jovens para as medidas sanitárias de prevenção. Chama a atenção o fato que, de forma latente ou explícita, tem se desenhado um retrato da juventude como a responsável pela disseminação do vírus, em função do que se percebe como um comportamento insensato, fruto de uma incapacidade de controlar impulsos por diversão. Assumem destaque as notícias de festas e baladas.

Não se nega a importância de coibir esses eventos e a necessidade de dirigir mensagens aos jovens para que sejam conscientes. No entanto, agravos à saúde devem ser lidos por um duplo registro: epidemiológico e social. Reforçados mutuamente, podem subsidiar um enfrentamento da situação com respostas mais efêrvas e combinadas, considerando a desigual realidade vivida pela maioria da juventude brasileira.

O fato é que são os jovens mais pobres que vêm sendo submetidos à exposição ao coronavírus, e não somente porque se amontoam em festas. A circulação ocorre em função da necessidade de trabalhar, estudar e “tocar a vida”. Inclusive, apoiando os mais vulneráveis aos desdobramentos agudos da infecção.

Dados da Pnad mostram que 70% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam, em 2019, trabalhando ou procurando emprego. A grande maioria trabalha em situações precárias, agravadas na pandemia, como é o caso de empregos domésticos, operadores de telemarketing, entregadores de aplicativos, “empreendedores” em serviços e comércio de rua — são os “conta própria”, que ficam, literalmente, por sua própria

[...]

**O fato é que são os jovens mais pobres que vêm sendo submetidos à exposição ao coronavírus, e não somente porque se amontoam em festas. A circulação ocorre em função da necessidade de trabalhar, estudar e “tocar a vida”. Inclusive, apoiando os mais vulneráveis aos desdobramentos agudos da infecção**

conta e risco; trabalhos com pouca ou nenhuma proteção, seja de seguridade social e trabalhista ou de exposição ao vírus.

Residem em moradias insalubres nas periferias urbanas e se deslocam em transportes públicos lotados. Entregadores e profissionais de saúde são talvez a imagem mais eloquente do papel essencial e ao mesmo tempo em alto risco dos jovens trabalhadores na conjuntura da pandemia. Levantamento da Fiocruz estima que, de 2 milhões de trabalhadores da saúde na linha de frente hospitalar, 38,4% estão na faixa etária de até 35 anos.

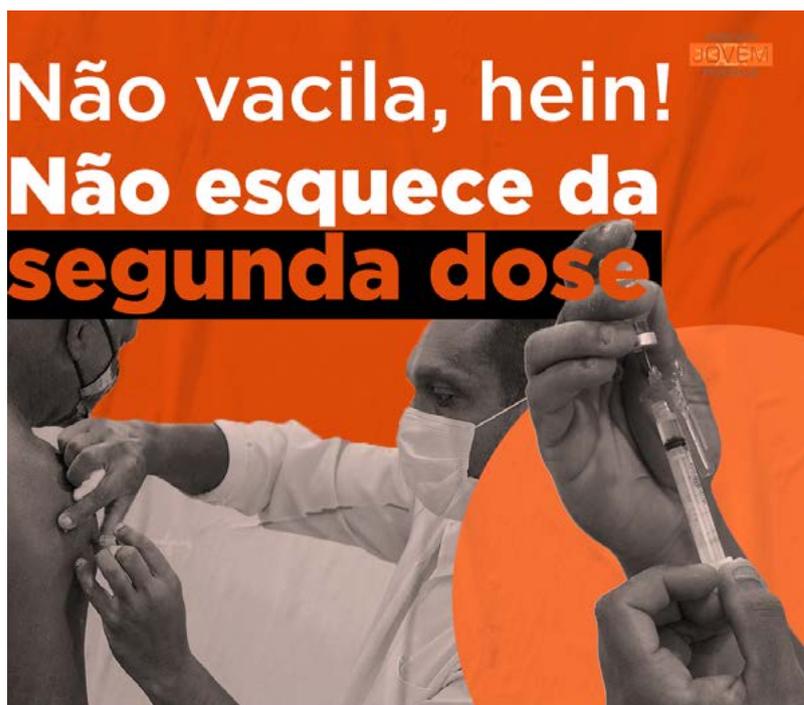
A exposição ao coronavírus pela juventude exige uma leitura mais apurada. As ciências médicas e humanas devem subsidiar as maneiras mais adequadas de veicular mensagens, tanto para a juventude quanto sobre a juventude, deslocando os riscos de uma visão caricatural que ensaia transformá-la em bode expiatório no momento crítico em que vivemos.

Os jovens não devem ser foco apenas de mensagens preventivas, mas também de auxílio de renda e proteção nas atividades econômicas em que estão inseridos e pelas quais estão sendo sobrecarregados. Mais que tudo, necessitam de uma política de saúde coordenada pela qual se possa reduzir o contágio e acelerar a vacinação para todos, com vistas à retomada segura de suas vidas, de seus “corres” e dos seus sonhos.

*A juventude na mira da pandemia. Artigo de André Sobrinho e Helena Abramo. Folha de São Paulo, 25 abr, 2021. Tendências e Debates, p. 7. Fonte: Imagem gentilmente cedida pelos autores.*

Dentre as participações em lives e debates internos em parceria com as Unidades Técnico-científicas na Fiocruz, podemos destacar o Boletim Especial da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2021 que foi ao ar no Canal Saúde em 05/10/2021 e apresentou detalhes da Campanha no programa com tema Juventudes e Covid-19.

As ações de enfrentamento ao novo coronavírus continuaram, principalmente, com a chegada da vacinação para as juventudes, quando buscou-se alertá-los sobre a importância do ciclo vacinal e o risco associados às novas variantes. A Agenda Jovem manteve suas mídias sociais sempre atualizadas por meio de cards com recomendações; dicas de prevenção e depoimentos de jovens dividindo suas experiências.



*Não esquece da segunda dose.*

*Autoria: Raphaela Moraes, 2021.*

*Fonte: Imagem gentilmente cedida pela autora.*

## Pós-pandemia

Os esforços para manter as juventudes informadas sobre a pandemia, as formas de prevenção, sintomas e desdobramentos do novo coronavírus e do rejuvenescimento contaram com a Agenda Jovem Fiocruz para ações de emergência. Foi preciso conhecer onde essas juventudes se localizavam e viviam e compreender que o público não possuía uma única característica, logo, as mensagens e ações precisavam ser plurais para alcançar todas as direções.

A busca e a manutenção do emprego muitas vezes sem condições apropriadas à saúde, e a luta pela subsistência e pela preservação e qualidade da saúde mental trouxeram para as juventudes ainda mais desafios que os comumente já enfrentados nessa etapa da vida. Viver o tempo da juventude na pandemia não foi fácil e é preciso que as instituições estejam atentas aos novos desafios que se apresentam para essa população no cenário pós-pandêmico.



# Demografia da covid-19 no Brasil: quando a idade importa

*Raphael Mendonça Guimarães*

*Isadora Vida Mefano*

*Carlos Machado de Freitas*

**E**m março de 2020, após o decreto do estado de pandemia, o mundo passou a estudar com velocidade impressionantemente rápida a dinâmica do vírus SARS CoV-2, seus mecanismos evolutivos e a história natural da doença provocada por ele, a covid-19. Ao mesmo tempo, tornou-se importante reconhecer o padrão de disseminação da doença, a dispersão do vírus e a identificação de grupos de maior vulnerabilidade, fosse ela biológica ou social. Em decorrência da descrição dos casos, especialmente daqueles hospitalizados e com quadros mais graves, por algum tempo foi criada a ideia de que a covid-19 só se manifestava de forma importante entre idosos ou pessoas com muitas comorbidades. O curso da pandemia, entretanto, mostrou que isso não era verdade. De fato, a doença possuía prognóstico mais obscuro naquele grupo, mas isso não significou que não tivéssemos jovens adoecendo. Além disso, quadros de covid-19 de longa duração, ou sequelas crônicas trazidas pela covid-19 tinham potencial de afetar mais negativamente os mais jovens, que poderiam vir a enfrentar muitos anos de vida com incapacidade, trazendo sérias consequências para esta po-

pulação. Posteriormente, a vacinação foi uma etapa decisiva na mudança do perfil demográfico dos casos. Por esta razão, entendemos a necessidade da análise da pandemia segundo indicadores de idade.

É fato que o perfil demográfico da população brasileira, a exemplo do que ocorre em todo o mundo, está envelhecendo. Isto é resultado, por um lado, da redução da natalidade, o que aumenta a contribuição relativa dos grupos mais longevos. Por outro, com a melhora nas condições de vida, as pessoas vivem por mais tempo, elevando a idade média da população. A mudança mais notável provocada por este fenômeno é percebida visualmente pelo que conhecemos por pirâmide etária. Trata-se de uma imagem em que é possível reconhecer a distribuição proporcional dos grupos etários em uma população. Uma população em transição de idade apresenta base estreita, corpo central alongado e topo um pouco mais estreito. À medida que o envelhecimento progride, o topo tende a ficar mais largo e a base mais estreita.

A distribuição etária, igualmente, é uma variável de grande interesse epidemiológico, pois ajuda a compreender a dinâmica de distribuição de casos e óbitos provocados por uma determinada doença. A partir desta informação, é possível não só criar hipóteses sobre fatores de risco para a ocorrência e agravamento, mas também planejar estratégias de intervenção orientadas a grupos específicos, incluindo a organização de serviços de saúde, seja para pediatria, seja para clínica médica ou geriatria. A primeira imagem apresenta a pirâmide etária da população brasileira em 2021 (**FIGURA 1.A**), seguida da distribuição etária de internações (**FIGURA 1.B**), internações em UTI (**FIGURA 1.C**) e óbitos (**FIGURA 1.D**) por covid-19 ao longo dos dois primeiros anos da pandemia no país. É notável a diferença no padrão de distribuição da população em geral e dos eventos mais graves relativos à doença. De uma forma geral, a covid-19 apresentou

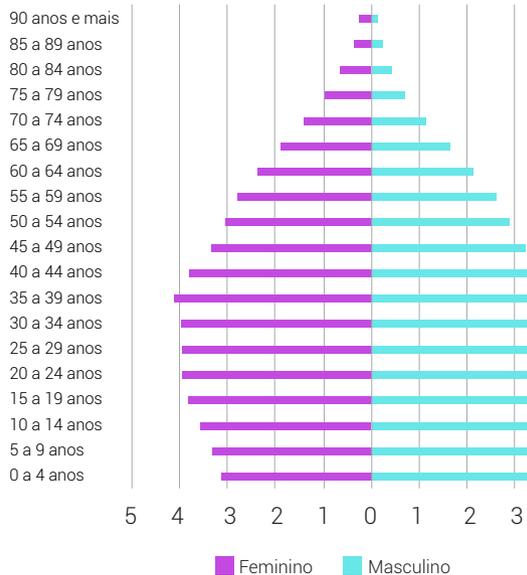
manifestação de quadros clínicos mais complexos e graves, os quais exigiram intervenção hospitalar e/ou que resultaram em óbitos de forma mais recorrente entre idosos.

Assim como a distribuição de casos e óbitos passou por diferentes fases ao longo dos últimos dois anos, a pandemia também teve mudanças importantes, com impactos na distribuição por faixa etária neste mesmo período. A descrição da distribuição média da idade de internações clínicas, internações em UTI e óbitos apresenta grande variabilidade entre a semana epidemiológica (SE) 9 de 2020 (23 a 29 de fevereiro) e a SE 11 de 2022 (13 a 19 de março) (FIGURA 2.A). As internações clínicas sistematicamente tiveram valor médio de idade abaixo daquela apresentada para internações em UTI e para óbitos. Em boa parte do ano de 2020, a idade média das internações clínicas esteve abaixo ou no limite de 60 anos. Já a média de idade das internações em UTI esteve, em grande parte do ano, acima de 60 anos, e a idade média dos óbitos sempre esteve acima deste patamar. A mediana, que delimita o valor correspondente a 50% da ocorrência de um evento em estudo, tem mesmo padrão da média, mas num nível diferente. Nela, mesmo entre as internações clínicas ocorridas em uma parcela importante do ano, a idade esteve acima dos 60 anos. Isto significa que, neste período, mais da metade das internações ocorreram entre pessoas acima de 60 anos. Para internações em UTI e óbitos, a mediana esteve acima de 60 anos durante todo o ano de 2020 (FIGURA 2.B).

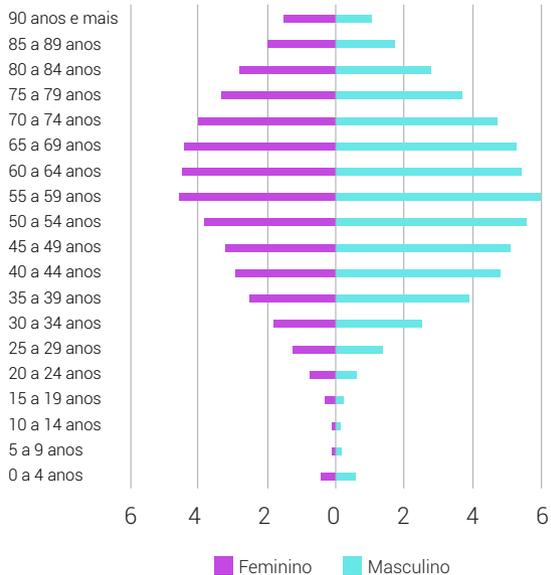
**FIGURA 1**

Distribuição etária da população brasileira, internações, internações em UTI e óbitos por covid-19. Brasil, 2020-2022

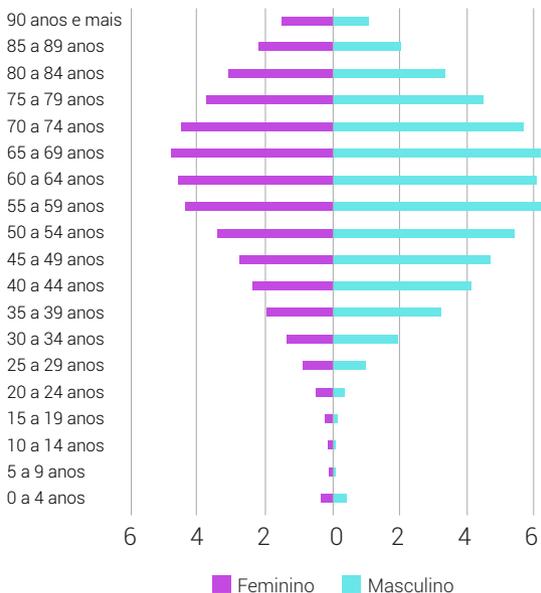
**1a - Pirâmide etária da população**



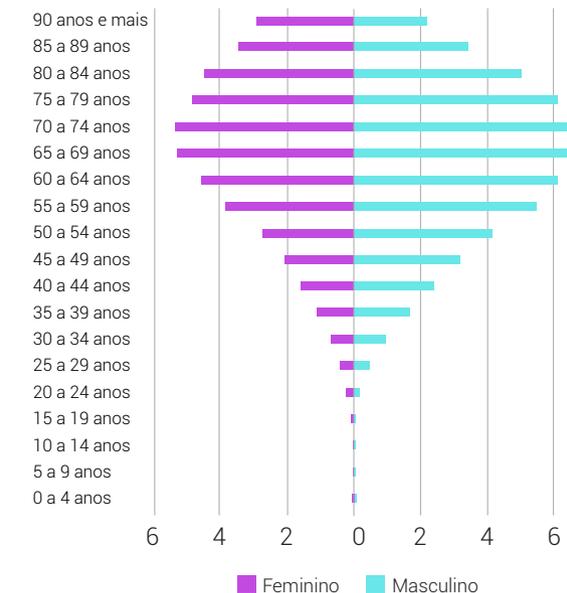
**1b - Distribuição etária de internações**



**1c - Internações em UTI**



**1d - Óbitos**

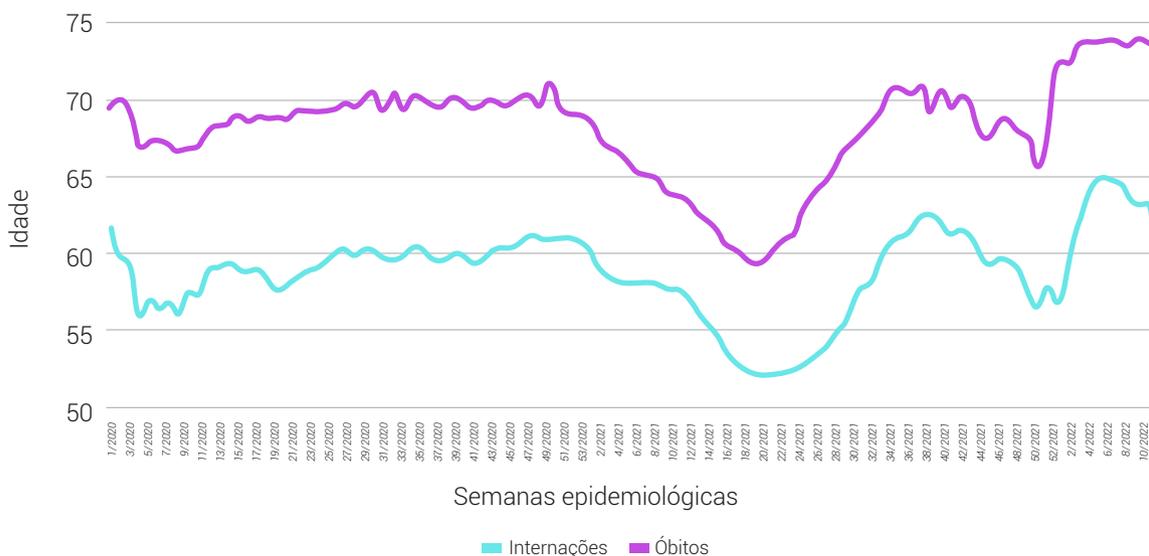


Fonte: IBGE, 2021; SIVEP-Gripe, 2020-2022

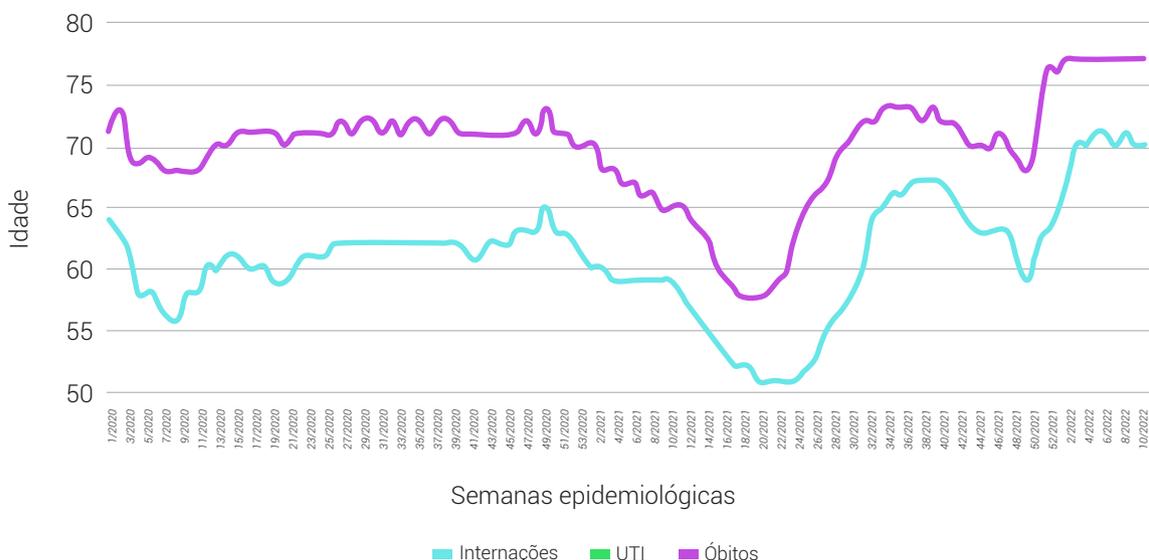
**FIGURA 2**

Distribuição de média e mediana de idade para internações clínicas, internações em UTI e óbitos por covid-19 segundo semana epidemiológica. Brasil, 2020-2022

**2a - Média da idade de internações clínicas, internações em UTI e óbitos**



**2b - Mediana da idade de internações clínicas, internações em UTI e óbitos**



Fonte: SIVEP-Gripe, 2020-2022

Este diagnóstico trouxe duas evidências importantes. A primeira diz respeito às diferenças significativas entre a mediana e a média, as quais sugerem que a distribuição etária dos eventos que estão sendo estudados possui assimetria. Isto ocorre porque a média é afetada por valores extremos. Quando a média é menor que a mediana (o que ocorre de forma sistemática nos dados), significa que há valores na parte de baixo da distribuição que estão muito distantes do centro. Esta é uma informação importante, pois sugere que, embora em menor volume, há internações ocorrendo em pessoas muito jovens, incluindo crianças e adolescentes.

A segunda evidência é que os idosos representam uma população sob maior risco, já que a ocorrência de eventos graves entre eles é muito maior que nas demais faixas etárias.

A identificação deste perfil trouxe contribuição valiosa para a gestão da pandemia. Por um lado, gestores estaduais e alguns gestores municipais tiveram a oportunidade de organizar sua rede de média e alta complexidade para atender a este perfil populacional. Por outra parte, a situação dos idosos foi decisiva para se recomendar, logo que a vacina contra a covid-19 foi aprovada, que estes fossem classificados como grupo prioritário para a aplicação da primeira dose. A sucessão de acontecimentos desde o início de 2021 foi que, devido a isso, houve o que nomeamos de rejuvenescimento da pandemia. De forma bastante precoce, já na SE 6 de 2021 (07 a 13 de fevereiro), a média e a mediana de idade das internações caíram para abaixo de 60 anos. Para as internações em UTI, a média de idade abaixo dos 60 anos foi alcançada na SE 10 (07 a 13 de março), e a mediana na SE 16 (18 a 24 de abril). Finalmente, a partir do período entre as SE 21 (23 a 29 de maio) e 22 (30 de maio a 05 de junho), a média e a mediana de idade de internações clínicas, internações em UTI e óbitos estiveram abaixo dos 60 anos. Pela primeira vez, a maioria das internações e óbitos es-

tava concentrada abaixo dos 60 anos. Além disso, o intervalo entre a SE 19 (9 a 15 de maio) e a SE 29 (18 a 24 de julho) marcou um período em que a mediana esteve menor que a média. Na esteira da relação explicada anteriormente, o volume de internações e óbitos, cuja idade esteve concentrada no topo da distribuição etária, influenciando o valor da média, neste último intervalo mantém-se numa relação oposta àquela que observamos no início da pandemia.

Esses traços não deixavam dúvida sobre o rejuvenescimento da pandemia. Mais que isso, não deixavam dúvidas do benefício da vacinação. Como os idosos foram os primeiros a receber a vacina, foram beneficiados prontamente. Por isso houve esse deslocamento proporcional para as idades inferiores. Em 2021, a SE 23 (06 a 12 de junho) foi aquela que apresentou a média e a mediana de idade mais baixas para os três eventos (internações clínicas, internações em UTI e óbitos). Até aquele momento, desde o início da pandemia, a SE com maiores valores para média e mediana de idade foi a SE 52 de 2020 (20 a 26 de dezembro). O deslocamento da distribuição por idade simples é notável quando estas duas curvas são comparadas.

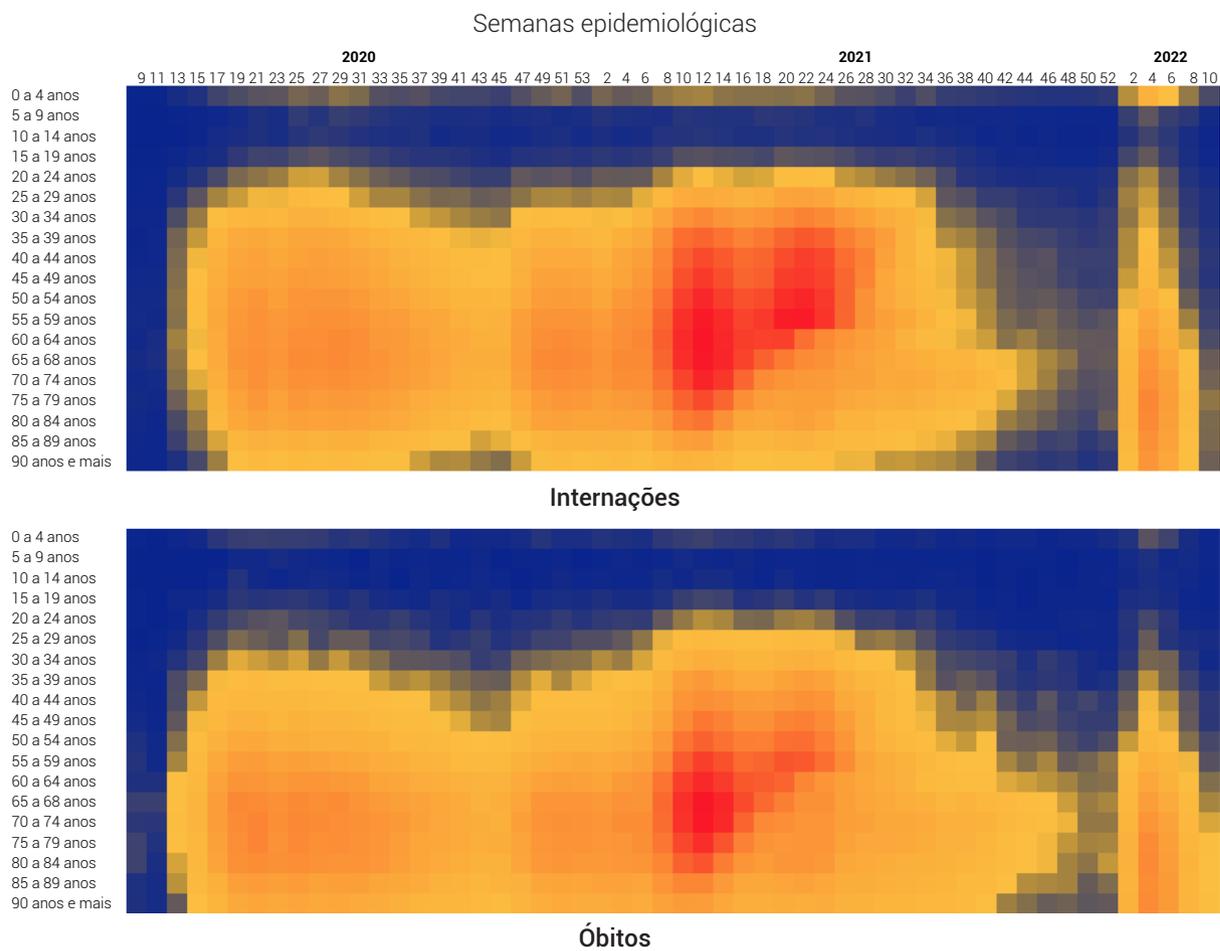
O período de rejuvenescimento foi marcado ainda por um aumento impressionante do número de casos, provocado pela introdução de novas variantes do Sars-CoV-2. A transmissão comunitária da variante Gama, em particular, marcou a fase mais dramática da pandemia, com o colapso do sistema de saúde, o aumento de internações, lotação máxima de leitos de UTI por covid-19, e a falta de suprimentos essenciais para a terapia intensiva, como oxigênio e sedativos. Esse período foi marcado, ainda, pelo retorno gradual de trabalhadores às atividades presenciais, principalmente daqueles a quem não foi dada a opção do trabalho remoto, e daqueles que, por não contar com medidas de proteção social suficientes para ficar em casa e de modo contínuo, retornaram às ruas. A soma des-

tes fatores criou um ambiente favorável à disseminação intensa do vírus, o que se traduziu no cenário vivido entre março e maio de 2021, culminando no colapso do sistema de saúde. O aumento de internações e óbitos é notável, e na fase mais crítica da pandemia de 2021, se concentrou especialmente na faixa entre 40 e 59 anos (FIGURA 3).

A distribuição relativa das internações e óbitos por grupos etários selecionados (FIGURA 4) descreve bem as mudanças demográficas que marcaram as distintas fases da pandemia no Brasil. A população adulta, vale mencionar, responde por mais de 90% das internações e óbitos durante os dois últimos anos. A fase do rejuvenescimento é evidente quando notamos o aumento proporcional da faixa de 20 a 59 anos, acompanhada da redução importante da proporção no grupo de 60 anos e mais. Interessante notar que, em dado momento, a contribuição do grupo de idosos voltou a aumentar, e a de adultos jovens reduziu novamente. Esta fase é marcada por uma maior homogeneidade na vacinação do Brasil, que já avançava para os grupos mais jovens.

**FIGURA 3**

Distribuição absoluta de internações clínicas e óbitos por covid-19.  
Brasil, 2020-2022



Fonte: SIVEP-Gripe, 2020-2022

**FIGURA 4**

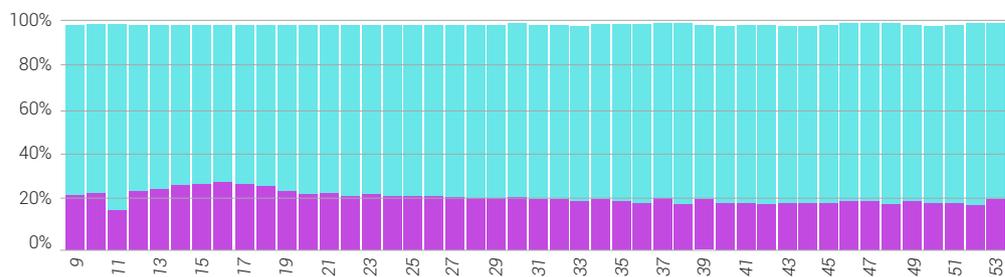
Distribuição proporcional de internações clínicas, internações em UTI e óbitos por covid-19 em grupos etários adultos selecionados

**4a - Internações clínicas**

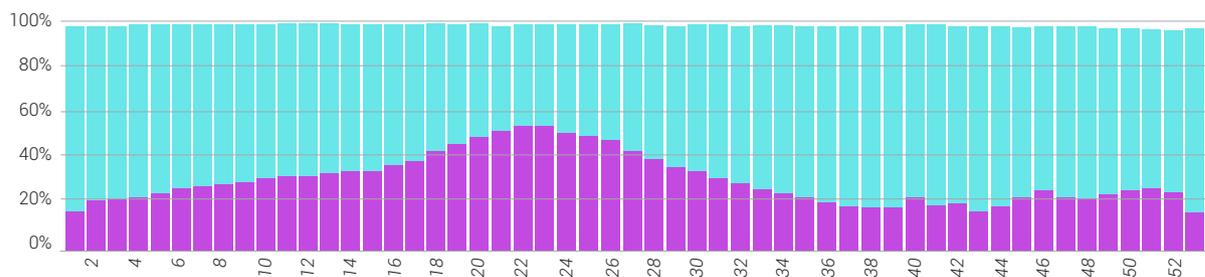


Fonte: SIVEP-Gripe, 2020-2022

#### 4b - Óbitos



Semanas epidemiológicas | 2020



Semanas epidemiológicas | 2021



Semanas epidemiológicas | 2022

Fonte: SIVEP-Gripe, 2020-2022

Com a população coberta pela vacinação de forma menos desigual, os idosos voltam a ter protagonismo, ainda que em termos relativos, nos casos de maior gravidade, o que ratifica a ideia de que a idade é um fator de risco independente para as formas graves por covid-19 e, por isso, era necessário que se tomassem medidas clínicas e de vigilância orientadas para este grupo. De modo concomitante, crescia o nível de evidência sobre a perda da eficácia gradativa da vacina entre os idosos. Isto guardava relação com o mecanismo de ação das vacinas e as limitações impostas pela imunosenescência, isto é, pelas alterações no sistema imunológico provocadas pelo envelhecimento. Contudo, esta circunstância não se dava apenas entre os idosos, e mais tarde verificou-se que se tratava de um aspecto mais global. Por isso, houve empenho na realização de novos estudos, que culminaram na orientação de uma dose de reforço da vacina, preferencialmente heteróloga, e que foi iniciada no Brasil em setembro de 2021.

Proporcionalmente, os adultos, principalmente os idosos, têm enorme contribuição relativa nas internações e óbitos. No entanto, a participação das crianças na ocorrência de eventos graves vem aumentando no Brasil (FIGURA 5). Por se tratar do último grupo em que a vacinação foi iniciada, já em 2022, as crianças representam hoje o grupo de maior vulnerabilidade. Do ponto de vista clínico, as crianças podem ainda ter o sistema imune imaturo, o que poderá fazer com que tenham maior carga viral e, portanto, uma maior probabilidade de desenvolver formas sintomáticas mais intensas. Do ponto de vista populacional, também por terem uma maior carga viral, têm maior potencial de transmissibilidade a outros grupos, inclusive para os idosos. Do ponto de vista epidemiológico, as crianças se tornaram particularmente vulneráveis por estarem cercadas de pessoas já com esquema vacinal completo, ou em curso, tornando-se alvo do vírus, que não encontra nelas barreiras para a sua multiplicação. Finalmente, do ponto de vista do

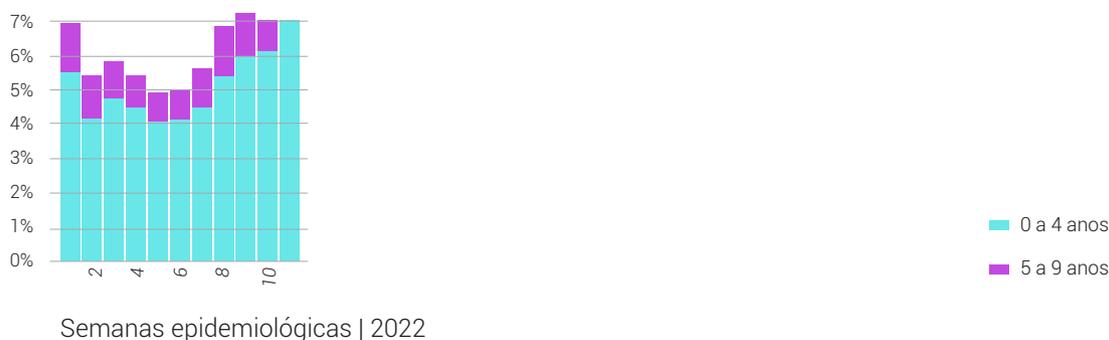
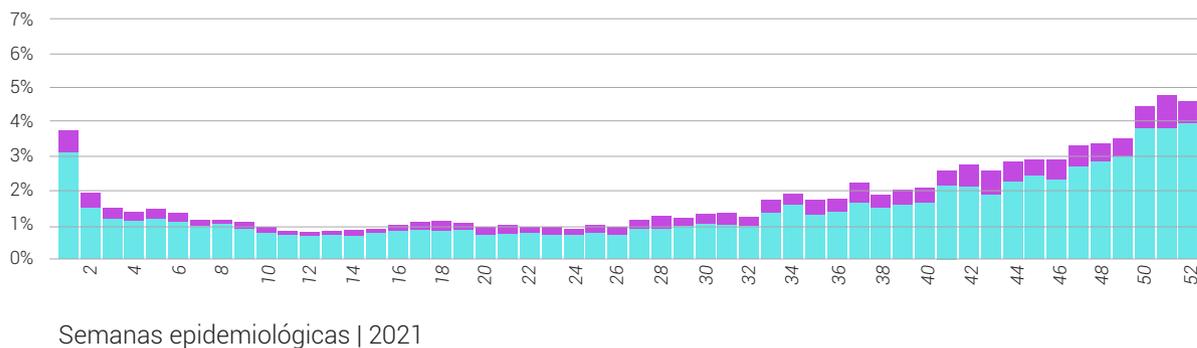
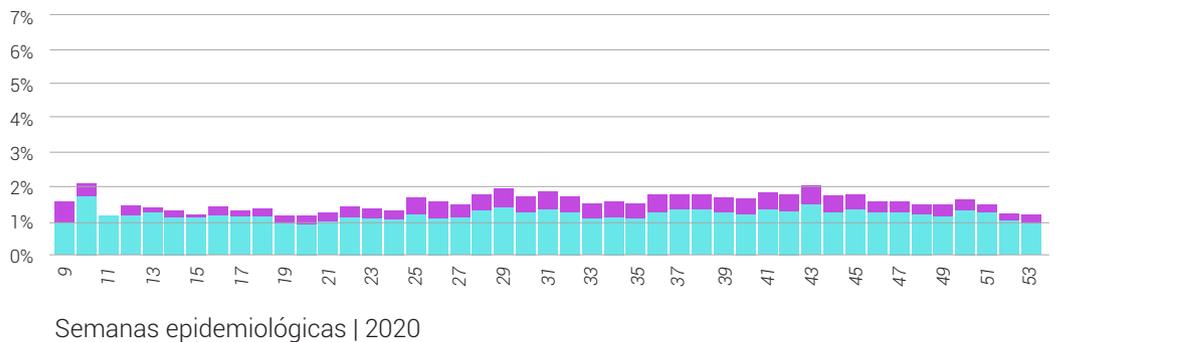
planejamento em saúde, um aumento de casos sintomáticos graves em crianças cria uma situação de colapso com maior facilidade, uma vez que a disponibilidade de leitos de UTI neonatal, e principalmente de CTI pediátrico, historicamente é um problema para o serviço de saúde, público ou privado.

A transição da idade dos casos graves de covid-19 trouxe à tona a preocupação com a população jovem. Em especial, destacamos duas faixas etárias: a primeira, correspondente ao grupo entre 5 e 11 anos; a segunda, correspondente ao grupo denominado juventude, entre 15 e 29 anos. Embora não tenham representado, quantitativamente, a maioria dos casos de internação (**FIGURA 5.A**) ou óbitos (**FIGURA 5.B**), é importante reconhecer que a série histórica apresentou mudanças importantes no período (**FIGURA 6**). O grupo de 5 a 11 anos causa preocupação pelo fato de que a cobertura vacinal neste grupo avança muito lentamente, principalmente devido à disseminação de fake news a respeito da eficácia e segurança da vacina, que causa reticência entre os pais em vacinar seus filhos. Trata-se de uma importante questão de saúde pública, e que tem se tornado o desafio mais emergente da pandemia na fase atual. O aumento – absoluto e relativo – de internações e óbitos neste grupo é notável.

**FIGURA 5**

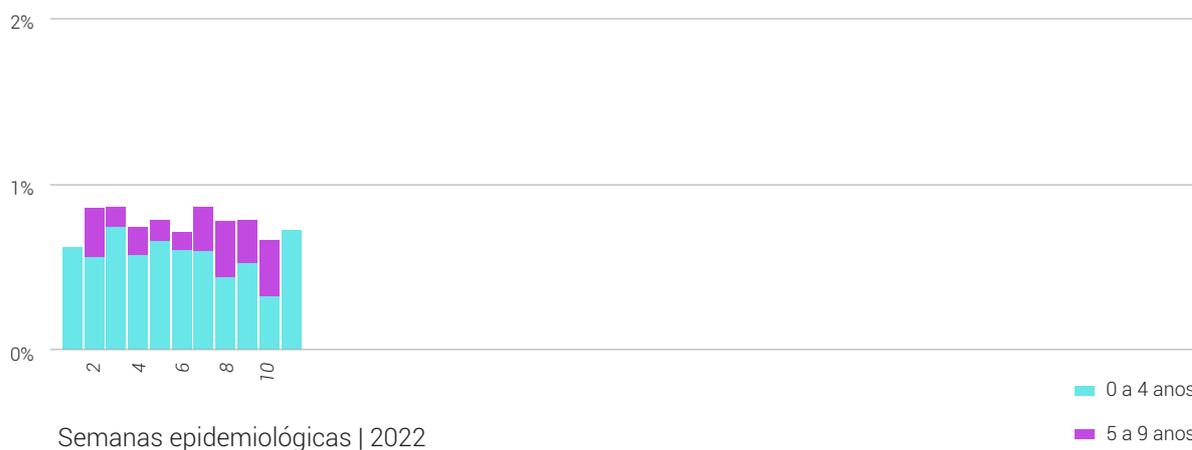
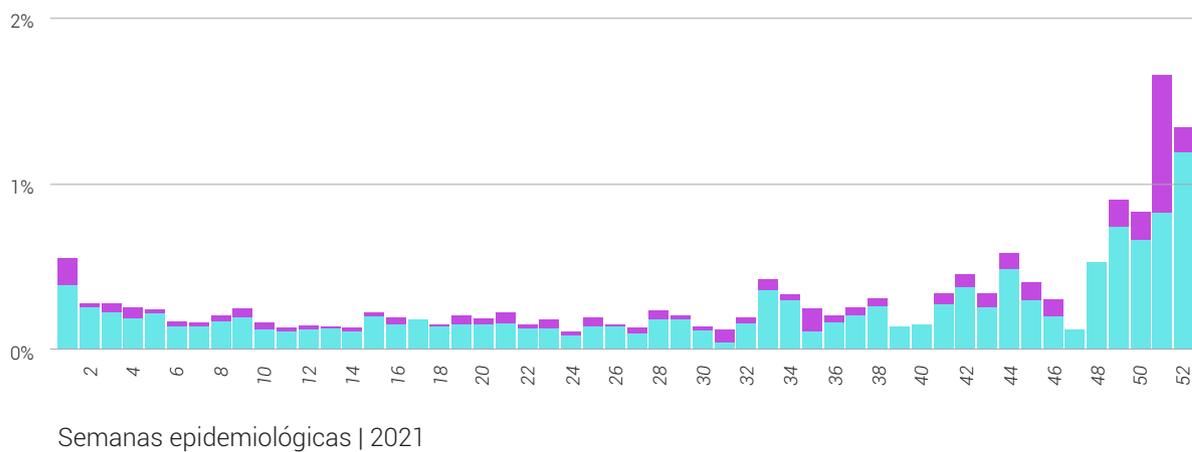
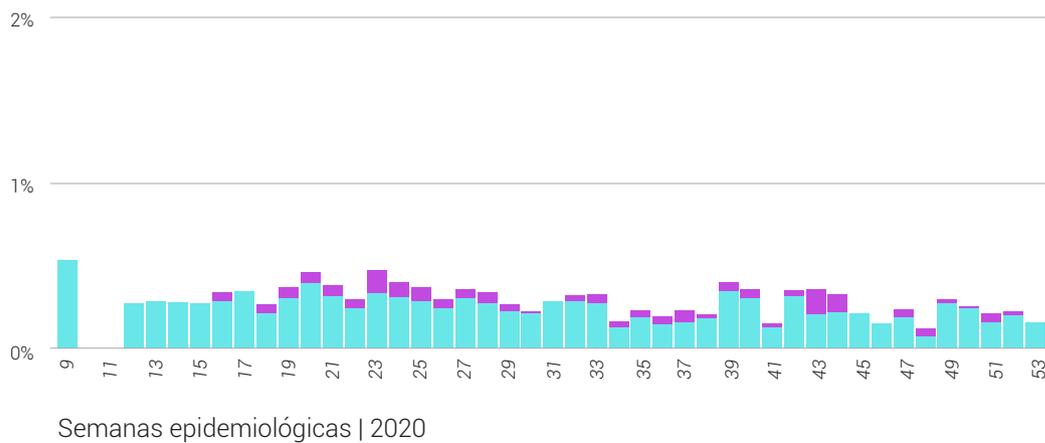
Distribuição proporcional de internações clínicas, internações em UTI e óbitos por covid-19 em grupos etários de crianças

**5a - Internações clínicas**



Fonte: SIVEP-Gripe, 2020-2022

## 5b - Óbitos

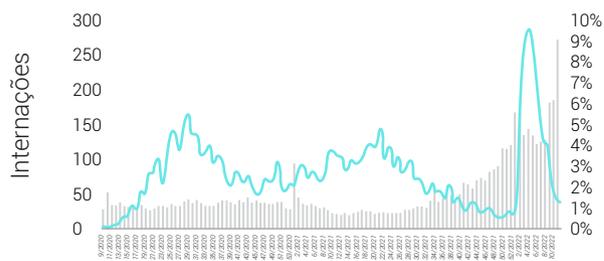


Fonte: SIVEP-Gripe, 2020-2022

**FIGURA 6**

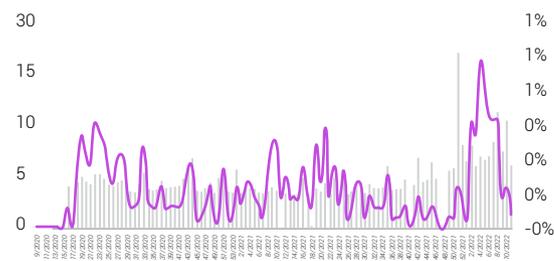
Evolução temporal das internações e óbitos por covid-19 na população de 15 a 29 anos

**6a - Internações 5 a 11 anos**



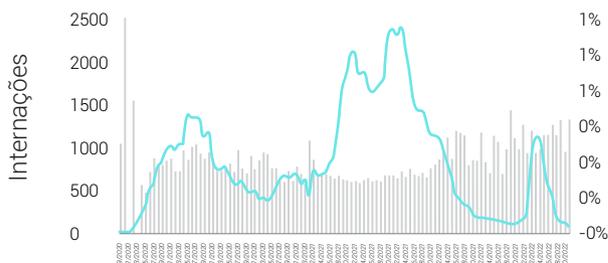
Semanas epidemiológicas

**6b - Óbitos 5 a 11 anos**



Semanas epidemiológicas

**6c - Internações 15 a 29 anos**



Semanas epidemiológicas

**6d - Óbitos 15 a 29 anos**



Semanas epidemiológicas

Fonte: SIVEP-Gripe, 2020-2022

Ao longo de 2021, houve um aumento no volume de internações entre jovens, especialmente no período caracterizado pelo rejuvenescimento da pandemia. A ocasião foi marcada, em primeiro lugar, por uma redução das internações entre idosos, possivelmente motivada pelo início da vacinação ter se dado de forma seletiva neste grupo. Em segundo lugar, devido ao aumento absoluto de casos entre adultos jovens que, após um ano de pandemia, retornaram gradativamente às atividades presenciais, mesmo sem ter iniciado a cobertura vacinal nesta faixa etária. Não é surpresa dizer que a população não idosa, em particular a população jovem, foi aquela com maior exposição ao vírus circulante, exatamente pela decisão de se preservar o isolamento entre os idosos, ainda no início da pandemia, quando havia uma ideia de que apenas entre estes, a infecção por covid-19 poderia evoluir até formas mais graves. Importante reconhecer que o aumento absoluto de casos não acompanhou o aumento proporcional, possivelmente pelo aumento da mesma ordem nas demais faixas etárias. No entanto, percebemos aumento também proporcional dos óbitos, o que criou uma novidade a respeito da evidência, e sepultou a ideia de que apenas os idosos e pacientes com comorbidades poderiam ter pior prognóstico.

Finalmente, para ambos os grupos, houve um aumento importante do número de casos na terceira fase da pandemia, destacada pela transmissão comunitária da variante Ômicron no Brasil. Graças ao avanço da cobertura vacinal, esse aumento explosivo de casos não se traduziu num aumento em igual monta dos óbitos.

A priorização dos idosos e o consequente rejuvenescimento do perfil de casos graves e internações por covid-19 traz à tona uma lacuna de ações direcionadas à população de adultos jovens, adolescentes e crianças nas estratégias farmacológicas e não farmacológicas de enfrentamento da pandemia. Somado a isto, é necessário reconhecer a complexidade dos fatores envolvidos na determinação dos impactos e dos desfechos

decorrentes da covid-19 na população, que se relacionam tanto a aspectos biológicos, quanto a aspectos socioeconômicos e sociodemográficos. Sob esta perspectiva, as iniquidades em saúde precisam ser consideradas nas estratégias implementadas pelas autoridades no âmbito do enfrentamento de emergências sanitárias (OLIVEIRA et al., 2021).

Um estudo de Peres et al. (2021) demonstrou questões sociodemográficas associadas a hospitalizações e óbitos por covid-19 no Brasil. De acordo com os resultados obtidos, a mediana de idade dos pacientes hospitalizados foi semelhante entre as raças classificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exceto para os indígenas, que apresentaram mediana de idade mais jovem. A raça preta/parda foi associada ao aumento da mortalidade, e sua presença se concentra nas regiões Sudeste, Norte e Nordeste, sendo que nas duas últimas também associadas a um aumento da mortalidade. O maior risco de mortalidade foi relacionado também a níveis de escolaridade inferiores à faculdade/universidade, principalmente entre os analfabetos e aqueles que completaram os estudos apenas até o ensino médio.

A campanha de vacinação, iniciada em 17 de janeiro de 2021, surgiu como importante estratégia de enfrentamento dos impactos da pandemia, e passou a demonstrar seus efeitos à medida que o número de óbitos se manteve numa curva descendente, mesmo em momentos de flexibilização das medidas de distanciamento físico e de aumento do número de casos, que não desenvolveram formas graves da doença. No entanto, a cobertura vacinal não é homogênea em todo o país. Para a primeira dose, houve, ao final de março de 2022, uma variação de 61,8% (Roraima) a 88,7% (São Paulo). Para a segunda dose, a discrepância é ainda mais notável: 47,3% (Roraima) a 80,7% (Piauí). E na dose de reforço, a diferença é brutal, com cobertura em Roraima (9,0%) quase cinco vezes

menor que no Piauí (41,8%). Os idosos foram inseridos como grupo prioritário na campanha de vacinação, como resposta às evidências de terem maior risco de manifestar formas graves da doença (GUIMARÃES, 2022). Não é por acaso que os estados com menor cobertura vacinal são aqueles com populações mais jovens do país, indicando que o avanço pleno nas populações mais jovens é essencial para garantir cobertura vacinal ampliada na população como um todo.

Da mesma forma, a estratégia deixou de considerar uma maior exposição do grupo etário dos adultos jovens e das classes sociais mais pobres que não puderam realizar suas atividades laborais em suas casas, principalmente com o fim do auxílio emergencial, tendo muitas vezes que se deslocar pelas cidades usando transportes públicos que, por sua vez, não tiveram suas frotas reorganizadas de forma a permitir o adequado distanciamento físico entre os passageiros (FREITAS, SILVA e CIDADE, 2020). Essa maior exposição fez com que os casos de covid-19 entre adultos de 20 e 59 anos que evoluíram gravemente e resultaram em óbito se tornassem regulares. Ainda assim, essa população tem maior probabilidade de sobreviver devido ao maior vigor físico, à menor ocorrência de comorbidades, ou à melhor resposta aos tratamentos dos sintomas. Diante disso, essa faixa etária provavelmente será altamente afetada pela ocorrência de síndromes de covid-longa, comprometendo cronicamente sua qualidade de vida e sua capacidade para atividades diárias, incluindo o trabalho. O aumento diferenciado de casos de covid-19 em adultos mais jovens no Brasil pode incorrer em consequências ainda mais preocupantes, como a mortalidade prematura, impactando a expectativa de vida da população (GUIMARÃES et al., 2021).

A partir de 14 de janeiro de 2022, quando as crianças foram incluídas na população elegível para a vacinação, houve a possibilidade de ampliação da cobertura populacional de vacinação.

Assim, com a inclusão desse grupo, 93,59% da população brasileira passou a ser elegível para vacinação. Neste momento, é imperativo impulsionar mais a vacinação de crianças entre 5 e 11 anos e ampliar as faixas etárias elegíveis para a vacinação o mais rápido possível. Também consideramos essencial criar estratégias para aumentar a aplicação da primeira dose em pessoas que moram em locais remotos, acompanhada de informações em massa visando minimizar o discurso antivacina, disseminado pelo governo federal, que alimenta a incerteza em alguns segmentos sociais (GUIMARÃES, 2022). Além disso, é importante que os tomadores de decisão em saúde pública garantam que as atividades de prevenção considerem fatores socioeconômicos e sociodemográficos, fornecendo apoio regular à renda para famílias de baixa renda, acesso a testes e abrigo para moradores de rua, além de melhorar o acesso à saúde nas comunidades mais vulneráveis.

## Referências

FREITAS, C. M.; SILVA, I. V. M.; CIDADE, N. C. COVID-19 AS A GLOBAL DISASTER: Challenges to risk governance and social vulnerability in Brazil. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 23, p.1-12, 2020.

<https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200115vu2020L3ID>

GUIMARÃES, R. M. Children vaccination as a population strategy to increase COVID-19 vaccine coverage in Brazil. *The Lancet*, v. 18, 2022.

<https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100240>

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8956957/pdf/main.pdf>

GUIMARÃES, R. M. et al. Younger Brazilians hit by COVID-19 – What are the implications? *The Lancet Regional Health - Americas*, v. 1, 2021.

<https://doi.org/10.1016/j.lana.2021.100014>

OLIVEIRA, E. A. et al. Clinical characteristics and risk factors for death among hospitalised children and adolescents with COVID-19 in Brazil: an analysis of a nationwide database. *Lancet Child Adolesc Health*, v. 5, p. 559-568, Aug., 2021.

[https://doi.org/10.1016/S2352-4642\(21\)00134-6](https://doi.org/10.1016/S2352-4642(21)00134-6)

PERES, I. T. et al. Sociodemographic factors associated with COVID-19 in-hospital mortality in Brazil. *Public Health*, v.192, 2021.

<https://doi.org/10.1016/j.puhe.2021.01.005>



# Saúde e autocuidado





# Pandemia, juventude e saúde mental

Carolyne Cesar Lima  
Fernanda Serpeloni  
Beatriz Schmidt  
Bernardo Dolabella  
Débora da Silva Noal

**A** pandemia de covid-19 é um evento sem precedentes na história da humanidade. Traz impactos para o senso coletivo de segurança, gera incertezas e promove a sensação de perda de controle<sup>1</sup>.

Todo o mundo foi afetado, direta ou indiretamente. Quarentenas, lockdowns e distanciamento físico, ao mesmo tempo em que são medidas eficazes para redução da velocidade de propagação do vírus, geram mudanças abruptas e drásticas na vida das pessoas<sup>2</sup>. De modo geral, pode-se observar rupturas em diversas esferas da vida como, por exemplo, em estilos de vida, no acesso a suporte social e nas relações interpessoais<sup>3</sup>.

A pandemia pode ser universal<sup>4</sup>, entretanto, existem diferenças singulares, econômicas e sociais que influenciam diretamente sua gravidade e impacto em diferentes países e seus grupos populacionais<sup>5</sup>. Estudos mostram, por exemplo, que em termos de saúde mental os jovens estão em situação de vulnerabilidade quando comparados a grupos de outras faixas etárias<sup>6</sup>: eles têm vivenciado estresse, sintomas ansiosos

---

<sup>1</sup> Schweda, A. et al, 2021; Jakovljevic, M.; Bjedov, S.; Jaksic, N.; Jakovljevic, I., 2020.

<sup>2</sup> Brenner, M. H.; Bhugra D., 2020; Brooks, S. K. et al 2020; Gloster-ID. A. T. et al. 2020; Benke, C.; Autenrieth, L.K.; Asselmann, E.; Pané-Farré, C. A., 2020; Simon, N. M.; Saxe, G.N.; Marmar, C.R., 2020; European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, 2020a; European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, 2020b.; Bambra, C.; Riordan, R.; Ford, J.; Matthews, F., 2020.

<sup>3</sup> Williamson, H. C., 2020.

<sup>4</sup> Demertzis N.; Eyerman, R., 2020.

<sup>5</sup> Gato, J. et al., 2021.

<sup>6</sup> Moreno, C. et al., 2020.

e depressivos<sup>7</sup>, e níveis mais elevados de solidão<sup>8</sup>. No Brasil, os dados obtidos pela pesquisa mostram que, durante a pandemia, a maioria dos jovens (15-29 anos) tem se sentido triste, ansiosa, impotente, sobrecarregada, exausta, entediada, impaciente, pessimista e assustada.

Existem diferentes fontes de estresse, mecanismos de coping (ou seja, de enfrentamento) e mediadores influenciando a saúde mental dos jovens. Portanto, é fundamental tentar compreender esses mecanismos.

## O que achamos e o que acontece no mundo?

Em 2020, identificou-se que as repercussões da pandemia de covid-19 sobre o bem-estar subjetivo e a saúde mental dos jovens pareceram variar conforme sexo/gênero. Nesse sentido, os jovens brasileiros de gênero feminino ou não binário, que participaram da pesquisa, referiram mais frequentemente tristeza, ansiedade, impotência, sobrecarga, exaustão, impaciência, tédio e pessimismo em comparação a participantes masculinos (TABELA 1). Esses dados corroboram com os achados de estudos em outros países<sup>9</sup>.

Ao redor do mundo, as mulheres apresentaram piores desfechos em saúde mental durante a pandemia como ansiedade e medo<sup>10</sup>, sintomas depressivos ou depressão<sup>11</sup>, sintomas de transtorno de estresse pós-traumático<sup>12</sup>, maior sofrimento psíquico/psicossocial<sup>13</sup>, maior ansiedade relacionada à covid-19, maior tempo pensando diariamente na covid-19 e maior crença numa futura crise econômica e sentimento de solidão<sup>14</sup>.

Por outra parte, os relatos de felicidade, calma, tranquilidade, descanso, empoderamento, segurança e otimismo foram mais frequentes entre aqueles que se autodeclararam masculinos (TABELA 1). Tal disparidade tem diversas origens, sendo funda-

<sup>7</sup> Badellino, H., Gobbo, M. E.; Torres, E.; Aschieri, M. E., 2020.

<sup>8</sup> De Coninck, D.; D'Haenens, L.; Matthijs, K., 2020.

<sup>9</sup> Lafleur, J.M.; Stanek, M., 2017.

<sup>10</sup> Schweda, A. et al., 2021.; Benke, C.; Autenrieth, L. K.; Asselmann, E.; Pané-Farré, C.A., 2020; Winstock, A. R.; Davies E.L., 2021; Schmid, L., Wörn, J.; Hank, K.; Sawatzki, B.; Walper, S., 2021.

<sup>11</sup> RITCHIE, A. et al., 2021; Schwinger, M.; Trautner, M.; Kärchner H, Otterpohl, N., 2020.

<sup>12</sup> Antoine, J.; Gremeaux, L.; Plettinckx, E.; Van Baelen, L., 2020.

<sup>13</sup> Gloster, A. T. et al., 2020; Frank, A.; Fatke, B.; Frank, W.; Förstl, H., Hölzle, P., 2020; Turliuc, M. N.; Candel, O. S., 2021.

<sup>14</sup> Flores, A. R., 2019

mental ressaltar também as raízes estruturais envolvidas. Por exemplo, as mulheres realizam a maioria dos serviços não remunerados e medidas de confinamento, tais como o fechamento de escolas, aumentaram a demanda por tais trabalhos que, tradicionalmente, caem na responsabilidade das mulheres<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Möhring, K. et al., 2021.

Cabe destacar que a percepção sobre a solidão e a falta de acolhimento se mostrou expressivamente maior entre pessoas não-binárias, quando comparadas com as percepções de participantes femininos e masculinos nessa pesquisa (TABELA 1). Ademais, os não-binários também relataram com maior frequência terem sido eles próprios ou pessoas de sua rede socioafetiva infectados pelo novo coronavírus (40,2%), em comparação a participantes masculinos (27,8%) e femininos (30,8%).

**TABELA 1**

Aspectos relacionados a bem-estar subjetivo e saúde mental na pandemia, de acordo com relatos de participantes de sexo/gênero masculino, feminino ou não-binário, em 2020

	♂ Masculino (%)	♀ Feminino (%)	⚧ Não-binário (%)
Tristeza	56,5	68,5	78,4
Ansiedade	63,8	79,7	87,4
Impotência	56,3	69,5	83,4
Sobrecarga	55,8	67,5	84,3
Exaustão	54,9	64,9	87,3
Impaciência	60,0	73,8	86,4
Tédio	68,0	71,1	78,8

	♂ Masculino (%)	♀ Feminino (%)	♂ Não-binário (%)
Pessimismo	30,8	36,4	67,8
Solidão	46,4	46,8	72,1
Felicidade	26,5	17,2	10,5
Calma	27,5	13,7	10,1
Tranquilidade	33,2	22,9	13,3
Descanso	34,0	25,3	10,7
Empoderamento	25,2	18,9	12,6
Segurança	36,4	20,6	24,7
Otimismo	33,3	25,5	10,1
Acolhimento	40,0	41,8	23,6

Fonte: Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2020.

O bem-estar subjetivo e a saúde mental dos jovens durante a pandemia também pareceram relacionados a características sociodemográficas, como, por exemplo, aquelas que dizem respeito à renda familiar. Assim, as perdas financeiras relacionadas à quarentena geraram sofrimento e foram associadas à ansiedade, raiva e outros sintomas psicopatológicos<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Brooks, S. K et al., 2020

No Brasil, em 2020, os participantes que moravam com filhos reportaram mais frequentemente tristeza (69,5%), sobrecarga (73,1%) e exaustão (69,5%), comparados àqueles que não moravam com filhos, cujos percentuais de respostas às mesmas questões correspondem, respectivamente, a 64%; 63,8%; 61,5%. No mesmo sentido, os participantes que moravam com filhos relataram com menos frequência que se sentiam felizes (16,1%), tranquilos (16,4%), seguros (18,3%) e descansados (20,4%), em

comparação àqueles que não moravam com filhos, cujo índice de respostas correspondem, respectivamente, a 20,8%; 26,3%; 26,0%; 28,4%. A dependência de parceiros íntimos recebeu uma carga extra durante a pandemia<sup>12</sup>. Para aqueles com filhos, a quarentena exigia cuidados infantis em tempo integral e equilíbrio no trabalho, sem outros recursos de apoio social<sup>17</sup>.

Por outra parte, os participantes que moravam sozinhos (domicílios unipessoais) referiram menos frequentemente tristeza (58,8%) e percepção de impotência (60,8%) em comparação àqueles que residiam junto a outras pessoas (respectivamente, 64,6% e 66,0%). Ademais, os jovens em domicílios unipessoais também se sentiam mais frequentemente empoderados (26,6%) e seguros (29,9%), embora menos frequentemente acolhidos (30,3%) em relação aos participantes que moravam com outras pessoas (respectivamente, 20,4%; 25,4%; 41,3%). A relação entre os jovens e seus pais também poderia influenciar tais estados, a exemplo de um estudo internacional, onde níveis mais altos de estresse foram encontrados entre jovens que moravam com os pais<sup>6</sup>. Ademais, se morar sozinho relaciona-se com níveis mais baixos de estresse e ansiedade em comparação aos que moram com alguém, tal fato sugere que esses jovens poderiam estar mais adaptados ao isolamento, enquanto o contato permanente e prolongado durante o confinamento poderia elevar os níveis de ansiedade e estresse<sup>18</sup>.

Assim, a qualidade das relações e com quem se vive parece ser mais relevante do que o fato de morar ou não sozinho. Da mesma forma, traços de personalidade, incluindo o tipo de apego e o motivo pelo qual alguém vive sozinho também podem influenciar os desfechos de saúde mental.

Os resultados do levantamento também revelaram que, quando a primeira etapa da coleta de dados foi realizada, em 2020, os participantes não cadastrados para receber o auxílio emer-

---

<sup>17</sup> Overall, N. C.; Chang, V. T.; Pietromonaco, P. R.; Low, R. S. T.; Henderson, A. M. E., 2021.

<sup>18</sup> Badellino, H.; Gobbo, M. E.; Torres, E.; Aschieri, M. E., 2020.

gencial, que coabitavam com outras pessoas, também não cadastradas, relataram com menor frequência se sentirem assustados (60,3%), tristes (61,9%) e entediados (65,9%), bem como referiram com maior frequência se sentirem acolhidos (43,1%), felizes (22,4%) e estimulados (23,1%) em comparação àqueles que já haviam recebido o subsídio (assustados: 63,5%; tristes: 65,8%; entediados: 72,8%; acolhidos: 40,1%; felizes: 19,4%; estimulados: 18,3%) e àqueles que estavam cadastrados, mas ainda não haviam recebido o subsídio (assustados: 63,3%; tristes: 68,3%; entediados: 73,7%; acolhidos: 38,7%; felizes: 17,4%; estimulados: 17,9%).

A cor/raça dos participantes também pareceu se relacionar ao bem-estar subjetivo e à saúde mental durante a pandemia. Os relatos de tristeza foram mais frequentes entre pretos (68,8%), indígenas (68,7%) e amarelos (67,3%), em comparação a pardos (64,0%) e brancos (63,2%). Entre amarelos (64,9%) e brancos (67,5%), sentir-se entediado foi menos referido em comparação a indígenas (77,8%), pretos (73,1%) e pardos (71,7%). Além disso, os indígenas reportaram maiores níveis de solidão (56,8%) e menores níveis de otimismo (15,6%), percepção de acolhimento (27,3%) e segurança (19,5%), em comparação a amarelos (respectivamente, 43,5%; 22,6%; 39,5%; 20,5%), brancos (46,3%; 25,1%; 41,6%; 25,5%), pardos (47,2%; 30,2%; 40,7%; 26,6%) e pretos (48,5%; 30,3%; 39,5%; 23,6%).

Cabe destacar que pardos (32,2%) e pretos (32,1%) relataram com maior frequência terem sido eles próprios ou pessoas de sua rede socioafetiva infectados pelo novo coronavírus, em comparação a amarelos (22,0%), indígenas (24,2%) e brancos (27,5%). É importante ressaltar que o fator raça/cor é considerado o indicador mais significativo de saúde e qualidade dos cuidados de saúde<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> WATSON, Marlene F. et al., 2020.

No que diz respeito aos dados coletados em 2021, perder amigos ou familiares foi citada como a principal preocupação por

61,1% dos jovens na segunda etapa da pesquisa, seguida por experienciar dificuldades financeiras (26,7%) e ser infectado pela covid-19 (24,4%). Ademais, essas três principais inquietações se mostraram progressivamente mais expressivas conforme a faixa etária dos participantes. Por exemplo, a perda de amigos ou familiares foi indicada por 55,5% dos participantes entre 15 e 17 anos, 62,1% dos participantes entre 18 e 24 anos, e 63,2% dos participantes entre 25 e 29 anos. Passar por dificuldades financeiras, por sua vez, foi referida por 19,7% dos jovens entre 15 e 17 anos, 27,7% entre 18 e 24 anos, e 29,9% entre 25 e 29 anos. E, por fim, ser infectado pela covid-19 foi mencionada por 22,5% daqueles entre 15 e 17 anos, 24,0% entre 18 e 24 anos, e 26,3% entre 25 e 29 anos.

Dentre as principais preocupações levantadas em 2021, notou-se também variações em relação ao gênero. Independentemente da faixa etária, perder amigos ou familiares foi uma preocupação indicada especialmente por participantes do sexo feminino (63,6%), seguida por participantes do sexo masculino (56,5%) e não-binários (47,0%). Além disso, ser infectado pela covid-19 foi referida, sobretudo, por participantes femininos (24,6%) e masculinos (24,1%) em comparação a não-binários (18,6%). Os não-binários também expressaram com menor frequência preocupação em perder a vida em decorrência da covid-19 (19,8%), em comparação a participantes masculinos (25,0%) e femininos (23,0%). Cabe destacar que, em termos gerais, o receio em perder a vida foi uma preocupação mencionada por 23,6% dos jovens, sendo a quinta mais frequente, antecedida pela preocupação com a pandemia de covid-19 não acabar tão cedo ou de ocorrerem outras pandemias (24,2%).

Sobre as situações vivenciadas como resultado direto ou indireto da pandemia em 2021, os participantes indicaram: ansiedade (61,2%); uso exagerado de redes sociais (55,7%); exaustão e/ou cansaço constante (51,3%); insônia (39,9%); ganho ou

perda exagerada de peso (34,7%); brigas frequentes dentro de casa (21,3%); depressão (16,9%); aumento do consumo de álcool e/ou cigarro e/ou outras drogas (9,7%); automutilação e/ou pensamento suicida (9,2%). Cabe salientar que apenas 7,2% dos participantes referiram não ter vivenciado nenhuma dessas situações como resultado direto ou indireto da pandemia.

As tecnologias de comunicação online foram um dos mais importantes canais para as pessoas combaterem seu distanciamento durante a quarentena/lockdown/isolamento social<sup>20</sup>.

Entretanto, ao mesmo tempo que o capital social da internet esteve relacionado com a redução dos sintomas depressivos, a procura excessiva sobre sintomas relacionados à covid-19 foi associada com o aumento da ansiedade<sup>21</sup>.

Embora desentendimentos domésticos fossem encontrados ao redor do mundo como redução da satisfação das relações após a covid-19, conflitos no relacionamento associaram-se negativamente com níveis de satisfação da relação durante a pandemia<sup>22</sup>. Ainda mais alarmante é o fato de que, no âmbito internacional, uma eventual piora no funcionamento familiar fosse associada a níveis mais elevados de estresse<sup>23</sup>.

O uso de drogas abrange uma ampla gama de substâncias, e as medidas de quarentena têm um impacto misto sobre o uso e o fornecimento de drogas mundialmente<sup>24</sup>. Enquanto a ausência de ambientes sociais durante o lockdown influenciou na redução do uso de estimulantes, houve aumento de 37% do uso de sedativos durante a pandemia de covid-19 em âmbito mundial<sup>25</sup>, o que pode ter sido influenciado pela escassez de outras drogas ou como estratégia de enfrentamento do momento vivenciado, visto que se sentir mais estressado, mais deprimido e mais solitário foram os três principais fatores relatados como razão para o aumento do uso de benzodiazepínicos.

---

<sup>20</sup> Grasso, M.; Klicperová-Baker, M.; Koos, S.; Kosyakova, Y.; Petrillo, A.; Vlase, I., 2021.

<sup>21</sup> Sigurvinsdottir, R.; Thorisdottir, I. E.; Gylfason, H. F., 2020.

<sup>22</sup> Williamson, H.C., 2020.

<sup>23</sup> Gloster, A. T. et al., 2020.

<sup>24</sup> EMCDDA, 2020a; EMCDDA, 2020b.

<sup>25</sup> Winstock, A. R.; Davies, E. L., 2020.

Os sinais/sintomas de ansiedade se mostraram progressivamente mais expressivos conforme a faixa etária dos participantes. Observou-se que 54,5% dos participantes da pesquisa com idades entre 15 e 17 anos reportaram ansiedade em comparação a 61,7% daqueles com idades entre 18 e 24 anos e 65% dos que tinham entre 25 e 29 anos. O mesmo ocorreu em relação aos sinais/sintomas de depressão: 15 a 17 anos: 13,5%; 18 a 24 anos: 16,6%; 25 a 29 anos: 19,9%. O aumento do consumo de álcool e/ou cigarro e/ou outras drogas ficou assim distribuído: 15 a 17 anos: 4,0%; 18 a 24 anos: 9,5; 25 a 29 anos: 13,9%. No que diz respeito ao ganho ou perda exagerada de peso, assinalaram-se os seguintes percentuais por faixa etária: 15 a 17 anos: 30,5%; 18 a 24 anos: 34,7%; 25 a 29 anos: 37,7%.

O recorte de gênero também pareceu relacionado às situações vivenciadas como resultado direto ou indireto da pandemia; aqui, as repercussões mais negativas relatadas por participantes, sugerem ter sido experienciadas por participantes não-binários e do sexo feminino, em comparação a participantes do sexo masculino (TABELA 2).

**TABELA 2**

Situações vivenciadas como resultado direto ou indireto da pandemia, de acordo com relatos de participantes de sexo/gênero masculino, feminino ou não binário, em 2021

	♂ Masculino (%)	♀ Feminino (%)	⚧ Não-binário (%)
Ansiedade	49,4	66,9	76,4
Uso exagerado de redes sociais	49,2	58,9	59,2
Exaustão e/ou cansaço constante	39,7	56,9	59,5
Insônia	33,0	43,2	54,7

	♂ Masculino (%)	♀ Feminino (%)	♿ Não-binário (%)
Ganho ou perda exagerada de peso	26,7	38,7	41,4
Brigas frequentes dentro de casa	17,2	23,2	33,8
Depressão	14,6	17,7	47,1
Aumento do consumo de álcool e/ou cigarro e/ou outras drogas	10,2	9,3	25,4
Automutilação e/ou pensamento suicida	7,7	9,7	30,2

Fonte: Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021.

Com relação às atividades realizadas durante a pandemia em 2021, os jovens referiram: ter feito alguma atividade física (51,2%); ter comparecido a, pelo menos, uma consulta médica de rotina (30,6%); ter frequentado, ao menos, a uma consulta odontológica (28,4%); ter participado de algum tipo de terapia ocupacional, como cursos, trabalhos manuais e outras atividades que lhes permitissem manterem-se ocupados (15,6%). Adicionalmente, 9,1% dos participantes relataram ter começado a fazer psicoterapia durante a pandemia. Dentre estes se encontram os que também mencionaram experienciar sinais/sintomas de depressão (20,8%) e aumento do consumo de álcool e/ou cigarro e/ou outras drogas (20,0%).

Sobre aspectos relativos à saúde e ações prioritárias em instituições públicas e privadas para auxiliar os jovens a lidar com os efeitos da pandemia, os participantes assinalaram, em 2021, a necessidade de: atendimento psicológico em serviços públicos voltados à população jovem (47,7%); acompanhamento psicológico nas escolas (36,9%); ações para garantir

alimentação segura aos mais vulneráveis (31,5%); maior oferta de atividades esportivas ou de condicionamento físico (17,8%); projetos sobre autocuidado (12,8%); projetos sobre autoconhecimento (12,3%); e, projetos para estimular a reeducação alimentar (7,2%).

## Para onde seguir daqui?

A pandemia de covid-19 é mais do que uma infecção viral. Diz respeito a como as pessoas, sistemas de saúde, governos e agências internacionais agem e cooperam. Provavelmente, a crise que a doença desencadeou mudará as relações sociais, com a tecnologia, com o mundo. Vai desafiar as visões de mundo e os valores da vida.

O individualismo, tão presente atualmente, não só gera consequências para a saúde mental, como também para os rumos da humanidade. A falta de solidariedade impactou no surgimento da pandemia, tanto pelo aumento do contágio e pela falta de esforços globais para seu combate logo no início, como também pelo desequilíbrio ecológico que a originou. Entendemos então que o controle da pandemia e de suas consequências depende da existência de atitudes pautadas na solidariedade<sup>26</sup>.

Pensando no individualismo como fator importante na proliferação da covid-19, o caminho para seu controle deve ser o oposto, visando um pensamento solidário e focado no bem-estar coletivo. A solidariedade e o sentimento de esperança, além de ocuparem um lugar importante na pandemia, mostram-se fatores capazes de influenciar no bem-estar e na capacidade das pessoas de lidarem com o estresse e o medo derivados da pandemia<sup>27</sup>. Além disso, a solidariedade também é positivamente associada com tomadas de decisão em consonância com as medidas de saúde pública<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Takuma, K., 2020; Tomasini, F., 2021. Bangura, M. S.; Gonzalez, M. J.; Ali, N.M., et al., 2020.

<sup>27</sup> Igwe, P. A. et al., 2020.; Satici, S. A. et al., 2020; Genc, E., & Arslan, G., 2021.

<sup>28</sup> De Coninck, D., D'Haenens, L., Matthijs, K., 2020.

Por terem essa capacidade de auxiliar no controle da pandemia e atuar como fatores protetivos para a saúde mental, tais sentimentos devem ser incentivados e construídos coletivamente. Estabelecer esperança e solidariedade para os jovens pode auxiliar não só no combate à pandemia e seus efeitos, mas também na construção de novos rumos para as sociedades atuais.

## Referências

ANTOINE, Jérôme; GREMEAUX, Lies; PLETTINCKX, Els; VAN BAELEN, Luk. Web-survey over het gebruik en aanbod van illegale middelen tijdens de coronacrisis: eerste resultaten. Bruxelas: Sicensano, 2020. Disponível em: [https://drugs.wiv-isp.be/docs/DocumentsSurveyDrugsCovid\\_NL.pdf](https://drugs.wiv-isp.be/docs/DocumentsSurveyDrugsCovid_NL.pdf)

BADELLINO, H.; GOBBO, M.E.; TORRES, E.; ASCHIERI, ME. Early indicators and risk factors associated with mental health problems during COVID-19 quarantine: Is there a relationship with the number of confirmed cases and deaths? *Int J Soc Psychiatry* [Internet], 15 out. 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.1177/0020764020966020>  
Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020764020966020>

BAMBRA, C; RIORDAN, R; FORD, J; MATTHEWS, F. The COVID-19 pandemic and health inequalities. *Journal of Epidemiology and Community Health*. Vol. 74, p. 964–8. BMJ Publishing Group; 2020. Disponível em: <https://jech.bmj.com/content/74/11/964>

BANGURA, M.S. et al. A collaborative effort of China in combating COVID-19. *Glob Health Res Policy* 5, 47 (2020). DOI: <https://doi.org/10.1186/s41256-020-00174-z>

BENKE, C et al. Lockdown, quarantine measures, and social distancing: Associations with depression, anxiety and distress at the beginning of the COVID-19 pandemic among adults from Germany. *Psychiatry Res* [Internet]. c Nov 1 [cited 2021 Apr 14]; 293:113462. Disponível em: </pmc/articles/PMC7500345/>

BRENNER, M.H; BHUGRA, D. Acceleration of Anxiety, Depression, and Suicide: Secondary Effects of Economic Disruption Related to COVID-19. *Front Psychiatry* [Internet]. 2020 Dec 15 [cited 2021 Apr 11]; 11:592467. DOI: <10.1016/j.psychres.2020.113462>  
Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7500345/>

BROOKS, S. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*. Lancet Publishing Group Vol. 395; 2020, . p. 912–20. DOI:

<https://doi.org/10.1016/>

Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32112714/>

DE CONINCK, D; D'HAENENS, L; MATTHIJS, K. Perceived vulnerability to disease and attitudes towards public health measures: COVID-19 in Flanders, Belgium. *Personality and Individual Differences* [Internet], vol. 166, 1 nov. 2020 DOI: 166:110220. Disponível em:

[/pmc/articles/PMC7327450/](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32112714/)

DEMERTZIS, N; EYERMAN, R. Covid-19 as cultural trauma. *Am J Cult Sociol* [Internet]. 2020 Dec 1 [cited 2021 Apr 30];8(3):428–50. Disponível em:

<https://doi.org/10.1057/s41290-020-00112-z>

EMCDDA-THE EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUG ADDICTION. European Drug Report 2020: Trends and Developments *EMCCDA Homepage*. Lisboa, set., 2020. Disponível em:

[https://www.emcdda.europa.eu/publications/edr/trends-developments/2020\\_en](https://www.emcdda.europa.eu/publications/edr/trends-developments/2020_en)

EMCDDA-THE EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUG ADDICTION. Impact of COVID-19 on patterns of drug use and drug-related harms in Europe. *EMCCDA Homepage*. Lisboa, jun. 2020 Disponível em:

[https://www.emcdda.europa.eu/publications/ad-hoc-publication/impact-covid-19-patterns-drug-use-and-harms\\_en](https://www.emcdda.europa.eu/publications/ad-hoc-publication/impact-covid-19-patterns-drug-use-and-harms_en)

FLORES, A.R. Social Acceptance of LGBT People in 174 Countries and Locations: 1981 to 2017. 2019. The Williams Institute at UCLA School of Law, 2019. JSTOR, 2019. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/resrep35024>

FRANK, A; FATKE, B; FRANK, W; FÖRSTL, H; HÖLZLE, P. Depression, dependence and prices of the COVID-19-Crisis [Internet]. Vol. 87, *Brain, Behavior, and Immunity*, vol. 87, jul. 2020, p.99. Disponível em:

[/pmc/articles/PMC7189841/](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32112714/)

GATO, J et al. Psychosocial Effects of the COVID-19 Pandemic and Mental Health among LGBTQ+ Young Adults: A Cross-Cultural Comparison across Six Nations. *J Homosex*, [2021 Mar 21 [cited 2021 Apr 30];68(4):612–30. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00918369.2020.1868186>

GENC, E., & ARSLAN, G. Optimism and dispositional hope to promote college students' subjective well-being in the context of the COVID-19 pandemic. *Journal of Positive School Psychology*, 5(2), 87–96, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47602/jpsp.v5i2.255>

GLOSTER, A. T. *et al.* Impact of COVID-19 pandemic on mental health: An international study. *PLoS ONE*, 15 (12), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0244809>

GRASSO, M; KLICPEROVÁ-BAKER, M; KOOS, S; KOSYAKOVA, Y; PETRILLO, A.; VLASE, I. The impact of the coronavirus crisis on European societies. What have we learnt and where do we go from here? Introduction to the COVID volume. European Society, vol. 23, n. S1, pp.2–32. Disponível em: e) Journal homepage: <https://www.tandfonline.com/loi/reus20>

IGWE, P. A. *et al.* Solidarity and social behaviour: how did this help communities to manage COVID-19 pandemic? *International Journal of Sociology and Social Policy*, Vol. 40 No. 9/10, pp. 1183-1200, 2020. Emerald Insight. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/0144-333X.htm>

JAKOVLIEVIC, M; BJEDOV, S; JAKSIN, N; JAKOVLIEVIC, I. Covid-19 pandemia and public and global mental health from the perspective of global health security. *Psychiatr Danub.* 2020, vol. 32 n. 1, pp. 6-14. DOI: 10.24869/psyd.2020.6. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32303023/>

LAFLEUR, JM; STANEK, M. Restrictions on Access to Social Protection by New Southern European Migrants in Belgium. In: LAFLEUR, JM; STANEK, M. (Ed.) South-North Migration of EU Citizens in Times of Crises. IMISCOE Research Series & Springer Science. Suiça: Springer Open, 2017, pp. 99-121 em: [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-39763-4\\_7](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-39763-4_7)

MOHRING, K, *et al.* The COVID-19 pandemic and subjective well-being: longitudinal evidence on satisfaction with work and family. *European Society*, vol. 23, sup1, pp.601-617, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616696.2020.1833066>

MORENO, C *et al.* How mental health care should change as a consequence of the COVID-19 pandemic. Vol. 7, *The Lancet Psychiatry*. Elsevier Ltd, vol. 7, pp.813-24; 2020. Disponível em: </pmc/articles/PMC7365642/>

OVERALL, N.C; CHANG, V.T; PIETROMONACO, P.R; LOW R.S.T; HENDERSON, A.M.E. Partners' Attachment Insecurity and Stress Predict Poorer Relationship Functioning During Covid- 19 Quarantines. *Soc Psychol Personal Sci* [Internet], 16 fev. 2021 Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1948550621992973?journalCode=sppa>

RITCHIE, A. et al. Covid-19: Income Support and Debt Relief. In: *Our World in Data*. Oxford, 2020. Disponível em:

<https://ourworldindata.org/covid-income-support-debt-relief>

SATICI, S. A et al. Resilience, Hope, and Subjective Happiness Among the Turkish Population: Fear of COVID-19 as a Mediator. *Int J Ment Health Addiction*, dez. 2020.

<https://doi.org/10.1007/s11469-020-00443-5>

SCHMID, L; WÖRN, J; HANK, K; SAWATZKI, B; WALPER, S. Changes in employment and relationship satisfaction in times of the COVID-19 pandemic: Evidence from the German family Panel. *European Societies*, vol. 23, sup. 1, pp. 743–58. 2021.. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/action/journalInformation?journalCode=reus20>

SCHWEDA, A et al. Phenotyping mental health: Age, community size, and depression differently modulate COVID-19-related fear and generalized anxiety. *Compr Psychiatry*, jan. 2021 DOI:

[10.1016/j.comppsy.2020.152218](https://doi.org/10.1016/j.comppsy.2020.152218)

Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33232827/>

SCHWINGER, M; TRAUTNER, M; KÄRCHNER, H; OTTERPOHL, N. Psychological impact of corona lockdown in Germany: Changes in need satisfaction, well-being, anxiety, and depression. *Int J Environ Res Public Health* [Internet], vol. 17. N. 23, pp.1-11, dez. 2020. Disponível em:

[/pmc/articles/PMC7731307/](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33232827/)

SIGURVINSÐOTTIR, Rannveig; THORISÐOTTIR, Ingibjorg E.; GYLFASON, Haukur Freyr. The impact of COVID-19 on mental health: The role of locus on control and internet use. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 19, p. 6985, 2020. doi: 10.3390/ijerph17196985

Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7579380/>

SIMON, N. M.; SAXE, G. N.; MARMAR, C. R. Mental Health Disorders Related to COVID-19-Related Deaths JAMA - Journal of the American Medical Association. American Medical Association, vol. 324, p. 1493-4, 2020. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http://>

TAKUMA, Kayo. Global Solidarity is Necessary to End the COVID-19. Pandemic, *Asia Pacific Review*, 27:2, 46-56, 2020. DOI: [10.1080/13439006.2020.1841949](https://doi.org/10.1080/13439006.2020.1841949)

Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13439006.2020.1841949>

TOMASINI, F. Solidarity in the Time of COVID-19? *Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics*, 30(2), 234-247, 2021. DOI: [10.1017/S0963180120000791](https://doi.org/10.1017/S0963180120000791)

TURLIUC, M. N.; CANDEL, O.S. Not All in the Same Boat. Socioeconomic Differences in Marital Stress and Satisfaction During the Covid-19. *Pandemic. Front Psychol* [Internet]. 2021. Disponível em: [pmc/articles/PMC8044790/](https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.644790)

WATSON, Marlene F. et al. COVID 19 interconnectedness: Health inequity, the climate crisis, and collective trauma. *Family process*, v. 59, n. 3, p. 832-846, 2020.

WILLIAMSON, HC. Early Effects of the COVID-19 Pandemic on Relationship Satisfaction and Attributions. *Psychol Sci*, vol 31, n.12 pp.1479-87, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0956797620972688>

WINSTOCK A. R.; Davies E.L. GDS Special Edition on Covid-19. *Interim Report Global*, 2020. Disponível em: [https://www.drugsandalcohol.ie/32106/1/GDS\\_COVID-19-GLOBAL\\_Interim%20Report-FINAL.pdf](https://www.drugsandalcohol.ie/32106/1/GDS_COVID-19-GLOBAL_Interim%20Report-FINAL.pdf)



# Automutilação, pensamento suicida, ansiedade e depressão entre jovens: efeitos diretos ou indiretos da pandemia

Joviana Avanci  
Edinilsa de Souza  
Liana Pinto  
Kathie Njaine

**E**ste capítulo traz informações sobre o perfil sociodemográfico, familiar, de saúde, educação, trabalho e perspectiva de futuro de 68.114 jovens de diferentes regiões e estratos sociais que participaram da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus em 2021*, e que referiram sentir ansiedade, depressão e comportamento de automutilação e/ou pensamento suicida como efeito direto ou indireto da pandemia. Os achados apresentados ao longo deste artigo se limitam a trazer características e experiências do grupo de jovens com os problemas de saúde mental acima mencionados e os que não relataram tais dificuldades, as quais revelam pistas importantes de como vivem e o que sentem esses jovens que se encontram em considerável sofrimento mental.

É conhecido que em situações pandêmicas ou epidêmicas, a quantidade de pessoas afetadas psicologicamente pode ser maior que a de pessoas infectadas (Golberstein *et al.*, 2020; Binotto *et al.*, 2021). A crise sanitária ocasionada pelo vírus covid-19, que conduziu ao confinamento, à perda de pessoas queridas, ao distanciamento de amigos e da escola, à exposição à violência familiar e outros eventos estressantes, somada a uma recessão econômica, ao uso abusivo da internet e, em especial, das redes sociais digitais, e mudanças drásticas na rotina acarretou ou agravou os problemas de saúde mental das pessoas em geral e, em especial, dos jovens, que estão num momento peculiar de vida. Aqueles que se encontram nas camadas mais empobrecidas da população são ainda mais afetados por enfrentarem dificuldades no acesso à educação e ao mercado de trabalho, com o aumento das incertezas quanto ao futuro.

Tal situação pode ter impacto importante na qualidade de vida dos jovens, interferindo negativamente no conforto emocional e desempenho diário, no relacionamento com familiares e amigos, e na visão de si. Esse contexto mais fragilizado exige apoio comunitário e especializado, cuidado e atenção de pessoas próximas, da escola e dos serviços de saúde. Contudo, no auge da pandemia, com as escolas fechadas e o atendimento em saúde mental restrito, muitos casos não puderam ser acompanhados, o que deixou muitos jovens desamparados, e provocou o agravamento dos quadros mais agudos.

### O que é ansiedade, depressão, automutilação e pensamento suicida?

A **ansiedade** é um sentimento vago e desagradável de medo e apreensão, caracterizado por tensão ou desconforto originado pela antecipação de perigo ou de algo desconhecido ou

estranho. Exige cuidado médico ou acompanhamento psicoterapêutico quando se torna exagerado, desproporcional em relação ao estímulo ou muito distinto do esperado para a faixa etária (Castillo et al., 2000). Entre jovens, tornou-se um dos quadros psiquiátricos mais comuns.

A **depressão** caracteriza-se pelo predomínio de um humor deprimido ou perda de interesse ou prazer por quase todas as atividades por um período mínimo de duas semanas. Em adolescentes e jovens, o humor pode ser irritável ou rabugento ao invés de triste. Também são comuns alterações no apetite, peso, sono e atividade psicomotora; diminuição da energia; sentimentos de desvalia ou culpa; dificuldades para pensar, concentrar-se ou tomar decisões, ou pensamentos recorrentes sobre morte ou ideação suicida, planos ou tentativas de suicídio (APA, 2014). É bem frequente a presença de ansiedade associada à depressão numa mesma pessoa, sendo este um quadro comum entre adolescentes e jovens.

A **automutilação**, por sua vez, é todo ato que envolve a agressão direta e intencional sobre o próprio corpo com resultado não fatal e sem intenção suicida consciente (Krug et al., 2002). Embora os cortes sejam o método mais conhecido, a automutilação também envolve queimaduras, arranhões, mordidas, bater partes do seu corpo contra paredes e cutucar feridas. Um mesmo jovem pode recorrer a uma ou mais formas de se ferir, podendo iniciar por métodos menos graves até os mais fatais. Esse ato é uma forma de expressar o sofrimento e comunicar o que sente diante da vivência da dor existencial, gerando alívio. A maioria afirma que se machuca com o objetivo de lidar com emoções de raiva, culpa, vergonha, ansiedade, tensão, pânico, tristeza, frustração e desprezo, que são vivenciadas de maneira intensa e dolorosa (Walsh, 2012). Atos de se ferir ou se machucar não devem ser desvalorizados.

O **pensamento suicida** envolve ideias de não querer mais existir, de tirar a própria vida e de desejar morrer. Faz parte do comportamento suicida, que costuma iniciar nesse tipo de pensamento e pode evoluir para o planejamento, a tentativa e o suicídio consumado; todos caracterizados pela intenção de acabar com a própria vida (Krug et al., 2002). No decorrer do capítulo os achados sobre automutilação e pensamento suicida serão apresentados juntos. Contudo, cabe ressaltar que nem todas as pessoas que se ferem, pensam necessariamente em se matar, havendo, teórica e clinicamente, distinções entre esses comportamentos.

Dos 68.114 jovens entrevistados, 61,2% afirmaram que sentiram **ansiedade**, 16,9% apontaram ocorrência de **depressão**, e 9,2% mencionaram experiências de **automutilação e/ou pensamento suicida** no período da pandemia. Jovens com a cor da pele branca e parda/preta relataram quase a mesma proporção das dificuldades de saúde mental abordadas (aproximadamente 50%).

Ao mesmo tempo, revelou-se como tendência a predominância das mulheres em todos os transtornos. O processo de adoecimento mental da mulher pode ter origem no seu papel subalterno de poder na sociedade e na própria socialização feminina, que acaba estimulando uma maior fragilidade emocional, além da maior vivência de situações de violências domésticas, desvantagem socioeconômica e educacional, dificuldades na entrada no mercado de trabalho e responsabilidade incessante no cuidado de outras pessoas.

Esse contexto parece ter consequências negativas no estado de saúde das mulheres, destruindo a sua autoestima e expondo-as a um risco mais elevado de vir a desenvolver problemas de saúde mental. Vale lembrar que os obstáculos são ainda maiores para mulheres pretas e periféricas, submetidas a outros contextos de discriminação e outras violências.

Todavia, quando os dados são analisados em cada gênero, constatou-se a maior vulnerabilidade e sofrimento entre pessoas do grupo não-binário<sup>1</sup>, e o destaque para a ansiedade. Entre as meninas, 10% mencionaram automutilação e/ou pensamento suicida, 67% relataram ansiedade e 18% depressão; entre os rapazes, 8%, 49% e 15% mencionaram, respectivamente, os transtornos citados; já entre os jovens não-binários, 30% indicaram automutilação e/ou pensamento suicida, 76% ansiedade e 47% depressão. Esses achados evidenciam a vulnerabilidade do último grupo, que padece pela exclusão social, violação dos direitos humanos, solidão e diversas violências (psicológica, moral, física).

## Percepção sobre saúde

A preocupação excessiva é uma característica bem marcante de vários transtornos mentais, especialmente os de ansiedade. Na pesquisa, jovens com ansiedade, depressão e automutilação/pensamento suicida, demonstram maior tendência a desenvolver preocupações, entre as quais estão o receio de perder familiar/amigo, passar por problemas financeiros e agravar/desenvolver problema de saúde física ou emocional. Esse perfil compõe o quadro dos problemas de saúde mental e incrementa o sofrimento desses jovens, que vivem imersos no medo e na insegurança.

A autoavaliação negativa da alimentação, do condicionamento físico, da qualidade do sono e do estado emocional é bem mais presente entre jovens com ansiedade, depressão e automutilação/pensamento suicida (TABELA 1). Isso fica evidente quando se observa que boa parte dos entrevistados com problemas de saúde mental (78% dos que apresentavam automutilação/pensamento suicida, 48% daqueles com ansiedade, e 74% daqueles com depressão) avaliou seu estado emocional como péssimo ou ruim. Essa percepção pode ser decorren-

---

<sup>1</sup> Gênero não binário rompe com os atributos considerados esperados para o masculino e o feminino. Pessoas que assim se nomeiam caracterizam-se e descaracterizam-se como homens, mulheres, ambos, entre ou nenhum (BUTLER, 2008).

te da própria característica desses problemas mentais, onde prevalece uma visão mais sombria de si e amarga da vida, que deve servir como alerta para importantes sinais e sintomas do comprometimento na vida dos jovens.

**TABELA 1**

Frequência de jovens com ansiedade, depressão e comportamento de automutilação/pensamento suicida, segundo percepção de aspectos da vida – Brasil, 2021

Avaliação sobre aspectos da vida		Ansiedade		Depressão		Automutilação/ pensamento suicida	
		% não	% sim	% não	% sim	% não	% sim
Alimentação	Péssimo/ ruim	7	16	10	26	11	31
	Regular	24	32	29	34	29	35
	Bom/ótimo	69	52	61	39	60	34
Condicionamento físico	Péssimo/ ruim	20	38	28	51	30	51
	Regular	32	34	35	29	34	31
	Bom/ótimo	47	27	37	20	36	19
Qualidade do sono	Péssimo/ ruim	15	36	24	53	26	59
	Regular	29	35	34	29	34	26
	Bom/ótimo	56	29	42	19	41	15
Estado emocional	Péssimo/ ruim	13	48	28	74	32	78
	Regular	33	38	40	20	38	17
	Bom/ótimo	54	15	21	5	30	4

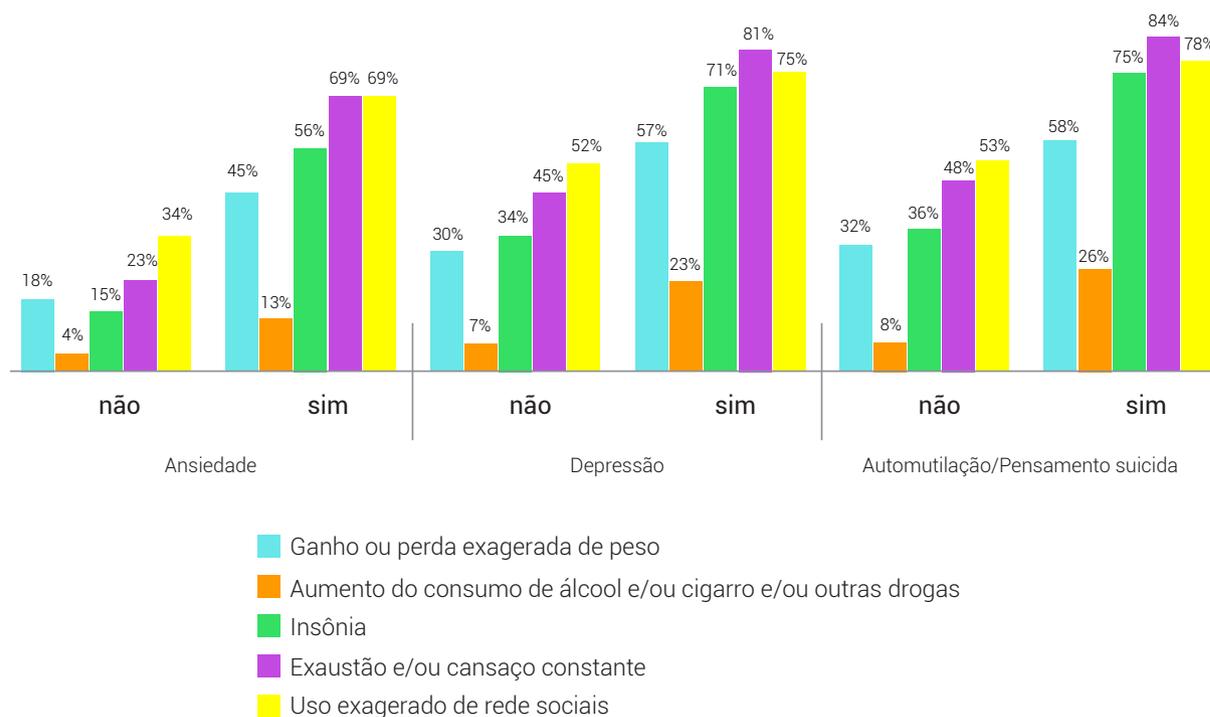
Fonte: Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021.

Esta tendência se mantém quando se observa o marcante relato de ganho ou perda exagerados de peso; aumento do uso de álcool, cigarro e outras drogas; insônia e exaustão/cansaço constante como resultado direto ou indireto da pandemia entre os jovens com ansiedade, depressão e automutilação/pensamento suicida (GRÁFICO 1). A mudança exagerada do peso e o uso excessivo de redes sociais digitais são os mais relatados como efeitos da pandemia. Na mesma direção, impressiona observar como os jovens com problemas mentais relatam com mais frequência os sentimentos de chateação, insegurança e desilusão com a perspectiva de saúde juvenil.

Vale destacar que o espaço da internet tem ocupado um lugar ambíguo em relação aos transtornos mentais. Por uma parte, é um espaço de apoio e suporte online, onde se busca ajuda e troca de experiências; mas, por outra, especialmente no que se refere à automutilação e/ou pensamento suicida, tem facilitado o acesso a descrições detalhadas de métodos para se machucar e para se matar, com o encorajamento aos atos e insinuações que as pessoas ficarão em situação melhor depois dessas ações (Gomes et al, 2019; Botti e Pereira, 2019).

## GRÁFICO 1

Frequência de jovens com ansiedade, depressão e comportamento de automutilação/pensamento suicida, segundo situações resultantes direta ou indiretamente da pandemia - Brasil, 2021



Fonte: Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021

Esse padrão de maior insatisfação com vários aspectos da saúde e da qualidade de vida também é evidenciado no maior relato de busca de atendimento médico pelos jovens com ansiedade, depressão e automutilação/pensamento suicida. Entre 35% e 40% desses jovens tiveram pelo menos uma consulta médica de rotina no período da pandemia ao passo que os demais participantes relataram menor procura por serviço de saúde (18% a 30%). Esse modelo também se repete em relação à procura de outros serviços, tais como: consulta odontológica, contrato de plano de saúde, seguro de vida, atualização de vacina, realização de atividade física e busca por terapia ocupacional (cursos, trabalhos manuais, dentre outros).

Entre os jovens com os problemas mentais aqui abordados, 13% dos que relataram ansiedade, 21% dos que informaram depressão e 19% com comportamento de automutilação/ pensamento suicida buscaram atendimento psicoterapêutico – percentual que se mantém aquém do que seria o necessário e, portanto, preocupante, face ao número de jovens que mencionaram tais problemas. Cerca de 50% de todos os jovens entrevistados desejam atendimento psicológico, em especial, aqueles que sofrem todo o mal estar gerado pelos problemas aqui abordados, que representam em torno de 60% do universo de jovens pesquisados. Isso mostra a necessidade de muitos jovens terem apoio emocional com profissional especializado diante de um cenário de vida incerto, inseguro e com escassa e frágil perspectiva de vida, e com quem se sinta seguro para falar, compartilhar experiências e contar com escuta ativa e orientação.

## Família

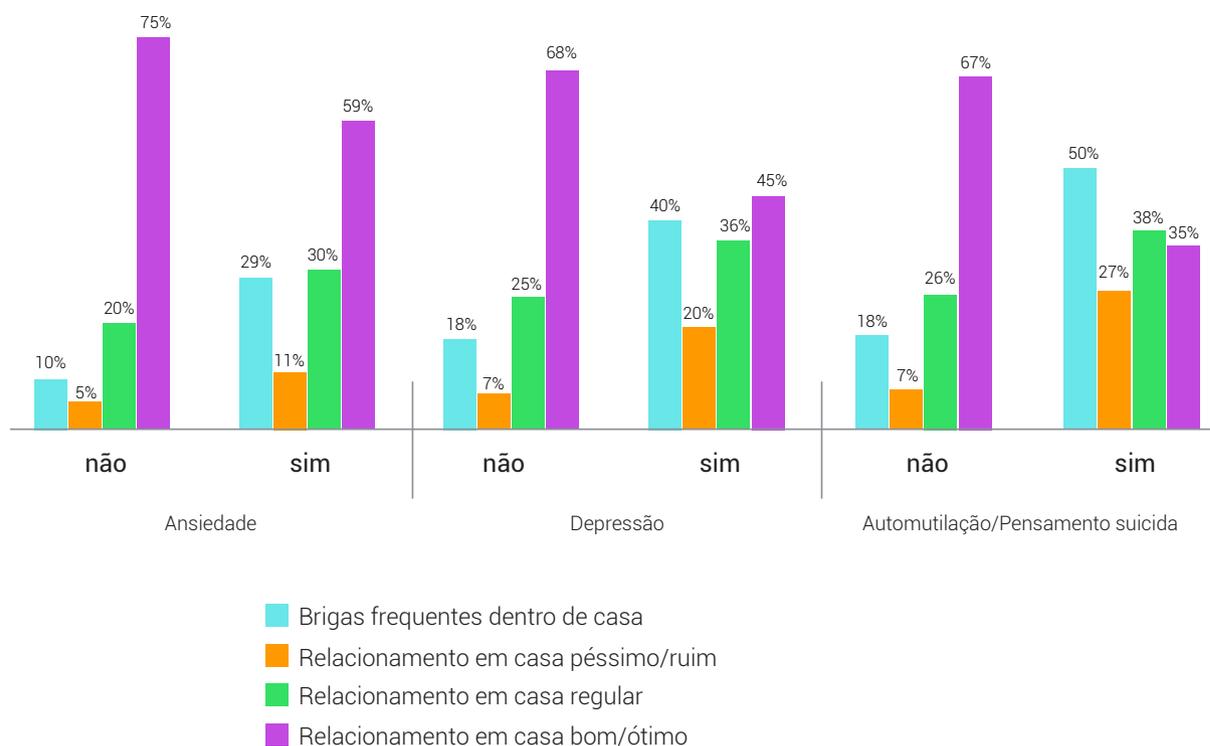
O contexto familiar relacional difícil e com pouco ou nenhum espaço para o diálogo contribui muito para os quadros de transtornos mentais. Contudo, as próprias características desses problemas mentais colaboram para que haja percepção mais negativa da família e da vida, e maior dificuldade de interação social. Vale ressaltar que o confinamento forçado, o fantasma do desemprego dos pais ou do próprio jovem, o medo de contaminação e a própria vivência da doença covid-19 são alguns dos fatores estressantes que podem ter impactado o ambiente da família e a saúde mental dos jovens, e mais ainda os que estão mais frágeis emocionalmente.

Entre os jovens que relataram ansiedade, depressão e automutilação/pensamento suicida destaca-se a composição familiar formada por mãe, pai e irmãos (em torno de 25%), e com a presença de mãe/madrasta e/ou pai/padrasto. Esse era o arranjo familiar existente antes mesmo da pandemia para 80%

dos participantes que relataram os problemas aqui abordados e é bem semelhante à proporção de jovens que não mencionam as questões de saúde mental indagadas. Chama atenção a marcante presença de brigas familiares e o péssimo/ruim relacionamento em casa entre jovens com pensamento suicida/automutilação e depressão, fato menos observado entre aqueles que denotam ansiedade (GRÁFICO 2).

## GRÁFICO 2

Frequência de jovens com ansiedade, depressão e comportamento de automutilação/pensamento suicida, segundo relacionamento em casa – Brasil, 2021



Fonte: Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021

## Educação

A maior parte dos jovens que sofre ansiedade, depressão e automutilação/ pensamento suicida estuda e não trabalha (38%, 39% e 48%, respectivamente). Dentre os que relataram ansiedade e depressão, a maioria está no Ensino Superior (51% e 53%, respectivamente); já em relação à automutilação e/ou pensamento suicida, a maior parcela está no Ensino Médio (49%), o que pode sugerir que o comportamento de se ferir é mais típico no grupo mais novo.

Nota-se que há mais jovens da rede privada que se veem ansiosos e deprimidos (54%). Também há mais relatos de jovens com ansiedade (62% contra 46% que não relataram o problema) e depressão (61% contra 54% que não a referiram) que mencionam ter cancelado ou trancado a matrícula durante a pandemia. Neste sentido, são esses jovens que mencionam sentir um pouco mais de dificuldade para estudar para o ENEM. Ter problemas de saúde foi um dos motivos alegados por todos os entrevistados na pesquisa para terem parado de frequentar a escola durante a pandemia, especialmente entre aqueles com os problemas de saúde mental aqui apresentados: 21% dos que tiveram comportamento de automutilação e/ou pensamento suicida frente a 8% sem o problema; 11% dos portadores de ansiedade frente a 7% de pessoas sem esse problema e 19% dos jovens com depressão frente a 6% daqueles que não apresentaram esse quadro.

A falta de planejamento de gestores da educação para garantir um retorno seguro de estudantes ao estudo presencial, a ausência de políticas de segurança alimentar e de apoio para aulas online durante o período de confinamento podem ter levado os jovens à desesperança. A **TABELA 2** apresenta que, com a perspectiva de volta às aulas, sentimentos de desilu-

são, insegurança e chateação prevaleceram entre os jovens com ansiedade, depressão e automutilação e/ou pensamento suicida. Ante a possibilidade de retorno ao estudo presencial, é esse grupo o que mais gostaria de atividades para trabalhar as emoções, de contar com acompanhamento psicossocial para toda a comunidade escolar e de políticas que priorizassem a redução das desigualdades educacionais como ações prioritárias, por meio das quais instituições públicas e privadas pudessem apoiar os jovens a lidar com os efeitos da pandemia.

**TABELA 2**

Frequência de jovens com ansiedade, depressão e comportamento de automutilação/ pensamento suicida, segundo sentimentos de esperança, segurança e animação ante a perspectiva de volta às aulas presenciais. – Brasil, 2021

Sentimentos pela volta às aulas	Ansiedade		Depressão		Automutilação/ pensamento suicida	
	% não	% sim	% não	% sim	% não	% sim
Muito chateado/chateado	26	38	31	37	32	45
Neutro	26	25	27	21	26	19
Muito animado/animado	48	37	43	32	31	36
Muito inseguro/inseguro	40	58	48	67	40	67
Neutro	29	26	29	19	28	19
Muito seguro/seguro	31	16	33	13	32	14
Muito desiludido/desiludido	27	44	34	56	36	54
Neutro	27	25	27	20	27	19
Muito esperançoso/esperançoso	46	32	39	24	38	27

Fonte: Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021

## Trabalho e Perspectiva de futuro

Segundo a 4ª edição do relatório *ILO Monitor: Covid-19 and the world of work* (ILO, May, 2020), a juventude está sendo desproporcionalmente afetada pela pandemia e o aumento significativo e rápido do desemprego juvenil observado desde fevereiro de 2020 é mais intenso entre as mulheres jovens do que entre os homens jovens. A Organização Internacional do Trabalho (2020) ressalta que, em longo prazo, a exclusão de jovens do mercado de trabalho durante a pandemia de covid-19 associada à crise educacional agravou as desigualdades existentes entre e nos países. Assim, os impactos da pandemia causaram um triplo efeito na população juvenil, ou seja, não só destruíram o seu emprego, mas, também, sua educação e sua profissionalização, colocando grandes obstáculos no caminho da entrada no mercado de trabalho ou de mudança de emprego (Pedroso e Gisi, 2020).

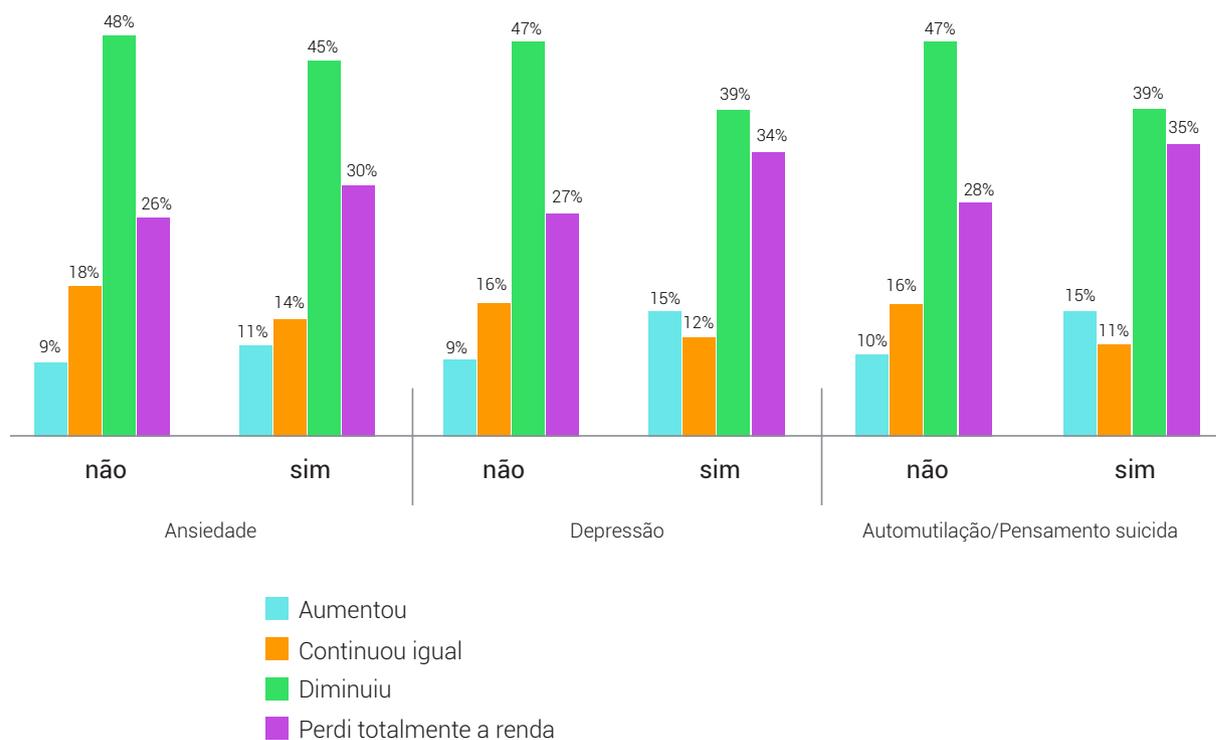
A pandemia de covid-19 intensificou a vulnerabilidade social daqueles que já a vivenciavam. A dificuldade para conseguir o primeiro emprego entre os jovens cresceu no período, do mesmo modo que o emprego informal, com baixa remuneração e de caráter temporário, com conseqüente diminuição ou perda completa da renda pessoal. Embora precárias, as categorias profissionais de “entregador”, ‘motoboy’ e de “motorista por aplicativo” parecem ter sido de grande ajuda para a sobrevivência de muitos jovens e suas famílias, devido ao crescimento de pedidos à domicílio de todo tipo de mercadorias em 2020.

O **GRÁFICO 3** destaca a maior presença de relatos de diminuição ou perda da renda pessoal entre jovens com ansiedade, depressão e automutilação e/ou pensamento suicida. São os jovens desse grupo que mais indicam a necessidade de implantar políticas de renda emergencial para famílias mais

vulneráveis, políticas para ampliar a inserção de grupos minoritários no mercado de trabalho, e de estímulos à criação de novos trabalhos para lidar com os efeitos da pandemia (GRÁFICO 4).

### GRÁFICO 3

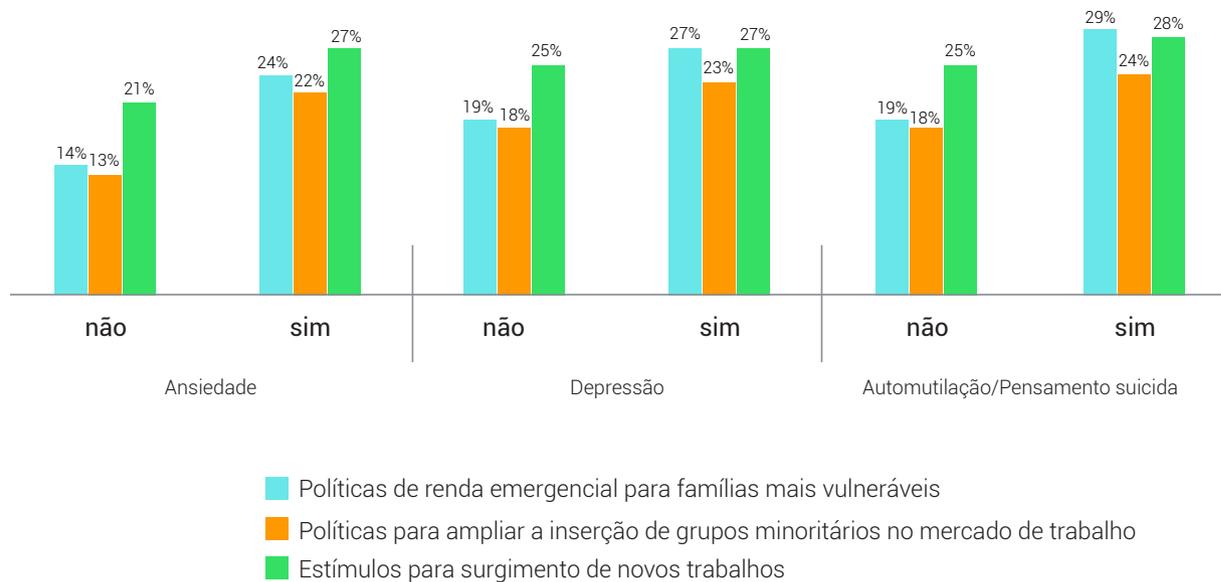
Frequência de jovens com ansiedade, depressão e comportamento de automutilação/pensamento suicida, segundo a renda pessoal – Brasil, 2021



Fonte: Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021

#### GRÁFICO 4

Frequência de jovens com ansiedade, depressão e comportamento de automutilação/ pensamento suicida, segundo ações de apoio aos jovens lidarem com efeitos da pandemia – Brasil, 2021

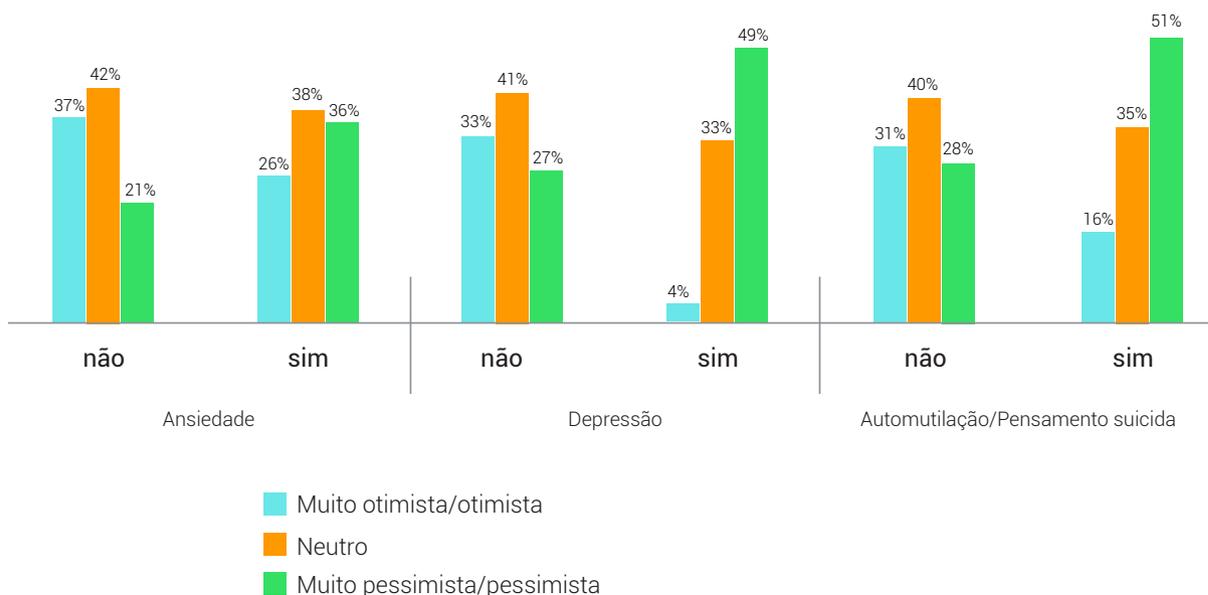


Fonte: Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021

A expectativa mais pessimista quanto ao futuro prevalece entre os jovens com problemas de saúde mental (GRÁFICO 5). Ter a população vacinada, implantar políticas para amenizar efeitos da pandemia na economia e na educação, desenvolver estratégias para conter sobrecarga no sistema de saúde estão entre as principais ações comentadas por eles para a recuperação do otimismo entre os jovens.

## GRÁFICO 5

Frequência de jovens com ansiedade, depressão e comportamento de automutilação/pensamento suicida, segundo expectativa em relação ao futuro – Brasil, 2021



Fonte: Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021

### Como prevenir e intervir?

Sabe-se pouco sobre como prevenir a ansiedade, depressão, automutilação e o pensamento suicida entre jovens. Contudo, é fundamental que se crie e implemente políticas públicas com os propósitos de reduzir as profundas desigualdades sociais, e de garantir a ampliação e criação de serviços especializados e espaços de apoio emocional, possibilitando o suporte e o estímulo para os jovens se expressarem, compartilhando com outros o que pensam e sentem. Potencializar a atuação bem orientada e adequada das famílias e das instituições de ensino também é um caminho que pode oferecer muito benefícios para os jovens, sobretudo para diante dos problemas mentais aqui apresentados. Oferecer apoio emocional ajuda muito.

Acolher o jovem e sua família sem julgamentos é muito importante, com uma escuta cuidadosa, respeitosa e séria, procurando sempre entender melhor o contexto de vida e emocional do jovem, e evitando apontar culpados ou causas. Dantas et al (2020) destacam a necessidade em não individualizar o sofrimento, mas de compreendê-lo *"dentro de um contexto macro e complexo dentro desse ciclo de vida e que faz parte ainda de uma sociedade com diversificados contextos que se imbricam constantemente"* (p.6).

Apesar de desejarem, muitos jovens se sentem impotentes para ajudar um amigo/a ou namorado/a com transtornos mentais, até porque se encontram em um mesmo estágio de desenvolvimento emocional e intelectual. O apoio psicológico de um profissional é essencial em muitos casos. Programas de promoção da saúde mental para os jovens e programas de prevenção de situações de risco nessas condições exigem uma abordagem multinível com inclusão, por exemplo, de mídias digitais, serviços de saúde, de assistência social, escolas e comunidade. Evitar a patologização, a medicalização excessiva e priorizar abordagens não farmacológicas são também fundamentais.

A sociedade precisa olhar, cuidar e incluir jovens, em todas as suas multiplicidades e, em especial, aqueles milhares que estão sofrendo com medos excessivos, tristeza e aflições. Alinhado a essas diretrizes, importa promover ações igualitárias, que incluam e não discriminem, e que forneçam perspectivas de vida com qualidade e de futuro com esperança.

## Referências

APA – American Psychiatric Association. *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Rio de Janeiro: Artmed Editora, 2014.

BINOTTO, B. T.; GOULART, C. M. ; PUREZA, J.da R.. Pandemia da covid-19: indicadores do impacto na saúde mental de adolescentes. *Rev. Psicol. Saúde e Debate*. 7(1): 195-213, 2021.

<https://doi.org/10.22289/2446-922X.V7N2A13>

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTILLO, A. R. ; RECONDO, R.; ASBAHR, F. R.; MANFRO, G. G. Transtornos de ansiedade. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, 2000, 22 (Supl II), p. 20-3.

<https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600006>

DANTAS, D. N.; DA SILVA, F. M.; DE SOUZA, L. M.; HIRATUKA-SOARES, E.. Prevenção Ao suicídio: intervenção em saúde mental em uma escola estadual de Aracaju/SE. *Revista Internacional Educon*, Volume I, n. 1, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47764/e20011007>

GOLBERSTEIN, E.; WEN, H.; MILLER, B. F. Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) and Mental Health for Children and Adolescents. *JAMA pediatrics*, 174(9), 2020, 819–820. DOI: [10.1001/jamapediatrics.2020.1456](https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2020.1456)

GOMES, J. O. BAPTISTA, M.N. CARNEIRO, A.M. CARDOSO, H.F. Suicídio e internet: análise de resultados em ferramentas de busca. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, abr. 2014, p. 63–73. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100008>

ILO – International Labour Organization. ILO Monitor: COVID-19 and the world of work. 4th edition. Briefing note, 27, May, 2020. Genève: ILO, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_745963.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_745963.pdf)  
Acesso em: 14 nov. 2021.

KRUG, E. G. et al. (Edit.) Relatório Mundial sobre violência e saúde. Geneva: World Health Organization, 2002.

LAPPANN BOTTI, N. C.; MATIAS PEREIRA, C. C. Blogs brasileiros sobre suicídio. *Salud & Sociedad*, v. 10, n. 1, jun. 2019, p. 10–19, DOI: [10.22199/S07187475.2019.0001.00001](https://doi.org/10.22199/S07187475.2019.0001.00001)

PEDROSO, P. R.; GISI, M. L.. A pandemia-Covid 19 e os impactos na juventude: educação e trabalho. *Revista Praxis*, v. 12, n. 1 (Sup.), dezembro, 2020, p. 185-194. <https://doi.org/10.47385/praxis.v12.n1sup.3473>

WALSH, Barent W. *Treating Self-Injury: A Practical Guide. 2nd Edition*. New York: Guilford Press, 2012.



# Juventude e saúde: compreensão de problemas de saúde sob o olhar da juventude, o que a pandemia aponta?

Bianca Borges da Silva Leandro

## Apresentação

**C**om base em uma compreensão ampliada e crítica de saúde, este texto tem o propósito de contribuir com a discussão sobre as relações entre a temática da juventude e saúde, e com a defesa da saúde como um direito social. Tendo como orientação metodológica se aproximar da voz da juventude para recuperar e compreender suas concepções de saúde bem como suas preocupações sobre o tema, foram utilizados dados da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, realizada pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e parceiros. Os resultados dessa breve análise foram problematizados e, ao final, alguns desafios e perspectivas são apresentados no sentido de enfatizar a sua relevância e, assim, contribuir para a formulação de políticas públicas de saúde colaborativas e participativas específicas a este segmento, reconhecendo as diversas faces e heterogeneidades das juventudes.

## Bases teóricas: de onde partimos?

Apontar as perspectivas teóricas e princípios que orientam os diferentes lugares de fala é um aspecto essencial na produção do conhecimento científico. Sendo assim, ao me debruçar sobre a temática da juventude e saúde, parto da compreensão ampliada e crítica do processo saúde-doença. Faz-se referência, nesse sentido, às discussões trazidas por Paulo Sabroza (2006), que expõe de forma crítica a dinâmica complexa do processo saúde-doença-cuidado, o qual é atravessado por diversos níveis (molecular, celular, individual, grupos sociais, sociedade e global) que estão em constante interação e diálogo, com implicações na vida dos indivíduos, dos coletivos/grupos e das populações. Em cada uma dessas dimensões, a depender de quem olha e interpreta, a doença pode ser entendida de diferentes maneiras. Ela pode ser uma alteração molecular ou celular, um sofrimento, uma representação cultural ou um problema de saúde pública. (SABROZA, 2006).

Nessa lógica, a compreensão do processo saúde-doença pela ótica da determinação social é essencial, uma vez que saúde e doença são aspectos da vida humana que estão relacionados de modo dinâmico com as condições de vida das pessoas e dos grupos sociais. O processo saúde-doença acontece ao longo da vida e é influenciado pela lógica de produção econômica, por aspectos históricos, sociais, culturais e biológicos, pela forma como se entende a saúde e a doença e pelo desenvolvimento científico da humanidade. (SABROZA, 2006). Desse modo, ao se discutir sobre o processo saúde-doença-cuidado, aponto o conceito de *problema de saúde* como um referencial adequado. Um *problema de saúde* não necessariamente está restrito à compreensão de saúde pelo referencial biomédico. De modo amplo, pode ser definido como um 'incômodo' que ocorre em diferentes âmbitos (seja para o indivíduo, para grupos ou para a

sociedade) e varia de acordo com a visão de mundo da pessoa/ator que está declarando o problema, bem como em função da situação que está sendo vivida, ou seja, trata-se de um conceito relativo. (LEANDRO, 2016; CASTELLANOS, 1990).

A percepção sobre *problema de saúde* varia de pessoa para a pessoa, pode ser distinta em um mesmo município e, até mesmo, no âmbito de grupos sociais. Além disso, nem sempre o que se considera um problema de saúde deve ser entendido como uma doença. Segundo Leandro (2016),

Apesar de, muitas vezes, os problemas de saúde se manifestarem nos indivíduos de forma imediata em doenças, agravos, sofrimentos e mortes, eles também são determinados socialmente, isto é, por fatores políticos, sociais e econômicos. Hoje, compreendemos que a doença (enquanto um possível problema de saúde) não é só um dano físico ou uma alteração celular, mas está fortemente relacionada com as condições de vida e trabalho dos indivíduos e populações. (LEANDRO, 2016, p.139)

Assim, identificar problemas de saúde por diferentes olhares e atores sociais torna-se ação necessária, sobretudo, para a construção de políticas públicas de saúde, especialmente em países com sistemas universais, como o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como um de seus princípios fundamentais a equidade. Trata-se de um princípio que pressupõe a disponibilização de recursos e serviços de forma justa, de acordo com as necessidades dos indivíduos e de grupos sociais específicos, sendo um meio de corrigir injustiças sociais existentes no âmbito da saúde pública. Elias (1997) destacou que

Ainda que por força constitucional a saúde seja concebida como um bem universal a ser provido para todos os cidadãos, implicando o princípio da igualdade frente às ações e serviços requeridos para a manutenção/reparação da sua saúde, na situação brasileira, em que impera profunda desigualdade social, o preceito de igualdade para ser substancialmente aplicado exige o concurso de equidade. Caso contrário, dada a profunda heterogeneidade dos padrões de reprodução social, o

tratamento apenas igualitário significará na prática a manutenção das dinâmicas sociais iníquas. (ELIAS, 1997, p.197)

Desse modo, ao olhar para a temática da saúde e juventude, lança-se mão das seguintes perspectivas: a compreensão do processo saúde-doença determinado e condicionado socialmente; a relevância de se compreender problemas de saúde sob o olhar da própria juventude; e a equidade como um princípio relevante para a compreensão das singularidades e diferenciais dos jovens no processo de estruturação de políticas públicas. Porém, quem são essas juventudes?

Apesar das discussões técnico-científicas, em alguns casos, considerarem a adolescência e juventude de maneira conjunta, tratam-se de fenômenos distintos. No campo da sociologia, Foracchi (1972) afirma que as diferenciações entre adolescência e juventude não se referem a uma idade ou faixa etária determinada, mas sim ao papel social. De acordo com Ayres *et al.* (2012), o momento da juventude relaciona-se também ao movimento de contestação, de instauração do novo e de provocação de mudanças. O Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852 de 2013, delimita como jovens as pessoas de 15 a 29 anos de idade. (BRASIL, 2013).

Pensar sobre a juventude em termos de política pública de saúde no Brasil é um aspecto relevante deste texto reflexivo. Nesse sentido, é importante resgatar alguns marcos do histórico de desenvolvimento de políticas específicas para esse grupo. Na década de 1970, em um período anterior à constituição do SUS, instituíram-se os primeiros serviços voltados para o período infantil-puberal. Cita-se como exemplo o Serviço de Ginecologia Infanto-Puberal do estado de São Paulo no Hospital das Clínicas. Durante a década de 1980, outros serviços similares começaram a ser estruturados em diversos hospitais universitários. Em 1986, ocorreu o I Encontro Multiprofis-

sional sobre a Saúde do Adolescente, mesmo ano em que se deu a VIII Conferência Nacional de Saúde, em cujo contexto se deram debates em torno da defesa saúde como um direito social para todos e todas. Em 1988, são construídas as Casas dos Adolescente, com ênfase no cuidado multiprofissional e integral e, em alguns estados, inicia-se a discussão sobre a linha de cuidado à saúde do adolescente. Além disso, com a institucionalização do SUS, diferentes municípios e estados iniciaram a estruturação de seus serviços e programas específicos. (TAKIUTI, 2021).

Até este momento a esfera da juventude não era explicitada. A ênfase era situada sob na adolescência e, em termos de *problemas de saúde*, as temáticas principais para este grupo voltavam-se para a saúde reprodutiva, a gravidez na adolescência e o uso de drogas, relacionando a adolescência e a juventude a comportamentos de risco. Lopez e Moreira (2013) complementam e citam que “a saúde dos adolescentes, em seu começo, emerge de maneira indiferenciada, com estreita vinculação à área materno-infantil.” (p. 1182).

Em termos de política pública de saúde, o conceito de juventude foi explicitamente colocado, em 2010, nas Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, documento que propôs uma reflexão sobre a relevância da construção de um modelo de atenção à saúde integrado entre os diferentes níveis de gestão do SUS. Este documento apresentou algumas temáticas centrais que já se aproximavam de uma discussão mais ampla sobre juventude, a saber: participação juvenil, equidade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, projeto de vida, cultura de paz, ética e cidadania, e igualdades racial e étnica (BRASIL, 2010). Lopez e Moreira (2013) sinalizam que esse documento serviu de base para a formulação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e

Jovens, contudo, tal política nunca chegou a ser aprovada e implementada, logo, não constituiu uma política de Estado.

No processo de construção do Estatuto da Juventude, o direito à saúde é posto como uma seção específica. No artigo 19, resalta-se o direito à saúde para a juventude com destaque para a prevenção, promoção, proteção e recuperação. A integralidade da atenção à saúde para a juventude também é ratificada nesse documento (artigo 20). O Estatuto aponta algumas diretrizes temáticas de atuação, centralizando-se nos assuntos relacionados ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, à saúde sexual e reprodutiva com enfoque de gênero, e à gravidez não planejada. Novamente, observa-se uma tendência em associar à juventude determinadas situações como fatores de risco. Ademais, alguns aspectos apresentados nas Diretrizes Nacionais, publicada em 2010, não são ratificados no Estatuto pelo ângulo da saúde, tais como a questão racial e étnica e a participação social, podendo, de certo modo, estar incluídos em outros artigos da legislação. (BRASIL, 2013).

O contexto da pandemia significou a redução na prestação de serviços de saúde com foco em outros agravos e situações não relacionados à covid-19 para muitas localidades e grupos sociais. Em relação à juventude, segmento que não conta, necessariamente, com ofertas de serviços voltadas às suas necessidades e *problemas de saúde*, observou-se também uma redução desses atendimentos. Os jovens que não adoeceram por covid-19 tenderam a não se deslocar para os centros de saúde por receio da exposição ao vírus com a possibilidade de contágio de si mesmo e de pessoas próximas ou familiares. Ao mesmo tempo em que, em determinados territórios, era a juventude, em especial a juventude da classe trabalhadora, que estava ocupando os postos de trabalho das atividades consideradas 'essenciais'. Contudo, compreendendo que a saúde é um objeto também socialmente construído, qual o

olhar da juventude em relação à pandemia? Como ela afeta os jovens enquanto problema de saúde? Quais outros *problemas de saúde* e preocupações atravessam a pandemia com base na vivência desse grupo?

### Refletindo dados: o que o jovem fala sobre a pandemia? Quais são seus incômodos?

Para se aproximar da vivência e olhar da juventude em relação à saúde durante a pandemia, foram analisadas as respostas a algumas questões da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, realizada pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e parceiros. Essas questões se aproximam da lógica de *problemas de saúde*, conforme pontuada neste texto. Na **TABELA 1** estão sistematizadas, a partir da análise realizada, as principais preocupações ou incômodos dos jovens respondentes em relação ao momento da pandemia. Apesar de diferenciais entre as macrorregiões do Brasil, de modo geral, as três principais preocupações foram respectivamente: perder algum familiar ou amigo, passar por dificuldade financeira, e ser infectado pela covid-19.

Este resultado nos mostra o quanto as preocupações com o outro e com a condição financeira emergem como mais relevantes do que a própria saúde, podendo significar uma concepção mais coletiva e social de saúde.

Em um ângulo oposto, as três preocupações menos referenciadas foram, respectivamente: não conseguir estar com familiares ou amigos, a vacina fazer mal para as pessoas, e garantir a saúde física e emocional de filhos. Compreendendo que a pesquisa foi realizada durante a pandemia, quando ainda havia muitas incertezas e o cenário de vacinação ainda estava distante de uma cobertura universal no país, o 'não conseguir estar com familiares' corrobora a preocupação de 'perder

algun familiar', ou seja, me mantenho afastado o quanto for possível para evitar que os meus entes mais próximos possam adoecer e falecer. Tal resultado reforça a concepção de saúde como um bem público que precisa ser protegido e distancia os respondentes de uma certa caricatura, presente no imaginário social, de um grupo social que 'gosta de correr riscos'.

## TABELA 1

Quais são as suas três principais preocupações neste momento da pandemia?  
Distribuição proporcional dos respondentes pelo Brasil e macrorregiões

Quais são as suas três principais preocupações neste momento da pandemia?	Brasil	N	NE	SE	S	CO
Perder algum familiar ou amigos	61%	54%	58%	64%	68%	61%
Passar por dificuldade financeira	27%	29%	27%	27%	24%	28%
Ser infectado pela covid-19	24%	21%	25%	24%	24%	25%
Perder a vida	24%	23%	24%	23%	24%	26%
Ter outras pandemias ou esta não acabar tão cedo	24%	21%	22%	26%	26%	22%
Infectar outras pessoas	23%	15%	20%	26%	27%	21%
Não ter vacina para todo mundo	23%	20%	23%	24%	23%	22%
Agravar/desenvolver problema de saúde física ou emocional	18%	15%	17%	19%	17%	18%
Ter estudos interrompidos ou de pior qualidade	14%	16%	15%	13%	10%	16%
Não conseguir estar com familiares ou amigos	7%	7%	6%	7%	9%	6%
A vacina fazer mal para as pessoas	5%	9%	5%	3%	4%	5%
Garantir a saúde física e emocional de meus filhos	4%	7%	4%	3%	2%	6%

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa "Juventudes e a Pandemia do Coronavírus". Brasil, 2021

Importante destacar que as respostas a estas questões eram pré-determinadas nas perguntas, ou seja, de certo modo, os jovens deveriam se enquadrar nelas. Contudo, o campo 'outro' foi utilizado por uma parcela significativa de respondentes e, por meio de sua análise, foi possível conhecer outras faces e olhares que a juventude tem sobre a pandemia e seus reflexos. Lançou-se mão deste dado para o conhecimento de outras preocupações que podem ser também compreendidas como *problemas de saúde*. Após a limpeza do banco, identificou-se cerca de setecentas respostas abertas que trouxeram elementos significativos para se pensar a saúde da juventude durante a pandemia. Tendo como orientação a análise de conteúdo conforme descrita por Laurence Bardin (2011), tentou-se identificar as principais categorias que envolviam as diferentes respostas, agregando-se percepções similares. O resultado pode ser observado na **TABELA 2**.

**TABELA 2**

### Análise das respostas que envolveram outra preocupação durante a pandemia pela perspectiva da juventude

Preocupações durante a pandemia	N	%
Preocupação com amigos e familiares	139	19%
Saúde Mental e Emocional	88	12%
Preocupação com o não trabalho ou emprego	76	10%
Preocupação com o futuro	63	8%
Adoecer ou morrer ou ter/permanecer com sequelas por Covid	52	7%
Dificuldades financeiras	42	6%
Diminuição na qualidade do estudo e aprendizagem ou paralisação dos estudos ou dificuldade de acompanhar o ensino online ou desmotivação com os estudos	39	5%

Preocupações durante a pandemia	N	%
Pandemia longa e o não retorno à 'normalidade' ou o surgimento de outras pandemias	38	5%
Insegurança alimentar	37	5%
Adoecimento espiritual (individual e coletivo)	36	5%
Desestruturação dos vínculos familiares ou dificuldades de interação/socialização	24	3%
Lockdown piorar a situação financeira/econômica do país	20	3%
Demora da vacinação ou a não disponibilização para todos	13	2%
O não retorno presencial da Escola	13	2%
Colapso político/Crise política	13	2%
Não realização de esportes, atividades físicas ou culturais	11	1%
Medo da Vacina ou de sua efetividade	10	1%
Não ter relacionamentos (namoro)	9	1%
Consequências para a população mais vulnerável	8	1%
Preocupação com a não responsabilização coletiva de alguns grupos sociais	4	1%
Excesso de atividades escolares	4	1%
Rede de saúde desestruturada (sem vagas/leitos/profissionais)	4	1%
A não mudança do mundo pós-pandemia	2	0%

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa "Juventudes e a Pandemia do Coronavírus". Brasil, 2021

Ressalte-se que a primeira categoria identificada e mais referenciada pelos jovens foi a preocupação com amigos e familiares, seja no adoecimento ou morte por covid-19 ou por outros agravos que permeassem o processo de isolamento e distanciamento social, mantendo-se coerência com o resultado identificado na **TABELA 1**. Há uma preocupação com os familiares, pessoas próximas e amigos, bem como a preocupa-

ção da vacinação conseguir alcançar a todos, evidenciando-se que a juventude percebe que a sua saúde individual e o seu bem-estar estão relacionados e articulados com um coletivo maior, que são uma parte no todo no processo de adoecimento comunitário e social.

As dificuldades financeiras e a preocupação com o trabalho ou com a falta dele também foram categorias que surgiram com uma frequência relevante. Novamente, vale a pena resgatar a perspectiva e a constante relação entre as temáticas de saúde e trabalho e sua imbricação no processo de desenvolvimento das diferentes sociedades ao longo do tempo. Este resultado nos aponta o quanto é necessário explorar essas implicações também pelos diferentes olhares das juventudes, ainda mais em um contexto de desigualdade social: qual jovem está adoecendo por conta do trabalho? No sentido de aprofundar esta reflexão traz-se a contribuição de Abílio (2020), que desenvolveu um estudo sobre o processo de trabalho de *bikeboys* e *motoboys* durante a pandemia e identificou que nesta ocupação, historicamente precarizada, de baixa qualificação e rendimento, quanto mais se informaliza o trabalho, mais cresce a participação dos jovens negros.

Além de elementos similares em ambas as análises expostas nas **TABELAS 1 E 2**, identificou-se também outras preocupações que merecem destaque, em especial, as questões e problemas relacionados à saúde mental e emocional. Houve uma quantidade significativa de respondentes que externalizaram queixas de depressão, intuito suicida, cansaço, isolamento, medo, medo de si mesmo e exaustão, como se pode observar em expressões como: “[...] ficar com o meu psicológico destruído”, “[...] desencadear problemas emocionais, como ansiedade e pânico”, “[...] não aguentar mais e acabar desistindo da vida.” (CONJUVE, 2021).

Malfitano *et al.* (2011) apontam a relevância de se pensar e estruturar alternativas em saúde mental que acolham as diferentes situações que provocam sofrimento, mas que não se traduzam em uma “homogeneização de um determinado grupo populacional, bem como não se fixem na produção de uma ‘doença mental’ própria a alguns jovens” (p.10). Os mesmos autores reforçam a necessidade de que tais ações e intervenções não se traduzam em uma medicalização da juventude e nem se revertam em explicações e culpabilidades individualizantes. Takiuti (2021), já no contexto da pandemia por covid-19, destaca a inserção da saúde mental como questão estratégica para compor a linha de cuidado voltada ao adolescente e ao jovem.

Apesar de ter se identificado um conjunto de jovens que apontaram o excesso das atividades escolares solicitadas como um fator que estava levando-os à exaustão, a maior parte relatou, em relação à escola e/ou universidade, uma preocupação com a diminuição na qualidade do estudo e da aprendizagem, em função da paralisação dos estudos, das dificuldades de acompanhar o ensino online e da desmotivação com em relação aos estudos. Pode-se observar essa situação no relato de um dos respondentes:

Nessa pandemia tenho tendo muitos problemas emocionais por parte do colégio; essas aulas online não estão me ajudando, só estão me deixando pra baixo, mais ainda problemas de autoestima, de me sentir insuficiente e outras inseguranças. Mas, 60% dos meus problemas vêm do colégio: estou sobrecarregado [...]. (CONJUVE, 2021).

Com a compreensão da determinação social dos *problemas de saúde*, tais situações, da ordem da saúde mental ou das preocupações relacionadas ao ensino, não podem ser dissociadas de outros aspectos da ordem socioeconômica que envolve a vida das diferentes juventudes e sua relação com os processos que os levam adoecer e sofrer. As preocupações apresentadas no relato a seguir ilustram a complexidade do processo saúde-

doença de uma jovem e podem ser tomadas como exemplo do que ocorre com parte significativa desse grupo social:

Ter meu psicológico abalado por causa das aulas online que só me deixa preocupada e não entendo nada. Pra ser sincera, meu psicológico anda muito abalado; não sei se vão ler a mensagem, porém, desde o início da pandemia ando abalada. No começo da pandemia não tinha celular ou outro meio; pra fazer atividades [escolares] era pelo celular da minha mãe. Então, comecei a trabalhar e foi isso que atrasou mais ainda meus estudos. Eu comprei meu celular em novembro de 2020. Não deu pra pegar quase nada dos assuntos, mesmo assim, passei: fui pro 1º ano do Ensino Médio sem saber quase nada. Eu era um aluna exemplar na minha escola, isso dificultou muito minha vida... Não só a minha quanto também a dos meus amigos. À noite, começava a ter crises de ansiedade, comecei a tomar vários remédios para dormir. Embora seja uma menina extrovertida, ainda tenho esses problemas... Eu nem sei porque estou contando isso, vocês também podem pensar que sou louca, como meus irmãos e meus pais falam. Só tá sendo a pior época da minha vida; agora não tenho mais ânimo pra nada. Só vivo no meu quarto, ando sem vida. (CONJUVE, 2021)

A temática da espiritualidade, em especial a questão do adoecimento espiritual, foi outra preocupação que surgiu no escopo da análise. A impossibilidade de interação com o grupo social vinculado às instituições e cerimônias religiosas, por um lado, apontam para a perda de convívio social por parte da juventude: “Deixar de ir para a Igreja” foi uma resposta muito repetida. Por outro lado, indicam também uma necessidade no âmbito espiritual e o quanto isso adocece os próprios jovens e também a sociedade: “minha preocupação é que as pessoas percam a fé”. Sobre este ponto, muitos estudos antropológicos mostram que a visão espiritual do processo saúde-doença continua presente na sociedade humana. Um fato que mostrou a relevância da espiritualidade na área da saúde foi a definição de ‘saúde’ publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1998: “a saúde é um estado dinâmico completo de bem-estar físico, mental, espiritual e social, e não meramente a ausência de doença” (SALGADO, 2006). Ao ser postulado pela

OMS, o componente espiritual é indicado que os países membros passem a investir nesse tipo de bem-estar para a população. (FLECK et al, 2003). Esse resultado traz como necessária a incorporação da discussão da espiritualidade e religiosidade nos processos de saúde e adoecimento da juventude.

A insegurança alimentar, identificada por meio de falas que mencionaram a fome e a dificuldade de aquisição de alimentos, foi outra preocupação, ou problema de saúde, que emergiu da análise e que merece uma reflexão sobre sua percepção pela juventude, seja pela vivência da carência alimentar no próprio núcleo familiar, por preocupação com outros grupos (próximos ou não) que vivenciam esta realidade, seja pelo fato de o/a respondente ser a pessoa do núcleo familiar que também se responsabiliza pelas despesas familiares ou, ainda, em função do distanciamento social e das impossibilidades de trabalhar, que agudizam essa situação. Sobre a situação da insegurança alimentar e nutricional, Martins *et al* (2021) destacam:

Com a pandemia por covid-19 e o aumento do desemprego no país, a insegurança alimentar comporta-se de forma progressiva, afetando, justamente, as populações que vivem na invisibilidade da sociedade, como as populações subalternizadas e os povos indígenas. O inquérito 'Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil', produzido pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan), identificou que no início de 2021, 117 milhões de brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar, sendo que 19 milhões encontram-se em insegurança alimentar grave (situação análoga a fome). (MARTINS ET AL, 2021, p.129)

Por fim, como último resultado a ser comentado, há o alongamento da pandemia, o não retorno “à vida como ela era” e a apreensão com o surgimento de novas pandemias, que aparecem, por exemplo, na manifestação de um dos respondentes: “Eu me preocupo com o bem-estar do todo, imaginando quando isso tudo irá acabar. Já não aguento mais ficar parado, olhando, imaginando como e porque esse vírus só continua infectando mais e mais pessoas, já estamos cansados.” (CONJUVE, 2021).

## Desafios e perspectivas

O que a pandemia aponta? É uma das questões que abrem este texto reflexivo. Os apontamentos, preocupações e *problemas de saúde* identificados no decorrer desta análise não necessariamente surgem com a pandemia por covid-19, mas são situações da condição juvenil agudizadas por ela. Desafios e perspectivas que emergem com intensidade e força e não podem ser mais invisibilizados.

Como apresentado no início do texto, ainda não existe uma política pública estruturada na área da saúde que tenha como ponto de partida a juventude. Sinaliza-se que, para outros recortes de grupos sociais, tal ênfase já é historicamente mais consolidada, como a saúde das crianças e a saúde dos idosos. Apesar dos atravessamentos históricos que envolvem este processo, trata-se de um tema a respeito do qual se fazem necessários um avanço e um debate qualificado, sobretudo para a garantia do direito à saúde. Lopez e Moreira (2013) destacam que um direito universal e integral, como é garantido na Constituição, não significa um direito homogêneo. De acordo com os autores trata-se de “um direito universal e integral que reconhece a diversidade que deve acolher e cuidar.” (p. 1180).

Desse modo, em um sistema de saúde hierarquizado e regionalizado, com três entes federados, como é o SUS, aponta-se a relevância da estruturação das políticas de saúde com foco na juventude nos diferentes níveis de gestão do sistema (municipal, estadual e federal), a exemplo do estado de São Paulo que, em 2021, lançou a sua Linha de Cuidado para a Saúde na Adolescência e Juventude (NASSER ET AL, 2021). Salienta-se que este processo não deve ocorrer de modo mecânico, replicando, automaticamente, problemas e situações de saúde que, historicamente, são associadas à juventude, como o con-

sumo de álcool e/ou de outras drogas, e a gravidez precoce. Por mais que tais temáticas possam, em alguns territórios, corresponder a *problemas de saúde* a serem priorizados e reconhecidos pelas diversas juventudes e pelo serviço de saúde, deve-se buscar o protagonismo juvenil no SUS e também na identificação de problemas e preocupações no âmbito da saúde pela voz do próprio jovem. O exercício de análise de respostas abertas escritas por eles a respeito de suas preocupações durante a pandemia evidenciou situações e adoecimentos que não estavam em uma lista prévia, tais como o adoecimento espiritual e a insegurança alimentar.

A construção de processos participativos e colaborativos que possam trazer a voz do jovem para a discussão da saúde pública como um sujeito de direito, e não uma pessoa a ser tutelada, é um desafio anterior à pandemia. Não só as políticas públicas de saúde em seus diferentes níveis precisam defender tal paradigma, como este deve ser desvelado nas práticas cotidianas do trabalho e cuidado em saúde, ou seja, os serviços e profissionais de saúde também precisam ser abertos e permeáveis às necessidades de saúde deste segmento populacional, sobretudo em relação à escuta. A pandemia, enquanto um vetor que traz mudanças não somente para a saúde, mas para outras dinâmicas da vida, vem mostrando o quanto a saúde mental e emocional da juventude foi afetada e tais afecções já estão batendo à porta dos serviços de saúde, públicos ou privados, exigindo uma reinvenção no modo de fazer saúde e de cuidar.

A pandemia também mostrou a relevância de se pensar e estruturar a saúde em diferentes formas e interfaces, incorporando o mundo digital e sua dinâmica, tanto para a produção da saúde, como para a compreensão de outras situações e *problemas de saúde*. Esse olhar deve, inclusive, compreender que há juventudes que estão fora dessa bolha digital ou com uma inserção di-

gital muito subalternizada e, nesses cenários, outras estratégias e intervenções inclusivas e equitativas precisam ser elaboradas. Pensar e estruturar intervenções em saúde significa identificar os pontos e situações por meio das quais é possível minimizar os fatores que provocam iniquidades em saúde para indivíduos, grupos sociais e populações.

Paulo Freire (2007), ao tratar da intervenção na realidade concreta, compreende as pessoas como sujeitos políticos que influenciam e são influenciados pela realidade, individualmente ou em coletivo; portanto, também são protagonistas de mudança. Neste sentido, o protagonismo juvenil na saúde e para a estruturação de políticas públicas, ações e intervenções na área, precisa ser pensado compreendendo os diferentes modos de 'ser jovem' no contexto histórico e social, com o recorte de gênero, raça/cor, etnia, moradia, espiritualidade e pertencimento religiosos.

## Referências

ABÍLIO, L. C.. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos* CEBRAP [online]. v. 39, n. 3, 2020. pp. 579-597. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>  
Acesso em: 16 dez. 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. *LEI Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm)  
Acesso em: 15 dez. 2021.

CASTELLANOS, Pedro L. Sobre o conceito de saúde-doença: descrição e explicação da situação de saúde. *Boletín Epidemiológico [da] Organización Pan-Americana de Saúde*, v. 4, n. 10, p. 25-32, 1990.

ELIAS, P. E.. Reforma ou contra-reforma na proteção social à saúde. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. n. 40-41, 1997. pp. 193-215. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451997000200009>

Acesso em: 9 dez. 2021

FLECK, M. P. da A. *et al.* Desenvolvimento do WHOQOL, módulo espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais. *Revista de Saúde Pública*, v. 37, n. 4, 2003. pp. 446–455

FREIRE, Paulo. Carta do direito e do dever de mudar o mundo. In: SOUZA, Ana Inês; FREIRE, Paulo (Org.). *Paulo Freire: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. pp. 317-326.

FORACCHI, M. M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

LEANDRO, B. B. A determinação social do processo saúde-doença pelo olhar da educação popular em saúde. In: BORNSTEIN, V. J. *et al* (Org.). *Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde: textos de apoio*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV, 2016. pp. 137-144. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39432>

Acesso em 12 dez. 2021

LOPEZ, S. B.; MOREIRA, M. C. Quando uma proposição não se converte em política? O caso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens – PNAISAJ. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4), 2013. pp. 1179-1186. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n4/1179-1186/>

Acesso em: 10 dez. 2021

MALFITANO, A. P. ; ADORNO, R. de C. ; e LOPES, R. E. Um relato de vida, um caminho institucional: juventude, medicalização e sofrimentos sociais. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online], v. 15, n. 38, 2011, pp. 701-714. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1414-32832011005000042>

Acesso em: 14 dez. 2021

MARTINS, K. P. ; DOS SANTOS, V. G. ; LEANDRO, B. B. ; DE OLIVEIRA, O. M. . Transição nutricional no Brasil de 2000 a 2016, com ênfase na desnutrição e obesidade. *Asklepion: Informação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2021. pp. 113–132. Disponível em:

<https://revistaasklepion.emnuvens.com.br/asklepion/article/view/22>

Acesso em: 15 dez. 2021

NASSER, M. A. et al. (Org.) *Linha de Cuidado para a Saúde na Adolescência e Juventude para o Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo*. - São Paulo: LCA&J, 2021. Disponível em:  
<https://drive.google.com/file/d/1SyCblh2kv1OjjxdbILR0BIZGLE0wW3UA/view>  
Acesso em: 10 dez. 2021

SABROZA, P. C. *Concepções sobre Saúde e Doença*. Curso de Aperfeiçoamento de Gestão em Saúde. Contexto, Tema 1. Educação à distância. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2006.

SALGADO. M. I. *Saúde e espiritualidade*. Boletim UFMG. Opinião. Nº 1551 - Ano 32 9.10.2006. Disponível em:  
<https://www.ufmg.br/boletim/bol1551/segunda.shtml>  
Acesso em: 15 dez 2021

TAKIUTI, A. D. *Curso da Linha de Cuidado para a Saúde na Adolescência e Juventude para o SUS em SP – Abertura e boas vindas*. São Paulo: Canal Linha de Cuidado para Adolescência e Juventude SP no Youtube. (2h12'25")  
Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=s\\_IYCztS5vQ](https://www.youtube.com/watch?v=s_IYCztS5vQ)  
Acesso em: 10 dez. 2021



# Trabalho, território e educação





# Juventudes, desengajamento escolar e saúde mental: lições da pandemia para repensar equidade em educação e saúde

*Luciana Sepúlveda Köptcke*

*Alexandro Rodrigues Pinto*

*Maria Regina Araújo de Vasconcelos Padrão*

## 1 | Introdução

**E**ste capítulo convida à reflexão sobre como um novo acontecimento, importante o bastante para repercutir em todo o planeta, afeta um determinado segmento da sociedade. Estamos falando do que pode acontecer aos jovens – sua saúde, condições de sociabilidade, de trabalho e educação –, em decorrência de uma crise sanitária, social, econômica e política de magnitude ainda incomensurável. Em particular, nos interessa investigar as possíveis relações de interdeterminação entre desengajamento escolar e saúde mental, considerando o efeito de variáveis de vulnerabilidade social sobre a população juvenil neste contexto.

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da covid-19, doença causada por um novo coronavírus (LU *et al.*, 2020). O surto inicial ocorreu na China, propagou-se pelos cinco continentes em ritmo exponencial e desencadeou uma crise epidemiológica, com repercussões na vida da população, não apenas pelas implicações na saúde pública, mas também por sua repercussão na vida social e econômica em função da adoção de medidas não farmacológicas de contenção do vírus. Até o fechamento deste capítulo, o Brasil já havia contabilizado mais de 22 milhões de casos notificados da doença, com desfecho letal para mais de 600 mil pessoas (BRASIL, 2021).

As crianças, adolescentes e jovens suscitaram menor preocupação, inicialmente, pois quando infectados pela covid 19, apresentavam sintomas leves, menores taxas de hospitalização e de mortalidade (BHOPAL; BAGARIA; BHOPAL, 2020; SCHUENGUE, 2021). No entanto, com o passar do tempo, constatou-se que a pandemia afetou os diversos aspectos da vida dos diferentes segmentos juvenis, como a disponibilidade de recursos financeiros, os relacionamentos em casa, isolamento social, a interrupção da vida escolar com importantes consequências futuras, além de efeitos sobre a qualidade do sono e suas implicações para a saúde, em particular para a saúde mental (CONJUVE, 2021, p. 69).

Na educação, com o objetivo de reduzir a disseminação do vírus, as unidades de ensino encerraram as atividades presenciais e o ensino remoto substituiu em grande parte as aulas. Em abril de 2020, escolas fecharam em 180 países, afetando, aproximadamente, 85% da população escolar mundial. Até o dia 16 de novembro de 2021, o Brasil já contabilizava 69 semanas de fechamento (parcial ou total) das escolas, ocupando, juntamente com o Chile, a 13ª posição entre países que mais permaneceram com as escolas fechadas (UNESCO, 2021). O

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), a partir de pesquisa com mais de 160 mil unidades educacionais, entre públicas e privadas, identificou que a quase totalidade dos estabelecimentos fecharam suas portas, e contabilizou 279 dias sem aulas presenciais.

O Banco Mundial (2020) identificou que o fechamento das escolas tem impacto sobre o processo de ensino-aprendizado, com o aumento de iniquidades educacionais e a perda do vínculo dos jovens com a escola. Uma revisão da literatura especializada sobre os impactos da pandemia aponta que até 2030, estima-se que mais de 825 milhões de crianças e adolescentes não irão adquirir as competências fundamentais de nível básico. Os dados alertam para uma grave crise de aprendizagem como o maior desafio, em escala global, na preparação dos adolescentes de hoje, para o presente e o futuro do mercado de trabalho, iluminando conexões complexas entre impacto educacional e econômico no futuro das novas gerações (LOUREIRO, 2020). Segundo Relatório do Banco Mundial, a covid-19 aprofundou os efeitos da crise econômica sobre a educação, especialmente com a elevação da evasão escolar, em decorrência da necessidade dos jovens de complementar a renda doméstica com a sua inserção prematura e, muitas vezes desqualificada, no mercado de trabalho. Azevedo *et al.* (2020) estimam que a pandemia deverá elevar em 4% o número de crianças fora da escola no mundo. No Paquistão, Khan e Ahmed (2021) projetaram uma evasão de 7,2 milhões de crianças, sendo esta mais pronunciada na educação primária. No México, pesquisa telefônica realizada para avaliar o impacto da covid-19 na educação identificou que 58,8% da evasão escolar no ciclo escolar de 2019-2020 pode ser associada à covid-19. Esse percentual é mais alto na pré-escola e no primário (94,7% e 73,2%, respectivamente). Na educação secundária, esse valor ficou em 57,7% (INEGI, 2021).

O desengajamento escolar tem mostrado impactos sobre diversas dimensões da vida do indivíduo e da sociedade (BARROS, 2017). Nesse sentido, Wong *et al.* (2002) observaram que em relação às pessoas com ensino médio completo nos Estados Unidos da América, os indivíduos que deixaram a escola antes desta etapa formativa apresentam piores indicadores de saúde: possuem uma perda de potenciais anos de vida 3,5 vezes maior. Também já foi demonstrado o seu efeito sobre a iniquidade de renda (COAY; DIZIOLI, 2017); acesso e permanência no mercado de trabalho, bem-estar social e assistência social (WALDFOGEL; GARFINKEL; KELLY, 2007).

Como bem assinala Barros (2017), em que pese o fato de que a maior parte dos custos decorrentes do desengajamento escolar recaia sobre os indivíduos, ele irá também provocar efeitos negativos sobre a totalidade da sociedade, quer seja a partir dos efeitos econômico desencadeados pela queda de produtividade, desincentivo à inovação e conseqüentemente a redução da competitividade do país no cenário internacional; ou por seus desdobramentos no convívio social e político.

Outro importante impacto da pandemia sobre o bem-estar dos jovens incide sobre a sua saúde mental. Brooks *et al.* (2020), a partir de revisão sistemática da literatura, observaram efeitos psicológicos negativos associados a períodos de quarentena, como distúrbios pós-traumáticos, confusão e raiva. Para os autores, períodos longos de isolamento, medo de se infectar, frustração, tédio, restrição de suprimentos básicos, perdas financeiras, informações inadequadas e estigmas estariam como prováveis elementos estressores que comprometeriam a saúde mental da população. A população jovem parece, em particular, mais suscetível a ter sua saúde mental comprometida pela covid-19, quando comparada com as demais faixas etárias (WANG *et al.*, 2020). Chi *et al.* (2021) investigando a saúde mental de adolescentes chineses pós epidemia, estudantes do 7º ao

9º ano do ensino fundamental, idade média de 15 anos, observaram prevalência de 37,8% de insônia, 48,2% de depressão e 36,7% de ansiedade. Resultados semelhantes foram encontrados por Glowacz e Scmits (2020) com público jovem francês e canadense, em que as prevalências de ansiedade e depressão foram, respectivamente, de 45% e 56%.

Analisaremos aqui a interdependência entre desengajamento escolar, entendido como a ausência dos jovens nos bancos escolares (BARROS, 2017) e saúde mental para os diferentes estratos juvenis. Em particular, para aqueles que, durante a pandemia cursavam a educação básica. A pandemia modificou a dinâmica da não frequência escolar? Em caso afirmativo, em que direção? Em que medida a saúde mental influencia o desengajamento escolar durante a pandemia? Reciprocamente, como a ausência escolar teve implicações sobre a saúde mental dos jovens?

## 2 | Metodologia

Em 2020, foi realizada a primeira onda do levantamento *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, sendo replicada em 2021, junto a mais de 68 mil jovens. A iniciativa abordou diferentes dimensões da vida juvenil afetadas pela pandemia, como saúde, trabalho e renda, educação e vida pública.

Ante o interesse de estudar os jovens com escolaridade máxima até a educação básica, foi feito um recorte utilizando-se a variável de escolaridade. Ao longo do presente texto, serão, então, referidos como jovens aqueles que declararam estar estudando ou ter estudado, no máximo, até o último ano do ensino médio.

Para análise realizada e apresentada no presente capítulo, a escolha das variáveis levou em consideração os aspectos socioeconômicos e subjetivos potencialmente mediadores da decisão

de não frequentar a escola e que foram investigados no instrumento de coleta de dados. Assim, identificaram-se fatores adstritos aos jovens (como idade, sexo, raça/cor), subjetivos (percepção de efeitos psicológicos da pandemia), características da escola (se privada ou pública) e educação (escolaridade), e vulnerabilidade socioeconômicas (domicílio monoparentais femininos, perda de renda, dependência de ajuda financeira governamental) e exposição ao risco de infectar-se pelo Sars-CoV-2 (trabalho presencial durante a pandemia).

A variável dependente (não frequência escolar) foi construída a partir da questão que investigava se o jovem estava estudando no momento da pesquisa (quesito E1 do questionário). Foram considerados como não frequentando a escola os jovens que apontaram que haviam trancado ou cancelado a matrícula. Aos que informaram que já haviam terminado, foi atribuída a condição de dado ausente.

Serão utilizados ao longo do presente texto os termos “não frequência escolar”, “ausência escolar” e “desengajamento escolar” para se referir aos fenômenos que mais se aproximam da falta de engajamento com a escola, de forma mais generosa e inclusiva, sem entrar em disputas conceituais (SALATA, 2019).

A variável de consequências psicossociais da pandemia foi reagrupada a partir de análise de componentes principais que identificou a existência de quatro grupos de padrão de respostas: grupo 1 (cansaço, ansiedade, insônia, depressão, uso exagerado de redes sociais, ganho ou perda exagerada de peso), grupo 2 (brigas frequentes dentro de casa), grupo 3 (aumento do consumo de álcool e/ou cigarro e/ou outras drogas) e grupo 4 (automutilação e/ou pensamento suicida).

As análises descritivas basearam-se nas frequências absoluta e relativa das variáveis estudadas na população total e nas po-

pulações que não frequentavam a escola (antes e durante, apenas durante a pandemia). Com objetivo de melhor caracterizar a influência dos fatores potencialmente relacionados à ausência na escola, foram calculadas as razões de chance das variáveis de forma isolada, por meio de regressão logística binomial.

Para isolar os efeitos psicológicos da pandemia sobre a frequência à escola, utilizaram-se, ainda, modelos estatísticos de regressão logística, tendo como variável dependente a não frequência do jovem à escola e independente os efeitos psicológicos da pandemia (segundo os quatro grupos descritos anteriormente), controlada por fatores socioeconômicos e demográficos.

Também foi realizada análise em sentido inverso, ou seja, o efeito da não frequência escolar sobre as consequências psicológicas da pandemia, controlado pelo conjunto de variáveis sociodemográficas. Foram utilizados oito modelos de regressão logística, dois para cada desfecho em que se alterava a variável independente de interesse: ausência escolar com início antes da pandemia e ausência escolar com início durante a pandemia. Adicionalmente, com objetivo de verificar o efeito da ausência escolar sobre o estado geral de bem-estar psíquico, foram construídos mais dois modelos de regressão de *quasipoisson*, tendo como variável dependente o somatório de respostas afirmativas à questão que investigava o efeito psicológico da pandemia (investigadas no questionário pela questão S5).

Os cálculos estatísticos foram feitos com o *software* R e utilizando-se da biblioteca *Survey*. A amostra foi ponderada de forma a dirimir potenciais vieses introduzidos pelo processo de autoseleção no preenchimento do questionário e correção de distorções. Utilizou-se a faixa etária (15 a 29 anos) e a região como variáveis para correção, tendo como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 4º. Trimestre de 2020, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

### 3 | Resultados e discussão

#### a) Jovens da educação básica: caracterização geral do público

Dos 68 mil jovens respondentes da pesquisa, 53.411 (78,4%) tinham como maior escolaridade a educação básica, com concentração nas séries do ensino médio (64%). Para as análises que se seguem esse será o universo pesquisado.

Esse é um público com idade média de 20,3 anos, sendo que a faixa etária de 18 a 24 anos representa mais da metade dos respondentes de interesse para este capítulo e os adolescentes (15 a 17 anos) são pouco mais de um quarto (26%).

A distribuição etária já aponta para uma provável distorção idade-série, visto que 18 anos são considerados como a idade ideal para a finalização do ensino médio. Infelizmente, o instrumento não permite saber a série que o jovem estava cursando ou cursou, tornando imprecisa a estimativa de distorção idade-série. A distorção série-idade é referida como um dos fatores mais potentes para explicar a ausência do estudante na escola, tanto de forma temporária, como permanente (DE WHITE ET AL., 2013).

Um pouco mais da metade (54%) dos jovens aqui pesquisados declarou não estudar em escolas públicas. Estudo da Fiocruz (2020) aponta que dos jovens que estavam frequentando a escola, apenas 28% estavam matriculados em escolas privadas, o que indica um possível viés da amostra da pesquisa com uma maior representação desse segmento populacional.

Com relação às características adstritas dos jovens, as mulheres (66%) e as pessoas negras (56%) predominam no recorte da amostra de interesse. Observa-se uma sobrerrepresentação do segmento feminino uma vez que o contingente estuda-

do na PNADC de 2020 é de 50%. Não se espera, contudo, que isso tenha impacto sobre a acurácia do fenômeno em análise, uma vez que dados da PNADC de 2019 apontam que dentro do grupo de 10 a 24 anos a taxa de frequência escolar teve pequena variação entre os sexos, 64,1 para os homens e 65,4 para mulheres (FIOCRUZ, 2020).

### **b) A pandemia modificou a dinâmica da não frequência escolar?**

Eram 3.794 (7%) os jovens de interesse para este capítulo que não estavam frequentando a escola quando a pesquisa foi aplicada. Destes, pouco mais da metade (51%) pretendiam retornar a estudar, 27% afirmaram já ter decidido abandonar os estudos e 22% estavam em dúvidas se voltariam aos bancos escolares.

Dentre esses jovens que não estavam frequentando a escola, para 3.610 foi possível identificar o período em que deixaram de participar das atividades letivas, permitindo investigar se a ausência escolar é uma ocorrência consolidada (que ocorreu antes da pandemia) ou algo recente (durante a pandemia), além de possibilitar mensurar o tamanho e características destes dois fenômenos.

Desse contingente, observa-se que não há diferença estatisticamente significativa ( $p > 0.05$ ) entre o percentual dos que o fizeram antes (47%) e durante a pandemia (53%), podendo sugerir maior intensidade da ausência na escola no ano pandêmico, que apresentou percentual semelhante àquele acumulado em anos anteriores à chegada da covid-19. Ainda são poucos os estudos que se dedicaram a observar o efeito da pandemia sobre o desengajamento escolar no Brasil. Neri e Osório (2021), a partir de dados levantados pela PNAD COVID, estimaram uma ausência escolar de 10% para a faixa de 6 a 15 anos e de 11% para os jovens de 15 a 17 anos.

Se a prevalência da ausência se manteve estável entre os dois períodos, observam-se mudanças no perfil segundo as características investigadas. Os jovens que deixaram de frequentar a escola durante a pandemia são mais novos (idade média de 22,8 versus 24,5) do que aqueles que o fizeram antes de março de 2020. De fato, cada ano de idade reduz em 13% as chances de os estudantes deixarem os bancos escolares durante a crise sanitária. Isso ocorre em função do grupo dos adultos jovens, que têm 64% menos chances que as demais faixas etárias de ter deixado de frequentar a escola no período em questão. Cabe enfatizar que ao analisarmos a ausência à escola sem distinguir o período do abandono ou evasão, a ausência foi maior entre os mais velhos, na educação básica. A média de idade entre os que não estavam frequentando a escola foi de 23,6, valor estatisticamente superior ( $p < 0,01$ ) em relação à daqueles que estavam frequentando (20). Pela regressão logística não ajustada, observa-se que cada ano de idade eleva em 23% a razão de chances de o jovem deixar de frequentar a escola. Assim, observa-se a maior prevalência de ausência da escola, entre aqueles na faixa etária de 25 a 29 anos (50%), seguidos pelos de 18 a 24 anos (41%). A idade é um importante fator associado à saída do jovem do sistema educacional. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC-2019) apontam que em 2019, enquanto no grupo de 6 a 14 anos era praticamente universal, a escolarização entre os jovens de 18 a 24 anos esse percentual não chegava a um terço (IBGE, 2019).

Os resultados aferidos com a distinção entre desengajamento anterior ou durante a pandemia indicam um efeito de ampliação do risco de abandono para faixas etárias mais novas, durante a pandemia, com consequências que precisam ser acompanhadas longitudinalmente.

Os jovens do ensino médio têm 5,21 vezes mais chances de estar no grupo que parou de estudar durante a pandemia que os do ensino fundamental (anos iniciais e finais). Ainda sobre os aspectos relacionados ao sistema educacional, observa-se que os jovens de nossa amostra que abandonaram os estudos das escolas privadas têm maior chance de estar no grupo que o fizeram durante a pandemia (OR :1,9, IC95: 1,47 – 2,47)<sup>1</sup>. Isso pode estar relacionado à diminuição da capacidade de pagamento das mensalidades pelas famílias em razão da crise econômica e insegurança financeira desencadeada pela pandemia.

---

<sup>1</sup>OR: Razão de chance; IC95: Intervalo de confiança de 95%

A região e a localização do domicílio dos jovens também alteram o risco de ausência na escola, tanto antes como durante a pandemia. Quando comparados com os moradores das áreas rurais, os das urbanas tiveram quase duas vezes mais chances de deixar de frequentar escola durante o período pandêmico. A região Sul (OR: 2,88) e Sudeste (OR: 2,01) foram as que tiveram mais chances de o abandono ocorrer durante o ano de crise sanitária, seguidas pela Nordeste (OR: 1,67). A região Centro-oeste apresenta razão de chance semelhante à da Norte, com menor chance. Também foi observado que os jovens da educação básica, do interior, que deixaram de frequentar a escola, tem 49% mais chance de o fazerem durante o período da pandemia. Embora morar em áreas urbanas, em regiões com maior probabilidade de oferta de emprego, como Sul e Sudeste, pudesse justificar que os jovens moradores dessas localidades tendessem ao desengajamento pela maior oferta laboral, o fato destas chances aumentarem no interior, em contraposição às áreas metropolitanas e capitais, precisa ser ainda compreendido.

A única característica adstrita do jovem que mostrou relação com o período do abandono escolar foi a raça/cor. Os negros, em nossa amostra, têm 37% menos chances de deixar de frequentar a escola durante a pandemia. Talvez, esse resultado re-

force um desengajamento anterior à pandemia, reflexo do enorme abismo de desigualdades educacionais experimentadas por jovens negros, em relação aos brancos (ZAMORA, 2012).

Com relação às variáveis que apontam para a vulnerabilidade do jovem, considerando a renda familiar, aqueles que não estavam frequentando a escola e eram de famílias, cuja única fonte de renda foi o Auxílio Emergencial do Governo Federal, tinham a metade da chance de outros jovens que não frequentavam a escola de tê-lo feito durante a pandemia. No entanto, os que estavam procurando trabalho em função da emergência epidemiológica apresentaram menos chance de o fazerem durante a pandemia (0,66).

Por esses dados, conclui-se que a pandemia não apenas intensificou um processo de ausência na escola que já estava presente na sociedade, mas modificou o seu padrão, sugerindo que outros mediadores passaram a atuar, o que traz a pergunta de interesse para o presente capítulo: os efeitos psicossociais da pandemia influenciaram no desengajamento escolar dos jovens?

### **c) Em que medida a saúde mental influencia o desengajamento escolar durante a pandemia?**

Os efeitos psicológicos da pandemia foram pesquisados por meio de dez quesitos que investigaram a ocorrência de situações ou sintomas que indicam possível comprometimento do bem-estar mental dos jovens. Em média, os jovens da educação básica responderam afirmativamente a praticamente três questões (média 2,98). Observa-se, contudo, que aqueles que pararam de estudar durante a pandemia responderam com mais frequência de forma afirmativa a esses quesitos (média 3,64) (TABELA 1). Hallgarten (2020), a partir dos aprendizados do surto de ebola, estabelece relação entre o abandono esco-

lar e o estresse emocional desencadeado pela falta de informações confiáveis acerca do desenvolvimento da pandemia e sobre a segurança do retorno às aulas presenciais.

Dentre as dimensões investigadas, as brigas frequentes e o aumento de álcool e outras drogas foram as que mostraram ser estatisticamente significantes com relação a não frequência dos jovens à escola durante a pandemia. Os jovens que relataram brigas frequentes em casa, tinham 178% mais chance de estar ausentes da escola durante a pandemia. Já aqueles que afirmaram aumento do consumo de álcool e outras drogas, a razão de chance foi de 1,77 (TABELA 1).

Quando controlado pelas variáveis sociodemográficas, os relatos de automutilação/pensamento suicida e de uso de álcool e outras drogas foram os fatores psicológicos que apresentaram relação com a não frequência escolar do jovem durante a pandemia. O relato de aumento do consumo de álcool e outras drogas e de automutilação /pensamento suicida eleva em 72% e 69%, respectivamente, as chances de o jovem estar ausente da escola durante a pandemia (TABELA 2).

**TABELA 1**

Prevalência e Razões de Chance de consequências psicológicas da pandemia entre os jovens da educação básica, segundo a ocorrência de desengajamento durante a pandemia. – Brasil, 2021

Jovem com relato de ter sofrido as seguintes consequências psicológicas da pandemia:	Total N=51,544 <sup>1</sup>	Evasão escolar durante a pandemia		p-valor <sup>2</sup>	Evasão escolar pandemia Regressão Logística Binomial Análise Bivariada		
		Não N=49,617 <sup>1</sup>	Sim N=1,927 <sup>1</sup>		OR <sup>3</sup>	95%CI <sup>3</sup>	p-valor
Número de respostas afirmativas às consequências psicológicas da COVID-19					1.14	1.08, 1.20	<0.001
Média	2.98	2.96	3.64	<0.001			
Mediana (IQR)	3.0 (1.0, 5.0)	3.0 (1.0, 5.0)	4.0 (2.0, 5.0)				
Cansaço, ansiedade, insônia, depressão, uso exagerado de redes sociais, ganho ou perda exagerada de peso	40,956 (79.46%)	39,353 (79.31%)	1,603 (83.19%)	0.10	1.29	0.95, 1.75	0.1
Brigas frequentes dentro de casa	11,387 (22.09%)	10,930 (22.03%)	457 (23.69%)	0.4	2.78	2.03, 3.80	<0.001

	Evasão escolar durante a pandemia			Evasão escolar pandemia Regressão Logística Binomial Análise Bivariada			
	Total N=51,544 <sup>1</sup>	Não N=49,617 <sup>1</sup>	Sim N=1,927 <sup>1</sup>	p-valor <sup>2</sup>	OR <sup>3</sup>	95%CI <sup>3</sup>	p-valor
Jovem com relato de ter sofrido as seguintes consequências psicológicas da pandemia:							
Aumento do consumo de álcool e/ou cigarro e/ou outras drogas	4,226 (8.20%)	3,860 (7.78%)	366 (18.97%)	<0.001	1.77		<0.001
Automutilação e/ou pensamento suicida	4,923 (9.55%)	4,626 (9.32%)	297 (15.41%)	<0.001	1.10		0.44

<sup>1</sup> n (%)

<sup>2</sup> Teste de Chi Quadrado com correção de segunda ordem de Rao & Scott

<sup>3</sup> OR = Razão de Chance, CI = Intervalo de confiança

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus - Brasil, 2021

**TABELA 2****Regressão Binomial de Evasão Escolar Durante a Pandemia, análise multivariada**

Variáveis de interesse	OR <sup>1</sup>	95% CI <sup>1</sup>	p-valor <sup>1</sup>
Cansaço, ansiedade, insônia, depressão, uso exagerado de redes sociais, ganho ou perda exagerada de peso	<b>0.94</b>	<b>0.68, 1.30</b>	<b>0.73</b>
Automutilação ou pensamento suicida	<b>1.69</b>	<b>1.19, 2.40</b>	<b>0.003</b>
Aumento do consumo de álcool/cigarro/outras drogas	<b>1.72</b>	<b>1.22, 2.44</b>	<b>0.002</b>
Brigas frequentes dentro de casa	<b>0.98</b>	<b>0.76, 1.28</b>	<b>0.90</b>

<sup>1</sup> OR = Razão de Chance , CI = Intervalo de Confiança

Os coeficientes relacionados as variáveis de controle foram omitidos e encontram devidamente descritos em anexo estatístico

Fonte: *Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus - Brasil, 2021*

A medida de distanciamento social, que resultou no fechamento das escolas, trouxe um novo formato de aprendizagem e, com isso, a privação do convívio escolar, espaço onde ocorre o processo de socialização secundária e identificação com pares. Tal fato promoveu efeitos negativos para a saúde mental dos jovens (DIAS; PINTO, 2020), intensificados pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde, nível socioeconômico, alimentação e condições de moradia (Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde - CNDSS - 2008). Assim, repercussões do isolamento social decorrente da pandemia parecem interferir significativamente na saúde mental juvenil e planejamento de ações futuras.

#### **d) A ausência escolar teve implicações para a saúde mental dos jovens?**

Com objetivo de responder ao questionamento sobre em que medida a desvinculação da escola interfere na saúde mental dos jovens, foram construídos dez modelos de regressão binomial em que os desfechos eram dimensões do comprometimento da saúde mental do jovem devido a pandemia da covid-19, utilizando-se como variáveis independentes aquelas citadas anteriormente. Cinco das regressões focaram no efeito da ausência escolar que teve início antes da pandemia e outras cinco naquela que se deu durante a pandemia (TABELA 3).

**TABELA 3**

Coeficientes do efeito da não frequência à escola sobre as dimensões de consequências psicológicas da Pandemia por covid-19. Modelo ajustado para variáveis selecionadas – Brasil, 2021

Início da não frequência Escola	Número de Respostas Afirmativas aos Quesitos de Efeitos Psicológicos da Pandemia (IRR <sup>1</sup> )	Cansaço, ansiedade, insônia, depressão, uso exagerado de redes sociais, ganho ou perda exagerada de peso (OR <sup>2</sup> )	Brigas Frequentes (OR <sup>2</sup> )	Aumento do consumo de Álcool e Outras Drogas (OR <sup>2</sup> )	Auto-mutilação e pensamento suicida (OR <sup>2</sup> )
Antes da Pandemia	1.01	0.86	0.76	1.37	1.53
Durante a Pandemia	<b>1.17**</b>	1.11	1.17	<b>1.95**</b>	<b>2.01**</b>

<sup>a</sup> Tabela completa com todos os modelos encontra-se no anexo.

N= 52.210

<sup>1</sup> IRR: Razão de Taxa de Incidência, IC95: Intervalo de Confiança de 95%

<sup>2</sup> OR: Razão de Chance

p-value: <0.001\*\*, <0.05\*

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus - Brasil, 2021

Para nenhum dos desfechos estudados a não frequência à escola que iniciou antes da pandemia foi significativa. Contudo, quando o abandono ocorre durante a pandemia, observa-se aumento do número de respostas afirmativas aos quesitos que investigaram os efeitos psicológicos da pandemia (IRR = 1.17), como maior consumo de álcool e outras drogas (OR = 1.95) e o relato de automutilação/pensamentos suicidas (OR = 2.01). Esses dados indicam que os jovens que deixaram de estudar durante a pandemia, quando comparados com os demais, têm quase duas vezes mais chances de ter elevado o relato de ingestão de drogas, padrão semelhante também foi observado quando o desfecho era referência à automutilação/pensamento suicida.

Uma hipótese que se levanta a partir destes resultados é que a frequência escolar (mesmo de forma remota) e, conseqüentemente, os vínculos possibilitados nestes espaços, as trocas de informações, maior conhecimento e, sobretudo, vivências partilhadas, atuariam como um amortecedor dos choques provocados pela pandemia, experiência traumática singular.

#### 4 | Considerações finais

Os resultados apresentados pela pesquisa indicam que a pandemia da covid-19 modificou a dinâmica e o padrão do desengajamento escolar para jovens na educação básica, junto à amostra de participantes. A pandemia afetou a saúde mental dos jovens e adolescentes e, com isso, contribuiu para promover a ausência escolar durante este período, em particular, o aumento do uso de álcool e outras drogas, relato de automutilação/pensamento suicida estavam relacionados com o afastamento dos jovens das salas de aula, ainda que virtuais. Reciprocamente, os jovens que se afastaram da escola durante a pandemia relataram maior propensão ao uso de drogas e a desenvolver pensamentos suicidas. A situação é mediada por

fatores sociais previamente presentes na vida destes jovens. A compreensão das consequências da covid-19 para os jovens constitui um processo complexo, multifatorial, temporalmente maturado (SALATA, 2019). De modo que o evento covid-19 gera e incorpora, o que WADE *et al.* (2020) designam como "risco acumulado", a partir da exposição simultânea a diversos fatores de risco, não apenas para a saúde mental, como para a intensificação do processo de desengajamento escolar e suas consequências para o engajamento ou a participação econômica dos jovens.

Os participantes da pesquisa, quando interpelados sobre as duas ações prioritárias a serem implementadas por atores públicos ou privados, para cuidar da saúde e da educação, após a pandemia, indicam a importância do acompanhamento e ou atendimento psicossocial como principal ação tanto para a saúde como para a educação dos jovens. Num universo de, aproximadamente, 68 mil participantes da pesquisa, cerca de 40% sugeriram o acompanhamento psicológico nas escolas, reforçando a percepção da centralidade deste problema entre os próprios jovens.

É importante considerar, seriamente, o investimento em ações de promoção da saúde mental para todos os atores da comunidade escolar, dentro da escola e junto às unidades básicas de saúde, como parte das estratégias para manter e buscar o retorno daqueles que concluíram seu processo de desengajamento com a escola. A saúde mental tem grande impacto na vida futura dos jovens. Até 80% dos distúrbios mentais iniciam antes de 26 anos e parte dos efeitos dos problemas de saúde mental na juventude se estende ao longo da vida e ultrapassa os efeitos de problemas de saúde física na infância ou juventude. (GOODMAN *et al.*, 2011). A pandemia acentuou o sofrimento psíquico entre os jovens e o impacto da saúde mental na sua vida futura já vem acarretando e acarretará, ainda mais, custo para a sociedade.

Ainda, sobre o desengajamento, a pandemia ampliou as desigualdades de acesso e fruição do sistema. Em 2019, 20,2% dos jovens de 14 a 29 anos estavam fora da escola e não concluíram o ensino médio, o que equivale a 50 milhões de pessoas (IBGE, 2019). Como bem observa Barros (2017), a perda do engajamento dos jovens com a escola é um problema crônico no Brasil. O peso da pandemia sobre os jovens estudantes em situações de maior vulnerabilidade se traduziu no enfrentamento de maior período de aulas remotas, menores níveis de capacidade institucional das escolas públicas para lidar com os desafios impostos pela crise sanitária, o que se desdobra na adoção de alternativas menos eficazes e atrativas de ensino-aprendizagem e na tensão trazida pela necessidade de adequação de sua vida privada, (REIMERS, 2021). Assim, a escola com antigas e novas demandas, torna-se ainda menos atrativa aos jovens e mais uma fonte de estresse e sofrimento psíquico em um momento já conturbado e cheio de incertezas.

O sistema educacional deve enfrentar, então, grandes desafios acentuados pela pandemia, em particular, superar as defasagens anteriores, tão marcantes no caso brasileiro, além de reconstruir uma relação de encantamento e significado junto aos jovens e seus projetos de vida, dialogando e ampliando suas perspectivas diante do futuro. No entanto, a fim de recuperar as perdas desencadeadas pela crise sanitária e preparar os jovens para viver uma sociedade ainda mais cindida pela desigualdade (REIMERS, 2021), é preciso incorporar a necessidade de ampliação de investimentos e de capacitação, buscando operar uma mudança na cultura profissional e política. Na assistência social, a garantia de uma renda mínima que consiga amortecer os efeitos de choques econômicos decorrentes, principalmente da situação de desemprego ou hipossuficiência de renda, tem se mostrado como uma estratégia de baixo custo de manutenção de padrões mínimos de qualidade de vida condizentes com o nível de desenvolvimento

econômico do país. Para tanto, a articulação entre os sistemas de proteção contributivos (previdenciários) e não contributivos (assistencial) é essencial.

Momentos de crise, como as emergências sanitárias, costumam amplificar problemas pré-estabelecidos e pouco visíveis. Cabe enfatizar que esta análise ilumina fenômenos que antecedem e se prolongam para além da pandemia. A discussão sobre o papel socializador da escola, a escolaridade e sua imbricação com a inserção profissional são questões antigas da reflexão educacional, sociológica e econômica, porém ainda são escasos trabalhos que correlacionem a saúde mental de crianças e jovens às suas condições de existência social e, reciprocamente, verifiquem as implicações dos problemas de saúde mental para sua vida adulta, reforçando políticas intersetoriais voltadas para a juventude que consigam abarcar as variadas dimensões de sua existência, necessidades, desejos e possibilidades.

## Referências

AZEVEDO, J. P.; HASAN, A.; GOLDEMBERG, D.; GEVEN, K.; IQBAL, S. A. Simulating the Potential Impacts of COVID-19 School Closures on Schooling and Learning Outcomes: A Set of Global Estimates. *World Bank Research Observer*, v. 36, n. 1, p. 1-40, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/wbro/lkab003>

BARROS, R. P. *Políticas Públicas para a Redução do Abandono e da Evasão Escolar de Jovens*. São Paulo: Fundação Brava, 2017. Disponível em: <http://gesta.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Políticas-Publicas-para-reducao-do-abandono-e-evasao-escolar-de-jovens.pdf>  
Acesso em: 14 dez. 2021

BHOPAL, S. S.; BAGARIA, J.; BHOPAL, R. Risks to children during the covid-19 pandemic: some essential epidemiology. *BMJ (Clinical research ed.)*, n. 369, m2290, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.m2290>

BILL & MELINDA GATES FOUNDATION. 2020 *Goalkeepers Report: the COVID-19, a global perspective*. [S. l.]: Bill & Melinda Gates Foundation, 2020. Disponível em: [https://www.gatesfoundation.org/goalkeepers/downloads/2020-report/report\\_a4\\_en.pdf](https://www.gatesfoundation.org/goalkeepers/downloads/2020-report/report_a4_en.pdf)

Acesso em: 12 dez. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. *Covid-19 no Brasil*. Painel de Acompanhamento de Casos de Covid-19 no Brasil. [S. l.]: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)

Acesso em: 14 dez. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. *Nota Técnica n. 10, de 29 de abril de 2021*. Brasília: DEPROS/SAPS/MS, 2021. Disponível em:

<https://aps.saude.gov.br/ape/pse#:~:text=Nota%20T%C3%A9cnica%20Monitoramento%202020>

Acesso em: 20 jan. 2022

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação / Departamento de Monitoramento. *Potência dos Programas Sociais e Evolução da Extrema Pobreza: o que a PNADC e PNAD COVID19 Revelam*. Brasília: Ministério da Cidadania, [2020]. (De olho na Cidadania, v. 2). Disponível em [https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/De\\_olho\\_na\\_cidadania\\_VOL\\_2\\_PNADC.pdf](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/De_olho_na_cidadania_VOL_2_PNADC.pdf)

Acesso em: 20 jan. 2022.

BROOKS, S. K.; WEBSTER, R. K.; SMITH, L. E.; WOODLAND, L.; WESSELY, S., GREENBERG, N.; RUBIN, G. J. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, V. 395, I. 10227, p. 912-920, March, 14, 2020. DOI:

[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)

COADY, D.; DIZIOLI, A. Income Inequality and Education Revisited: Persistence, Endogeneity, and Heterogeneity. *IMF Working Papers*, V. 17, I. 126, p. 1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5089/9781475595741.001>

CONJUVE *et al.* Juventudes e a pandemia do coronavírus. Relatório nacional. 2. ed. [S. l.]: CONJUVE, 2021. Disponível em:

[https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2\\_Relatorio\\_Nacional\\_20210702.pdf](https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf)

Acesso em: 25 jan. 2022

COSTIN, C.; COUTINHO, A. Experiences with Risk-Management and Remote Learning During the COVID-19 Pandemic in Brazil: Crise, Destitutions, and (Possible) Resolution. In: REIMERS, F. (ed.). Primary and Secondary Education During Covid-19: Disruptions to Educational Opportunity During a Pandemic. Vol. 47. Switzerland: Springer, 2022. p. 39-78. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-81500-4>

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. A educação e a covid-19. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 28, n. 108, 2020.

FIOCRUZ. *Relatório Juventudes do Brasil*. Relatório produzido no âmbito do Projeto "Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no território educacional". [S. l.]: Fiocruz, 2020. Disponível sob demanda pelos autores deste capítulo.

GLOWACZ, F.; SCHMITS, E. Psychological distress during the COVID-19 lockdown: The young adults most at risk. *Psychiatry Research*, v. 293, set., p. 25-28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.113486>

HALLGARTEN, J. Evidence on efforts to mitigate the negative educational impact of past disease outbreaks. 4KD Help Desk Report 793, Reading, UK Department for Institute of Development Studies. Reading: Education Development Trust, 2020. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/20.500.12413/15202>  
Acesso em: 20 jan. 2021

HILLESHEIM, D.; TOMASI, Y. T.; FIGUEIRÓ, T. H.; PAIVA, K. M. Síndrome respiratória aguda grave por COVID-19 em crianças e adolescentes no Brasil: perfil dos óbitos e letalidade hospitalar até a 38ª Semana Epidemiológica de 2020. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, n. 5, e2020644, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000500021>

IBGE. *PNAD Contínua: Educação 2019*. Vol. 2019, Issue 2. [S. l.]: IBGE, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf)  
Acesso em: 7 dez. 2021

INEGI. Encuesta para la Medición del Impacto COVID-19 em la Educación (ECOVID-ED): Presentación de Resultados.2. ed. Mexico: INEGI, 2021. Disponível em: [https://www.inegi.org.mx/contenidos/investigacion/ecovided/2020/doc/ecovid\\_ed\\_2020\\_presentacion\\_resultados.pdf](https://www.inegi.org.mx/contenidos/investigacion/ecovided/2020/doc/ecovid_ed_2020_presentacion_resultados.pdf)  
Acesso em: 16 nov. 2021

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Taxa de Transição Brasil e Regiões*. Planilha Excel. [S. l.]: INEP, 2021a. Disponível em:  
[https://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/indicadores\\_educacionais/2020/tx\\_rend\\_brasil\\_regioes\\_ufs\\_2020.zip](https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2020/tx_rend_brasil_regioes_ufs_2020.zip)  
Acesso em: 7 dez. 2021

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Taxa de Rendimento Brasil e Regiões*. Planilha Excel. [S. l.]: INEP, 2021b. Disponível em:  
[https://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/indicadores\\_educacionais/taxa\\_transicao/tx\\_transicao\\_brasil\\_regioes\\_ufs\\_2017-2018.zip](https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/taxa_transicao/tx_transicao_brasil_regioes_ufs_2017-2018.zip)  
Acesso em: 7 dez. 2021

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Sinopse Estatística do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19 no Brasil: Educação Básica*. Brasília: INEP, 2021c. Disponível em:  
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/pesquisas-suplementares/pesquisa-covid-19>  
Acesso em: 16 nov. 2021

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro. Carta Conjuntura, v. 2, n. 50. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em:  
[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210105\\_cc\\_50\\_nota\\_2\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210105_cc_50_nota_2_mercado_de_trabalho.pdf)  
Acesso em: 20 jan. 2022.

KHAN, M. J.; AHMED, J. Child education in the time of pandemic: Learning loss and dropout. *Children and Youth Services Review*, v. 127, jan., 2021. DOI:  
<https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2021.106065>

LU, R.; ZHAO, X.; LI, J.; NIU, P.; YANG, B.; WU, H.; WANG, W.; SONG, H.; HUANG, B.; ZHU, N.; BI, Y.; MA, X.; ZHAN, F.; WANG, L.; HU, T.; ZHOU, H.; HU, Z.; ZHOU, W.; ZHAO, L.; ... TAN, W. Genomic characterisation and epidemiology of 2019 novel coronavirus: implications for virus origins and receptor binding. *The Lancet*, v. 395, n. 10224, p. 565-574, 2020. DOI:  
[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30251-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30251-8)

MARCOLIN, A. A. de A.; ADAMS, A.; ANDRADE, R. F. de. A pandemia desvelando o princípio democratizante do ensino: acesso e qualidade para quem?. *Revista Ilustração*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 67-74, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.46550/ilustracao.v1i1.12>

Disponível em:

<http://www.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/12>

Acesso em: 18 jan. 2022.

MENG, Y.; WANG, J.; WEN, K.; DA, W.; YANG, K.; ZHOU, S.; TAO, Z.; LIU, H.; TAO, L. Clinical Features and Laboratory Examination to Identify Severe Patients with COVID-19: A Systematic Review and Meta-Analysis. *BioMed Research International*, 6671291, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.1155/2021/6671291>

NERI, M.; OSÓRIO, M. Evasão escolar e jornada remota na pandemia. *Revista NECAT*, v. 10, n. 19, p. 105-112, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (FAO-BRASIL). *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Um retrato multidimensional*. Relatório 2014. Brasília. DF2014. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/SANnoBRasil.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf)

Acesso em: 14 dez. 2021.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. *Coronavirus school closures: What do they mean for student equity and inclusion?*. [S. l.]: OECD, 2020. Disponível em:

<https://oecdeditoday.com/coronavirus-school-closures-student-equity-inclusion/>

Acesso em: 21 dez. 2021

REIMERS, F. M. Conclusions and Implications. In: REIMERS, F. M. (ed.). *Primary and Secondary Education During Covid-19: Disruptions to Educational Opportunity during a Pandemic*. Switzerland: Springer, 2021.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; DA SILVA, R. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. *Revista de Sociologia e Política [on-line]*, v. 23, n. 54, p. 91-108, 2015. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1678-987315235406>

SAVASSI, L. C. M.; DIAS BEDETTI, A.; JOI DE ABREU, A. B.; COSTA, A. C.; PERDIGÃO, R. M. da C.; FERREIRA, T. P. Ensaio acerca das curvas de sobrecarga da COVID-19 sobre a atenção primária. *JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care* | ISSN 2179-6750, v. 12, p. 1-13, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.1006>

SCHUENGUE, N. Covid-19 em crianças: epidemiologia da doença em 2021. In: PEBMED. *O maior portal de atualização em Medicina no Brasil*. [S. l.], 1º abr. 2021. Disponível em: <https://pebmed.com.br/covid-19-em-criancas-epidemiologia-da-doenca-em-2021/>  
Acesso em: 25 jan. 2022

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020*. [S. l.]: Moderna, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/anuario-2020-todos-pela-educacao-e-editora-moderna>  
Acesso em: 10 dez. 202

UNESCO. *Monitoramento global do fechamento de escolas causado pelo COVID-19*. [S. l.]: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://em.unesco.org/covid19/educationresponse>  
Acesso em: 16 nov. 2021

UNICEF. *Cenário da Exclusão Escolar no Brasil – Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação*. [S. l.]: CENPEC Educação, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>  
Acesso em: 20 dez. 2021

WANG, C.; PAN, R.; WAN, X.; TAN, Y.; XU, L.; MCINTYRE, R. S.; CHOO, F. N.; TRAN, B.; HO, R.; SHARMA, V. K.; HO, C. A longitudinal study on the mental health of general population during the COVID-19 epidemic in China. *Brain, Behavior, and Immunity*, v. 87, p. 40-48, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bbi.2020.04.028>

WONG, M. D.; SHAPIRO, M.F.; BOSCARDIN, J.W.; ETTNER, S. Contribution of Major Diseases to Disparities in Mortality. *New England Journal of Medicine*, [s. l.], v. 347, l. 20, p. 1585–1592, 2002.

WORLD BANK GROUP. *Global Economic Prospects*. Issue June. [S. l.]: World Bank Group, 2020. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2020/06/08/covid-19-to-plunge-global-economy-into-worst-recession-since-world-war-ii>  
Acesso em: 14 dez. 21. DOI: 10.1596/978-1-4648-1553-9.

ZAMORA, M. H. Racial inequality, racism and its effects. *Fractal*, v. 24, n. 3, p. 563-578, set.-dez. 2012.



# Pandemia, precariedades e condições juvenis periféricas

*Fábio Araújo*

**A**s pandemias, ao longo da história, geram um acentuado grau de incerteza que não é apenas sanitária: ela aumenta os riscos de tal forma que desorganiza a ordem política, econômica e social. As pandemias trazem à tona a questão social. E a questão social é a aporia das sociedades modernas que coloca em destaque a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência da ética do direito e o imperativo da eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões produzidas nas tramas das relações de poder e dominação (TELLES, 1996).

Segundo o diagnóstico do filósofo italiano Franco Berardi, a pandemia de covid-19, que em seu início chegou a ser pensada como uma transição para o fim da lógica neoliberal, revelou-se, na verdade, o oposto: uma acentuação da agressividade neoliberal. Pela primeira vez, "nos damos conta que o capitalismo neoliberal, que é essencialmente uma forma de absolutismo do capital, não reconhece a lei jurídica ou ética e impõe, de maneira dogmática, o princípio da prioridade do lucro econômico" (BERARDI, 2021), como ficou evidente na resistência dos grandes laboratórios à quebra de patentes de produtos de combate ao coronavírus, dentre eles a vacina.

Segundo Berardi (2021), a economia foi transformada em um sistema de automatismos tecno-econômicos dos quais a política não consegue escapar. A epidemia de depressão contemporânea se coloca em um contexto de “paralisa da vontade”, que é outro modo de dizer precariedade. Precariedade que se manifesta na dificuldade de traduzir as intenções em ações, em comportamentos, e se torna uma forma geral da relação social e afeta a composição social da nova geração que se coloca no mercado de trabalho. “A precariedade não é um aspecto peculiar, mais ou menos amplo, da relação produtiva, mas o núcleo obscuro do processo de produção” (BERARDI, 2019, p. 25). O futuro, por sua vez, “se transforma em ameaça quando a imaginação coletiva se torna incapaz de ver possibilidades alternativas para a devastação, a miséria e a violência” (BERARDI, 2019, p. 23).

Este texto propõe uma reflexão sobre condições juvenis periféricas, pandemia e precariedades. Vale dizer que as juventudes devem ser pensadas a partir das pluralidades de condições juvenis, o que significa não perder de vista e considerar as diferenças sociais relacionadas a classe, gênero, etnia/raça, idade, pertencimentos territoriais etc., pois a combinação dessas variáveis se materializa na distribuição desigual e combinada de precariedade e proteção (BUTLER, 2018). Este capítulo busca explorar duas problemáticas que emergem do conjunto de dados e evidências produzidas pela pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* (2021): (1) as condições de trabalho e precariedade das juventudes periféricas no contexto pandêmico; (2) o agravamento da crise sanitária e o aprofundamento das desigualdades sociais e seus efeitos na saúde mental de jovens. Ademais, busca-se perscrutar, a partir das perspectivas dos jovens de diferentes regiões e realidades que responderam à pesquisa, temas e questões trazidas por eles como prioridade para o enfrentamento de suas vulnerabilidades, perspectivas de futuro para políticas e projetos para as juventudes.

## Percepções juvenis sobre a pandemia

Embora a grande maioria dos jovens esteja trabalhando ou procurando emprego, a relação deles com o mundo do trabalho, no Brasil, ainda é pouco discutida. A questão do desemprego tem ocupado um lugar central nos debates e, certamente, é um problema grave em um contexto global de sociedades do trabalho em crise (CLAUS OFFE, 1989). No caso dos jovens, o contexto é marcado pela difícil entrada no mundo do trabalho através do primeiro emprego e pela alta taxa de rotatividade entre trabalhos. Contudo, as condições do trabalho, ou ainda, a qualidade do trabalho, também são questões fundamentais que merecem atenção e precisam ser discutidas. Segundo Dejours (2017), as condições do trabalho podem ser fonte de prazer e desempenhar um papel na construção da saúde, mas também de sofrimento e constrangimentos sobre o funcionamento psíquico dos indivíduos. A relação com o trabalho, portanto, está presente tanto na construção da saúde mental, quanto na gênese da doença. Na medida em que as trajetórias dos jovens no mundo do trabalho são mais precárias do que as de outras faixas da população, as condições de trabalho são uma determinação social fundamental para a saúde dos jovens.

Os dados do levantamento mostram que em relação à situação de trabalho, o número de jovens que não está trabalhando teve um pequeno aumento entre 2020 e 2021. Dentro desse grupo, por sua vez, cresceu o número daqueles que estão procurando um emprego: de três a cada 10 em 2020, passou a quatro em cada 10 em 2021. Entre os jovens que estão trabalhando e os que estão procurando trabalho, respectivamente, 15% e 23% responderam que tal situação é resultado da pandemia. Mais significativo ainda é o fato de que 36% dos jovens que estão trabalhando ingressaram no mercado de trabalho durante a pandemia, sendo que 50% deles encontram-se na faixa etária entre 18 a 24, e 40% com idades entre 25 a 29 anos.

O auxílio emergencial representou uma parcela muito importante na renda dos jovens em 2020. No universo pesquisado, 60% dos respondentes declarou o ter recebido e para 63% destes, o papel do auxílio emergencial foi importante para complementar a renda do domicílio. Por outra parte, com a descontinuidade do auxílio emergencial, em 2021, aumentou a proporção de jovens que buscou a complementação de renda por necessidade: esse índice subiu de 23% em 2020, para 38% em 2021, sendo a maior parte (47%) dos que precisaram complementar composta pela população negra.

As atividades realizadas para complementar a renda, dão bem o tom da qualidade e das condições de trabalho. São ocupações em setores informais, menos protegidos e mais precarizados, que representam uma exposição maior aos riscos da pandemia: prestação de serviços para pessoas (47%); venda de coisas produzidas pelo próprio jovem (23%); prestação de serviços para empresas (18%). Entre os homens, a principal atividade realizada foi prestação de serviços para outras pessoas, enquanto, entre as mulheres, a venda de produtos foi a atividade mais realizada. Outro indicador relevante da relação dos jovens com o trabalho é que desde 2020, há uma tendência de aumento do número de jovens sem trabalho, sendo que três em cada 10 deles dizem estar nessa situação como resultado da pandemia. Os sentimentos dos jovens em relação às perspectivas do trabalho no futuro estão divididos. Por um lado, quatro em cada 10 estão animados e esperançosos; por outro lado, quatro em cada 10 estão inseguros. Para lidar com os efeitos da pandemia no trabalho, as ações prioritárias reivindicadas pelos jovens são o estímulo para o surgimento de novos trabalhos e dinâmicas, ampliação da oferta de empregos formais e políticas de renda emergencial para famílias mais vulneráveis.

Os impactos da pandemia representaram riscos para a continuidade dos estudos de um número crescente de jovens. O quanti-

tativo daqueles que não estão estudando aumentou de 26% em 2020, para 36% em 2021, sendo que a maior parte afirma ter parado os estudos durante a pandemia e os principais motivos que levaram à evasão escolar são as dificuldades de ordem financeira (21%) e com o ensino remoto (14%). Famílias em situação econômica cada vez mais frágil e falta de equipamentos ou conexão à internet são condições de vulnerabilidade, circunstâncias impostas pela pandemia, que levam os jovens a abandonar a escola. De 2020 para 2021 aumentou a parcela jovens que já pensou em parar de estudar, tendo passado de três em cada 10, em 2020, para quatro em cada 10 matriculados, o quantitativo daqueles que admitiram ter considerado deixar os estudos; o que os mantém na escola é a preocupação com o futuro e com o mercado de trabalho. Estabilidade sanitária e melhores condições econômicas são apontadas pela maioria dos jovens como condições fundamentais para o retorno presencial às escolas.

As expectativas dos jovens em relação à recuperação da economia a curto prazo são majoritariamente pessimistas, cinco em cada 10 jovens acreditam que levará até cinco anos para o país se recuperar economicamente dos impactos da pandemia, o equivalente a 43% das respostas. Em segundo lugar, 29% dos respondentes acreditam que levará ainda mais tempo, de cinco a 10 anos. Quanto mais novos forem os jovens, mais apostam numa recuperação de curto prazo, enquanto a maioria dos mais velhos acreditam que levará mais de cinco anos.

Para os jovens, as prioridades a serem adotadas para se alcançar um horizonte otimista de futuro passam por garantir a vacinação da população (92%), políticas para conter a sobrecarga de saúde (87%), existir um protocolo para lidar com outras possíveis crises futuras (84%), políticas para amenizar efeitos da pandemia na educação (84%), políticas para mitigar efeitos da pandemia na economia (72%) e "recuperação de coisas que foram perdidas por conta da pandemia (63%). O

acompanhamento psicossocial e a redução das desigualdades educacionais são considerados pelos respondentes duas ações prioritárias para instituições públicas e privadas ajudarem jovens a lidar com efeitos da pandemia na educação.

## Juventudes, desigualdades e saúde mental

Há marcadores sociais, políticos e econômicos que atravessam e desigualam as possibilidades de manutenção da saúde. O que significa dizer que o estado de saúde mental das juventudes periféricas brasileiras está relacionado com as desigualdades e problemas sociais históricos que afetam a condição juvenil: redução ou ausência de renda familiar; desocupação ou informalidade; restrições no acesso à internet, a alimentos, a água, a saneamento básico; exposição à violência policial e à violência doméstica.

Os dados do levantamento apontam que, em 2020, a tendência a sentimentos negativos tornou a questão da saúde mental como tema prioritário para os jovens. Quando questionados sobre seus sentimentos em relação às perspectivas de saúde, as respostas dos jovens em relação foram mais negativas do que positivas. A maioria declarou estar chateada e insegura, sendo que expressões como “sentimento ruim” ou “muito ruim” foram mais comuns entre as mulheres (54%) do que entre os homens (43%). As condições de saúde física e emocionais mais relatadas foram ansiedade (61%), uso exagerado de redes sociais digitais (56%), exaustão e/ou cansaço constante (51%) e insônia (40%). Outro dado expressivo foi o percentual de respondentes que admitiram como um dos impactos da pandemia em suas vidas a ocorrência de pensamentos suicidas ou de automutilação (9%), sendo esse número ainda maior na faixa de 15 a 17 anos (12%). Novamente, todas essas situações foram mais relatadas por mulheres.

Além de gênero, a idade é outro marcador social que produz variações nas formas de percepção sobre as questões de saúde: “quanto mais velhos, mais apontam múltiplos impactos em seu estado físico e emocional; quando mais novos, mais indicam brigas frequentes dentro de casa” (CONJUVE, 2021, p. 22). O relato a seguir, de uma jovem pesquisadora que participou da *Oficina de PerguntAção*, uma das etapas metodológicas da pesquisa, talvez ajude a exemplificar e produzir uma imagem para além da abstração dos números, e permita, apreender de outro ângulo as implicações subjetivas diante da crise sanitária, política, afetiva e econômica, que se abate sobre a condição desses jovens:

Eu participo de rodas de conversa com jovens de todo o estado, tipo uma terapia. E muitos jovens, realmente, dizem que essas frustrações, a incerteza do trabalho, do futuro, do estudo, da saúde mental... A gente se isolou das pessoas e não pode desabafar. E essas frustrações ocasionam esses pensamentos negativos. E isso é algo real, muita gente omite e não tenta colocar exposta a verdade. Como até eu já pensei essas coisas, por causa dessa realidade, dos problemas e da incerteza. Eu garanto que têm muitos que passam por isso, mas a gente prefere omitir e fingir que está tudo bem. Minha salvação desses pensamentos foram espaços com jovens, pra discutir isso, pra me sentir ouvida. (Jovem Pesquisadora em Oficina de PerguntAção)

Diante desse cenário, não surpreende o fato de que as duas ações prioritárias, apontadas pelos respondentes para instituições públicas e privadas ajudarem os jovens a lidar com os efeitos da pandemia na saúde, terem sido: o acesso a serviços de atendimento e acompanhamento psicológico especializado para jovens em serviços de saúde pública (48%) e acompanhamento psicológico nas escolas (37%). Essa centralidade da saúde mental pode ser problematizada a partir das considerações de Franco Berardi sobre a pandemia de covid-19 e a nova consciência sobre a mortalidade e a fragilidade do corpo, gerada pelo isolamento, a qual irrompeu e impôs limite a um corpo que era tratado como máquina de exploração.

A pandemia instala uma profunda deserotização da relação social e desrealização da experiência, isso em um cenário marcado pela “convulsão de um corpo sufocado” e pela subjetividade política atravessada pela convivência rotineira com centenas de mortes evitáveis e pela impossibilidade do luto. A pandemia do novo coronavírus transformou 2020 no ano mais mortal da história do país. Desde o início da série histórica *Estatísticas Vitais de Óbitos do Registro Civil*, em 1999, nunca morreram tantos brasileiros em um ano e nunca houve uma variação anual de óbitos tão grande como a que ocorreu na comparação entre 2019 e 2020. Segundo dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), os óbitos registrados por todos os cartórios do país em 2020 totalizaram 1.443.405 milhão, 8,3% a mais que no ano anterior, superando a média histórica de variação anual de mortes no Brasil que era, até 2019, de 1,9% ano. No primeiro trimestre de 2021, os registros de óbitos cresceram 40% em relação ao mesmo período de 2020. Além do sofrimento da perda e do luto, a morte de uma pessoa também produz efeitos na economia doméstica, na renda familiar. A pandemia tem efeitos psicológicos, sociais, políticos e econômicos.

A saúde mental como tema prioritário para os jovens respondentes da pesquisa é um dado muito relevante. Berardi, em sua análise política, associa o aumento do suicídio, conforme dados da Organização Mundial de Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021), com o neoliberalismo. Segundo sua interpretação, não pode ser um acaso o fato de que nas últimas quarenta décadas o suicídio tenha crescido enormemente, em particular entre os jovens. É um dado que precisa ser explicado em termos psicológicos e também em termos sociais.

De acordo com o diagnóstico pessimista do filósofo italiano, o efeito das tecnologias digitais, na midiaticização das relações sociais e nas condições de vida que o capitalismo financeiro

produz está estreitamente vinculado ao crescimento das patologias da esfera afetivo-emocional, assim como a suicídios, em nível mundial. A agressiva competitividade de indivíduos e empresas, em guerra permanente, promovida pelo neoliberalismo e o esvaziamento da corporeidade dos sujeitos sociais diante de um intercâmbio comunicacional se tornou “puramente funcional, econômico e competitivo”. Nas palavras de Berardi (2017): “o neoliberalismo (...) foi um incentivo maciço ao suicídio”; ele mais a mediatização das relações sociais, “produziu um efeito de fragilização psíquica e de agressividade econômica claramente perigosa e no limite do suicídio”.

### Juventudes periféricas e distribuição desigual das precariedades:

A pandemia afeta de maneira desigual diferentes parcelas da população, dentre essas as juventudes periféricas, colocando em evidência as desigualdades sociais e intensificando a precariedade dessas vidas. Especificidades locais dos territórios populares, especialmente em contextos urbanos de favelas e periferias, como infraestrutura da casa, ventilação, fornecimento de água, mofo e umidade, são centrais na disseminação do vírus e no enfrentamento da covid-19. Logo, afetam bastante as condições de saúde dos jovens que, em sua maioria, residem nas cidades. No mapa da distribuição desigual das vulnerabilidades entre os jovens, os dados indicam uma maior vulnerabilidade das mulheres e dos jovens que têm uma participação ativa na vida econômica das famílias. As dificuldades econômicas impostas às mais pobres durante a pandemia levaram uma parcela dos jovens que estão trabalhando a ingressar no mercado de trabalho exatamente nesse momento de crise sanitária, humanitária, política e econômica.

Os setores em que os jovens mais se encontram alocados são os “novos setores da economia” que operam com o uso de tecnolo-

gia e empregam, fundamentalmente, jovens trabalhadores de telemarketing e aplicativos. As desigualdades raciais se expressam, por sua vez, na ocupação dos mais baixos níveis de participação na força de trabalho da população negra brasileira (GONZALEZ, 2020). As políticas de educação são importantes para qualificar os jovens, mas elas não bastam para garantir o acesso a trabalhos dignos, porque isso depende das ofertas do mercado.

O trabalho continua a ser uma categoria central para a reprodução da vida biológica e social da classe que vive do trabalho, mas isso agora em um contexto de mudanças no sistema de emprego. Em outros tempos, os países situados na periferia do capitalismo, incluindo o Brasil, miravam o modelo de integração social e gestão do conflito entre capital e trabalho, experimentado em um núcleo de países europeus ocidentais, a partir da constituição histórica da “sociedade salarial” moderna. A emergência dos sistemas de proteções, garantias e direitos sociais, responderam pela crescente inclusão de pessoas na relação assalariada (CASTEL, 2015). Da periferia do capitalismo aspirava-se às promessas de modernidade via assalariamento, tal como se dava no contexto europeu. Contudo, o cenário contemporâneo é outro. Se aqui nos tristes trópicos a universalização do regime salarial e a concretização dos direitos de cidadania passaram longe de constituir uma realidade, por outro lado, foi o próprio trabalho precário que se generalizou no contexto atual do capitalismo de plataformas e empresas digitais, que articula circuitos da dita economia informal e mobiliza o “trabalho sem forma” (OLIVEIRA, 2003).

Três condições importantes do sistema de emprego se transformaram: rompe-se a equiparação entre trabalho e emprego remunerado; cai por terra o modelo do trabalhador permanente e contratado a tempo completo (multiplicando as formas alternativas de relação de trabalho, como tempo parcial, auto-emprego, trabalho no domicílio, entre outros); e saem de cena

os contratos de longa duração que vinculavam o trabalhador a um empregador por toda (ou quase toda) sua vida produtiva. Portanto, o “efeito societal” (MAURICE, SELLIER e SILVESTRE, 1982) que articulava o modo de prover a formação da mão-de-obra (no sistema educativo), de organizar o uso do trabalho (no sistema produtivo) e de regular e negociar as relações de trabalho (no sistema de relações industriais) se desmanchou. Por isso mesmo, o problema da relação entre juventude e trabalho não é apenas de qualificação. A baixa qualificação profissional é, certamente, um fator de vulnerabilidade que os leva a ocupar os trabalhos mais precários, ao passo em que o horizonte de precarização do trabalho tem se generalizado.

Desde o início da pandemia, estava colocada a impossibilidade da adoção das medidas sanitárias de prevenção do contágio de covid-19, recomendadas pelas autoridades governamentais, para uma grande parcela da população brasileira, notadamente, a parcela dos trabalhadores mais precarizados. Dado que a adoção de medidas preventivas exige certas condições infraestruturais, impedidas de serem atendidas, devido à precariedade material e econômica dos segmentos mais vulnerabilizados, os protocolos sanitários ganham uma fortíssima dimensão de classe, expressa em experiências radicalmente desiguais de isolamento social na pandemia.

As juventudes periféricas que vinham ensaiando a criação e construção de seus projetos de vida, tiveram suas vidas precarizadas e rebaixadas a um estado de luta pela sobrevivência. A pandemia aumentou a velocidade e a intensidade dos efeitos na sociedade brasileiras, da devastação social que o desmanche dos direitos sociais, que a Emenda Constitucional 95/2016, havia posto em curso ao estabelecer o impedimento do aumento dos gastos sociais com saúde e educação, em um prazo de 20 anos. No momento inicial da pandemia, a condição juvenil da juventude periférica foi marcada pela necessidade

de se organizar, mas não para realizar seus próprios projetos e sim, para desenvolver ações que permitissem a ela enfrentar e amenizar os impactos desiguais da pandemia, diante da inexistência ou insuficiência de políticas sociais voltadas para subsidiar a vida das camadas populares, especialmente, nas favelas e periferias. A relação entre precarização e condição juvenil, significa mais do que simplesmente postos de trabalhos inseguros, mais do que uma cobertura social insuficiente, dependente do trabalho assalariado. Precarização significa incerteza e exposição ao perigo que abarca a tolice da existência, do corpo e os modos de subjetivação (LOREY, 2016).

Os desafios enfrentados pelas juventudes periféricas em contexto de pandemia são marcados pelas desigualdades em suas expressões sociais, étnico-raciais, de gênero e territoriais. Todos os indicadores de pobreza, empregabilidade/informalidade, educação, saúde mental, repercutem mais fortemente no campo da juventude, o que faz da articulação e da ação intersetorial entre sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos, uma questão premente. As potencialidades e criatividade das juventudes para enfrentar os impactos da pandemia que exacerbaram as desigualdades históricas existentes, certamente devem ser estimuladas, mas isso não pode significar uma responsabilização individual no enfrentamento das adversidades que o cenário da pandemia agravou. É preciso que as estruturas sociais e os agentes institucionais – inclusive os agentes econômicos – garantam condições para a realização das potências e devires juvenis.

Ademais, as juventudes periféricas, além de terem que se mobilizar para minimizar os impactos da pandemia, realizando ações de distribuição de cestas básicas, máscaras e kits de higiene; além de mobilizar assistência psicológica e social e acesso à internet para acompanhamento das aulas virtuais;

dentre outras medidas, tiveram também que enfrentar operações policiais, que interromperam o fluxo de ações de solidariedade desenvolvidas nas favelas e periferias. Essa, aliás, é uma marca fundamental da condição juvenil vivida em territórios periféricos: a exposição à violência armada advinda da ação de grupos armados que lutam pelo domínio territorial e a ação repressiva e violenta do Estado. Os indicadores de letalidade policial e encarceramento apontam mais uma vez, os jovens, negros, moradores de favelas e periferias, como as vítimas potenciais da guerra que faz dos pobres, dos sobrantes e dos indesejáveis, os alvos preferenciais da violência. Por isso, o campo da saúde em sua interlocução com o campo da juventude, não pode ignorar os impactos das políticas de drogas e políticas de segurança pública sobre as vidas e a saúde dessas juventudes periféricas e na preservação de seus direitos.

A precariedade não pode ser concebida unicamente como ameaça de perigo e insegurança, em contraposição a uma norma de proteção social. Tal compreensão não permitiria entender os modos de regulação da precarização como normalização de uma condição e como instrumento de direção e técnica de governo neoliberais. Diferentemente do cenário ameaçador descrito por Castel (2015), nem a segurança da ordem social nem as técnicas de governabilidades neoliberais estão em perigo na atualidade por causa da precariedade que cresce nas margens. Muito pelo contrário, as condições de vida e trabalho precárias estão normalizando-se e convertendo-se em instrumento fundamental de governo (LOREY, 2016).

O cenário de devastação social que já vinha de antes, mas que a pandemia agravou, exige a necessidade de reativar a capacidade de imaginar futuros, de reinventar e reafirmar a vida para além das figurações da *violência urbana*, que veem no jovem um perigo à ordem pública; e para além do desenvolvimento econômico e da moralidade empreendedora, que individuali-

za e responsabiliza o próprio jovem por sua condição. E essa construção precisa ser coletiva, intersetorial e dialogada com as juventudes, em suas diversidades e pluralidades de experiências, onde haja atenção às vocalizações juvenis sobre ações que considerem prioritárias – tanto para instituições públicas como privadas – para apoiar os jovens a lidar com os efeitos da pandemia. Os dados e as evidências produzidas pela pesquisa *Juventudes e Pandemia do Coronavírus* contribuem para esse processo de escuta e produção de conhecimento sobre as realidades das juventudes na pandemia e para a produção de diagnósticos capazes de contribuir para o debate sobre políticas públicas para as juventudes e, particularmente, para as juventudes periféricas.

### Considerações finais

A título de conclusão, buscou-se neste texto colocar em destaque uma reflexão, a partir dos dados e evidências da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* sobre condições juvenis periféricas, pandemia e precariedade. Para isso, tomou-se como recorte para a análise duas problemáticas específicas: a das condições de trabalho e condições de precariedade, agravadas no contexto pandêmico e os impactos na saúde mental. A experiência dos jovens com o mundo do trabalho tem sido marcada por questões estruturais que passam pela descontinuidade, qualidade e intensidade do trabalho. Considerados menos vulneráveis biologicamente ao vírus, conseqüentemente, os jovens foram destinados a atuar em trabalhos e serviços essenciais. Com a perda de renda e o desemprego, que afetou muitas famílias, muitos jovens, principalmente os negros e moradores das periferias, tiveram que se lançar ao trabalho por aplicativo. Exatamente pela circulação que o trabalho na linha de frente impôs – seja o trabalho associado a essa tecnologia, seja o trabalho dos jovens trabalhadores da área de saúde –, essa parcela da juventude assumiu uma

dimensão de vulnerabilidade corporal, com impactos na saúde física e mental, imposta pela precariedade do trabalho e pelo fato de ter menos proteção. É significativo que a saúde mental tenha sido apontada como uma prioridade para os jovens, essa evidência fala do esgotamento desses corpos juvenis.

Para esses jovens trabalhadores periféricos, desde o início da pandemia estava dada a impossibilidade de adotarem os protocolos sanitários de isolamento recomendados pelas autoridades governamentais e sanitárias. Para que outros pudessem adotar a quarentena, essa parcela de jovens teve que se lançar à rua, correr o risco de se contaminar e de contaminarem pessoas próximas. Ocorre que esses jovens moram com outras pessoas e, pelo próprio trabalho, interagem com outras tantas, o que traz para o centro do debate a natureza coletiva da saúde pública. A pandemia revelou o quanto a saúde é um bem público, sendo impossível se proteger sozinho. Por isso mesmo, aliás, os jovens também tiveram na pandemia um forte protagonismo na construção de redes de solidariedade e cuidado, buscando amenizar os impactos provocados pelos efeitos da pandemia e pelos efeitos da falta de ação governamental capaz de fazer frente à questão social que emergiu da pandemia.

As juventudes periféricas, com a pandemia, foram ainda mais empurradas para **situações de precariedade que atentam contra o direito à saúde e o direito de ser jovem**. Este segmento está no centro das contradições mais agudas do momento histórico e político que a sociedade brasileira atravessa. Momento este marcado pelo **avanço do autoritarismo, por ataques às institucionalidades democráticas, pelo desmonte das políticas que garantem os direitos e pelo combate à própria ideia de direito**. Consequentemente, na atual conjuntura política e econômica, marcada por um tipo de agressividade neoliberal que opera uma **verdadeira guerra contra a linguagem dos direitos, também o direito de ser jovem é colocado**

**em questão.** Na medida em que a própria ideia de estado democrático de direito (ainda que nos moldes do liberalismo burguês) se vê atacada, **as ameaças também atingem os jovens e seus direitos.**

Tal situação, por sua vez, impõe o desafio de pensar como reagir, se mover nesse cenário e reafirmar a compreensão política do jovem como sujeito de direitos. Ainda mais quando se tem em conta que o conflito político contemporâneo se encontra atravessado pela atuação de grupos autoritários cuja atuação política se baseia na ameaça de eliminação daqueles considerados oponentes e adversários. Nessa perspectiva, é sobre os corpos das juventudes periféricas que a violência desaba, seja sob a forma da violência policial e do encarceramento, da letalidade violenta, ou ainda, sob a forma de exploração do trabalho sem limite, com jornadas e cargas de trabalho desqualificado e precário, intensas e pesadas.

Para finalizar, importa considerar a perspectiva das juventudes periféricas e suas agendas no debate público mais amplo sobre juventude e a necessidade de manter ativas e fortalecidas redes de proteção e solidariedade, muitas das quais, inclusive, surgidas durante a pandemia para resistir e enfrentar a violência conservadora e agressiva que se projetou na sociedade brasileira e atinge os jovens em seus direitos. Para o fortalecimento dessas redes, é necessário considerar o duplo diálogo e escuta, por um lado, entre gerações, e, por outro, entre diferentes segmentos sociais da juventude.

## Referências bibliográficas

BERARDI, Franco. Depois do futuro. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

\_\_\_\_\_. *O enigma do beijo: o distanciamento pandêmico na evolução psíquica do gênero humano.* ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

Conferência de abertura do 4º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão, proferida em 24 de março de 2021. [s.l.] Canal de José Noronha, vídeo (1h18'22"). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=3KbalmShOC0>,

Acesso em: 20 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. "Neoliberalismo, assexualidade e desejo de morte." [Entrevista concedida a] Juan Íñigo Ibáñez. Tradução: Inês Castilho e Simone Paz. *Outras Palavras*. Postado em: 21 jul. 2017. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/neoliberalismo-assexualidade-e-desejo-de-morte/>

Acesso em: em 20 nov. 2021.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CONJUVE *et al.* Relatório Nacional Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Conselho Nacional da Juventude. 2ª edição, maio de 2021.

DEJOURS, Christophe. *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

GONZALEZ, Lélia. "A juventude negra brasileira e a questão do desemprego." In: *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LOREY, Isabell. *Estado de inseguridad. Governar la precariedad*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

MAURICE, Marc; SELLIER, Pierre; SILVESTRE, Jean-Jacques. *Politiques d'éducation et organisation industrielle. Une comparaison France-Allemagne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

OFFE, Claus. "Trabalho: uma categoria-chave da sociologia?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, jun., 1989. OLIVEIRA, Francisco. "O Ornitorrinco". In: *Crítica da Razão Dualista: o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

TELLES, Vera da Silva. "Questão social: afinal do que se trata?" *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 10, n. 4, out/dez., 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Suicide worldwide in 2019: global health estimates. World Health Organization, 2021.



# O impacto da pandemia de covid-19 sobre a juventude da Cidade de Deus

Jacob Portela

Cristiane Martins

**O**s dados apresentados neste artigo foram extraídos da pesquisa *O Impacto da Pandemia de Covid-19 na Cidade de Deus*<sup>1</sup>, realizada pelo *Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos*. Responderam online um questionário de 84 perguntas 863 pessoas, sendo que 648 completaram o questionário e outras 215 responderam parcialmente. As perguntas foram divididas entre os temas: 1 - Trabalho e renda; 2 - Educação, crianças e adolescentes; 3 - Saúde física e mental; 4 - Relações familiares; 5 - Resiliência e ajuda comunitária; 6 - Opiniões e observações sobre o coronavírus. A pesquisa foi realizada entre fevereiro e março de 2021 e qualquer pessoa acima de 18 anos, que se considerasse morador da Cidade de Deus, poderia responder o questionário.

Para realizar o comparativo com a pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* realizada pelo Conselho Nacional de Juventude e parceiros (Conjuve *et al.*, 2021), foi feito um quadro apenas com os aspectos de ambas que poderiam vir a ser

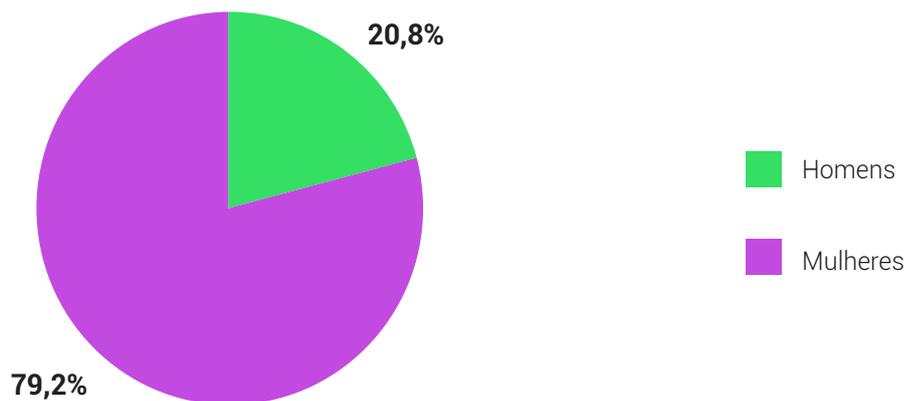
---

<sup>1</sup>Agradecemos à equipe do Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos.  
Website:  
[www.construindojuntos.com](http://www.construindojuntos.com)

cotejados. Além disso, foram selecionados os respondentes situados nas faixas etárias que permitiriam comparações, isto é, com idades entre 18 e 24 anos e de 25 a 29 anos, o que corresponde a 30,4% da amostra, ou seja, aproximadamente, 197 entrevistados distribuídos da seguinte forma (GRÁFICO 1):

### GRÁFICO 1

Respondentes por Gênero na Faixa Etária de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos – fevereiro e março de 2021



Fonte: *O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – O grave estado econômico da comunidade. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021*

A adesão das mulheres à pesquisa foi bem maior do que a dos homens. A hipótese que explica tal fato articula duas evidências. A primeira delas é que existem mais mulheres que homens no Brasil, O Censo Demográfico, realizado pelo IBGE em 2010, apontou que o percentual de mulheres chegou a 51%, enquanto o de homens era de 49% do total da população.

A segunda evidência, importante de ressaltar, é o aumento da participação social das mulheres nas últimas décadas, que

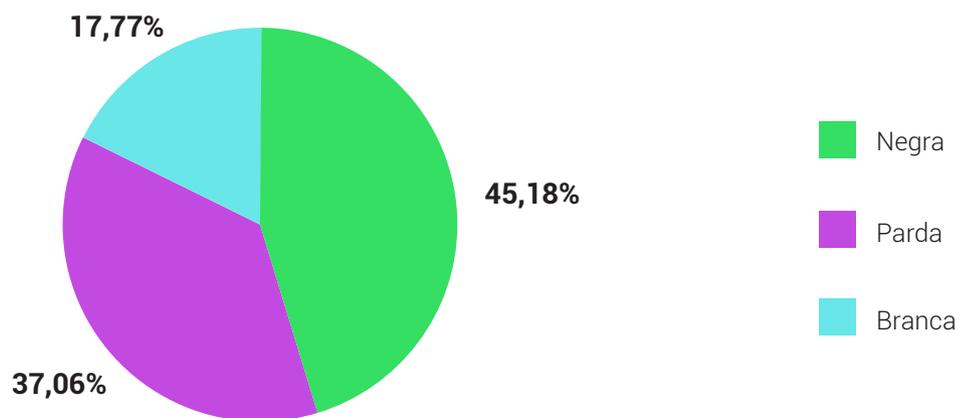
têm conquistado maior autonomia social, sendo cada vez mais comum sua visibilidade na chefia de famílias (IPEA e ONU Mulheres, 2016), o seu ingresso no mercado de trabalho e sua participação de modo geral na sociedade.

## Raça

A distribuição por raça da amostra total de 197 entrevistados (**GRÁFICO 2**) revelou uma predominância de negros (pretos e pardos), ou seja, a presença da população negra que também reforça a predominância da questão racial em favelas do Rio de Janeiro conforme pesquisas apontam.

### GRÁFICO 2

Respondentes por Raça na Faixa Etária de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos  
- Fevereiro e março de 2021



Fonte: Pesquisa O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – O grave estado econômico da comunidade. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021.

## Economia, emprego e renda

Com relação aos aspectos econômicos por gênero e faixa etária foram abordadas as seguintes questões:

### 1| Principal responsável pelo sustento da família

Para responder a esta questão, o entrevistado podia escolher mais de uma alternativa. No caso de homens com idades situadas na faixa de 18 a 24 anos, 27% responderam serem eles próprios os responsáveis pelo sustento da família e 36,1% responderam referenciaram a mãe. No que diz respeito às respostas das mulheres de 18 a 24 anos, 32,4% indicaram a mãe como principal responsável pelo sustento da família, 24,3% das respondentes afirmaram serem elas mesmas as provedoras e 13,5% referenciaram o marido ou namorado e 13,5% o pai.

Dentre os homens com idades na faixa etária de 25 a 29 anos 59,2% responderam serem eles próprios os principais responsáveis pelo sustento da família ao passo que 36% das mulheres na mesma faixa de idade indicaram elas próprias como as principais responsáveis pelo sustento da família, 36% indicaram o marido/namorado e 13,3% referenciaram o pai.

Podemos notar a importância das mães no sustento da família na faixa etária de 18 a 24 anos, tanto no caso dos homens como das mulheres. Porém, os próprios respondentes contribuem para o sustento da casa. A hipótese que pode ser aventada é que juntamente com suas mães os jovens contribuem com a manutenção da casa. Na faixa de 25 a 29 anos, os homens se colocam como os principais responsáveis pelo sustento da casa e em relação às mulheres parece ocorrer uma divisão entre mulheres e seus cônjuges.

Podemos observar uma maior responsabilidade atribuída às mulheres, sob o aspecto de serem elas as provedoras do sustento da casa, levando em consideração as mães solteiras, que criam sozinhas seus filhos, e as mulheres jovens, que trabalham para complementar a renda familiar.

## 2 | Condição de atividade e de ocupação

Sobre as condições referentes às atividades desenvolvidas e ocupação, entrevistados podiam escolher mais de uma resposta. Contudo, o desemprego apareceu como a situação mais presente nas duas faixas etárias. Na faixa etária de 18 a 24 o desemprego foi apontado em 62,1% das respostas. Na faixa de 25 a 29 anos 48,03%. Os entrevistados podiam escolher mais de uma condição.

O desemprego entre jovens favelados é um dado importante para se refletir, levando-se em consideração os fatores que fazem com que esses números sejam elevados, como, por exemplo, a falta de programas de inserção e preparação dos jovens para o mercado de trabalho. É difícil o jovem conseguir o primeiro emprego, mas também há uma dificuldade em se manter nesse emprego. Dentre os obstáculos a esse acesso está o racismo estrutural, visto que estamos falando de jovens moradores de favela que, em sua grande maioria, são negros e alvo dessa exclusão existente na sociedade, o que repercute, por exemplo, em como esse jovem é avaliado na entrevista de emprego por ser morador de favela. As possibilidades de permanência nesse emprego também são perpassadas por questões estruturais. As condições básicas para o desenvolvimento desse jovem como pessoa e como trabalhador, dentre elas o local onde esse jovem vive, como se dá a convivência familiar e o ambiente comunitário, são exemplos de situações importantes para que ele consiga cumprir as determinações de trabalho: os tiroteios na comunidade e o impedimento de ir ao trabalho.

### 3 | Perdas econômicas

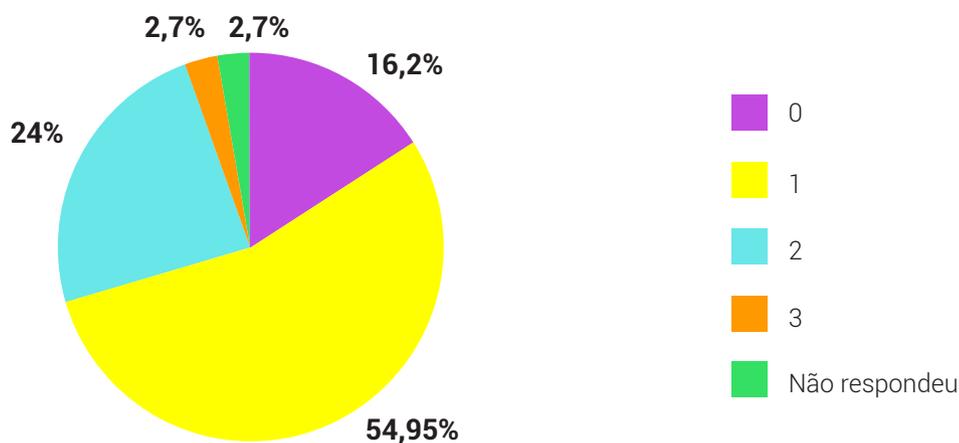
Foi perguntado aos entrevistados sobre perdas que tinham sofrido durante a pandemia: trabalho formal, informal, clientes e outras fontes de renda. Na faixa de 18 a 24 anos apenas 3,1% responderam que não tiveram nenhuma perda. Na faixa de 25 a 29 anos 4,5% responderam que não tiveram perdas. Estes dados mostram o quanto impactante foi a pandemia. A perda de emprego revela que esses jovens ficaram ainda mais vulneráveis, os problemas socioeconômicos, que já existiam, ficaram exacerbados durante esse período pandêmico. A dificuldade de empregabilidade se acentuou no período.

### 4 | Auxílio Emergencial

A pesquisa mediu o impacto do Auxílio Emergencial sobre a renda familiar em um contexto de perdas importantes. Ao serem perguntados sobre quantas pessoas residentes na mesma casa (contando com o entrevistado) receberam o referido benefício, respondentes com idades entre 18 e 24 anos responderam da seguinte forma **(GRÁFICO 3)**:

### GRÁFICO 3

Residências de respondentes de 25 a 29 onde um ou mais membros receberam o auxílio emergencial - Fevereiro e março de 2021



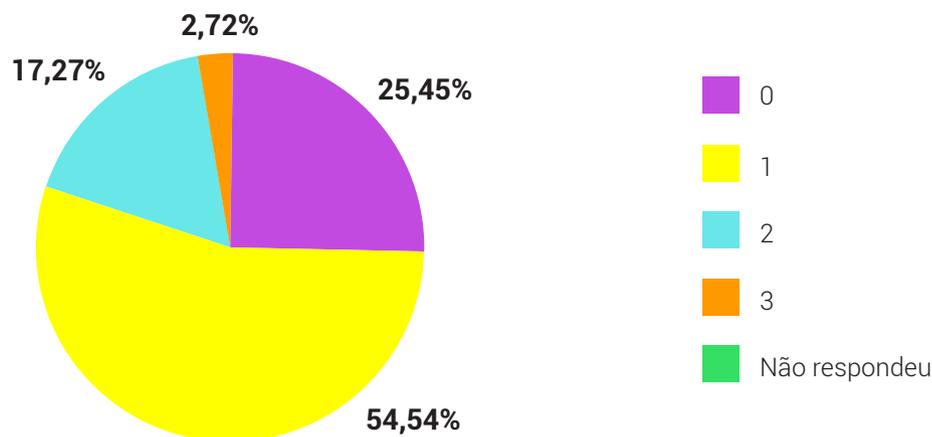
Fonte: Pesquisa O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – O grave estado econômico da comunidade. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021

Na maioria dos domicílios que receberam o Auxílio Emergencial onde moravam os entrevistados de 18 a 24 anos, 54,95% dos respondentes afirmaram que pelo menos uma pessoa recebeu o benefício. Em 24% das respostas, refere-se que duas pessoas receberam e em 16,2% das respostas, notifica-se que nenhum morador da residência chegou a receber esse tipo de auxílio.

Na faixa etária de 25 a 29 anos os números se distribuíram conforme o **GRÁFICO 4**:

#### GRÁFICO 4

Residências de respondentes de 25 a 29 onde um ou mais membros receberam o auxílio emergencial - Fevereiro e março de 2021



Fonte: Pesquisa O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – O grave estado econômico da comunidade. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021.

A maioria dos domicílios em que habitavam os entrevistados com idades de 25 a 29 anos, 54,54% responderam que pelo menos uma pessoa recebeu o Auxílio Emergencial. Porém, em 25,45% dos domicílios nenhuma pessoa o recebeu.

#### 5 | Impacto do Auxílio Emergencial na renda familiar

A pesquisa avaliou o impacto do Auxílio Emergencial na renda familiar. Na faixa etária de 18 a 24 anos a maioria, correspondente a 40,44%, respondeu que a família perdeu parte da renda e que o auxílio cobriu esta perda. Mas 20,22% responderam que a família não tinha nenhuma renda e que o auxílio foi a única receita recebida, ao passo em que 19,10% dos respondentes afir-

mam que houve perda de renda, mas que o auxílio não a cobriu totalmente. Interessante observar que no caso das mulheres em 68 respostas 14 (20,58%) afirmaram que não tinham renda e que o auxílio foi a única renda que a família recebeu.

Nos domicílios de residentes com idades de 25 a 29 anos, onde não havia renda, os percentuais em que o auxílio foi o único rendimento e de domicílios onde este cobriu parte da renda perdida correspondem, respectivamente, a 33,75% e a 37,50%. As respostas obtidas com a pesquisa mostram um percentual significativo de domicílios sem renda para os jovens nesta faixa etária, revelando um nível de vulnerabilidade econômica bem significativo.

Esses dados nos mostram a importância de programas de geração e distribuição de renda para pessoas que não possuíam renda alguma e sobre a importância do Auxílio Emergencial para suprir a falta de renda que já acontecia antes da pandemia ou a perda de renda ocasionada durante esse período.

## 6 | Saúde Mental

Foi avaliado o impacto da pandemia na saúde mental dos entrevistados nas duas faixas etárias. Os respondentes poderiam escolher mais de uma alternativa. Estresse, ansiedade, falta de ânimo e dificuldade para dormir foram os estados mais agravados durante a pandemia considerando as duas faixas etárias (**GRÁFICO 5**).

## GRÁFICO 5

Condições de saúde que se agravaram durante a pandemia de covid-19 nas faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos. Fevereiro e março de 2021



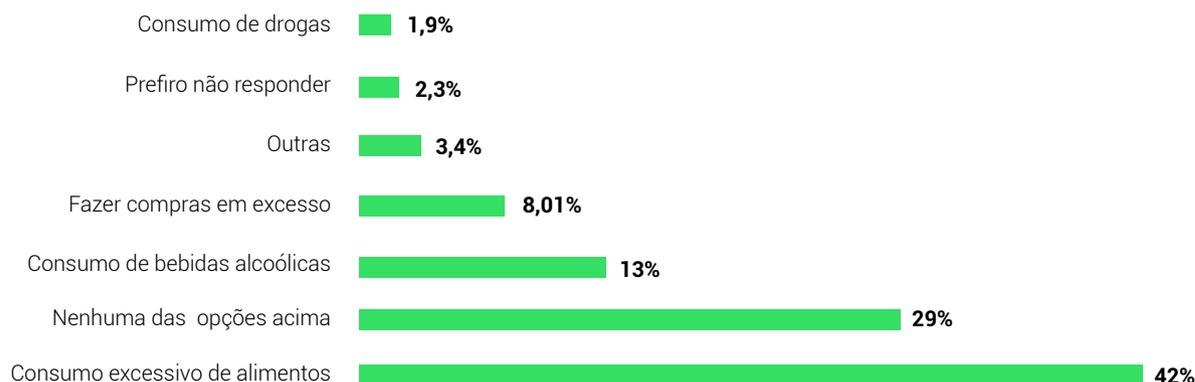
Fonte: Pesquisa O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – Agravamento em problemas de saúde física e mental. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021.

A pandemia significou uma ruptura no cotidiano das pessoas, o que explica o impacto direto na saúde mental dos moradores. De forma abrupta, hábitos tiveram que ser alterados, o que comprometeu as relações sociais entre as pessoas e, particularmente, entre a população jovem, que ficou impedida de frequentar locais de diversão e encontro com os amigos.

Sobre hábitos que passaram a ser mais frequentes durante a pandemia (GRÁFICO 6), destaca-se o consumo excessivo de alimentos, correspondendo a 42% das respostas onde os entrevistados podiam escolher mais de uma alternativa.

## GRÁFICO 6

Hábitos que se tornaram mais frequentes durante a pandemia de covid-19 nas faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos. Fevereiro e março de 2021

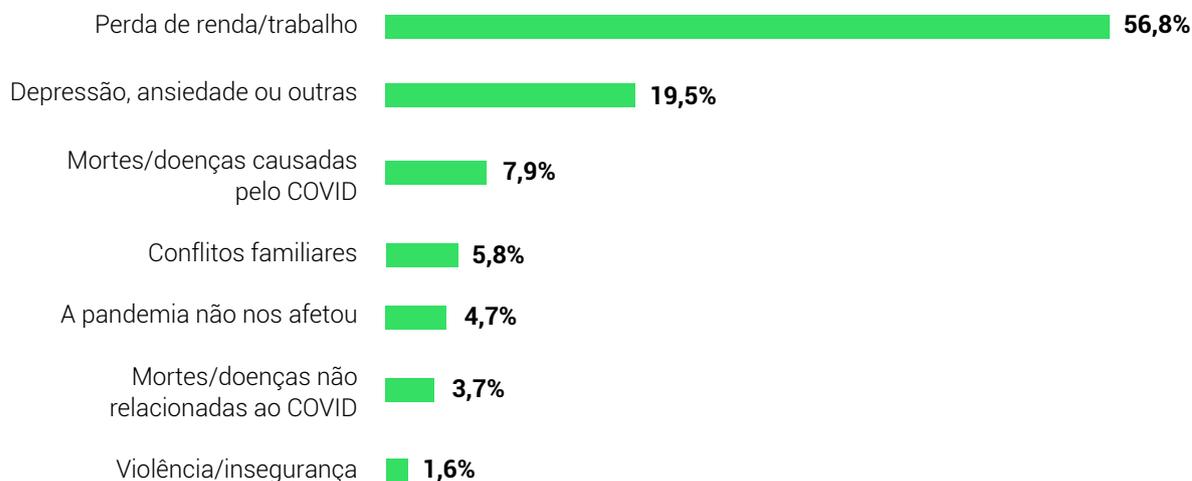


Fonte: Pesquisa O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – Agravamento em problemas de saúde física e mental. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021.

Sobre o que mais impactou na vida dos entrevistados durante a pandemia, nas duas faixas etárias, a maioria das respostas se concentrou na perda de renda, depressão e ansiedade (GRÁFICO 7). Pode-se concluir que as preocupações de natureza econômica mobilizaram mais os entrevistados.

## GRÁFICO 7

Maior impacto na vida dos respondentes das Faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos durante a pandemia de covid-19. Fevereiro e março de 2021



Fonte: Pesquisa O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – Agravamento em problemas de saúde física e mental. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021.

## 7 | Autocuidado

A vacinação teve adesão maciça dos entrevistados nas duas faixas etárias, onde 73,6% pretendiam se vacinar, porém 17,8% responderam não saber se iam se vacinar. Portanto, o discurso negacionista em relação à vacina não influenciou a decisão de se imunizarem.

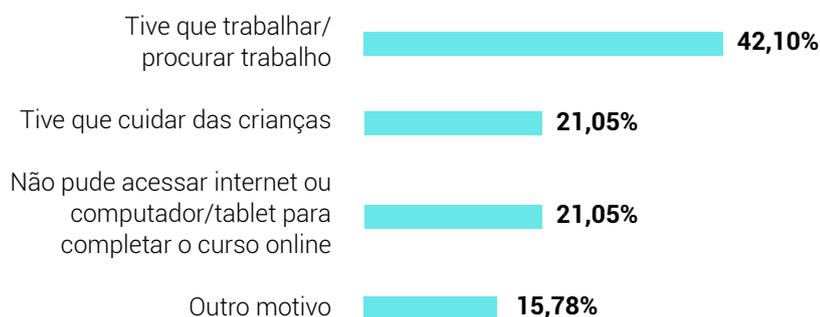
## 8 | Educação

Sobre o impacto na educação na continuidade dos estudos, a maioria (59,1%) não se encontrava matriculado em nenhum curso, 24,7% estava matriculado e teve que desistir e 10,2% conseguiu continuar o curso.

Foi perguntado sobre os motivos que os levaram a desistir do curso. Na faixa etária de 18 a 24 anos (GRÁFICO 8), o principal motivo foi a necessidade de trabalhar.

### GRÁFICO 8

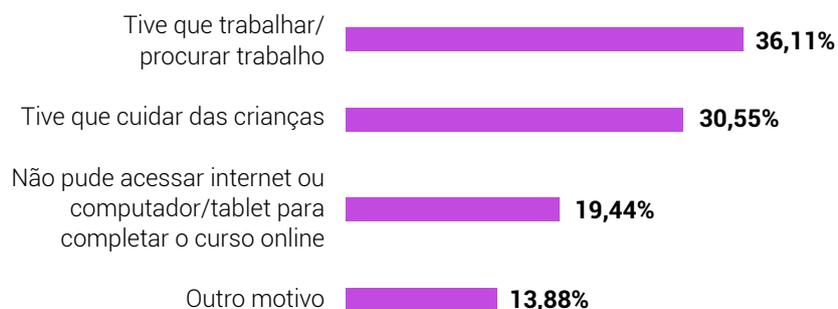
Motivos que levaram os respondentes na faixa etária de 18 a 24 anos a desistir de um curso. Fevereiro e março de 2021



Entre respondentes na faixa etária de 25 a 29 anos, o cuidado com as crianças foi o motivo mais alegado seguido de outros motivos (GRÁFICO 9).

### GRÁFICO 9

Motivos que levaram os respondentes na faixa etária de 25 a 29 anos a desistir de um curso. Fevereiro e março de 2021

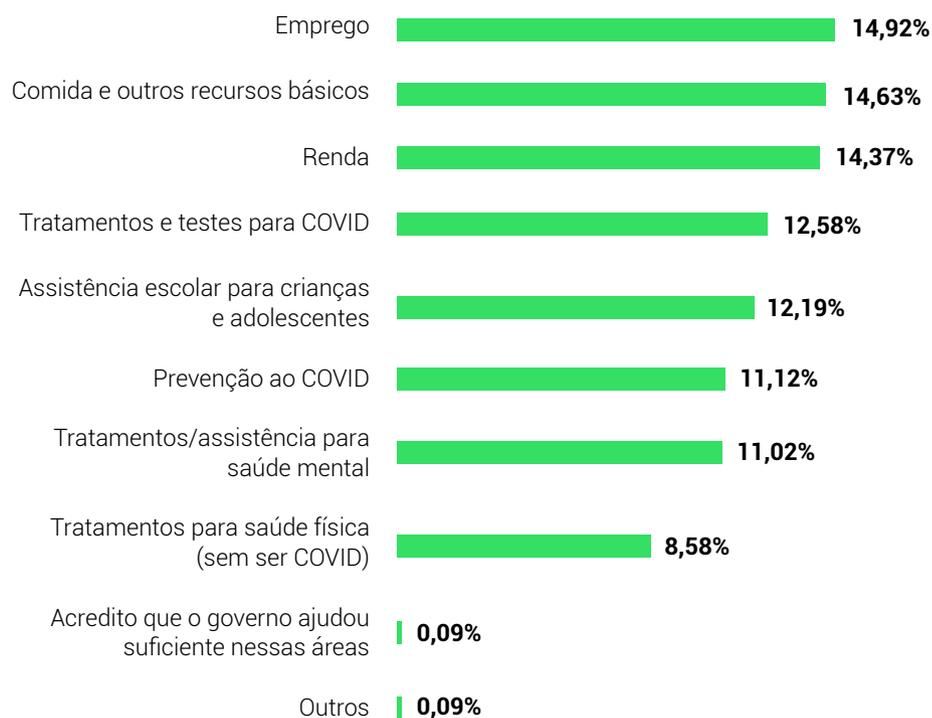


Fonte (gráficos 8 e 9): Pesquisa O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – Agravamento em problemas de saúde física e mental. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021.

Sobre a atuação do governo na pandemia, onde as esferas de governo deveriam atuar para minimizar os impactos, predominaram como preocupação as questões de natureza econômica, (emprego e renda) e segurança alimentar (GRÁFICO 10).

## GRÁFICO 10

Áreas em que os governos deveriam ajudar mais segundo os respondentes das faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos. Fevereiro e março de 2021



Fonte: Pesquisa O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – Agravamento em problemas de saúde física e mental. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021.

## Cidade de Deus e Brasil

Comparando os dados da pesquisa *O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus* e a pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* há uma maior adesão do sexo feminino à pesquisa do que o masculino, o que se deu nas duas pesquisas. Sobre raça, no caso da CDD, os entrevistados foram predominantemente pretos e pardos, o que demonstra uma maior presença negra em favelas como a Cidade de Deus, – o que faz com que os resultados da pesquisa na CDD reflitam os impactos da pandemia sobre este segmento da população; no caso da pesquisa nacional, houve um maior equilíbrio interracial, o que reflete de forma mais global os impactos da pandemia.

Sobre a condição de trabalho nota-se que a maioria dos entrevistados na CDD encontrava-se em situação de desemprego o que difere das conclusões da pesquisa nacional onde a maioria declarou estar trabalhando nas duas faixas etárias. Portanto, levantamos a hipótese de que o desemprego tem atingido mais fortemente os jovens moradores de favela, o que traduz a vulnerabilidade social a que está sujeita a juventude nessas comunidades.

A maioria dos domicílios recebeu o Auxílio Emergencial nas duas pesquisas. Porém, na CDD este percentual foi bem mais alto, passando de 75%, o que mostra a importância desta fonte de renda durante a pandemia em um quadro de desemprego sofrido pela população jovem de favela.

Sobre o papel do Auxílio Emergencial na renda familiar destaca-se um percentual significativo de domicílios da CDD habitados por jovens, onde não havia renda, nos quais o auxílio foi o único rendimento familiar. Este dado mostra uma população altamente vulnerável economicamente, mesmo antes da pandemia. Coincidindo com a pesquisa nacional, as respostas à pesquisa validam a importância na CDD do Auxílio Emergencial como complemento importante da renda perdida na pandemia.

Abordando o estado da saúde mental dos jovens que seria resultado direto da pandemia, as duas pesquisas convergiram, na medida em que os resultados foram muito parecidos, figurando como situações mais frequentes ansiedade, insônia e cansaço e falta de ânimo.

Nas duas pesquisas a adesão à vacinação foi maciça, o que mostra haver uma cultura favorável à vacina, construída por décadas no país, a qual, de certa forma, impediu que o discurso negacionista antivacina prosperasse entre a população. Podemos afirmar que esta cultura sustentou os índices de vacinação fazendo com que o Brasil hoje tenha passado à frente, no índice de pessoas imunizadas, países que começaram a imunização antes como os EUA e outros da Europa.

As preocupações de natureza econômica mobilizaram mais os entrevistados na CDD, sendo a perda de renda a maior preocupação enquanto que na pesquisa nacional, a perda de um familiar ou um amigo foi a maior preocupação. Mais uma vez, a vulnerabilidade econômica da população das favelas precisa ser levada em conta em análises que busquem explicar a maior preocupação com as questões de sobrevivência.

Sobre os principais motivos que levaram à interrupção dos estudos, há uma convergência entre as duas pesquisas quanto a achados sobre a faixa etária de 18 a 24, destacando-se a observação da necessidade da procura de um trabalho. Porém, entre aqueles que se encontram na faixa de 25 a 29 anos, na CDD, o que pesou mais foi a necessidade de cuidar de crianças e outros motivos e na pesquisa nacional a necessidade de procura de trabalho.

Em relação às áreas onde o governo poderia atuar durante a pandemia, houve uma diferença entre as duas pesquisas. Para os entrevistados da CDD, predominaram as áreas ligadas

à geração de renda, emprego e segurança alimentar enquanto que na pesquisa nacional, destacaram-se as áreas ligadas à saúde pública, como garantia de vacinação de todos contra a covid-19 e fortalecimentos do SUS. Novamente, a vulnerabilidade econômica a que as populações faveladas estão sujeitas se refletiu nas respostas de moradores da Cidade de Deus.

Importante ressaltar que o perfil dos respondentes da CDD é de pessoas com acesso à internet, já que a pesquisa, em função da pandemia, foi feita online. Portanto, podemos estabelecer uma hipótese de que o impacto da pandemia pode ter sido até maior na comunidade, se levarmos em consideração outros perfis excluídos digitalmente.

## Bibliografia

CONJUVE *et al.*. *Juventudes e a pandemia do coronavírus*. Relatório Nacional. 2ª edição. Brasília: CONJUVE, Fundação Roberto Marinho, Rede Conhecimento Social, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Em Movimento, Visão Mundial, Mapa Educação e Porvir 2021.

FAHLBERG, Anjuli. *et. al. O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – O grave estado econômico da comunidade*. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021.

FAHLBERG, Anjuli *et al.* *O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – Agravamento em problemas de saúde física e mental*. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021.

FAHLBERG, Anjuli. *O impacto da pandemia de covid-19 na Cidade de Deus – Consequências na educação de crianças, jovens e adultos*. Rio de Janeiro: Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. Brasília: IPEA e ONU Mulheres, 2016. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html)

Acesso em: 17 set. 2022.



# Jovens na pandemia: muitas dores e o direito de dizer não

*Helena Wendel Abramo*

**A** juventude foi afetada de muitas e profundas maneiras pela pandemia no Brasil, onde a crise sanitária se somou à econômica que já vinha se desenrolando num quadro de alta tensão social e política. Muitos jovens ficaram doentes, foram internados e perderam suas vidas; um número maior ainda teve parentes, colegas e amigos atingidos, falecendo ou ficando com sequelas cuja extensão ainda não se conhece inteiramente. A sua renda e a da sua família, assim como a qualidade geral de vida, sofreu variados tipos de abalo e muitos se viram imersos em situação de pobreza e de insegurança alimentar. Suas atividades cotidianas sofreram muitas alterações, interrupções, precarizações. Tiveram que mudar seu comportamento e sua rotina, interromper atividades de lazer, sociabilidade e circulação por espaços públicos; precisaram equilibrar e encontrar equações próprias para atender solicitações contraditórias: de um lado, a de praticar o isolamento necessário para a auto proteção e a da coletividade; por outro, a de manter suas atividades em exercício, colaborando com suas famílias e comunidades e, muitas vezes, tomando a frente das atividades produtivas e de serviços básicos que exigem circulação, exatamente por serem eles, do ponto de vista biológico, os menos vulneráveis à doença.

A maior parte do esforço de compreensão sobre o impacto da pandemia na juventude tem sido feita no sentido de avaliar como a interrupção de atividades essenciais, principalmente as educacionais e laborais, impõem perdas e atrasos nos fluxos de seus percursos de formação e inclusão, o que pode ter consequências no “potencial produtivo de uma geração inteira” (ILO, 2020, p.4)<sup>1</sup>. Muitas análises têm levantado também as implicações desses *gaps* sobre o ânimo e envolvimento dos jovens em suas atividades e projetos de vida, identificando um fenômeno de desengajamento generalizado, que pode chegar a afetar seu sentimento de solidariedade e mesmo de “desconexão institucional” e de adesão à vida coletiva e à democracia.

É sempre muito difícil realizar análises de efeitos futuros sobre processos ainda em curso, mas temos, com a pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, a oportunidade de explorar o fenômeno a partir de outro ângulo; entre muitas informações relevantes levantadas por essa pesquisa queremos, nas páginas que se seguem, apresentar o que os jovens nos informam sobre as atividades que desempenham, o papel que assumem em relação às suas famílias, assim como suas queixas, perspectivas e expectativas, inclusive as relacionadas ao país e às possibilidades de resolução dos problemas ressaltados. A hipótese perseguida é a de que amplos segmentos de jovens brasileiros tiveram, nesse período crítico, sua carga de atividades e responsabilidades aumentadas, exercidas em um contexto ainda mais precário e tenso que o estrutural para essa faixa etária; a exaustão e sofrimento experimentados ensejaram queixas, reclamos e demandas que nos convocam a repensar as condições que temos oferecido aos jovens para sua inserção social, assim como as medidas de cuidados e proteção que temos sido capazes de garantir a eles.

---

<sup>1</sup> Ver também Barros, 2021: “A menos que sejam compensadas, as perdas em proficiência geradas pela pandemia em 2020 reduzirão a renda das gerações hoje em idade escolar em cifras muito superiores às do impacto da pandemia sobre o desemprego no mesmo período” (slide 52).

## I | A situação de atividade dos jovens no Brasil e como a pandemia as afetou

Para entender como a pandemia afetou os jovens precisamos tomar como referência, em rápidas pinceladas, um quadro que nos informe como se estruturam a sua vida e atividades no país nessa segunda década do século XXI, considerando as diferenças, as desigualdades e as singularidades conforme o gênero, a raça, a situação social e, ademais, o momento em que se situam na longa etapa que constitui a juventude nos tempos contemporâneos. Pretende-se, nesse artigo, dar especial atenção a esse último elemento, pois os percursos de estudo, trabalho e configuração familiar encontram pontos de inflexão exatamente durante esta fase do ciclo de vida, assumindo pesos completamente diferentes caso estejamos considerando o início (a faixa dos adolescentes, de 15 a 17 anos), o final desses processos (a faixa dos jovens adultos, de 25 a 29 anos), ou a etapa intermediária (dos 18 aos 24 anos), onde quase todas as atividades se acumulam<sup>2</sup>.

O primeiro grande ponto para o qual se quer chamar a atenção é o fato de que a vida dos jovens brasileiros nunca foi adequada à ideia de moratória, presente nas definições clássicas da sociologia da juventude: a de um período de *suspensão* das atividades produtivas, de dedicação exclusiva aos estudos, de suspensão da sociabilidade mais densa, em que se processam ensaios em espaços segregados e protegidos, até que eles façam enfim a transição para a idade adulta. A grande maioria dos jovens no nosso país, ao contrário, acumula um grande montante de atividades (escola e trabalho entre elas) e ocupa papel de grande importância na tessitura do tecido social, cultural e político, experimentando e interferindo no seu meio muito além dos espaços a eles reservados.

---

<sup>2</sup> Ver, entre outros, Abramo, 2005 e Camarano, 2006.

## 1 | Os jovens estudam (mas não é fácil manter-se na escola)

Tomando o conjunto de jovens que responderam à pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, vemos que a maioria (62%) estuda, embora a situação se diferencie bastante conforme a idade. Os adolescentes estão quase todos na escola (97%); na faixa etária de 18 a 24 anos ainda encontramos a maioria (64%) estudando, 1/4 deles ainda no Ensino Médio, os outros ¾ no Superior. Na faixa dos 25 a 29 anos temos quase metade (44%) estudando, 87% no Ensino Superior<sup>3</sup>. Esses dados informam uma frequência à escola mais alta do que a que encontramos nas estatísticas oficiais, principalmente para os que já saíram da adolescência, mas devemos lembrar que houve, ao longo das duas últimas décadas, uma crescente presença da educação nessa fase da vida, representada tanto pelo aumento da taxa dos jovens que frequenta o Ensino Médio na idade adequada como daqueles que acessam estudos de terceiro grau.

Vários estudos foram feitos nesses dois últimos anos para medir a quantidade de jovens que deixaram de se matricular, que abandonaram a escola, que não se engajaram nas atividades escolares ou que tiveram um aproveitamento escolar abaixo do esperado<sup>4</sup>. Tudo isso tem sido interpretado na chave do risco de um *gap* geracional de formação e de um “desengajamento” dos jovens com relação aos estudos e suas promessas de inclusão e melhoria de vida, e várias medidas foram sendo apresentadas para evitar, dirimir ou corrigir esse “desastre”, inclusive a pressão para o retorno das aulas presenciais ainda em meio à crise sanitária.

A pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* traz uma série de informações que ajudam a pensar a esse respeito: no **GRÁFICO E1** no apêndice desta publicação, vemos que há uma parcela de jovens que diz ter trancado ou cancelado a

---

<sup>3</sup> Essa discrepância pode ser explicada pela maneira como a pesquisa foi realizada (ver as observações sobre a metodologia da pesquisa no texto [A pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus](#), de Marisa de Castro Villi e Marcus Barão, nessa publicação). Os dados do IBGE informam que em 2019 estavam frequentando escola 90,3% dos jovens entre 15 e 17 anos, 38,8% dos com idade entre 18 e 24 anos e 17,8% dos maiores de 25 anos (PNADC 2019).

<sup>4</sup> Ver, entre outros: UNICEF, 2021; INS-  
PER/Instituto Unibanco, 2020.

matrícula (7%); contudo, para quase metade deles isso já havia ocorrido antes da pandemia (**GRÁFICO EN2**). No computo total, podemos inferir que cerca de 4% interromperam seus estudos durante a crise sanitária. É importante reparar que os que trancaram matrícula não são adolescentes, mas principalmente os jovens com mais idade (6% dos jovens de 18 a 24 anos e 10% dos jovens entre 25 e 29 anos, cursando principalmente o terceiro grau), elencando, principalmente, motivos de ordem financeira, ou de dificuldade de conciliar com atividades de trabalho remunerado e/ou de cuidados com pessoas da família. Isso nos leva a supor um movimento de jovens interrompendo ou suspendendo temporariamente sua formação de terceiro grau pelas dificuldades de se manter (e de manter os custos dos estudos) nessa crise de múltiplas dimensões. As respostas dadas às perguntas sobre o que os faria voltar a estudar são indicativos dos obstáculos: quase metade (47%) respondeu que voltaria quando estivesse garantida a vacinação da população; e aproximadamente 1/3 indicaram medidas que remetem a condições materiais: 36% falam em garantia de renda e 33% em políticas de bolsas de estudo.

Ainda sobre as possibilidades de desfiliação do percurso de formação, a pesquisa levanta a alarmante informação de que entre os que estão estudando, parcela significativa (43%) pensou em parar nos últimos seis meses. Supomos que os motivos tenham sido múltiplos, como no caso daqueles que, de fato, pararam. Contudo, parece ter muita relevância a própria insegurança com a possibilidade de contaminação da covid-19: 51% dos que estavam estudando tinham, naquele momento, sentimentos negativos de insegurança com a perspectiva de *retorno às aulas presenciais* (ver **GRÁFICOS ES3** e **ES6** no apêndice). E embora a maioria afirme preferir, em tempos normais, o ensino presencial (54%), uma parcela maior ainda considerava preferível o ensino totalmente remoto naquele momento da pandemia (57%) (ver **GRÁFICOS ES10** e **ES11** no apêndice).

Cerca de metade dos jovens que estavam aptos a fazer o ENEM em 2021 (Exame Nacional de Ensino Médio) pensaram em desistir. Esse dado, contudo, é passível de variadas interpretações: tanto pode significar um desânimo ou desistência de manter-se no percurso de formação mais qualificada, quanto uma atitude de recusa de fazer isso naquele momento específico da crise, ou mesmo de posicionamento contra as condições criadas para este acontecimento, quando lembramos que houve um movimento organizado de boicote ao ENEM, proposto por entidades estudantis que pediam o cancelamento do ano letivo e o adiamento da realização do exame<sup>5</sup>.

## 2 | Os jovens contribuem com a renda familiar (mas a insuficiência desta os atinge duramente)

A maioria dos jovens tem participação na composição do orçamento familiar, mesmo que seja aliviando esta dos seus próprios gastos pessoais. Entre os jovens que responderam à pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, 60% contribuem financeiramente, parcial ou integralmente, para a manutenção de sua família: 33% bancam totalmente as próprias despesas, 17% contribuem para a manutenção de seu domicílio além de pagar todas suas contas; e mais 6% sustentam sozinhos seus domicílios. Essa situação, contudo, varia muito conforme a idade e a posição na configuração familiar. A situação de dependência absoluta está concentrada entre os adolescentes (situação de 69% dos que têm de 15 a 17 anos). Já entre os que têm entre 25 e 29 anos essa situação é a de apenas 21%; nessa faixa etária, predominam os que são totalmente responsáveis por suas próprias despesas (52%), situação predominante também entre os que já saíram da casa de seus pais.

Essa situação não é, exclusivamente, fruto da pandemia. Na pesquisa *Agenda Juventude Brasil* realizada em 2013, essa informação foi levantada e constatou-se que três em cada

---

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, convocatória da Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia. Disponível em: <https://exnepe.org/2021/01/16/convocatoria-atos-em-defesa-do-adiamento-do-enem/>  
Acesso em: 10/04/2022

quatro jovens entrevistados contribuíam significativamente para as despesas familiares: 18% eram os principais responsáveis e 50% eram os que mais contribuíam, depois do principal provedor. Naquela pesquisa foi levantada também a informação de que os jovens – e dentre estes, especialmente as mulheres – assumem também em grande proporção o papel de principais responsáveis pelas tarefas de cuidados com a casa e as pessoas da família<sup>6</sup>. Não há informação equivalente na pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, mas o IBGE nos informa que, em 2019, 86,3% das mulheres entre 14 e 29 anos realizava afazeres domésticos.

Essa foi uma das dimensões mais afetadas pela conjunção da crise pandêmica com a econômica. Para grande parcela dos entrevistados, esse período foi de perda de renda: 44% dizem que a renda da família diminuiu nos últimos seis meses. As medidas de transferência de renda foram fundamentais nessa conjuntura: a maioria dos jovens (60%) respondeu que sua família recebeu auxílio emergencial em 2020 e 63% deles assinaram que este foi importante para complementar a renda do domicílio; temos ainda 14% que nos contam que esta foi a única renda no domicílio. Não por acaso, a percepção da importância de políticas de transferência de renda está muito presente nas respostas dadas pelos jovens em todos os blocos temáticos da pesquisa. De qualquer modo, a existência do auxílio não deu segurança quanto ao provimento das necessidades dos jovens: uma informação bastante importante que a pesquisa nos traz é que mais da metade (55%) dos entrevistados relata que buscou formas de complementar a renda nesse período.

### 3 | Os jovens trabalham e procuram trabalho (mas encontram desemprego e precariedade)

Alguns estudos têm chamado a atenção para o fato de que o trabalho faz parte da condição juvenil no Brasil contemporâneo

---

<sup>6</sup> Na pesquisa *Agenda Juventude Brasil* (SNJ, 2013), 72% das jovens entrevistadas de 25 a 29 anos dizem que são elas as principais responsáveis pelas tarefas da casa, o que também ocorre para 46% das moças de 18 a 24 anos e para 24% das adolescentes entre 15 e 17 anos. Além disso, no cômputo geral, 45% das jovens mulheres dizem que são as que mais ajudam nas tarefas; e aí, não há variação por idade, ou seja, as adolescentes já assumem o papel de principais auxiliares nos cuidados com suas famílias. Ver em Abramo, 2016.

(Abramo, 2005; Corrochano, 2012; Guimarães, 2005; OIT, 2015). É durante essa etapa da vida que ocorre a inserção no mercado de trabalho e no Brasil isso acontece para a maioria logo depois de completados os 18 anos, tendo ou não concluído o percurso de formação educacional. Esta pesquisa reitera esse diagnóstico: a grande maioria dos respondentes estava trabalhando (47%) ou procurando trabalho (36%), o que significa que mais de 80% estavam na “força de trabalho”, categoria usada pelo IBGE para indicar os que estão economicamente ativos, ou participando do mercado de trabalho, tanto como ocupados como desocupados e ativamente procurando emprego.

Há muitas discrepâncias entre os dados do IBGE e os da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, o que pode, em parte, ser explicado pelas diferenças de metodologia e composição da amostra<sup>7</sup>; além disso, é importante assinalar que os dados do IBGE têm sido divulgados com uma composição de faixa etária diferente: a dos adolescentes se iniciando aos 14 e não aos 15 anos; e a terceira faixa abarca dos 25 aos 35 anos. As maiores diferenças se referem ao nível de desocupação (a porcentagem de desempregados em cada faixa etária), sempre maior nessa pesquisa do que nos dados oficiais, e aos dados sobre adolescentes na força de trabalho: enquanto o IBGE assinala que a taxa de participação dos que tinham entre 14 e 17 anos no segundo trimestre de 2021 era de 15,6%, e a de ocupados 8,8%, a pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* mostra 62% dos adolescentes respondendo que estão trabalhando (24%) ou procurando emprego (38%) no mesmo período. Essas diferenças poderiam ser explicadas, em parte, pela grande presença de adolescentes aprendizes na amostra<sup>8</sup>, mas também pode indicar que a livre interpretação dos próprios jovens do que seja “estar trabalhando” ou estar “procurando trabalho” seja mais ampla do que aquela captada pelo IBGE.

---

<sup>7</sup> Ver artigo *A pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, de Marisa de Castro Villi e Marcus Barão, nesta publicação.

<sup>8</sup> *Idem*.

A alta taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho é anterior à pandemia, e tem permanecido relativamente estável nos últimos anos no Brasil, com exceção da parcela de adolescentes, entre os quais caiu para mais da metade ao longo dos últimos 10 anos (de cerca de 40% em 2009 para menos de 20% em 2019). Para os jovens de 18 a 24 anos, tem oscilado na casa dos 70% e para os jovens de 25 a 29 anos, em torno dos 85%. As taxas de desemprego também variam conforme as faixas etárias, mas são sempre superiores à dos adultos, e tendem a se elevar mais rapidamente nas conjunturas de crise, como aconteceu durante a pandemia.

O desemprego é um dos maiores problemas enfrentados pelos jovens, mas também são graves as condições de trabalho que têm de enfrentar, sendo mais precárias ainda para aqueles que sofrem discriminações, entre os quais estão as jovens mulheres, negros, população LGBTQIAP+, os que vivem em territórios nas periferias dos grandes centros urbanos e em bairros considerados com alto grau de violência. Considerados com menor qualificação e experiência, os jovens recebem salários mais baixos (em 2019, enquanto a média salarial da população adulta era de R\$2.261,00, a dos jovens era de R\$1.390,00) e os trabalhos disponíveis para eles são os dos setores menos produtivos, mais rotativos, e com menor observação dos direitos de seguridade. A porcentagem de jovens ocupados na informalidade também é mais alta que a do conjunto dos trabalhadores: em 2019, encontrava-se em 45% enquanto a taxa de informalidade na população total era de 36% (IBGE, PNADC, 2019). São também os jovens os que vêm compondo a maior parte das novas modalidades precárias de emprego, como os trabalhos de plataforma, onde se vive condições adversas e faltam mecanismos de proteção.

A pandemia acirrou todos esses problemas, que já vinham crescendo desde meados da década passada. Ao longo do pri-

meio ano da pandemia, assistimos a um vertiginoso aumento da taxa de desemprego (chega a 30% entre os jovens) e um aumento, entre os jovens ocupados, das situações de informalidade que, em 2021, passou a ser a condição de 51% dos jovens ocupados, como os por conta própria e trabalhadores de plataforma, com redução de salários e pouca ou nenhuma aplicação de medidas de proteção contra a contaminação. Essa combinação de fatores levou a um aumento conjuntural de jovens na inatividade, já praticamente revertida no ano seguinte: no segundo trimestre de 2021, momento em que foi realizada essa pesquisa, as taxas de participação tinham praticamente voltado aos patamares de 2019, com exceção do grupo de adolescentes, que permanece quase cinco pontos percentuais abaixo da que foi verificada em 2019<sup>9</sup>.

A pesquisa levantou a informação de que a pandemia levou 38% dos jovens pesquisados a procurar trabalho nesse período: menos de metade deles, contudo, conseguiu emprego (15%); uma parcela desistiu (5%), mas a maioria continuou procurando (23%). Além disso, 54% dos jovens disseram que buscaram desenvolver alguma atividade remunerada, 38% por necessidade de completar a renda: atividades que se configuram, na maioria dos casos, como bicos, trabalhos intermitentes e na informalidade, como a prestação de serviços para outras pessoas e a venda de produtos (ver **GRÁFICO T8** e **GRÁFICO TN1** no apêndice).

Podemos compreender, assim, que mais do que “desalento” na força de trabalho juvenil, o que ocorreu durante a pandemia foi uma intensificação das condições adversas do mundo do trabalho. Em um contexto de deterioração das condições de inserção e exercício do trabalho, os jovens tiveram de assumir com maior intensidade o papel de prover renda para si e suas famílias, empenhando-se na busca por emprego ou na realização de bicos, expondo-se aos riscos de contaminação, praticamente sem suporte para a proteção em todos os ní-

---

<sup>9</sup> Corseuil e Franca anotam que “À primeira vista, os dados da PNAD Contínua indicam não ter ocorrido um aumento na parcela de jovens inativos na condição de desalentados. Essa parcela se manteve em 11,7% tanto no primeiro como no segundo trimestre de 2020 (...) cerca de 30% dos jovens fora da força de trabalho declararam não ter buscado trabalho especificamente devido à pandemia (por motivos de isolamento, quarentena ou distanciamento social).” (Corseuil e Franca, 2020: 5).

veis considerados, sem equipamentos de proteção individual (EPIs), e sem a proteção dos direitos trabalhistas em caso de adoecimento e de necessidade de cuidar dos membros vulneráveis de sua família.

Em face desse quadro, ganha relevância a manifestação de sentimentos negativos relacionados ao trabalho: 41% dos jovens que responderam à pesquisa se sentem *inseguros* ou *muito inseguros* sobre o trabalho, enquanto apenas 28% se sentem, de algum modo, seguros. Os que mais se sentem inseguros são os que estão desempregados (mais de metade deles), e os que já são mais discriminados e enfrentam maiores obstáculos no mercado de trabalho, principalmente os jovens não binários, entre os quais 60% assim se declararam. São esses também que se sentem mais *desiludidos* com o trabalho, sentimento que atinge 51% desse segmento da mostra. Arriscamos aqui a interpretação de que tal expressão de insegurança pode significar, além da incerteza com relação às possibilidades de encontrar trabalho no futuro, preocupações relacionadas às condições dos trabalhos que lhes são destinados, trabalhos que põem em risco sua saúde, que não oferecem proteção, nem direito a uma vida digna.

As repostas dadas à pergunta da pesquisa sobre quais ações deveriam ser tomadas no campo do trabalho dos jovens mostram que a demanda por emprego protegido e não discriminatório é a mais latente, ao lado da necessidade de políticas de renda para as famílias mais vulneráveis (ver **GRÁFICO T11** no apêndice): entre as quatro alternativas mais indicadas, três são ações para criação e ampliação de oportunidades de trabalho. Os mais jovens acentuam a importância da criação de *novos trabalhos* (refletindo o peso da dificuldade de encontrar o primeiro emprego para quem está buscando a inserção no mercado de trabalho); os do terceiro grupo etário (25 a 29 anos) demandam mais fortemente a ampliação de *empregos formais*,

indicando, provavelmente, a compreensão da importância da proteção e dos direitos trabalhistas, entre aqueles com maior experiência no mundo laboral. Importante observar que as “políticas para ampliar a inserção de grupos minoritários no mercado de trabalho”, bastante apoiadas por todos os segmentos internos da mostra, tem alta adesão de jovens não binários.

Podemos argumentar que, se a pandemia acelerou e agravou o processo de precarização vivido pelos jovens no mercado de trabalho, por outro lado pode ter ajudado a revelar e a provocar reações contra esses processos. Não por acaso vimos, nesse período, explodir protestos e movimentos de trabalhadores jovens de setores que se tornaram, ao mesmo tempo, essenciais e os mais vulneráveis no contexto da pandemia (como os trabalhadores de telemarketing e os entregadores de aplicativos). Suas denúncias eram múltiplas, aliando as que se referiam à exploração e falta de direitos trabalhistas às relacionadas à exposição aos riscos da doença e à falta de condições de higiene, proteção, segurança e amparo no caso de adoecimentos e acidentes<sup>10</sup>. O sentimento de insegurança e desproteção no trabalho fundiu-se com a sensação de insegurança e desproteção sanitária, potencializando queixas e denúncias nas duas esferas.

## II | Múltiplas e intensas atividades, preocupações e dores acumuladas

Em suma, tomando esses três elementos (estudo, trabalho, responsabilidades familiares), verificamos que os jovens têm, na sociedade brasileira, um papel de intensa atividade cotidiana, que impõe muitos desafios para a conciliação de jornadas e para a circulação entre diferentes espaços da cidade onde as desempenham. Se somarmos a essas atividades outras igualmente importantes para essa fase da vida, como o lazer, a sociabilidade, as relações afetivas, o usufruto da cultura, a

---

<sup>10</sup> Ver, em especial, as publicações de Ludmila Abílio a respeito dos jovens entregadores de aplicativos.

participação nas esferas públicas, e o descanso necessário, veremos o quão desafiador é ser jovem no Brasil contemporâneo. Durante a pandemia, todas essas dimensões foram afetadas e se tornaram fonte de preocupações.

Na pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, podemos ver que a maioria dos jovens (68%) dizem que não frequentaram festas nesse período, ao passo que quase todos os jovens relatam que o que frequentaram foram os estabelecimentos de serviços essenciais, como mercados e farmácias (98%); uma grande parcela também aponta ter tido de usar transporte público nesse período (69%), principalmente os que trabalhavam e, mais ainda, os que procuravam trabalho<sup>11</sup>. Esses dados reforçam a percepção de que, ao contrário do que entenderam os meios de comunicação, os jovens que se expunham nos momentos mais críticos da pandemia não o faziam por insensatez ou desconsideração com a gravidade da situação social, mas por necessidade de manter suas atividades e responsabilidades com suas famílias e comunidades (Sobrinho e Abramo, 2021).

As respostas a outras questões da pesquisa também mostram o grau de preocupação e compromisso dos jovens com sua família e com a coletividade. Seus maiores medos naquele momento eram, em primeiríssimo lugar, o relacionado à vida e à saúde, mas não apenas à sua própria: 61% dos respondentes assinalaram que sua principal preocupação era perder algum familiar ou amigo, medo maior ainda do que a de eles virem a morrer (24%); e a de infectar outras pessoas (23%), parcela quase igual à dos que disseram que seu medo era serem, eles mesmos, infectados pela covid-19 (24%).

É certo que a impossibilidade de frequentar a escola, de encontrar os amigos e exercer a sociabilidade de forma presencial, de parti-

---

<sup>11</sup> Esses dados de frequência a lugares públicos podem ser observados nos Gráficos S2 e S3 no Apêndice, subtraindo a resposta da última linha (os que responderam "não frequentei") do total de 100%. Na discriminação dessas respostas segundo a situação ocupacional, verificamos que a diferença mais significativa se deu na porcentagem dos que disseram que usaram transporte público: as parcelas que disseram usar ter usado transporte público durante a pandemia foram de 56% entre os que não trabalhavam nem procuravam emprego, de 68% entre os que trabalhavam e de 71% entre os que procuravam emprego.

cipar de experiências coletivas e nos espaços públicos afetaram bastante os jovens e trouxeram problemas para seu desenvolvimento e saúde emocional. Mas também – é o que queremos salientar nesse artigo – incidiram os desgastes produzidos pela desproteção nas atividades essenciais que continuaram a desenvolver na pandemia, como a educação, o trabalho, a colaboração na manutenção da vida de suas famílias e comunidades.

Chama atenção a porcentagem de jovens que relatam terem vivido agravos na saúde mental como depressão, automutilação e pensamento suicida, questões que já vinham sendo detectadas como fenômeno crescente e que se intensificaram com a pandemia. Vale a pena observar também a incidência de outras queixas relacionadas à saúde e qualidade de vida, reveladoras dos desgastes impostos à vida dos jovens nesse contexto que estamos considerando: relatam que vivenciaram ansiedade, nesse período, 61% dos que responderam a pesquisa; 51% relatam terem sentido exaustão ou cansaço constante; e 40% sofreram de insônia.

A situação ocupacional modula os *problemas de saúde*: os que trabalham são os que mais relatam exaustão, principalmente as mulheres (62%), que são as que mais enfrentam o acúmulo de jornadas cotidianas. Por outro lado, os jovens que estão desempregados são os que mais relatam terem passado por situações de ansiedade (67%), insônia (48%), depressão (21%) e pensamento suicida (13%), reforçando as teses dos efeitos profundamente desestruturadores decorrentes da experiência do desemprego prolongado.

Não é de se admirar, portanto, que os sentimentos em relação às perspectivas de saúde sejam negativos: cinco a cada 10 jovens se sentem inseguros e pouco animados em relação à saúde. Essa é uma forma de perceber que os jovens, apesar de toda

a "moratória vital" (Margulis e Urresti, 1998) que possuem, apesar de serem, biologicamente, os mais fortes e resistentes às doenças, estão também altamente vulneráveis a uma série de adoecimentos, particularmente no que se refere à saúde mental.

Emblemáticas, nesse sentido, foram manifestações que ocorreram com estrelas do esporte, como a ginasta norte-americana Simone Biles que, com 24 anos e favorita ao ouro nas Olimpíadas de 2021 em Tóquio, desistiu de competir nas provas finais, afirmando não poder continuar para poder preservar sua saúde mental; e a tenista japonesa Naomi Osaka, que abandonou o campeonato de Roland Garros, também em 2021, quando tinha 23 anos, dizendo não aguentar a pressão da exposição pública exigida pelos torneios naquele momento e explicando que sofria de depressão há cerca de três anos. A repercussão dessas atitudes e a comoção desencadeada entre jovens nas redes sociais, com comentários de identificação e apoio, permitiu que se vislumbrasse e debatesse o tamanho do fenômeno da depressão na atualidade. Mas também, e talvez principalmente, a importância de os próprios jovens exporem o problema e terem coragem de interromper os processos que produzem o mal-estar: a coragem de parar, de dizer basta, de pedir acolhimento, proteção e tratamento.

Sabemos que essas dores e sofrimentos, e os fatores que os provocam, não são fruto apenas da pandemia; vêm de antes, e muitos deles foram apenas agudizados nessa crise. Ainda em 2019, o *rapper* brasileiro Emicida, com o lançamento de seu disco e clip "Amarelo", chamou a atenção para o fenômeno da depressão e do suicídio entre os jovens, principalmente os das periferias e que estão submetidos a múltiplas e entrecruzadas situações de desigualdades, discriminações e violências; e para a importância de expor e enfrentar o problema.

Também nesse caso podemos levantar a hipótese de que, de certa maneira, a pandemia permitiu que tais problemas fossem expressos e ganhassem maior visibilidade, transformados em demandas e gritos de alerta. Temos visto, desde então, muitos jovens apresentando essas questões, não só como depoimentos pessoais, mas também como denúncias e reclamações, de muitas e variadas maneiras: em postagens de redes sociais, em manifestos, em audiências públicas, conferências, apontando o problema e cobrando respostas. Nessa pesquisa, isso se revela na demanda explícita por políticas públicas de atendimento à saúde, em especial a de saúde mental, para toda a comunidade e de forma específica para jovens, nas estruturas do SUS, mas também nas escolas (ver **GRÁFICO S9**).

É importante assinalar também que as resoluções pedidas pelos jovens aos problemas apontados não se limitam à sua situação individual. Em muitas respostas das pesquisas aqui analisadas, os jovens demonstram uma compreensão do peso das estruturas sociais na produção dos seus problemas e apontam a necessidade de ações do Estado no enfrentamento coletivo das questões postas pela pandemia, com destaque para a garantia de vacinação para todos, o fortalecimento do SUS e a adoção de políticas de transferência de renda e segurança alimentar para as famílias mais vulneráveis.

### III | Ouvir os clamores dos jovens...

Os dados expostos acima nos levam a formular a percepção de que parte importante dos problemas acentuados e revelados pela pandemia tem a ver, portanto, com a intensidade e as condições em que os jovens realizam suas atividades essenciais, como o trabalho, o estudo, as tarefas de cuidados com a família, a circulação na cidade, marcadas por vários níveis de precariedade, atravessadas por desigualdades que frequente-

mente se transformam em bloqueios e dificuldades de acesso, em vivências de discriminações e violências, de exploração e esgotamentos. Essas condições têm gerado experiências de cansaço, angústia e ansiedade, que se transformam em dores latentes, expressas como queixas de exaustão, de adoecimentos, de insegurança; por outro lado, aparecem demandas de alteração de tais condições e de provisão de políticas públicas de proteção social e de cuidados. Dessa forma, as queixas dos jovens não se bastam na lamentação; elas partem da afirmação do direito de se expor e representar em sua dor, e se transformam em clamor por justiça, por superação e resolução.

Tornou-se corrente nos últimos anos, valorizar, estimular e elogiar o protagonismo dos jovens, a sua capacidade de resiliência e empreendedorismo, a sua garra e força de vontade, o seu vigor e entusiasmo; há muito esforço na construção de processos de fortalecimento de suas habilidades socioemocionais e de estímulo para que inventem seu próprio futuro e formas de inclusão produtiva em um contexto adverso e carente de garantias, como, por exemplo, expressam as diretrizes do chamado “Novo Ensino Médio” (KRAWCZYK e ZAN, 2021). Mas hoje talvez seja importante olhar com mais atenção para as dores, as carências, as insuficiências, as precariedades e os destratos que eles mesmos apontam como fazendo parte da sua situação; e refletir se estamos podendo garantir aos jovens o direito de ser protegido, o direito a convalescer, o direito ao luto, o direito de desacelerar, o direito de dizer basta, o direito de dizer não, ou de dizer “desse jeito não”.

Para além de estimular o ânimo dos jovens e de propor mecanismos de aceleração do ritmo, para acertar os fluxos e retomar índices de produtividade e competitividade, precisamos ouvir melhor suas demandas e investir em estruturas de acolhimentos, atenção, cuidado e proteção, na possibilidade de retornos e retomadas em jornadas decentes, conciliáveis e mais partilháveis.

## Bibliografia

ABILIO, Ludmila. Uberização e juventude periférica. In: *Novos Estudos*, CE-BRAP, vol. 39, nº 3, pp. 579 a 588, set/dez 2020.

ABRAMO, Helena. Identidades juvenis: estudo, trabalho e família em trajetórias reversíveis. In: PINHEIRO, Diogenes *et al* (orgs): *Agenda Juventude Brasil: leitura de uma década de mudanças*. UNIRIO, 2016. pp. 19 a 59.

ABRAMO, H.; VENTURI, G.; CORROCHANO, M. C. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos Estudos*, CEBRAP, vol. 39, nº 3, pp. 523 a 544, set/dez 2020.

BARBOSA, A. L.; COSTA, J.; HECKSHER, M. Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades já existentes? *IPEA, Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise. Edição Especial: Covid-19*. n.69, pp. 55-63, julho 2020. Repositório IPEA. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10291/1/bmt%2069.PDF>  
Acesso em: 21 abr 2022.

BARROS, R. P. *et al*. *Perda de aprendizagem na pandemia – relatório digital*. INSPER/Instituto UNIBANCO, 2021.  
<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/perda-de-aprendizagem-na-pandemia,89499b7c-6c99-4333-937d-1d94870d3181>  
Acesso em: 31 mai. 2021

CAMARANO, Ana Amelia. *Transição para a vida adulta, ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CORROCHANO, M. C.; FREITAS, M. V. Trabalho e condição juvenil: permanências, mudanças, desafios. In: PINHEIRO, Diogenes *et al* (orgs): *Agenda Juventude Brasil: leitura de uma década de Mudanças*. UNIRIO, 2016. pp. 155 a 173

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise. *IPEA, Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e análise*, n. 70, ano 26, pp. 93-104, setembro de 2020. (Dossiê: Jovens e Mercado de Trabalho na Pandemia). Repositório IPEA Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10413/1/bmt\\_70\\_insercao\\_jovens.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10413/1/bmt_70_insercao_jovens.pdf)  
Acesso em: 19 abr 2022

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION *et al*. *Global Report: Youth and Covid-19: Impact on Jobs, education, rights and mental well-being*. Survey report 2020. In: *ILO Home*, Genebra: ILO, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/documents/publication/wcms\\_753026.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_753026.pdf)  
Acesso em: 02 mar 2022.

KRAWCZYK, Nora; ZAN, Dirce D. P. *Resiliência ou resistência: um dilema social pós-pandemia*. Mimeo: Campinas, 2021

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (org.). *La juventud es Más Que una Palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.

SOBRINHO, André; ABRAMO, Helena. *A juventude na mira da pandemia* (e o risco de um bode expiatório). Artigo de fundamentação da campanha covid-19 da Agenda Jovem Fiocruz, 2021. (mimeo).

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. *Nexo Jornal* [s/l], 19 abr. 2022 Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2022/Falemos-com-nossos-jovens> Acesso em: 27 jul. 2022.

UNICEF. *Cenário da Exclusão Escolar no Brasil Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação*. In: *Unicef Home*, Brasil: Unicef, abril 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf> Acesso em: 04 mai 2022



# Gênero e raça





# Juventude brasileira: compartilhando questões de saúde, gênero e racismo na pandemia de covid-19

*Daniel Campos*

*Marcos Nascimento*

## Introdução

**A** pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2 alterou a rotina de grande parte das pessoas ao redor do mundo. Desde a confirmação do 1º caso do covid-19 na cidade de Wuhan, China, em dezembro de 2019, medidas de contenção social foram propostas em diversos países. Dentre as medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o combate à pandemia, destaca-se o isolamento dos casos suspeitos e o distanciamento social, estratégias fundamentais para conter o aumento exponencial dos casos da doença e a sobrecarga que esta gerou nos serviços de saúde (WHO, 2020). Ao mesmo tempo, no Brasil, ocorreu a proliferação de um discurso negacionista, assentado na banalização da

morte e na defesa de uma perspectiva econômica que seguiu destruindo tudo e todos ao redor (Prado, 2020). Nesse cenário cercado de dor, medo e angústias, grande parcela da população seguiu sua rotina de trabalho em busca de sustento, sem poder se beneficiar das medidas de distanciamento social.

Apesar do falso dilema acerca da democratização da contaminação pelo vírus, as diferentes análises realizadas pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2021) revelam que a população que mais morre é a negra. Analisando as desigualdades no acesso ao tratamento, o estudo apontou que as chances de morte de um/a paciente preto/a ou pardo/a não alfabetizado/a são 3,8 vezes maiores do que de um/a paciente branco/a com nível superior. Quando é realizado o cruzamento entre tais dados e faixas etárias, pessoas pretas e pardas apresentam número maior de óbitos em relação às brancas em qualquer dos intervalos examinados.

Nesse cenário de graves consequências sociais e econômicas, uma questão que vem sendo pouco discutida são as repercussões do aprofundamento das desigualdades sociais e seus efeitos sobre a saúde mental, a segurança alimentar, o processo educativo, a vida profissional e econômica dos jovens brasileiros no contexto pandêmico.

A pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* (CONJUVE, 2021) revela, dentre outras coisas, que: quase 30% dos 39 mil estudantes que responderam ao estudo pensam em deixar a escola e, entre os que planejam fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), 49% já pensaram em desistir, cinco em cada 10 tiveram redução na renda familiar, sete em cada 10 participantes dizem que seu estado emocional piorou, com estresse e ansiedade.

Não paramos por aí. Em 2019, o *Atlas da Violência*, elaborado pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo

Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou que os negros representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de 29,2 casos por 100 mil habitantes. Comparativamente, entre os não negros a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, em 2019, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade de 4,1 por 100 mil habitantes, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras (IPEA, 2021). Cabe salientar que ainda não temos dados que revelem os homicídios contra crianças, mas só na cidade do Rio de Janeiro, pelo menos seis crianças negras foram mortas em 2019 (CARVALHO, 2019).

Ao resgatarmos alguns dados acerca das iniquidades que afetam a juventude negra, objetivamos problematizar o sofrimento produzido pela negação à existência da juventude negra, fruto do racismo e das desigualdades existentes em nossa sociedade. Podemos sinalizar o fortalecimento da necropolítica que não autoriza a negros e negras o acesso às condições objetivas e subjetivas mínimas para a reprodução da vida, como o acesso ao emprego, às condições dignas de moradia, à educação, à saúde, dentre outros. A situação se torna ainda mais relevante quando consideramos o contexto pandêmico em um país que oferta silenciamento e morte para a juventude negra brasileira.

### Juventude negra brasileira no contexto da pandemia de covid-19: uma fotografia das desigualdades sociais brasileiras

A fotografia é um processo que permite o registro do momento. Neste texto, defendemos a ideia de que um momento regis-

trado é oriundo de um processo que o precede e o atravessa ao longo do tempo.

Pensando em termos de uma fotografia 3X4 da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* encontramos, dentre outras coisas, algo como: 44% dos jovens negros (pretos e pardos) residiam com o pai e/ou padrasto e em relação aos brancos, a proporção chegou a 53%.

Tal dado dá margem a duas perspectivas de análise: por um lado, o homem é sistematicamente retratado de maneira homogênea pelos meios de comunicação: desertor de suas responsabilidades como pai, ladrão, marginal e violento (no caso dos homens negros). Contudo, corpos e subjetividades dos homens negros são inscritos em uma estrutura social que conflitivamente lhes nega o direito de existir. Por trás das fatalidades geradas pelo racismo e pela violência estrutural, podemos sinalizar que existe um projeto de Estado que não autoriza os homens negros a serem pais/padrastos. Dessa maneira, em uma sociedade racista, colonialista e elitista, nem todos os homens podem usufruir da paternidade, e isso vem sendo colocado através da produção e reprodução do extermínio e do encarceramento dos homens negros.

No que tange às emoções, 36% dos respondentes afirmaram que seu estado emocional estava regular. Entre aqueles que sinalizaram tal afirmação, 38% eram do gênero feminino e 33% masculino. Entre os participantes de outro gênero não binário, 31% afirmou que seu estado emocional estava péssimo.

Ainda na análise das emoções, 34% dos participantes na faixa etária dos 15 aos 17 anos demarcaram um estado emocional regular. Entre pretos e pardos esse percentual foi de 37% e entre brancos, 36%. Entre as regiões, os maiores percentuais sobre o estado emocional regulares foram registrados no Sul e Centro Oeste, ambas com 38%.

Quando questionados se teriam se sentido ansiosos, 71% dos participantes do gênero não binário concordaram com a afirmação, sendo que 30% destes pensaram em automutilação e/ou pensamento suicida e 12% estavam na faixa etária dos 15 aos 17 anos. Dentre os participantes de outro gênero não binário 76% assinalaram que estavam ansiosos, 60% confirmaram exaustão e/ou cansaço constante, sendo que 9% eram pretos e pardos.

Quando questionados sobre as três principais preocupações naquele momento de pandemia, 64% das mulheres afirmaram que estavam com receio de perder algum familiar ou amigo, 25% temiam a infecção pela covid-19 e 25% afirmaram que seu maior receio era o de haver outras pandemias ou esta não acabar tão cedo.

Para o gênero masculino, os percentuais de respostas em relação aos seus maiores temores foram os seguintes: 56% temiam perder algum familiar ou amigos; 25% tinham medo de perder a própria vida e 24% temiam a infecção pela covid-19. Dentre o outro gênero não binário, 47% temiam perder algum familiar ou amigos, 35% receavam não haver vacina disponível para todo mundo e 29% afirmaram que seu maior receio era o de haver outras pandemias ou esta não acabar tão cedo.

Ainda sobre as preocupações, 62% dos jovens que residiam no espaço urbano afirmaram temer a perda de algum familiar ou amigos. Dentre esses, a faixa etária dos 25 aos 29 apresentou o maior percentual: 63%; a maioria de respondentes era branca (63%), e morava na região Sul (68%).

Como consequência do processo de distanciamento social, o estresse tende a aumentar na população, pois apesar de um tempo relativamente curto já ser capaz de causar impactos à saúde mental, evidências mostram que os impactos psicoló-

gicos negativos são maiores se as autoridades determinarem um período previsto mais curto de distanciamento e depois aumentarem esse período (BEZERRA *et al.*, 2020). Como consequência, é despertado um sentimento misto de angústia, insegurança e medo, principalmente, para a população LGBTQIAP+, pois o indivíduo integrante desse grupo muitas vezes não é acolhido em casa e teve o contato com seu grupo de apoio cessado devido ao isolamento social.

Durante o período de distanciamento social proposto pela OMS, uma das recomendações das autoridades de saúde era a utilização de máscaras de proteção. Neste sentido, os participantes foram questionados quanto à utilização deste equipamento, entendendo que a sua prática contribui para diminuir a propagação do vírus. Foi evidenciado que 47% de participantes de outro gênero não binário utilizavam máscaras em casa quando estavam com pessoas que não conheciam. O gênero feminino representa 42% e o masculino 28%. Em relação à variável raça/cor, verificamos que 40% dos brancos, 33% dos pretos e pardos, 32% dos indígenas e 30% dos amarelos nunca utilizaram a máscara em casa quando estavam com desconhecidos. Sobre o local de moradia, 37% residiam no espaço urbano e 28% no rural. A região Sul obteve a maior concentração de respondentes: 40%.

Ainda sobre a utilização das máscaras de proteção, 57% dos respondentes do gênero masculino afirmaram que as utilizam o tempo todo quando estão em transporte público. Dentre esses, destacaram-se aqueles cuja faixa etária vai dos 18 aos 24 anos, pretos e pardos e moradores da região Nordeste, com um percentual de 63% cada.

Para trazer à tona a interpretação sobre as vulnerabilidades masculinas ao novo coronavírus, é indispensável colocar na ordem do dia a análise crítica das relações sociais, raciais,

culturais, políticas e econômicas que conformam as relações dos homens com os cuidados em saúde. Estudos nacionais mostram que a resistência do gênero masculino a buscar os serviços de saúde pode ser compreendida a partir de noções tradicionais, tais como as ideias de que as mulheres são mais frágeis que os homens; a saúde da mulher é mais complicada; o cuidado é uma tarefa feminina; os homens são invulneráveis ao adoecimento e a superioridade da força física masculina em relação às mulheres (GOMES *et al.*, 2016).

Não por acaso, estudos revelam a resistência de homens a compartilhar cuidados importantes, como higiene das mãos ou uso de máscaras, como estratégias de prevenção (MEDRADO, *et al.*, 2021; RUXTON & BURRELL, 2020). Contudo, a desqualificação da pandemia por líderes políticos como os governantes brasileiros, bem como a convocação amplamente divulgada nas mídias sociais, por exemplo, para que a população masculina enfrentasse o vírus como homens, e não como moleques com medo de uma “gripezinha” (FERRAZ, 2020), representam um conjunto conservador de estereótipos que encontram reconhecimento e adesão por grande parcela de homens, sobretudo das juventudes, para não praticarem as recomendações de proteção contra o vírus.

Para refletirmos a resistência ao uso de máscaras por parte de homens precisa compreender outro aspecto importante: como as medidas de prevenção e controle podem aprofundar a violência racial contra a juventude negra? Esta discussão é relevante, especialmente, quando nos referimos aos homens negros, uma das maiores vítimas da violência policial no país. Se o uso de máscaras pode se apresentar como um dilema para os homens negros, dado que eles são sempre considerados suspeitos nas abordagens policiais, imagine: esse dilema não perduraria no momento em que se torna necessário o uso de uma máscara de proteção que cobre metade do seu rosto?

Dados do site *Agência de Notícias Alma Preta* indicam um aumento das ocorrências de injúria racial, perseguições e violência policial contra homens negros que estavam utilizando máscaras. Em abril de 2020, 72% das pessoas negras que responderam a enquête tinham receio de usar as máscaras faciais em espaços públicos, dado o risco de sofrerem racismo (ALMA PRETA, 2020).

À luz do pensamento de Frantz Fanon (2008) podemos apontar que os indivíduos negros são insistentemente fixados na zona do não ser. O autor nos mostra que existe uma concepção universal de ser humano que é destinada apenas aos brancos. Vai ser o racismo o alicerce desse sistema hierárquico que reparte a humanidade entre inferiores e superiores através de algumas marcas e, no caso brasileiro, essa marca está enclausurada na "geografia da cor". Portanto, reconhecemos que a formação social brasileira tem o racismo como base estruturante e estrutural, expresso através das políticas públicas e sociais, das instituições e das relações sociais.

Analisando as atividades realizadas durante a pandemia, foi evidenciado que 56% dos participantes brancos e 47% de pretos e pardos fizeram alguma atividade física; 33% dos jovens brancos e 24% de pretos e pardos fizeram, pelo menos, uma consulta odontológica. Destaque-se ainda, que 43% dos participantes não binários realizaram, pelo menos, uma consulta médica de rotina. Para as respondentes femininas o percentual foi de 35% e para o público masculino foi de 22%.

Ao pensarmos no racismo e nas dificuldades que a juventude negra encontra no cotidiano das áreas urbanas e rurais brasileiras, é impossível desassociar a discussão do território e da estrutura domiciliar. É nos territórios onde se materializam diversos aspectos das desigualdades de gênero e raça. Jovens negros são alvos costumeiros das abordagens policiais, que muitas vezes são fatais. A depender de onde moram, ou dos

locais por onde circulam para trabalho ou desfrutar de lazer, a abordagem das forças de segurança tende a ter um grau maior ou menor de violência. Populações vivendo em favelas no Brasil enfrentam ainda mais vulnerabilidade com o advento da covid-19, já que para elas o isolamento social é uma tarefa difícil. Além disso, esses locais carecem de saneamento e condições básicas de higiene, que são requisitos importantes para se controlar a pandemia (FLAUZINA E OLIVEIRA, 2020).

Sobre as relações de trabalho no contexto da pandemia, 51% dos respondentes do gênero masculino estavam trabalhando durante a aplicação do questionário. Destes, mais da metade concentravam-se na faixa etária dos 25 aos 29 anos de idade; 52% eram brancos, 49% residiam no espaço urbano e 79% na região Sul. Contudo, os dados asseveram ainda que 25% dos pretos e pardos exerciam atividades informais enquanto brancos atingiram um percentual de 19%.

Inseridos na erosão do trabalho contratado e regulamentado, no século XXI, esses homens jovens, pretos e pardos em sua maioria, não têm acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio-doença, licença paternidade. Se ficarem doentes, são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda.

Sobre o recebimento da renda básica emergencial, 69% dos respondentes pretos e pardos tiveram alguém em seu domicílio que recebeu o recurso, enquanto brancos registraram 51%. Dos que confirmaram receber o recurso, 75% residiam no meio rural e mais da metade, o equivalente a 79%, estava localizada na região Norte.

O Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982, de 2020, é uma das maiores iniciativas do Governo Federal para minimizar os efeitos econômicos da pandemia para a parte mais

vulnerável da população, entres eles os beneficiários do Programa Bolsa Família e os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Além desses, o benefício abrange também trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais.

O encerramento do Bolsa Família foi anunciado com a publicação da Medida Provisória (MP) 1.061 de 9 de agosto de 2021, que institui o “Programa Auxílio Brasil”. Após meses de idas e vindas, tentativas de trocas de nomes, propostas de rearranjo do programa lançadas na imprensa e negociações em torno de valores que pareciam não ter lastro na realidade, assistimos agora, mais uma *passada da boiada*, viabilizando reformas conservadoras no campo dos programas sociais que, na prática, puseram fim a partir de novembro de 2021, após 18 anos de existência, ao Bolsa Família - um dos maiores programas de transferência condicionada de renda do país. É importante ressaltar que diferentemente do Bolsa Família que instituiu a “transferência de renda com condicionalidades”, o Auxílio Brasil retoma uma antiga prática para os programas sociais ao incluir, junto da transferência direta de renda, a transferência indireta de renda como uma de suas ações, como por exemplo, a previsão de pagamento direto a creches pelas matrículas, ou mesmo por propostas setoriais ao programa que já começam a despontar tal como o relançamento do Auxílio Gás, para compra direta ou intermediada.

Neste contexto, é importante recordar que o Auxílio Emergencial foi menos emergencial do que deveria ser. Estudos identificaram o descompasso entre a demora em receber uma resposta ao pedido e as dificuldades de acesso aos canais disponibilizados para tirar dúvidas de cidadãos/ãos (CAMPOS, 2020). Assim, em meio à emergência sanitária, assistiu-se à negligência com a vida de milhares de trabalhadores brasileiros que não possuem acesso à internet para realizar o cadastro e enfrentaram instabilidade do sistema da Caixa

Econômica Federal. Cabe destacar que 38% dos respondentes pretos e pardos não tinham computador ou notebook em casa com acesso à internet e 97% acessavam à internet através de celulares e/ou smartphone. Tal realidade colocou em risco a vida dos trabalhadores brasileiros, sobretudo pretos e pardos, que foram obrigados a formar fila na porta das agências bancárias com o intuito de obter acesso ao recurso.

Sobre a perda de renda familiar nos últimos seis meses (que antecederam a aplicação dos questionários), 33% das famílias dos jovens pretos e pardos tiveram a sua renda reduzida, ao passo em que o percentual chegou a 25% das famílias de jovens brancos. Sobre a perda total da renda, os dados revelam que 12% das famílias pretas e pardas foram atingidas e 8% das famílias brancas. Destaque-se que esses impactos foram mais assinalados pelas mulheres que responderam à pesquisa.

Dados do IBGE apontam que para o segundo trimestre de 2021, a parcela da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar foi estimada em apenas 49,6%. Sobre as relações entre gênero e ocupação, os homens correspondem a 59,9% e mulheres a 40,1% das pessoas ocupadas. Considerando as pessoas de 14 anos ou mais de idade, o Brasil tem 177,1 milhões de trabalhadoras e trabalhadores, sendo que 45,0% se declararam de cor parda, 44,7% de cor branca e 9,2% de cor preta, ou seja, 54,2% de mulheres e homens negros. Quando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada no segundo trimestre de 2021, estabelece a relação entre o contingente de desocupados no Brasil e a raça/cor, pardos representam 50,6%, pretos 11,6% e brancos 36,9%, em outras palavras, 62,2% dos desempregados no Brasil de 2021 são mulheres e homens negros (IBGE, 2021).

Na contramão do discurso negacionista que toma conta do Brasil, uma questão importante destacada entre os participan-

tes diz respeito à intenção de tomar a vacina contra a covid-19, quando estivesse disponível para a sua faixa de idade. Verificou-se que dos respondentes, 82% eram do gênero feminino, 81% masculino e 92% outro gênero não binário. Sobre a faixa etária, 65% tinham entre 25 e 29 anos, 63% eram brancos, 61% residiam no espaço urbano e mais da metade concentravam-se na região Sudeste 65%.

Segundo Couto, Barbieri e Matos (2021) desde a década de 1960, com as campanhas de vacinação em massa contra a varíola, o Brasil vivenciou a ascensão dos indicadores de imunização, especialmente a partir da efetivação do Programa Nacional de Imunizações em 1975. Entretanto, as autoras advertem que nem sempre a relação com as vacinas foi pacífica: a contestação e a resistência fazem parte de sua própria história, refletidas, por exemplo, nos movimentos antivacina ao redor do mundo.

Em que pese a positividade dos respondentes terem confirmado a pretensão de se vacinarem, é preciso considerar que desde 2016, observa-se uma tendência à queda de cobertura vacinal brasileira, tendo, como consequência, o recrudescimento de doenças transmissíveis até então controladas como é o caso do sarampo, que havia sido considerado erradicado do país naquele mesmo ano (ZORZETTO, 2018). Nesse contexto, é fundamental levar informação e compreensão à população jovem e adulta, para que entendam que hoje o calendário de vacinação não é exclusivo para as crianças.

## Considerações finais

A título de conclusão, retornamos ao desafio de sistematizar alguns dados que fizeram parte dessa fotografia e de buscar produzir sínteses provisórias, que podem ser revistas pelo próprio leitor a partir de seu lugar de pertencimento.

Central neste capítulo é a urgência de refletir sobre como a juventude negra brasileira enfrenta a pandemia. É possível associar as pandemias recentes às mudanças ambientais conectadas ao circuito do capital, reforçando a compreensão a respeito das determinações sociais da saúde. Desde março de 2020, agudas expressões da questão social têm sido administradas pelo Estado por meio de políticas de corte assistencial, que nem sequer possibilitam sair da pobreza. Como resultado, observa-se uma deterioração da situação das famílias trabalhadoras, de proporções dramáticas, não sendo raro, nesse contexto, que estas fiquem expostas ao risco de situações-limite, como o encarceramento, a tortura ou mesmo o extermínio. Essa situação torna-se especialmente alarmante, quando consideramos que as pessoas negras são as mais afetadas pela crise e pelo corte de recursos com as políticas sociais, tendo em vista que são duramente atingidas pelas relações que sustentam o racismo estrutural, marca da nossa formação econômico social.

Assim, em meio à banalização da vida e do sofrimento, à destituição de direitos, à precarização do trabalho e do ensino remoto, aos ataques à universidade e à produção de conhecimento. Em meio a tudo isso é preciso uma luta contínua. Em tempos poucos otimistas as palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade nos parecem essenciais:

"Não serei o poeta de um mundo caduco  
Também não cantarei o mundo futuro  
Estou preso à vida e olho meus companheiros  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças  
Entre eles, considero a enorme realidade  
O presente é tão grande, não nos afastemos  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas [...]"  
(Carlos Drummond de Andrade, Mãos Dadas, 1940).

## Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ALMA PRETA. Covid-19: enquête aponta que 72% das pessoas negras têm medo de sair de máscaras [Internet]. Yahoo Notícias. 2020. Disponível em:

<https://br.noticias.yahoo.com/covid-19-enquete-aponta-que-72-das-pessoas-negras-tem-medo-de-sair-de-mascaras-171504687.html>

Acesso em: 20 out. 2021.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Mãos dadas. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. O Sentimento do Mundo. São Paulo: Cia das Letras, s/d. [1ª ed. – 1940]

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. População Negra e Covid-19 / Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Organização Grupo Temático Racismo e Saúde da ABRASCO. Rio de Janeiro, RJ: ABRASCO, 2021.

BEZERRA, A.; SILVA, C. E. M.; SOARES, F. R. G.; SILVA, J. A. M. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. *Ciênc. Saúde Colet.*, v. 25, n. 6 – Suplemento Covid-19: a pandemia que revira o mundo, p.2.411-2.421, jun. 2020. Disponível em:

<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/fatores-associados-ao-comportamento-da-populacao-durante-o-isolamento-social-na-pandemia-de-covid19/17551?id=17551>

Acesso em: 30 out. 2021

CAMPOS, D. DE S. O Cadastro Único na pandemia do coronavírus: panorama da (des)proteção social. In: MOREIRA, Elaine et al. [Org.] *Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais*. Rio de Janeiro; UFRJ, Escola de Serviço Social, 2020, p. 68-74.

CARVALHO, M. A. 75% das vítimas de homicídio no País são negras, aponta Atlas da Violência. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,75-das-vitimas-de-homicidio-no-pais-sao-negras-aponta-atlas-daviolencia,70002856665>

Acesso em: 30 out. 2021.

CONJUVE et al. *Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus – 2ª edição*. Rio de Janeiro: CONJUVE, Fundação Roberto Marinho, Rede Conhecimento Social, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Em Movimento, Visão Mundial, Mapa Educação e Porvir, 2021.

COUTO, M. T.; BARBIERI, C. L. A.; MATOS, C. C. de S. Considerações sobre o impacto da covid-19 na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 30, n. 1, e200450, p.1-11, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200450>  
Acesso em: 30 out. 2021.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora UFBA, 2008.

FERRAZ, A. Bolsonaro diz que é preciso 'enfrentar vírus como homem e não como moleque'. *UOL Notícias*, São Paulo, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/29/bolsonaro-diz-que-e-preciso-enfrentar-virus-como-homem-e-nao-como-moleque.htm>  
Acesso em: 1 nov. 2021.

FLAUZINA, A. L. P.; DE OLIVEIRA PIRES, T. R. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 2, p.74-92, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/download/6931/pdf>

GOMES, R. *Os cuidados masculinos voltados para a saúde sexual, a reprodução e a paternidade a partir da perspectiva relacional de gênero*. (Relatório). Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FSB, 2021.

MEDRADO, Benedito et al. Homens e masculinidades e o novo coronavírus: compartilhando questões de gênero na primeira fase da pandemia. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 26, n. 01 pp. 179-183, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.35122020>  
Acesso em 01 out 2021.

Prado B. COVID-19 in Brazil: "So what?". *The Lancet*; 395(10235):1461, 9, May, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32386576/>  
Acesso em: em 01 out 2021

RUXTON, S; BURRELL, S. R. *Masculinities and Covid-19: making the connections*. Washington DC: Promundo-US, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. *Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 16 March 2020*. Disponível em; <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19>  
Acesso em: 30 out. 2021

ZORZETTO, R. As razões da queda na vacinação. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, v. 19, n. 270, p.19-24, 2018.



# Desigualdades de gênero e raça/cor no trabalho e na educação de jovens brasileiros/as na pandemia da covid-19: perspectiva interseccional

Cristiane Batista Andrade

Silvana Maria Bitencourt

"[...]  
Nos olhos do jovem  
também o brilho de muitas histórias.  
e não há quem ponha  
um ponto final no rap  
É preciso eternizar as palavras  
da liberdade ainda e agora..."

Conceição Evaristo, *Do velho ao jovem*, 2008

O presente texto discute os achados da pesquisa do banco de dados sobre a juventude na pandemia da covid-19, focando nas desigualdades de gênero e raça/cor<sup>1</sup> presentes no trabalho sob a perspectiva da interseccionalidade. Ao trazê-la como uma ferramenta analítica para os dados aqui apresentados, daremos visibilidade às interlocuções entre classe, gênero, raça/cor e geração (COLLINS; BILGE, 2021). Portanto, o nosso enfoque será sobre como essas desigualdades afetaram jovens que vivenciaram a pandemia da covid-19.

Tal como propõem Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade como uma forma de análise crítica das relações sociais expõe suas complexidades, bem como a necessidade de justiça social. O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica permite articular diversas dimensões das desigualdades sociais, que tendem a não se aplicar de forma homogênea e desconectada, aos marcadores de classe, de gênero, de raça/cor, de geração que definem todas as possibilidades de minorias sociais. Isto porque é a partir de uma estrutura que engloba diferentes domínios de poder, que as desigualdades sociais e econômicas devem ser consideradas como medidas da desigualdade social global (COLLINS; BILGE, 2021).

Assim, interessa-nos relacionar os achados da pesquisa com o contexto de extrema desigualdade social no Brasil, sobretudo àquela vinculada aos impactos gerados pelo modo de organização do capitalismo periférico. Assim como um contexto social que visa à exaltação de políticas neoliberais focadas no mercado e no trabalho flexível, estas que, conseqüentemente reduzem a participação e o comprometimento do Estado na promoção de políticas sociais necessárias para grupos sociais mais vulneráveis (COLLINS; BILGE, 2021).

É importante ressaltar que no Brasil, ainda se apresentam na

---

<sup>1</sup> Do banco de dados utilizamos os achados sobre raça/cor agrupado (negros: pretos e pardos) e sobre gênero (feminino, masculino e não binário). Salientamos que para a construção deste texto não foi possível a articulação dos achados e as variáveis de raça/cor e gênero devido ao tempo disponível das autoras. No entanto, acreditamos na sua potencialidade, que poderá elucidar as diferentes situações entre mulheres brancas e negras, homens brancos e negros e não binários brancos e negros.

atualidade os efeitos do processo de colonização e, consequentemente, do “racismo à brasileira”, ignorado e camuflado com base no discurso da democracia racial, que violentou - e continua a violentar -, tantos corpos/ emoções de origens africanas e indígenas; corpos fora do padrão branco e europeu, heteronormativo e masculino. Além disso, são as mulheres negras as mais vulneráveis e invisibilizadas (GONZALEZ, 2020; CARNEIRO, 2020) por um discurso que maquia uma realidade perversa, em que não se fala dos privilégios do “ser branco” na história, na produção de subjetividades e na cultura deste país (BENTO, 2014).

Os efeitos do processo de colonização sobre estes corpos/ emoções repercutem nas oportunidades no mundo do trabalho e na educação brasileira (GONZALEZ, 2020), especialmente para os/as jovens, fazendo com que busquem o mercado de trabalho informal. Essa tendência deve-se ao fato de que, nas últimas décadas, as mudanças no mundo do trabalho vêm contribuindo para a precarização e a terceirização do trabalho, o crescente desemprego, a flexibilização dos contratos trabalhistas, o adoecimento da classe trabalhadora, a intensificação das atividades laborais, dentre outras diversas circunstâncias que vulnerabilizam os trabalhadores (ANTUNES, 2018; POCHMANN, 2020).

Em se tratando da reforma trabalhista ocorrida a partir do ano de 2017, no Governo de Michel Temer, é possível constatar que esta acentuou a precarização de todas as formas de trabalho no país, pois uma de suas consequências foi o aumento da destituição de direitos trabalhistas conquistados ao longo da história da classe trabalhadora (ANDRADE, 2019). Estas mudanças foram impactadas pela iminência da pandemia da covid-19 e afetou trabalhadores/as, especialmente os/as jovens que, com o avanço do desemprego, se inseriram em postos de trabalho informais e precarizados, criando obstáculos para a entrada e

permanência no sistema educativo (CODEPLAN; DIEESE, 2021). Portanto, iniciamos a apresentação e a discussão dos resultados, organizadas em dois tópicos, a saber: a) as desigualdades de gênero e raça/cor e desafios no mercado de trabalho e na educação de jovens; b) as perspectivas dos jovens no mercado de trabalho e na educação.

### As desigualdades de gênero e raça/cor e desafios no mercado de trabalho e na educação de jovens:

Os resultados da pesquisa mostram que houve pouquíssimas diferenças entre os gêneros (feminino, masculino, não binário) quando se trata “da última série que os jovens cursam”. O mesmo não ocorre com o quesito raça/cor agrupado, pois há diferenças significativas entre brancos e negros (pretos e pardos): estas são maiores quando se trata do ensino superior (17% de brancos e 11% negros) e na pós-graduação (8% brancos e 4% de negros), ou seja, há maior porcentagem de brancos do que de negros nos níveis mais altos de escolarização.

Com relação à ocupação dos jovens, destaca-se o “grupo que não trabalha e não estuda”, encontramos que: o feminino perfaz 16%, o do gênero masculino 15% e os não binários, 22%. Este último lidera o grupo que não trabalha e não estuda, assim como 19% dos jovens negros, ao passo que os brancos, são 12%.

As disparidades no “acesso à internet em casa” são significativas para o grupo de jovens que se autodeclaram negros, pois 34% não têm acesso à internet pelo uso de computador ou *notebook* em casa, enquanto os brancos somam 15%. O acesso à internet por meio do uso de *tablet* é maior entre os brancos (17%) do que os negros (10%). Com relação ao gênero, um maior número do gênero masculino disse possuir “acesso à internet em casa” (computador ou *notebook*), ou seja, 75%; seguidos de não binário (72%) e feminino (72%).

Sobre "estar estudando atualmente", as diferenças entre os gêneros aparecem, sobretudo, no quesito "Estou matriculado, mas não estou acompanhando as aulas". O feminino soma 6%, o masculino, 8% e o não binário, 11%, sendo que é igual para negros e brancos (7%). O que chama a atenção é que pessoas não binárias tendem a não acompanhar as aulas mais que os outros grupos (feminino e masculino).

Com relação aos "estudos em escolas privadas ou públicas atualmente", os negros estão em maior quantidade na rede pública (57%) do que os brancos (45%). Esse achado permite lançar a hipótese de que o fato de estarem na rede pública está relacionado com a renda familiar menor, quando a sua situação é comparada com a dos brancos.

De acordo com os resultados, o item "Trancamento ou cancelamento de matrícula", os negros trancaram ou cancelaram a matrícula (49%) em maior quantidade que os brancos (37%), antes da pandemia. Entre o gênero masculino e feminino houve diferenças, pois o masculino (48%) trancou ou cancelou mais que o feminino (41%) e o não binário (46%). Durante e depois da pandemia (março de 2020), os brancos (63%) e o gênero feminino (59%) se sobressaíram no item "Trancamento ou cancelamento da matrícula". Esse achado permite dizer que as mulheres e as pessoas brancas interromperam seus estudos em decorrência da pandemia.

No que se refere aos "motivos de interrupção dos estudos", há diferenças significativas no item raça/cor sobre "Precisei cuidar de filhos ou da gestação", ou seja, 13% negros e 6% brancos responderam afirmativamente nesse item. Sobre o gênero, na faixa "Precisei cuidar de outras pessoas da família", as mulheres se destacam, com 17% e homens 1%. Há uma desigualdade de gênero comprovada pela literatura sobre o

trabalho reprodutivo das mulheres. Os motivos de interrupção por problemas de saúde (depressão, covid-19, entre outros) foi maior entre os não binários (16%) e entre os brancos (13%).

Quanto ao “desejo de interromper os estudos nos últimos seis meses”, as pessoas não binárias se sobressaíram com 64%, seguidos por mulheres (44%) e por homens (41%). Esse desejo também foi maior para os negros (45%); os brancos somam 41%.

Sobre a “participação na vida econômica do seu domicílio”, as mulheres (42%) e as pessoas não binárias (53%) apresentaram mais expressividade numérica em relação aos homens (36%), quando o assunto é “não pagar as contas e estar totalmente dependente financeiramente”. É possível que as mulheres e as pessoas não binárias estejam fazendo trabalho doméstico e de cuidados não remunerados e, portanto, estejam desempregadas/os. Em relação à raça/cor, não houve diferenças quando o assunto foi “pagar todas as contas e contribuir parcialmente no domicílio”: tanto negros quanto brancos perfazem os 17%.

Em relação à “situação atual dos/as jovens”, podemos verificar que, dentre os que estão trabalhando, 51% são homens, 45% correspondem às mulheres e 35% às pessoas não binárias. No quesito relativo a estar trabalhando são as pessoas brancas que se sobressaem com 52%, e os negros/pardos, 42%. Vale a pena ressaltar que entre os que procuram o primeiro emprego são os/as jovens negros/as que somam um percentual maior (24%), em comparação com brancos (16%), assim como há mais mulheres (22%) e não binários (19%) buscando o primeiro emprego do que homens (18%).

Na condição de “nem trabalhando e nem buscando trabalhos” destacam-se as mulheres (18%) e não binários (21%), fato que pode estar vinculado à maternidade precoce, assim como à necessidade de cumprir obrigações domésticas ou à existência

de condições restritivas ao poder optar em apenas estudar e não trabalhar. Além disso, são as pessoas brancas (19%) em contraste com as negras (15%), que não estão nem trabalhando, nem buscando trabalho, o que pode refletir uma questão de classe social envolvida nesta condição.

Na questão sobre “não estar procurando trabalho”, podemos constatar que os que podem se dedicar mais aos estudos tem sido o gênero feminino (61%), não houve diferença entre os homens e os não binários (57%). Contudo, são os/as brancos/as (62%) que podem se dedicar mais aos estudos comparados aos negros/as (58%). Ainda sobre a condição de indecisão sobre “ainda não saber em que área pretende trabalhar”, o gênero não binário destaca-se com 13%, o gênero masculino, 8% e o gênero feminino fica evidenciado como o menos indeciso, com apenas 3%. Outro dado que merece destaque é que as pessoas não binárias (9%) se mostram mais influenciadas pela pandemia, pois não procuraram trabalho “por estar muito exposto por causa da pandemia”. Algo que os gêneros masculino e feminino ficaram entre os 5%, não havendo diferença entre eles/as. Outro achado importante é que o gênero feminino (4%) foi o que mais se destacou no “motivo de não estar procurando emprego devido ao ter que cuidar dos filhos”, enquanto não houve nenhum sujeito do masculino e não binário nessa situação. Essa diferença também é perceptível com relação à raça/cor: os/as negros/as somam 5% e os/as brancos/as 1% que deixaram de procurar emprego para cuidar de filhos, dado que apresenta as desigualdades raciais no cuidado de filhos.

Nas respostas sobre ter realizado “alguma atividade remunerada durante a pandemia”, podemos verificar que o gênero feminino (59%) não exerceu atividades remuneradas, seguidos dos percentuais relativos aos gêneros masculino (51%) e não binário (43%). Outro dado que merece destaque é que as pessoas negras (25%) fizeram mais “bicos e trabalhos pontuais

sem carteira assinada" em relação às pessoas brancas (19%). Os de gênero não binário (34%) também foram os que mais fizeram "bicos e trabalhos pontuais sem carteira assinada" se comparados aos gêneros feminino (21%) e masculino (26%). Além disso, foram os não binários (16%) que mais trabalharam por conta própria, pois tanto o gênero masculino quanto o feminino situaram-se próximos de 9%.

Em relação "ao tipo de trabalho na pandemia", quando ele é "remunerado, com carteira assinada (CLT e contrato que não aprendiz)", o gênero masculino correspondeu a 17%, seguido do feminino (14%) e as pessoas não binárias (12%); 16% são brancas e as negras, 13%. Já entre os que trabalham por conta própria, situam-se, em primeiro lugar, os não binários (9%), seguido do feminino (5%) e masculino (6%). No trabalho como aprendiz sobressaem brancos (22%), seguidos de negros (14%).

No item "recebeu o auxílio emergencial do governo federal em 2020", o gênero não binário (46%) foi o que mais relatou não ter recebido o auxílio, ficando seis pontos percentuais acima do masculino e feminino (ambos 40%). Quando o assunto é raça/cor, 69% das pessoas negras e 51% das brancas receberam o auxílio emergencial do governo federal em 2020. Esses achados apontam para a vulnerabilidade econômica dos/as negros/as e dos não binários nesta pandemia.

Os dados relativos ao "papel do auxílio emergencial em seu domicílio" como a única fonte de renda, revelam que o gênero feminino apresentou maior expressividade numérica, que corresponde ao percentual de 16%, seguido do masculino e não binário; ambos 12%. Entretanto, foi a população negra (17%) que tomou o auxílio emergencial como única fonte de renda se comparada à branca (10%), assim como o auxílio foi "um pequeno complemento da renda domiciliar" para (20%) dos brancos e (16%) dos negros.

Levando em consideração o quesito “últimos seis meses e a renda pessoal”, a diminuição da renda destacou-se mais entre os gêneros feminino, com 30%, e não binário, com 36%, ficando o masculino próximo dos 26%. Do mesmo modo, 31% das pessoas negras tiveram maior diminuição de renda que as brancas, com percentual de 25%. No quesito “sobre perder totalmente renda”, 12% dos negros responderam positivamente, mais que os 8% dos brancos que ficaram na mesma condição. Além disso, no item “os últimos seis meses, a renda da sua família”, 45% dos negros apresentaram maior diminuição da renda ao passo que 42% dos brancos ficaram nessa situação; 3% dos negros “perderam totalmente a renda da sua família” e os brancos, 1%.

Sobre ter que “complementar a renda”, um contingente maior de negros, 44%, precisou complementá-la por necessidade, ao passo que o percentual de brancos foi de 32%.

No mesmo quesito, pessoas não binárias se destacaram com 45%, e o masculino, 38% e feminino, 39%, sendo esses dois últimos semelhantes entre si.

O tipo de “atividade que realizou para complementar a renda” mais citada pelos sujeitos da pesquisa foi a “prestação de serviços para pessoas”, pois foi respondido por 21% do gênero feminino, 25% do masculino e 36% de não binários. A situação mais precária e expressiva de pessoas não-binárias sugere que estas buscam realizar atividades informais por haver preconceitos/estigmas a este gênero no mercado de trabalho formal que se revelam nas negativas de contratação. As diferenças raciais também são significativas: 24% dos negros e 20% dos brancos prestaram serviços para pessoas para complementar a renda. O fato de terem que ir em busca de complementação de renda pode estar associado com a crise econômica

do país, sobretudo no período pandêmico, marcado pela alta do desemprego associada à inflação, que provocou aumento considerável de produtos de subsistência, como alimentação. Outro ponto de destaque: a frequente citação sobre a prestação de serviços para pessoas permite-nos levantar a hipótese de que a pandemia, por ter exigido o aumento de demanda por cuidados, talvez tenha possibilitado a essas/es jovens realizar atividades econômicas de cunho informal relativo ao auxílio e cuidado de pessoas.

Com relação às "atividades de complementação de renda ser *online* ou não", o gênero masculino é que se destaca em não a realizar por meio do uso de *internet*, ou seja, 41%. Em seguida, estão o feminino com 35%, e não binários com 22%. Do mesmo modo, os negros se destacam: 41% deles não realizaram atividades *online*; os brancos, 32%. Esse último achado permite dizer que o fato de não utilizarem da *internet*, para complementar renda pode significar que estejam realizando as atividades *in loco* – o que, no contexto de pandemia, pode significar para estes mais exposição ao risco da doença do que quem trabalha em casa com atividades remotas, por exemplo.

De maneira sucinta, os achados relativos à raça/cor mostram que os/as negros/as foram os/as que mais relataram ter realizado trabalho informal, os/as que mais receberam o auxílio emergencial do Governo Federal como única fonte de renda, além de apresentarem diminuição, perda ou complementação de renda na pandemia da covid-19. Esses resultados confirmam que o fator raça/cor influencia na necessidade de ter que trabalhar, submetendo-se aos empregos precários. Nesse sentido, as desigualdades sociais e a divisão racial do trabalho mostram como funciona a lógica racializada no mercado de trabalho brasileiro, já que afeta os/as jovens negro/as (GONZALEZ, 2020). Os resultados apontam para uma realidade social que tem sido historicamente marcada e evidenciada a partir dos privilégios

de ser branco neste país (BENTO, 2014), pois quando o assunto é nível educacional, as pessoas brancas têm estudado mais, o que tem refletido diretamente nas oportunidades para se inserir e permanecer no mercado de trabalho (GONZALEZ, 2020; CARNEIRO, 2020).

Nesse sentido, ser negro/a reverbera negativamente na qualidade dos trabalhos que são exercidos por eles/as: geralmente são menos qualificados, devido à divisão racial do trabalho. Um exemplo é a presença majoritária das mulheres negras para exercer as atividades domésticas, que, embora sejam realizadas também pelas brancas, as mulheres negras é que são identificadas no imaginário social brasileiro como seres naturalmente serviçais: “O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra” (GONZALEZ, 2020, p.46).

Essa situação é reforçada pelo mito da democracia racial, que proclamou que não há racismo neste país já que todos são iguais perante a lei, tem endossado práticas racistas cotidianamente e se expandido, dia após dia, por políticas neoliberais, que responsabiliza pessoas negras pelo seu fracasso escolar, assim como por estarem em trabalhos precários/desqualificados ou desempregados (GONZALEZ, 2020, NASCIMENTO, 2021).

Partindo dessa perspectiva, os achados sinalizam que pessoas negras trancaram matrículas mais que as brancas. Estes também foram os menos afetados na busca do primeiro emprego, pois pessoas negras foram mais afetadas na pandemia no quesito ter trabalho, especialmente por precisarem cuidar de familiares. Logo, as desigualdades manifestam-se diante de domínios de poder que organizam práticas nas dimensões estruturais, culturais, disciplinares e interpessoais que colaboram e intensificam as desigualdades (COLLINS; BILGE, 2021).

Assim, há a urgência de utilizar a perspectiva interseccional para complexificar a situação que enfrentam pessoas negras no Brasil não reduzindo seus problemas a uma perspectiva econômica, isto é, classe social (NASCIMENTO, 2021; GONZALEZ, 2020; COLLINS; BILGE, 2021).

O mito da democracia racial tende a anular o racismo estrutural agindo de forma estratégica para que subjetividades reivindicadas por pessoas negras sejam encaradas como problemas de ordem pessoal, além de apagar a forma que corpos negros são tratados socialmente em diversas instituições sociais. Neste sentido, a perspectiva interseccional, que agrega investigação e práxis, é uma forma de se pensar em meios de promoção de justiça social a populações não brancas.

Em relação à educação, foram os homens que mais trancaram matrícula escolar no período analisado, talvez pela necessidade de trabalhar e prover a família aos moldes patriarcais. As pessoas não binárias tiveram dificuldades de acompanhar as aulas. Contudo, foi o gênero feminino que apresentou maiores obstáculos, especialmente devido ao trabalho de cuidado realizado nas famílias ser visto como uma função quase que “natural” e feito em nome do “amor” pelas mulheres, portanto sem resistência para se pensar em uma divisão democrática do cuidado na instituição familiar (FEDERICI, 2019).

Nesse sentido, esse achado tende a corroborar com o que a literatura sobre os estudos de gênero e trabalho reforçam, que é o trabalho doméstico e reprodutivo como atividade predominantemente feminina, que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo. Este trabalho realizado pelas mulheres foi apropriado pelo capital de forma gratuita e invisível e, portanto, a naturalização de ser identificado como trabalho de mulher “feito por amor”, pode ter uma mensuração precisa de valor de troca, pois possui uma dimensão emocional e subjetiva. Tal

aspecto só contribuiu para romantizar relações de exploração das mulheres e inferiorizar historicamente trabalhos vinculados ao cuidado, assim como destinar naturalmente ao gênero feminino estes trabalhos, especialmente quando feito no espaço da casa de modo gratuito (BITENCOURT; ANDRADE, 2020).

Tal fato é explicitado pelo banco de dados analisado que aponta que 17% das muitas mulheres tiveram que interromper seus estudos por estarem cuidando de outras pessoas na família, sendo que apenas 1% dos homens relatou a descontinuidade. De acordo com a literatura, as mulheres também foram as que mais deixaram de procurar emprego pelo motivo de ter que cuidar de filhos. Há evidências na literatura recente da sociologia do trabalho e do gênero sobre a pandemia da covid-19, que apontam para o fato das mulheres terem sofrido diversos impactos, especialmente, o empobrecimento por terem que cuidar dos filhos, pois escolas e creches foram fechadas (BITENCOURT; ANDRADE, 2021).

Sobre as pessoas não binárias, as desigualdades também se mostram de modo mais evidente: foi o grupo que mais manifestou ter sentido desejo de interromper os estudos nos últimos seis meses, o que pode estar relacionado aos problemas de preconceitos, discriminações e estigmas que as pessoas não binárias têm sofrido historicamente em nosso país. Vale ressaltar que a partir da perspectiva decolonial, as análises das influências da colonialidade do gênero, construída a partir do processo de colonização, apontam que a normatização "homem" e "mulher", não deixa de ser um mecanismo de sustentação do capitalismo ocidental contemporâneo. Sendo assim, a inferiorização das mulheres e das pessoas que não se identificam nem como homens nem como mulheres é tida como a normativa social da sociedade latino-americana, o que exacerba as diferentes violências sofridas pelos grupos minoritários (LUGONES, 2020).

Além disso, as mulheres e pessoas não binárias relataram a dependência econômica no período estudado, algo que evidencia que os homens brancos, além de terem maior grau de instrução, também têm melhores oportunidades no mercado de trabalho. Portanto, o empobrecimento e a parcela marginalizada da população, ou seja, o exército de reserva para o capital acaba sendo formado pelas mulheres negras (GONZALEZ, 2020) e por não binários. São estes grupos que tendem a sofrer mais com as desigualdades e com os problemas para sobreviver neste país, pois sem trabalho e educação não há como exercer a cidadania que a Constituição Federal declara como um direito de todo cidadão e cidadã. Assim como o mercado é racista e heteronormativo, pessoas não binárias sentem mais indecisões na área que querem trabalhar e relata a diminuição, perda ou complementação de renda no período pandêmico.

Nesse sentido, a perspectiva da interseccionalidade garante a crítica sobre a propagação das desigualdades entre grupos sociais excluídos e marginalizados, como os/as negros/as, não binários e mulheres, pois essas desigualdades são cotidianamente retroalimentadas a partir dos domínios de poder econômico, cultural, político, social, interpessoal. Portanto, há uma necessidade política de dialogarmos com a práxis e de realizarmos investigações para transformar as relações sociais neste país, de modo que estas sejam conduzidas a partir de objetivos que promovam a justiça social para os menos favorecidos no sistema capitalista neoliberal e a construção da consciência dos privilégios das pessoas brancas nas diferentes instituições sociais, especialmente na família, escola e mercado de trabalho.

### As perspectivas futuras dos jovens no mercado de trabalho e na educação

Em relação ao sentimento de estar "chateado ou animado com

perspectivas de trabalho para o futuro", o gênero não binário (22%) respondeu estar "muito chateado" com as perspectivas de trabalho para o futuro, seguido do feminino (15%) e do masculino (13%). Do mesmo modo, na opção "chateado" o gênero não binário (26%) também apresenta uma expressividade numérica mais significativa se compararmos ao feminino (18%) e masculino (15%). Logo, podemos constatar por meio dos dados que o gênero não binário se mostra mais incomodado com as perspectivas de trabalho para o futuro, diferente do gênero masculino (21%) que se mostrou "muito animado" para as perspectivas de trabalho no futuro, sucedido pelo feminino (16%) e não binário (11%).

Podemos constatar que estes dados revelam haver um mercado de trabalho formal mais receptivo para jovens do gênero masculino, o que reafirma as exclusões históricas e as desigualdades de gênero que mulheres e a população não binária têm enfrentado para serem acolhidas nesse circuito, ocorrendo, muitas vezes, que estes gêneros optem por trabalhar por conta própria. São condições como essa que revelam, o empreendedorismo por necessidade, típico na sociedade brasileira e latina (NATIVIDADE, 2009).

A respeito de sentir-se "inseguro ou seguro com perspectivas de trabalho para o futuro", os "muito inseguros" estiveram em grande proporção entre pessoas do gênero não binário, com 36%, depois as mulheres, com 19%, e os homens, com 16%. Assim, ao compararmos homens e jovens não binários, podemos constatar uma diferença de 20 pontos percentuais, algo que ilustra como esta população é excluída do mercado de trabalho formal. Além disso, um dado interessante foi que 13% das pessoas negras, mostraram-se "muito seguras" com as perspectivas de trabalho, superando o percentual de brancos (10%) nesta situação. Ao mesmo tempo, 19% dos brancos afirmaram estar "muito inseguros", maior percentual proporcio-

nais que os 17% negros que se reconhecem nessa situação. Com referência ao estar “desiludido ou esperançoso com perspectivas de trabalho para o futuro”, o gênero não binário mostrou-se “muito desiludido” (24%) e “desiludido” (27%), contrastando os dados obtidos junto ao gênero masculino (13% e 12%, respectivamente) e o gênero feminino (14% e 16%, respectivamente). Sobre sentir-se “muito esperançoso”, 21% dos negros/as apresentam-se como mais otimistas em relação às pessoas brancas (16%).

Quanto ao “pensando no seu futuro profissional, se pudesse escolher, você preferiria ser”, o item “empregado/funcionário/servidor público de uma empresa”, o gênero feminino (58%) correspondeu a maior expressividade numérica; em seguida, o masculino (52%) e os não binários (54%), sendo que o gênero masculino (43%) e as pessoas negras (42%) apresentaram maior desejo de “ter um próprio negócio”.

No quesito “pensando em perspectivas de futuro para o mundo do trabalho, quais são as duas ações prioritárias para instituições públicas e privadas ajudarem jovens a lidar com efeitos da pandemia?”, quase não houve diferenças significativas de gênero e de raça/cor nas respostas obtidas em quase todos os itens: “ações para ampliação de empregos formais”; “editais para fomento de projetos das juventudes”; “ampliar oferta de projetos de formação empreendedora e desenvolvimento de competências”; “criação de espaços e redes de apoio para autônomos e empreendedores”; “políticas de renda emergencial para famílias vulneráveis” e “estímulos para surgimento de novos trabalhos. As exceções estão em dois itens: a) na faixa “políticas para ampliar a inserção de grupos minoritários no mercado de trabalho”, o gênero não binário foi o que mais se destacou: 45%, seguido do feminino, com 20%; b) no quesito “incentivar novas dinâmicas de trabalho” (como home office, horários flexíveis etc.), os não binários se destacaram, com

25% das respostas obtidas.

Na pergunta "depois que a pandemia acabar, como acha que estará o modo que a gente trabalha?", pessoas não binárias se destacam quando respondem que "vai piorar um pouco" ou "vai piorar muito". No item "vai melhorar um pouco", o gênero feminino (45%) se mostrou mais esperançoso que o masculino (42%) e o não binário (39%). Os negros mostraram-se mais esperançosos (20%) quando afirmam "vai melhorar muito" quando comparados com os brancos (16%).

Em relação às perspectivas futuras dos jovens, como podemos perceber que são os/as negros que se sentem mais esperançosos que os brancos/as, ao passo que são os não binários os mais desiludidos que os outros gêneros. Com relação aos não binários, estes se destacaram quando perguntados sobre novas formas de organização do trabalho (como home office), talvez pelos estigmas no mercado de trabalho. Assim como são expressivas as afirmativas que o gênero não binário notifica sobre a necessidade de fomentar as políticas de grupos minoritários no mercado de trabalho, considerando os efeitos da estigmatização que sofrem devido ao padrão masculino, branco e heteronormativo significativamente reproduzido/imposto nas relações sociais tanto na educação quanto no mercado de trabalho (CARNEIRO, 2020; NASCIMENTO, 2021).

## Considerações Finais

Os achados analisados apontam para a realidade brasileira que já vem sendo apresentada por estudos sobre as desigualdades raciais e de gênero ao longo da história (GONZALEZ, 2020; CARNEIRO, 2020; LUGONES, 2020; BITENCOURT; ANDRADE, 2021) e corroboram as inúmeras dificuldades vivenciadas pela população negra bem como pelas mulheres. Portanto, ao ter em mãos os dados sobre a juventude brasileira na

pandemia da covid-19, compreendemos que são os/as jovens negros/as e não binários, que também têm sido influenciados pela precarização do trabalho e pelos obstáculos na entrada e na permanência no sistema educativo.

Podemos concluir que a amostra aqui analisada não é passível de generalizações, é a “ponta do iceberg” que mostra que as pessoas negras são as que mais têm sofrido com os impactos das desigualdades sociais e daquelas relativas ao mercado de trabalho e à educação. No mesmo sentido, pessoas não binárias são as que se enquadram na informalidade e na precariedade, e se sentem menos esperançosos quando se trata da perspectiva futura.

Com relação ao referencial teórico adotado, ou seja, sob a concepção da interseccionalidade, salientamos que foi profícuo esse recorte, pois permitiu racializar e generificar as análises sobre o mercado de trabalho e a educação de jovens. No mesmo sentido, a perspectiva decolonial (GONZALEZ, 2020; CARNEIRO, 2020), que analisa histórica, social e culturalmente os países latino-americanos marcados por processos de colonização, possibilita compreender que as desigualdades sociais, raciais e de gênero são constitutivas da formação da sociedade brasileira.

Ao trazermos a discussão da decolonialidade nos enfoques raciais e de gênero foi possível desvelar as desigualdades sociais, o racismo estrutural e as diversas formas de discriminação de gênero. Neste sentido, angariar políticas públicas para a juventude brasileira atreladas ao direito à saúde, educação e trabalho só será possível se considerarmos as análises de Lélia Gonzalez, que bem explicitam a constituição do sistema patriarcal-racista-capitalista brasileiro.

## Referências

ANDRADE, C. B. Casulo AC, Alves G, organizadores. Precarização do trabalho e saúde mental: o Brasil da Era Neoliberal. Bauru: Projeto Editorial Práxis; 2018. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S. l.], v. 24, p. 4739–4742, 2019.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo-SP. Boitempo Editorial, 2018.

BITENCOURT, S. M.; ANDRADE, C. B. Trabalho de cuidado, emoções e gênero: trabalhadoras na Latino América. In: Victória Dhers e Aldana Boragnio (Org.). *Sensibilidades y feminidades: mujeres desde una sociología de los cuerpos/ emociones*. Buenos Aires: ESE Editora, 2020, p. 22-44.

BITENCOURT, S. M.; ANDRADE, C. B. Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 1013–1022, 2021.

BENTO, M.A.S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I; BENTO, M.A.S. *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2014.p.25-57.

CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CODEPLAN; DIEESE. *Juventude e mercado de trabalho*. Pesquisa de emprego e desemprego, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimjuventude/2021/pedBoletimJuventudeBSB.pdf>  
Acesso em: 17 set. 22.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. 1a. São Paulo: Boitempo, 2021. FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução*. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019. GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de; VAREJÃO, A. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020. p. 53–83.

NASCIMENTO, B. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NATIVIDADE, D.R. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sobre análise. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.43, n.1, p.231-256, 2009.

POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 1, p. 89-99, 2020.



# Emergências e esperanças de jovens não binários na 2ª edição da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*

Marcelo Rasga Moreira

## Introdução

**O** que querem nos dizer – tornar público, comunicar, demandar! - 572 jovens que se declararam 'não binários' (NB) e, assumindo tal 'gênero', responderam ao amplo instrumento da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*?

Esta é a *pergunta-problema* que deflagrou a análise apresentada neste texto e cuja complexidade é ressaltada na medida em que se busca (i) dar visibilidade a sentimentos, desejos e anseios de um segmento normalmente invisível para as pesquisas, em especial as que têm "n" grande; (ii) compreender que, justamente por conta dessa 'invisibilidade', os pesquisa-

dores contam com menos referenciais teórico-metodológicos que possam lhes auxiliar em sua tarefa analítica, o que exige a construção de abordagens inovadoras, até para evitar o risco de retroalimentar a invisibilidade; (iii) superar estereótipos e padronizações, valorizando os sujeitos da pesquisa como protagonistas, atores sociais e políticos fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e menos desigual; e (iv) expressar o contexto social em que a pesquisa foi realizada e, ao mesmo tempo, revelar aspectos importantes que extrapolam tal conjuntura (Pierret, 1999).

De maneira imediata, tal complexidade revela-se no próprio processo de escrita do texto: se a prática da pesquisa social tem sido a de lidar com pronomes e artigos que representam os gêneros 'masculino' e 'feminino', como se referir aos sujeitos de pesquisa que não se enquadram nestes constructos típicos das práxis binárias?

A questão da escrita é intrincada e não deve ser vista como mera adaptação, posto que guarda extrema relação com o pouco preparo das sociedades – e dos pesquisadores em geral – para lidar com as pessoas que não se enquadram em suas classificações, tradições e práticas hegemônicas. É preciso apontá-la para ser justo, adequado e, em especial, para que se estimule a intensificação dos estudos dedicados a compreender as relações sociais por meio de um olhar que supere o binarismo e garanta o espaço necessário para tornar público o que NB pensam, sentem e desejam.

Assim, quando o texto se referir a jovens 'não binários', buscará uma grafia que substitua artigos, pronomes e outras formas de tratamento que reflitam o aporte binário, reificando-o (Souza e Carrieri, 2010). É um desafio para pesquisadores que, como o autor do texto, têm uma longa trajetória de estudos com jovens, mas que começam agora a lidar com as novas

identidades emergentes. É um desafio que deve ser aceito justamente porque esta é a tarefa das ciências sociais, cujo desenvolvimento exige a superação do senso comum, a explicação objetiva das relações sociais e sem juízo de valor apriorístico (o que não significa neutralidade!), a defesa do debate metodológico como motor para a superação de teorias, conceitos e categorias que perdem capacidade de explicar as relações sociais e o “equilíbrio entre disposição política e militância” (Louro, 2007).

Isto posto, a expectativa da resposta à pergunta-problema, ou seja, o *raciocínio hipotético*, que apresenta uma explicação preliminar e ideal por ainda não ser baseada nas informações levantadas pela pesquisa, enveredou por um caminho no qual jovens ‘não binários’ expressam desejos e anseios diferentes dos binários, variando numa gradação em que diferem menos do que jovens do gênero feminino expressam e afastam-se mais do apontado pelos jovens de gênero masculino.

Tal gradação reconhece que, na divisão binária dos gêneros, o ‘feminino’ foi concebido de forma a ser funcional e subalterno a uma estrutura econômica, social, política e cultural dominada pelo ‘masculino’ (Buttler, 2010). Assim, a maior proximidade (ou menor afastamento) das respostas de jovens ‘não binários’ às das jovens de gênero ‘feminino’ tende a ser uma expressão da exploração dos gêneros não masculinos sobre a qual também se assenta a sociedade capitalista, o que demanda, para seu aprofundamento, a discussão articulada das questões de gênero, com, ao menos, as de etnia e classes sociais, numa busca pela interseccionalidade.

Em termos gerais, tal raciocínio hipotético, depois de confrontado com a realidade dos respondentes (naquilo que as respostas da pesquisa permitiram dela se aproximar), apresentou uma razoável capacidade explicativa, que será detalhada ao longo do texto.

Sob tal aspecto, neste constante processo de aproximação e afastamento da realidade que é a pesquisa social, o que de mais importante foi compreendido não contesta a hipótese, mas aponta para a intensidade das diferenças em aspectos vitais para a compreensão do que jovens 'não binários' quiseram tornar público. O contraste em algumas situações e questões é muito evidente, o que indica fortemente que elus estão tanto pedindo ajuda quanto cobrando seu espaço de protagonistas da vida pessoal e social!

Neste texto, as situações e questões acima apontadas serão trabalhadas como 'emergências' (os pedidos de ajuda) e 'esperanças' (as demandas por protagonismo), conformando-se, assim, o *objetivo do artigo*: analisar as 'emergências' e 'esperanças' de jovens não binários que responderam à pesquisa, de forma a tornar públicas suas vozes, sentimentos e demandas.

## Considerações Metodológicas

A segunda edição da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* realizou sua etapa de coleta de dados entre 22/03/2021 e 16/04/2021, quando 68.114 jovens (15 a 29 anos) de todos os estados do Brasil responderam a um instrumento de pesquisa online, hospedado na plataforma Survey-Monkey, com 77 perguntas distribuídas entre cinco blocos temáticos: Perfil sociodemográfico, 'Saúde, Educação, Trabalho e renda e Vida pública.

Neste instrumento, a segunda pergunta (denominada 'P2') propunha: "qual é o seu gênero?", que apresentava três possibilidades de respostas, como questão fechada, que limita o campo de fala do respondente: "feminino", "masculino" e "outro, não binário".

A esta pergunta, 572 jovens (0,84%) responderam "outro, não binário", conformando-se no *universo deste artigo*. Embora a

quantidade de jovens que compõem tal universo seja, em termos absolutos e proporcionais, pequena em relação ao conjunto de respondentes da pesquisa, defende-se aqui que é plena e repleta de sentidos, significados e importância, ainda mais porque, no Brasil, raras são as oportunidades de se conhecer o que pensam tantos jovens não binários, o que justifica plenamente um estudo voltado para dar voz a eles.

Destes 572 jovens 'NB', 24% tinham entre 15 e 17 anos; 38%, entre 18 e 24; e 38%, entre 18 e 29. Esta distribuição etária difere da distribuição geral e, por consequência, da distribuição entre jovens de gênero 'feminino' e 'masculino', especialmente no que diz respeito à faixa entre 18 e 24 anos, que é de 48% no total de respondentes e 49% nas respondentes de gênero 'feminino'.

Por isto e porque o conjunto de respondentes da pesquisa foi construído por meio de uma amostragem de conveniência, não probabilística, que optou por não controlar respondentes a partir da variável 'gênero', considerou-se que a melhor estratégia de análise seria a de trabalhar o universo de NB como um todo, não distribuindo suas respostas por 'faixa etária' ou outra categoria possível. Para reforçar tal estratégia, adotou-se a prática de relacionar os resultados identificados no universo do artigo aos do conjunto de respondentes da pesquisa e, quando necessário, aos dos conjuntos de respondentes dos gêneros masculino e feminino.

Como toda opção metodológica, esta traz limitações, mas foi adotada, sobretudo, porque é a que produz mais e melhores ganhos na explicitação das 'esperanças' e 'emergências' do conjunto de jovens NB e, portanto, a que conduz melhor e mais adequadamente à consecução do objetivo do artigo.

Por sua vez, a própria categoria 'não binário' precisa ser submetida à reflexão metodológica: embora promova avanços –

viabilizando artigos como este -, não é isenta de críticas, posto que ainda se mostra, em determinados aspectos, imprecisa.

O uso da categoria 'não binário' tem como principal mérito o de permitir que as pessoas que não se reconhecem como dos gêneros 'feminino' ou 'masculino' possam, de alguma maneira, expressar-se e tornar-se visíveis nas pesquisas que a utilizam. Somente por isto foi possível saber que 572 jovens que contaram sobre suas vidas na pesquisa aqui analisada não se identificavam com os gêneros binários.

Este é um reconhecimento por antonomásia, que é importante para que se conheça o que as pessoas não se consideram ser: a afirmação da identidade 'não binário' surge a partir da negação (permanente ou fluida) das identidades 'feminino' e 'masculino'. Dialeticamente, portanto, esta afirmação ocorre por meio de uma negação.

Esta primeira negação revela o que uma determinada pessoa considera não ser. Mas o que ela considera ser? Esta é, sob tal ponto de vista, a limitação da categoria 'não binário'.

Faz-se necessário, portanto, que a pesquisa social desenvolva categorias que permitam a expressão daquilo que as pessoas não binárias consideram ser, contextualizando-as no processo histórico. Categorias que, ao negar a primeira negação, produzam outras possibilidades de afirmação, explicitando uma nova realidade histórica até então, invisível, rompendo com concepções e práticas heteronormativas que, ao estruturarem uma miríade de estudos, sempre correram o risco de aceitar acriticamente "processos normalizadores que resultam na criação das identidades e sujeitos subordinados... que, ao invés de colocar em xeque forças sociais, terminam por corroborá-las" (Miskolci, 2009).

Neste artigo, por questões de espaço e foco, o movimento ainda não é o de produzir esta superação, mas o de fazer um chamamento para tal.

Ainda sobre a categoria 'não binário', é preciso apontar que, sendo uma novidade em pesquisas como esta, aqui analisada, revela, por um lado, a coragem dos jovens que assim se denominaram, sobretudo em um país em que pessoas não binárias são, por tal condição, vítimas de violências, muitas vezes, fatais. Como destaca Ferreira (2021), por conta dessa violência, há de se destacar ser possível que jovens que participaram da pesquisa não tenham se incluído nesta categoria para evitar problemas, ainda mais ao se constatar que o método da pesquisa se utilizou da indicação de respondentes.

Outro aspecto a ser destacado é o de que a análise das respostas está sendo produzida por um pesquisador que não participou da etapa de formulação da pesquisa, bem como da elaboração e aplicação do questionário, tendo acesso aos dados depois de produzidos. Tal procedimento, em seus avanços e limites, é típico da pesquisa social que trabalha com grandes bancos de dados e revela uma salutar, valorosa e estimulante prática de transparência e compartilhamento e transferência de conhecimento por parte das instituições que conduzem a pesquisa.

Na época da coleta de dados, os casos e as mortes por covid-19 chegaram a seu pico diário; a vacinação ainda era incipiente: algo em torno de 7 a 8% da população havia recebido a primeira dose e algo em torno de 2 a 3%, a segunda dose; a CPI da covid-19 ainda não havia sido instalada no Senado Federal; havia, por parte do governo federal, a ideia de que a exposição ao vírus funcionaria como imunidade de rebanho e que um kit composto por cloroquina e ivermectina (ambas com ineficácia para covid-19 comprovada cientificamente), permitiria um tratamento precoce; as medidas de *lockdown* e de afastamen-

to social implementadas por prefeituras e governos estaduais eram (e ainda são) refutadas pelo governo federal; e, em abril de 2021, o Presidente da República, perguntado sobre o número de mortes por conta da pandemia, respondeu: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre.” (BBC News Brasil, 2020)

Como a pesquisa foi realizada neste contexto e suas questões a ele referem-se, decorre que a análise das respostas não é capaz de deixar de se referir a tal situação. Apesar disso, pretende-se que esta não seja uma condição limitante, investindo-se em possibilidades de compreensão que não apenas reflitam o dia-a-dia pandêmico, mas também o que a este possam extrapolar. Isto não significa um ‘antes’, ‘durante’ e ‘depois’ da pandemia, até porque, não se sabe o tempo e as formas como esta vai perdurar, mas a tentativa de identificar aspectos da realidade que estruturam e vão além dos efeitos e impactos mais diretamente ligados à pandemia.

Para organizar tal estudo, optou-se por um investimento inicial de caráter descritivo, dividido em três tópicos: (i) O que jovens não binários querem nos dizer sobre seu presente? (ii) O que jovens não binários querem nos dizer sobre seu futuro? e (iii) O que jovens não binários querem dizer – e demandar! – para o Estado e para os responsáveis pelas políticas públicas?

Estes tópicos abarcam 31 perguntas do instrumento de pesquisa, sendo que o primeiro tópico aborda 12 dessas questões; o segundo, sete; e o terceiro, 12. Basicamente, foram adotados, como critério de inclusão, a pertinência das questões aos temas que cada tópico aborda – respectivamente, ‘a vida no tempo presente’, ‘Estado e políticas públicas’ e ‘a vida no futuro/o futuro da vida’ – e, como critério de exclusão, questões que só permitissem análises centradas na Pandemia covid-19.

Descritos, os dados foram analisados em dois novos tópicos: (iv) *emergências* e (v) *esperanças*, que promovem a reflexão articulada sobre os dados, destacando que determinados aspectos da realidade de jovens NB são tão importantes, graves e urgentes, que precisam preponderar na reflexão e ser comunicados aos leitores.

### O que jovens não binários querem nos dizer sobre seu presente?

O primeiro aspecto a ser destacado refere-se ao cotidiano de jovens não binários em seus domicílios/moradias, visto que a necessidade de isolamento social e a permanência em casa foram realidades fortemente presentes e impactantes no período histórico aqui estudado.

No momento em que responderam à pesquisa, 26% de jovens não binários haviam passado por mudanças em relação ao grupo de pessoas com quem residiam, o que, em pontos percentuais, é o dobro do registrado entre o conjunto dos jovens que responderam à pesquisa, doravante denominado 'conjunto de respondentes'.

Mães/madrastas eram as pessoas mais presentes nos domicílios de jovens NB, residindo em 56% destes, posição semelhante à registrada para o conjunto de respondentes, mas em intensidade consideravelmente menor, visto que, para estes, atinge 67%. Na sequência, encontram-se irmãos que, entre o conjunto de respondentes, aparecem em terceiro lugar; pais/padrastos, segundo lugar no conjunto de respondentes; e companheiros, situação que apenas 9% de jovens não binários vivenciavam, num percentual inferior ao do conjunto de respondentes (16%) e ao dos jovens de gênero masculino (18%). Por seu turno, o percentual de jovens não binários que residia sozinho, 9%, é o dobro do percentual verificado no conjunto de respondentes da pesquisa!

Interessante destacar que, ao falarem sobre sua participação na vida econômica dos domicílios em que vivem, 12% de jovens NB apontaram que os sustentam totalmente, o que é o dobro do índice obtido entre o conjunto de respondentes.

A despeito disso, 53% de jovens NB eram totalmente dependentes dos recursos financeiros dos outros moradores de seu domicílio, enquanto entre o conjunto de jovens respondentes, tal porcentagem é consideravelmente inferior, 40%, atingindo 36% entre os jovens de gênero masculino.

Quando jovens NB contaram sobre o relacionamento dentro de casa, as classificações péssimo e ruim, quando juntas, atingiram a 25%, muito acima do percentual verificado para o universo da pesquisa (9%). Ao contrário, se somadas, as classificações ótimo e bom, entre NB, atingem apenas a 41% enquanto que entre o conjunto de respondentes chega a 64% e, entre os jovens de gênero masculino, a 67%.

Tais problemas são reforçados quando se toma conhecimento de que 34% de jovens não binários vivenciavam brigas frequentes dentro de casa que consideraram ser resultado direto ou indireto da pandemia de covid-19, proporção consideravelmente superior à de jovens respondentes (23%) e o dobro da registrada para jovens de gênero masculino (17%).

Quando expressaram suas preocupações em relação à pandemia, jovens NB revelaram um olhar mais coletivo, expresso, sobretudo, no fato de que a segunda mais citada foi não ter vacina para todo mundo, perfazendo 35%, acima dos 23% verificados entre o conjunto de jovens respondentes, e a terceira, ter outras pandemias ou esta não acabar tão cedo (29%).

Ainda neste contexto, preocupações mais individuais foram, entre jovens NB, menos intensas: ser infectado pela covid-19,

a segunda mais frequente no universo da pesquisa, é, para elus, apenas a oitava preocupação.

Este cenário guarda relação também com a intenção de se vacinar que, entre NB, era de 92%, consideravelmente superior à do conjunto de jovens respondentes (82%). Ainda no âmbito da vacinação, apenas 2% de jovens não binários apontaram que sua vacinação dependeria do imunizante que fosse aplicado enquanto 8% dos jovens respondentes fizeram menção a este fato.

Por um lado, os dados que apontam os cuidados que jovens não binários estão desenvolvendo durante a pandemia reforçam uma concepção de que estavam buscando apoio: 43% realizaram 'pelo menos uma consulta médica de rotina' (31% entre os jovens respondentes) e 15% começaram 'a realizar psicoterapia' (10% no conjunto de respondentes e 7% entre jovens de gênero masculino).

Por outro lado, estes dados gritam aspectos muito preocupantes e emergenciais: 30% revelaram que se 'automutilaram' ou 'pensaram em suicídio' (9% no conjunto de respondentes); 47% contaram que sofriam 'depressão' (18% no conjunto de respondentes); 25% aumentaram o 'consumo de álcool e/ou cigarro e/ou outras drogas' (10%); 76% experienciam 'ansiedade' (67%) e 55%, 'insônia' (43%).

Outros dois dados despertam-nos para a gravidade deste cenário e seu grau emergencial: 65% de jovens NB pensaram em parar de estudar nos seis meses anteriores à sua participação na pesquisa, o que equivale a 43% do conjunto de respondentes e 25% declararam ter preocupação em agravar ou desenvolver problema de saúde física e emocional.

Este cenário de emergências parece ter afetado as perspectivas de futuro de jovens não binários, conforme descrito no tópico seguinte.

## O que jovens não binários querem nos dizer sobre seu futuro?

Três grandes grupos de sentimentos em oposição foram trabalhados na pesquisa, de maneira a perguntar aos jovens sobre as perspectivas de futuro para sua saúde: insegura(o) – segura(o); chateada(o) – animada(o); e desiludida(o) – esperançosa(o).

O conjunto dos jovens respondentes demonstrou-se mais inseguro (53%), animado (51%) em comparação ao percentual de desiludidos (37%), o que já revela problemas importantes. Contudo, jovens não binários apresentaram sentimentos que despertam ainda mais preocupação: 71% revelaram insegurança; 59%, chateação e 57%, desilusão!

Em relação à educação, os motivos que levariam NB a continuarem estudando apresentam um conjunto de respostas bastante díspares em relação ao conjunto de jovens que responderam à pesquisa: enquanto futuro melhor e currículo para entrar no mercado de trabalho foram os principais motivos de 78% dos respondentes, apenas 49% de jovens não binários indicaram tais opções: 26% e 23%, respectivamente. Portanto, a maioria absoluta de jovens não binários seguiria estudando por outros motivos, dos quais o mais apontado foi adquirir conhecimento, com 18%, (7% no conjunto de respondentes), seguido 12% que manifestaram gosto de estudar, 12% (ante 6%).

Destaque-se, negativamente, que apenas 1% de NB assinalou por incentivo/apoio da família, o que não foi diferente para o conjunto de respondentes, em que apenas 2% dos jovens indicaram tal motivação!

A pesquisa também fez o mesmo tipo de questionamento sobre o sentimento dos jovens em relação às perspectivas de

futuro para o trabalho, aspecto em que as diferenças de percepção entre NB e os demais jovens ficam ainda mais nítidas.

Entre os jovens respondentes, 39% consideram-se animados, sendo que entre os de gênero masculino o percentual chegou a 44%; 41%, declararam-se inseguros, sendo 35% entre jovens de gênero masculino; e 43% sentiam-se esperançosos, dos quais 47% entre jovens de gênero masculino. Os sentimentos entre jovens não binários são consideravelmente diferentes: 60% revelaram insegurança; 51%, desilusão; e 48%, chateação!

Estas discrepâncias de sentimentos parecem se consolidar quando se enfocam as percepções que os jovens apresentam sobre o 'futuro pós-pandemia', para o qual a pesquisa estabeleceu um eixo otimista-pessimista: 30% dos respondentes declararam-se otimistas (36% entre os de gênero masculino); 40%, 'neutros'; e 30%, 'pessimistas' (apenas 8% entre os de gênero masculino). Entre jovens NB, as percepções foram bastante diferentes: 50% estavam pessimistas, 28%, neutros e apenas 22%, otimistas!

Importante conjunto de dados que reforça tal percepção entre jovens não binários é o que se relaciona ao tempo que o país vai levar para se recuperar dos impactos sociais e econômicos da pandemia: 47% consideraram que levará mais de cinco anos, sendo que, destes, 38% consideraram que levará mais de 10 anos. Quanto ao que acontecerá um ano depois que a pandemia for controlada, 24% apontaram que a economia vai piorar muito enquanto apenas 33% pensaram que haverá algum tipo de melhora (20% e 40%, respectivamente, entre o conjunto de respondentes); 16% consideraram que a qualidade de vida vai piorar muito e 38%, que haverá alguma tipo de melhora (10% e 48% entre o total de respondentes); e 12% pensaram que a sociedade vai piorar muito frente a 30% que apontaram alguma melhora (8% e 42%, entre o conjunto de respondentes).

Interessante ressaltar que, no que concerne ao governo, 33% dos jovens não binários consideraram que haverá algum tipo de melhora enquanto 18% consideraram que vai piorar muito. Estes resultados mostram uma visão um pouco mais positiva do que a apresentada pelo conjunto de respondentes: 29% e 15%, respectivamente.

Diante dessa percepção, faz-se necessário compreender o que jovens NB querem dizer – e demandar – para o poder público!

### O que jovens não binários querem dizer – e demandar! – para o Estado e para os responsáveis pelas políticas públicas?

O primeiro aspecto a ser destacado é o que se refere à *pandemia covid-19*: para jovens não binários, as ações e políticas prioritárias, deveriam ser garantia de vacina para todos (60%), ações para fortalecimento do SUS (36%) e *lockdown* (36%).

Ressalte-se que, embora tenham certa similaridade com as propostas apresentadas pelo conjunto de respondentes, estas ações e políticas apresentam um desenho específico, em especial, no que se refere a decretar *lockdown* – medida defendida por apenas 15% do conjunto de jovens respondentes.

Por sua vez, as ações para o fortalecimento do SUS, embora também sejam a segunda mais citada pelo conjunto de respondentes, têm entre estes menos adeptos quando comparadas às respostas anteriores: 29%. Já o tratamento precoce de covid-19, proposto por 11% do total de respondentes, só foi citado por 5% de jovens não binários.

Tendo como foco as ações e políticas que apoiariam os jovens a lidar com os efeitos da pandemia no que se refere ao *mundo do trabalho*, a proposta mais citada foi de políticas para ampliar a

inserção de grupos minoritários no mercado de trabalho, citada por 41% de jovens não binários ao passo que entre o conjunto de respondentes, apenas 19% citaram tal proposta, sendo que entre os de gênero masculino, o percentual reduziu-se para 15%.

A segunda política mais recomendada por jovens não binários, com 25% de citações, foi incentivar novas dinâmicas de trabalho (como *home office*, horários flexíveis etc.). Aqui, novamente, há uma divergência com o conjunto de respondentes, no qual 18% apontaram tal medida, que é apenas a quarta proposta mais importante para este grupo.

As recomendações políticas em que há convergências entre jovens não binários e o conjunto de respondentes são políticas de renda emergencial para famílias mais vulneráveis e ações para ampliação de empregos formais, ambas ameadando 20% nos dois grupos.

Entre o conjunto de respondentes da pesquisa, 60% receberam o Auxílio Emergencial ou tiveram alguém que reside em seu domicílio recebendo, proporção que entre NB reduz-se de maneira importante, atingindo a 48%.

Ao contarem sobre a importância desta iniciativa, 68% de jovens não binários consideraram que foi importante para completar a renda do domicílio, superando os 63% atingidos no conjunto de respondentes da pesquisa e 12% apontaram como a única renda do domicílio, próximo dos 14% no total de respondentes.

Por seu turno, estímulos para surgimento de novos trabalhos, ampliar oferta de projetos de formação empreendedora e desenvolvimento de competências e criação de espaços e redes de apoio para autônomos e empreendedores são recomendações de políticas que têm maior importância para o conjunto de respondentes (25%, 17% e 15%, respectivamente) do que para NB (16%, 14% e 9%, respectivamente).

Quando as recomendações de ações e políticas visam à *Educação*, entre jovens não binários, duas ganham destaque imediato: acompanhamento psicossocial para toda comunidade escolar e políticas que priorizem reduzir desigualdades educacionais, citadas por 39% e 34%, respectivamente. Neste caso, tais recomendações são também as mais importantes para o conjunto de respondentes, embora em percentuais menos expressivos: 30% e 29%, respectivamente.

Em seguida, NB destacaram três recomendações: garantir ampliação do acesso à internet de qualidade (19%); atividades para recuperação de conteúdo curricular (18%) e ações para que os jovens elaborem ou retomem projetos de vida (18%).

No que se refere ao *setor Saúde*, as duas ações prioritárias apontadas por jovens não binários dizem respeito à saúde mental e à alimentação e nutrição. Assim, atendimento psicológico especializado para os jovens, com 60%, foi a recomendação mais citada, assim como para o conjunto de respondentes, embora menos intensamente: 48% e alimentação segura para os mais vulneráveis, veio em seguida, com 41%.

Importante destacar ainda que, entre NB, os projetos sobre autoconhecimento foram a quarta recomendação mais citada ao passo que, entre o conjunto de respondentes tornou-se a penúltima recomendação. E é nessa escala de prioridades que ressurge o tom de preocupação coletiva entre jovens não binários.

## Emergências e Esperanças de Jovens Não Binários

O **QUADRO 1**, construído a partir da análise da fala de jovens NB que responderam à pesquisa, destaca sentimentos, sensações, vontades, desejos, problemas, dúvidas e propostas políticas que precisam muito ser discutidos, seja pela gravidade dos significados ou pela força de seus enunciados.

## QUADRO 1

Emergências e esperanças expressas pelos jovens não binários que participaram da 2ª edição da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*. Brasil, 2021.

Emergências	Esperanças
1) Pensamento suicida;	1) Vacina para todos;
2) Automutilação;	2) Adesão à vacinação, sem postura de <i>Somellier</i> ;
3) Depressão;	3) Negação do tratamento precoce para a Covid e defesa de <i>lockdown</i> ;
4) Ansiedade;	4) Governo melhorar após o controle da pandemia;
5) Aumento do consumo de drogas lícitas e ilícitas;	5) Combate à pobreza e à fome: alimentação segura para os mais vulneráveis e renda mínima;
6) Brigas frequentes em casa, agravadas pela pandemia;	6) Setor Saúde: atendimento especializado para jovens e fortalecimento do SUS;
7) Pessimismo sobre o futuro: Brasil vai levar de 5 a 10 anos para se recuperar dos impactos sociais da pandemia;	7) Mundo do Trabalho: ampliação da inserção de grupos minoritários e novas dinâmicas de trabalho (home office, horários flexíveis...);
8) Insegurança, chateação e desilusão sobre o futuro no que se relaciona à saúde e trabalho.	8) Educação: acompanhamento psicossocial para toda a comunidade escolar e redução das desigualdades educacionais.

Fonte: Elaboração própria do autor a partir dos dados da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* - Brasil, 2021

Sem dúvidas, a situação de emergência cuja resolução é mais urgente é a que se relaciona ao *pensamento suicida* que, entre jovens NB, foi muito presente e consideravelmente mais intenso do que entre o conjunto de respondentes da pesquisa.

Em estudo de aporte sociológico sobre o suicídio de adolescentes e jovens no Brasil no período 1996-2015, Ribeiro e Moreira (2018) constatam que, embora os índices gerais de suicídio no país estejam abaixo dos patamares mundiais, suas taxas de crescimento entre adolescentes e jovens são elevadas, consolidando-o como problema de saúde pública emergente. Para os autores, a compreensão deste problema está relacionada a uma análise mais detida sobre o contexto social e de violência (em suas diversas manifestações, da estrutural à criminal) a que estes jovens estavam submetidos, em especial os que fazem parte de segmentos vulneráveis (ênfatizando as questões de gênero, etnia e classe social), que precisam receber maior “foco político em termos de proteção pública e de solidariedade social”. Alinhado a esta reflexão e tendo como sujeitos de estudo grupos sociais com sexualidades não heteronormativas, Orozco Villa (2021), aponta o risco de que se possa atribuir a tais formas de sexualidade algum tipo de característica indutora do suicídio, patologizando-as. De diferentes maneiras, estes autores realçam o absurdo de tal proposição que, neste texto, é compreendida como revestida de cunho fascista, sendo duramente refutada em prol de análises que se preocupam com a defesa da vida.

Este destaque inicial para o suicídio, óbvio por sua gravidade, não deve, no entanto, reduzir o risco e a importância das outras emergências apontadas, desde a automutilação, depressão, ansiedade e o aumento do consumo de drogas até o desalento em relação ao futuro, que precisam ser trabalhados de maneira articulada, numa busca por compreensão social e soluções políticas não patologizantes, abrangentes e inclusivas.

Neste contexto, a informação de que 43% de jovens NB realizaram pelo menos uma consulta médica de rotina e 15% começaram algum tipo de psicoterapia (em ambos os casos superando os percentuais verificados para o conjunto de respondentes) é aqui interpretada como uma “porta giratória” entre as emergências e as esperanças, posto que, ao mesmo tempo que preocupa, realça a busca por apoio e superação de problemas.

Por esta “porta giratória” adentra-se às esperanças que, se não se manifestam em situações e relações passíveis de concretização imediata ou pelo menos mais alvissareiras, surgem com destaque em um olhar mais preocupado com o coletivo, em especial no que se refere à pandemia, e nas recomendações de políticas públicas que fazem para futuros governantes.

O desejo de vacina para todos e a não adesão à escolha destas, a defesa do *lockdown* e a não aceitação de tratamentos precoces, aliadas à defesa do SUS e à demanda de que todos tenham acesso à saúde mental, podem parecer, no momento em que se lê este texto, posicionamentos triviais. Deseja-se aqui que seja assim!

Contudo, como já referido, tais posturas foram adotadas por jovens NB no momento mais crítico da pandemia (pelo menos até dezembro de 2021, momento em que o texto está sendo escrito), quando o pico de casos e mortes por covid-19 parecia estimular o governo federal e seus apoiadores a avançarem por caminhos contrários! São, portanto, posturas extremamente corajosas e geradoras de esperanças!

Tais posturas parecem ensejar certa esperança na melhoria do governo e das políticas no país. Não é, certamente, uma esperança que “salta aos olhos” dentre as falas aqui trabalhadas, mas é importante e mais intensa do que entre o conjunto de respondentes e, possivelmente, no âmbito da população brasileira.

Assim, tal esperança materializa-se em um conjunto de recomendações de políticas públicas capazes de produzir uma melhoria real das condições de vida, que envolve o combate à fome e à miséria; a defesa do SUS e dos direitos à saúde e à vida; a adequação do mundo do trabalho às novas realidades e tecnologias, mas de forma inclusiva e sem preconceitos; e a redução das desigualdades educacionais.

## Considerações Finais

Buscou-se aqui desenvolver uma argumentação que, articulada às falas de jovens NB, envereda por uma reflexão sobre as limitações de estudos e pesquisas realizadas sob perspectivas heteronormativas. A permanência acrítica de tal postura é carregada de riscos que vão desde a normalização da invisibilidade de seres humanos até a reificação destes, num cenário teórico-prático em que a pesquisa social cederia espaços aos preconceitos contra os quais foi desenvolvida e tem lutado.

Isto aponta para a extrema necessidade de estudiosos e pesquisadores, sem perder sua capacidade crítica ou confundirem seus trabalhos com militância política, aproximarem-se cada vez mais das pessoas não binárias, de seus movimentos organizados e de indivíduos em suas lutas pessoais, para, junto com eles, aprenderem, refletirem, discutirem e produzirem novos aportes teórico-metodológicos que inspirem explicações, concepções de mundo e práticas sociais mais justas e democráticas, bem como políticas públicas inclusivas, redutoras de desigualdades e promotoras da vida e da saúde.

É preciso (re)construir e inovar, (re)trabalhar categorias, conceitos, técnicas, métodos, recortes, abordagens, práticas e relações de pesquisa, a fim de aperfeiçoar e superar (no sentido dialético!) as práxis que nos trouxeram até aqui: meritórias e, mesmo com lacunas, muitas vezes, as únicas a dar algum

tipo de voz e vez aos vulneráveis e socialmente invisibilizados! Mas que se mostram menos aptas a continuar nos guiando daqui em diante.

Sem ousar normativas ou programas, parece ser necessário reunir contínua e constantemente pesquisadoras e pesquisadores que tenham propostas e desejos de produzir uma ciência mais adequada aos dias de hoje, permeados pela ascensão irreversível das identidades, mas também pelas persistência e reemergências de problemas históricos como o fascismo. E que tais iniciativas criem movimentos que aperfeiçoem pesquisas como a que deu origem ao presente artigo, que promovam encontros, congressos e parcerias entre pesquisadores e atores sociais e políticos.

Fica aqui o convite-desafio às instituições que, de diferentes maneiras, participaram da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus!*

## Referências Bibliográficas

BBC NEWS Brasil. *Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid*. Publicado em 07/07/2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>  
Acesso em: 13 dez 2022.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade*. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017.

FERREIRA, Sérgio; DA SILVA, Rodrigo. Ousar dizer a "verdade" sobre o próprio gênero (apesar da cis-heteronorma): questões tecnológicas e normativas para dizer-a-verdade-sobre-si de sujeitos transgêneros. *Rev. Bras. Lit. Comp.* 23 (44), set-dec 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007.

MISKOLCI, Richad. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p.150-182. jan./jun.2009.

OROZCO VILLA, Edisson Orlando. El suicídio en disputa: aproximación crítica a la asociación entre suicídio y sexualidades no heteronormativas. *Saúde Soc.* São Paulo, v.30, n.1, e200073, 2021.

PIERRET, Janine. Contexto Social, Condições da Pesquisa e Postura dos Entrevistados. *Cadernos CRH*. Salvador. n 30/31, p 297-318, dez/jan, 1999.

RAMOS, Carlos Alberto. O Programa de Garantia de Renda Mínima. *Texto para Discussão*, 357, Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, 1994.

RIBEIRO, José Mendes; MOREIRA, Marcelo Rasga. Uma abordagem sobre o suicídio em adolescentes e jovens no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 23(9): 2821-2834. 2018.

SENADO NOTÍCIAS. *Aprovado pelo Congresso, auxílio emergencial deu dignidade a cidadãos durante a pandemia*. Publicado em 30/12/2020. Disponível em: <https://bit.ly/3QV0o12>. Acesso em: 13 dez 22.

SOUZA, Eloísio Moulin e CARRIERI, Alexandre de Pádua. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *Ram, Rev. Adm. Mackenzie*, Edição Especial • São Paulo, v. 11, n. 3, p. 46-70, mai/jun. 2010.



# Informação e comunicação





# Juventudes, desinformação e saúde: diálogos para além da pandemia

Marcia Rodrigues Lisboa

Marcio Calil

**A**o promoverem a escuta de jovens brasileiros sobre os impactos da pandemia da covid-19 no seu cotidiano, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e seus parceiros na segunda edição da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* permitiram várias aproximações de temas que se entrelaçam em um cenário adverso. Certamente, não tomamos como pressuposto que os fenômenos identificados nos resultados do levantamento sejam exclusivos do contexto pandêmico nem que tenham surgido com a expansão do vírus SARS-CoV-2 em âmbito global. O que se destacou, contudo, foi o acirramento de questões já instaladas que perpassam diferentes campos da vida social. Neste texto concentraremos nossas reflexões sobre um dos aspectos abordados na pesquisa, que é a desinformação e suas consequências para a saúde pública.

Trazer o tema da desinformação implica considerar, em uma primeira visada, a sua complexidade, a começar pela gama de definições do termo e suas formas de uso, nem sempre convergentes ou complementares. Assim como a expressão *fake news*, a palavra desinformação banalizou-se, sendo aplicada

indiscriminadamente em contextos distintos. Nossa proposta neste artigo é pensá-la de forma indissociável do processo comunicacional – em suas instâncias de produção, circulação e apropriação –, buscando dialogar com as informações e os posicionamentos dos e das participantes da pesquisa.

A reflexão parte de um olhar sobre o cenário de hiperconexão, caracterizado pela intensa e permanente circulação de informações produzidas por diversos atores sociais e veiculadas em diferentes plataformas digitais. Neste ambiente constituído por lógicas algorítmicas, informações e interpretações misturam-se a experiências pessoais e de diferentes grupos sociais, estabelecendo relações de convergência, conflito ou reforço. Este fenômeno de datificação (ou dataficação) vai muito além das mídias sociais e do compartilhamento de conteúdos em plataformas. De acordo com Mejias e Couldry (2019), o primeiro domínio da datificação é o negócio, não a vida social. Tal negócio se dá na forma do colonialismo de dados, que se apropria da vida humana para extrair continuamente seus dados, por interesses particulares, sejam comerciais, políticos ou de outra ordem.

Esse contexto é agravado na pandemia da covid-19 pelas incertezas sobre o futuro e a perspectiva de adoecimento e morte. Em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou para o risco do que denomina infodemia – uma abundância de informação que dificulta o acesso a fontes confiáveis para orientar as ações, com propagação tão rápida quanto o próprio vírus da SARS-CoV-2. Também a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) manifestou preocupação com a gravidade das consequências do que chamou de desinfodemia. Em documento produzido para a organização, Posetti e Bontcheva (2020) apontam para o impacto na saúde pública da produção intencional de informações falsas ou parcialmente falsas.

A produção avassaladora da desinformação integra o ecossistema das plataformas de mídias, conformando-se em um *ethos* social que reconfigurou as interações com instituições tradicionais como a ciência, a política, a justiça, o Estado e o jornalismo. Nossa análise buscará refletir sobre este ecossistema, com foco nas questões emergentes entre as juventudes identificadas na pesquisa.

A disseminação de informações que responsabilizaram pessoas jovens pelo agravamento da situação pandêmica da covid-19 no Brasil e em outros países, por não se protegerem e provocarem aglomerações, reforçou uma ideia de juventude que promove o apagamento das desigualdades sociais e das diferenças de gênero, cor ou orientação sexual. A título de exemplo, tal visão desconsidera os trabalhadores dos serviços de entrega, em sua maioria, jovens, que foram essenciais para a sobrevivência de pessoas impossibilitadas de sair de casa durante a pandemia.

Em direção oposta aos argumentos que pasteurizam as juventudes, entendemos como José Machado Pais (2003) que somente podemos considerá-las em sua pluralidade e, portanto, observando as condições sociais e culturais. Este exercício é fundamental para fugirmos da armadilha da construção de estereótipos que potencializam a discriminação pelo crivo etário. Desdobram-se da classificação por idade subcategorias formuladas a partir de definições comportamentais, seja em enquadramentos históricos – que homogeneizam as vivências e as expectativas de pessoas nascidas em determinado período e as distinguem das nascidas em outros períodos, por meio de rótulos geracionais –; seja pela caracterização centrada em um atributo que se quer evidenciar, como “jovem-problema”, “jovem rebelde”, “jovem engajado”, “jovem promissor”, entre outros.

Com a pandemia da covid-19, despontou mais um rótulo, *pandemics*, para designar os/as jovens que vivenciaram o perí-

odo da pandemia, como se pessoas de outras faixas etárias não o tivessem experimentado e como se as experiências dos indivíduos em todo o planeta fossem semelhantes apenas pelo critério da faixa etária. De acordo com classificações comumente usadas em ações publicitárias ou de marketing, os *pandemics* teriam substituído os *centenials* (ou Geração Z), nascidos entre 1996 e 2010.

Avaliamos que a designação *pandemics* tem mais potencial para gerar preconceito e rupturas do que para entender os impactos gerados pela pandemia sobre as vidas de jovens em contextos tão diversos, em diferentes continentes, sem considerar as condições de subsistência, aspectos culturais, políticos e sociais, além do gênero, da cor da pele, da orientação sexual, da condição de deficiente ou do endereço.

Distanciando-se dessas armadilhas, a pesquisa do Conjuve trouxe elementos valiosos para serem pensados pelos formuladores de políticas públicas, como a elevada preocupação dos entrevistados com a perda de um familiar (61%) ou a referência a problemas relacionados à saúde mental, com destaque à diferença de gênero quanto às percepções das mulheres neste quesito em comparação àquelas informadas pelos homens. A pandemia teria provocado ansiedade para 67% delas e 48% dos homens. Embora o percentual seja elevado para ambos, a diferença de 19 pontos percentuais indica uma necessidade de fortalecimento do debate sobre as estratégias de saúde da mulher.

A discrepância de gênero ocorre ainda com: o sentimento de exaustão ou cansaço, citado por 57% das mulheres participantes e 40% homens; a avaliação de que seu estado emocional é ruim ou péssimo, feita por 40% delas e 28% deles; a ocorrência de insônia (43% das mulheres e 33% dos homens); e a percepção de que usaram exageradamente as redes sociais (59% das mulheres e 49% dos homens).

O último item chama atenção para a identificação de que o acesso a essas plataformas seria exagerado. No entanto, o tempo despendido nesses canais não é proporcional ao sentimento de estar bem informado/a, conforme revelaram os dados da pesquisa do Conjuve. A fala de uma pesquisadora participante, destacada no relatório final, é reveladora do quanto a desinformação, que também se apresenta pelo excesso de informações, pode impactar a saúde mental: "Sei que existe, mas não quero procurar mais informações por que não quero saber mais e endoidar."

### Nas bordas do jornalismo

O fato de 60% dos jovens brasileiros participantes da pesquisa considerarem os aplicativos de comunicação *WhatsApp* e *Telegram* como os principais responsáveis por promoverem a desinformação na pandemia da covid-19 e, em segundo lugar, indicarem (51% deles) as plataformas *Facebook* e/ou *Instagram* e/ou *Twitter* como agentes de desinformação, contrapõe-se a uma visão distorcida e limitadora que associa a familiaridade das pessoas entre 15 e 29 anos a recursos tecnológicos disponíveis em ambientes multiplataformas à adesão acrítica aos conteúdos disseminados. O fato de terem nascido e crescido em um período histórico de expansão de dispositivos no ambiente web não deve ser considerado o quesito definidor do comportamento e da apropriação de informações por sujeitos diversos, que vivem experiências múltiplas.

Nesta mesma chave observamos que, embora 99% dos jovens tenham informado que acessam a internet pelo celular, a maior confiança dos participantes da pesquisa nas informações acessadas na televisão (62%) e nos portais de notícias (49%) contradiz, em primeiro lugar, as afirmações de que o acesso a um determinado meio ou suporte implica no descarte de outro, mesmo porque, em um contexto multiplataforma, essas

classificações são provisórias. Os dados mostram ainda que a familiaridade com o ambiente das plataformas digitais e seus modelos paradigmáticos não implica o consumo acrítico de conteúdos diversos.

Merece destaque a referência feita nas discussões do grupo de jovens pesquisadores em 2020, na primeira edição da pesquisa, sobre a grande quantidade de informações falsas em circulação, potencializadas por robôs, o que impactaria a relação de confiança nos canais. O volume progressivo de informações não confiáveis disponíveis nas plataformas delineia-se como um componente decisivo para a sensação de estar ou não bem informado/a. Isto pode explicar, ao menos em parte, que apenas seis em cada dez jovens respondentes se sentiam bem informados sobre a evolução da pandemia no Brasil e no mundo.

Um terceiro aspecto a ser considerado são as representações do jornalismo como instituição epistêmica. Estariam esses jovens, apesar de agentes potentes de consumo e, ao mesmo tempo, de compartilhamento de informação pelas plataformas digitais, e até por causa disso, buscando um “porto seguro” no jornalismo praticado em grandes conglomerados midiáticos, como fonte de informação? Não podemos assegurar. Tampouco temos elementos para afirmar que a crença nos canais jornalísticos seria um elemento contrário aos ataques a esta e a outras instituições epistêmicas, que produzem e disseminam conhecimentos.

Mesmo com a crise fiduciária epistêmica da chamada pós-verdade, que atinge também o jornalismo, a infodemia provocou determinado efeito rebote, propiciando, por exemplo, ao telejornal de maior repercussão no Brasil – o Jornal Nacional – um aumento da audiência durante o início da pandemia. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o veículo alcançou índices que não atingia desde 2011 (PADIGLIONE, 2020), mantendo a cobertura em defesa da ciência, outra instituição epistêmica

posta em questão, não apenas na pandemia, mas potencializada por ela.

A crise fiduciária, caracterizada pela desconfiança nos contadores da verdade socialmente autorizados e pela confiança nos novos “microcontadores da verdade”, é, para Harsin (2018), um dos problemas públicos da pós-verdade, que ele define como uma condição sociopolítica, envolvendo também desonestidade e crise de autoridades confiáveis e suspeitas em relação aos contadores da verdade. Outros dois problemas públicos da pós-verdade, segundo o pesquisador, seriam: epistêmicos, caracterizados pelo falso conhecimento e reivindicações de verdade concorrentes; e ético-morais, que compreendem a desconsideração consciente de evidências factuais ou uso estratégico intencional de mentiras.

A credibilidade, reivindicada pelo jornalismo como valor canônico, integra um sistema de crenças que confere legitimidade às suas produções, com base no reconhecimento de um saber e da competência técnica para abordá-lo e difundi-lo. Este sistema perito (MIGUEL, 1999) se configura em diferentes campos do conhecimento. No caso da atividade jornalística, ainda que o profissional não tenha presenciado o acontecimento, ele se apoia em um conjunto de técnicas para ser investido da autoridade de acessar testemunhas e especialistas para garantir veracidade aos relatos.

O enfraquecimento desse sistema de crenças, que vem ocorrendo desde a década de 1960, com tensionamentos em diversos campos epistêmicos, aprofunda-se em meados da primeira década deste milênio, com o surgimento da segunda geração de comunidades e serviços oferecidos na internet, cujo conceito é a web como plataforma. Isto provocou uma intensa e veloz reconfiguração do cenário comunicacional, com a participação de múltiplos produtores de conteúdo informa-

cional, que não necessariamente estabelecem a mesma pactuação dos jornalistas com os sujeitos que acessam os materiais por eles produzidos. A pandemia da covid-19 promoveu a exacerbação dessa crise.

Esse novo cenário comunicacional, marcado pela expansão das novas tecnologias de informação e comunicação no contexto da midiática da sociedade contemporânea – definido pela centralidade da mídia na vida dos indivíduos –, impactou as formas de produção jornalística, a práxis profissional de produção, circulação e consumo da notícia. Embora a notícia não seja mais necessariamente produzida por um jornalista e sujeitos diversos tenham acesso a dispositivos tecnológicos que permitem a disseminação rápida de conteúdos informacionais, nota-se em muitas produções a incorporação das lógicas midiáticas jornalísticas – mimetizações, cacoes, jargão e impostações – para reforçar a credibilidade à sua narrativa da informação (GOMES; DOURADO, 2019).

### A intencionalidade como estratégia pós-verdade

Sem a preocupação de atribuir valor comparativo a produções jornalísticas e não jornalísticas, destacamos a complexidade do fenômeno da desinformação e os diferentes entendimentos de termos como *fake news*, má informação e notícias falsas. Harsin (2018, pág. 14) descreve a má informação ou informação incorreta (*misinformation*) como “a divulgação de informações imprecisas ou falsas enquanto se pensa erroneamente que está compartilhando informações precisas (na realidade, a pessoa ou organização que as divulga está mal informada)”. Já a desinformação (*disinformation*) seria “uma disseminação deliberada de informações falsas ou imprecisas”, como detalha o autor:

Na prática, os dois [termos] estão intimamente ligados. Pode-se espalhar uma afirmação falsa que se considerou verdadeira, que foi

originalmente produzida para desinformar. Desinformadores podem produzir mal informadores. Em termos de ética, intenção e efeito, má informação corresponde à imprecisão, a uma afirmação falsa, mas não a uma falsidade. Se o destinatário da má informação acredita nisso, considera isso como um fato ou verdade, então ele ou ela está mal informado, mas não é manipulado para fins estratégicos do desinformador. A desinformação, entretanto, está mais próxima da mentira, já que ambas são desonestas. O produtor de desinformação diz mentiras conscientemente, não apenas declarações falsas. (HARSIN, 2018, pág. 14 tradução livre dos autores).<sup>1</sup>

Quanto à expressão *fake news* (notícias falsas, em português), aparece em 1992, com relação a *releases* de notícias em vídeos produzidos por empresas de relações públicas e aproveitados muitas vezes na íntegra pelas emissoras de televisão, como se tivessem sido elaboradas por jornalistas, no formato de reportagem (RAMPTON, 2005). A partir de meados da década de 2010, as fakes news tornaram-se “um termo popular para desacreditar qualquer cobertura desfavorável de notícias ou críticas dos oponentes” (HARSIN, 2018, pág. 14)<sup>2</sup>, sendo consideradas uma forma cultural tão importante que foi nomeada e reconhecida como a palavra do ano de 2017 pelo Dicionário Collins.

A frequência de uso da expressão indica menos um consenso sobre o seu significado do que apropriações para explicar fenômenos distintos. Com base em dados levantados para o relatório anual da *Reuters Digital News* para 2017, os editores Newman *et al* (2017) observaram uma mistura de sentidos de *fake news*, que comporiam três categorias: (1) notícias que são “inventadas” para ganhar dinheiro ou desacreditar os outros; (2) notícias que têm uma base de fato, mas são “criadas” para se adequar a uma agenda específica; e (3) notícias com as quais as pessoas não se sentem confortáveis ou com as quais não concordam.

Em outro relatório, elaborado para o Conselho Europeu, Wardle e Derakhshan (2017) denominam essa profusão de informações e diversidade de definições conceituais de desordem

---

<sup>1</sup> *In practice, the two are closely linked. One can spread a false statement that one took to be true, which was originally produced to misinform. Disinformers may produce misinformers. In terms of ethics, intention and effect, misinform corresponds to inaccuracy, a false statement, but not a falsehood. If the recipient of misinformation believes it, takes it as fact or true, then he or she is misinformed but not manipulated for strategic ends of the misinformer. Disinformation, however, is closer to lying, as both are dishonest. The producer of disinformation knowingly utters falsehoods, not just false statements.*

<sup>2</sup> “[...] a popular ad hominem for discrediting any unfavorable news coverage or criticisms from opponents”.

informacional. Os pesquisadores consideram o uso do termo *fake news* inadequado, ou mesmo problemático, para descrever certos fenômenos, como a apropriação do uso político visando a desacreditar matérias jornalísticas. Para auxiliar as pessoas a reconhecerem informações falsas ou manipuladas, os autores descrevem sete classificações para os termos desinformação/má informação: sátira ou paródia – sem intencionalidade de causar dano, mas com potencial para enganar; falsa conexão, – manchetes não correspondem ao conteúdo; falso contexto – quando o conteúdo original é compartilhado em falso contexto; manipulação do contexto – quando informação original ou imaginária é manipulada para enganar; conteúdo enganoso – uso equivocado de informação para enquadrar determinado assunto; conteúdo impostor – uso de fontes falsas; e conteúdo fabricado – uso de conteúdo falso para manipular e prejudicar.

Nesse mesmo relatório, Wardle e Derakhshan (2017) sinalizam a necessidade de um enquadramento interdisciplinar nos estudos e na produção de políticas para o enfrentamento dessa desordem informacional, e recomendam diversas ações, que envolvem diferentes setores da sociedade: empresas de tecnologia, governos nacionais, organizações midiáticas, sociedade civil, ministérios da educação e fundações de apoio.

## De apropriações e enfrentamentos da desinformação

Duas perguntas iniciais emergentes do ecossistema da desinformação têm suscitado o interesse de estudiosos do tema. A primeira delas seria: por que as pessoas estariam menos interessadas na busca da “verdade” da notícia do que na fixação das suas crenças, dos seus sentimentos de querer crer, que são potencialmente compartilhadas no mundo da pós-verdade? E a segunda: como enfrentar essa situação e promover não apenas o acesso, mas a apropriação de informações confiáveis?

Se, como afirmam Alzamora e Bicalho (2019:116), as lógicas de sustentação da desinformação envolvem “o entrelaçamento de mentes humana e algorítmicas em torno de uma crença comum”, como alterar os hábitos de uso das plataformas que compõem esse ecossistema? Alguns caminhos apontados para o combate à desinformação – como o *fact checking* (checagem de fatos), *debunking* (checagem de boatos), o letramento midiático e a avaliação da qualidade da informação nas plataformas digitais – não são assumidos sem uma reflexão sobre seus limites, caso sejam desconsiderados outros componentes do processo comunicacional neste cenário e as suas implicações.

Alzamorra e Bicalho (2019) ressaltam que, em razão de crenças semelhantes e compartilhadas em grupos ou bolhas, conteúdos falsos continuam a gerar engajamento, mesmo desmentidos por agências de checagem ou por declaração de especialistas.

O processo é exacerbado em dinâmica transmídia, na qual posicionamentos afins associam-se em conexões *on-line/off-line* para expandir continuamente a teia noticiosa em prol de uma crença comum, a despeito de evidências em contrário. A natureza pragmática de tal dinâmica, porém, tende a atuar no aprimoramento progressivo dos mecanismos de significação da notícia. (ALZAMORA e BICALHO, 2019: 115).

Como possível estratégia de combate à desinformação e às teorias de conspiração difundidas nas plataformas, em relação, por exemplo, à vacinação, Camargo Jr (2020) sugere o acionamento de fontes de informação não apenas de profissionais da saúde, mas de membros da comunidade, o que neutralizaria “preconceitos *anti-expert*”, buscando aproximar a comunidade científica e a sociedade. “Resta saber se tais estratégias funcionarão ou não; sabemos, no entanto, que se o ativismo antivacina não for contestado no debate público, conquistará as pessoas por omissão” (CAMARGO JR., 2020:5).

Entendemos que todos os caminhos de enfrentamento da desinformação estão tensionados no contexto de plataformação da sociedade, definida por Van Dijck (2019) como uma “inextricável relação entre plataformas online e estruturas sociais”, na qual indivíduos e instituições se tornam dependentes das infraestruturas criadas pelas plataformas. Por meio da datificação, da mercantilização e da seleção algorítmica, esses mecanismos passam a estruturar as vidas, aprofundando o processo de mediatização.

Essa relação de dependência no ecossistema informacional e comunicacional nos impede de abordar a produção, circulação e apropriação de informações sem considerar o controle global das plataformas por cinco grandes empresas estadunidenses: *Google, Facebook, Amazon, Apple e Microsoft*. Ao concentrarem informações de uma parte bastante elevada da população mundial, essas corporações gerariam o que Couldry e Mejias (2018) designam por colonialismo de dados, conforme ressaltamos inicialmente.

Os impactos da desinformação sobre as vidas dos jovens e de toda a sociedade, sobretudo com o acirramento da concorrência discursiva na pandemia da covid-19, nos levam a retomar o olhar sobre o processo comunicacional num momento em que a própria noção de público ou audiência é posta entre parênteses, e a reiterar a impossibilidade de uma reflexão acerca das narrativas midiáticas – produzidas e disseminadas por atores diversos – descolada de uma análise que considere a mobilização de sentimentos, emoções e afetos, que também são políticos.

Consideramos que a desinformação não se fixa como uma questão meramente educacional. Tampouco se restringe a uma faixa etária, a um gênero, à cor da pele, ao endereço, ao nível econômico dos indivíduos. O uso de uma informação construída ou ajustada para atender a interesses próprios revela

camadas múltiplas, que se distanciam de argumentos estritos da racionalidade.

Se a intencionalidade pode estar presente tanto no ato de quem cria uma notícia falsa quanto de quem redireciona uma informação recebida em determinada plataforma de mídia social ou aplicativo sem a confirmação da origem e da sua veracidade, as duas situações não prescindem do vínculo. Vincular-se, conforme Sodré (2006, p.93), vai além do processo interativo, do relacionar-se, pressupondo “a inserção social e existencial do indivíduo desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até as deliberações frente às orientações práticas de conduta, isto é, os valores”.

### Considerações finais

Neste texto buscamos um diálogo entre as análises de estudiosos a respeito da temática da desinformação e a percepção de jovens participantes da pesquisa do Conjuve, em diferentes regiões do Brasil, sobre os efeitos da pandemia em suas vidas e na sociedade. Observamos que o fenômeno da desinformação – e o seu agravamento no curso da pandemia da covid-19 – se estabelece na forma de um ecossistema informacional e comunicacional.

Embora seja precipitada a conclusão de que a desinformação foi um agente causal ou agravante do sofrimento psíquico manifestado por grande parte dos participantes da pesquisa, há elementos que justificam a indicação para a realização de uma análise qualitativa que investigue essa possível correlação.

Um passo para o enfrentamento da desinformação, e com vistas a subsidiar políticas e programas para as juventudes, é ouvir os jovens. Desta forma abrem-se possibilidades que atendem aos demais objetivos da pesquisa: de fortalecimento da articulação com as juventudes e criação de mecanismos

para ampliar a voz de jovens e seus anseios; e de pautar e influenciar o debate público e a ação de tomadores de decisão, públicos ou privados.

## Referências

ALZAMORA, G. C.; BICALHO, L. A. A dinâmica transmídia de fake news conforme a concepção pragmática de verdade. *Matrizes*. 13 (1), p. 109-131, 2019.

Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/149592>

Acesso em: 18 nov 2021.

CAMARGO JUNIOR, K. R de. Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet. *Ensaio. Cad. Saúde Pública* 36 (Supl. 2), 2020. DOI:

<https://doi.org/10.1590/0102-311X00037620>

COULDRY, N.; MEJIAS, U. Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. *Television & New Media*, 20(4), p. 336–349, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.1177/1527476418796632>

GOMES, W.; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. 16 N. 2, p. 33-45, jul.-dez. 2019.

HARSIN, J. Post-Truth and Critical Communication Studies. *Oxford Research Encyclopedias*, Oxford, 2018. Disponível em:

<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.757>

Acesso em: 20 dez. 2021

MEJIAS, U.; COULDRY, N. (2019). Datafication. *Internet Policy Review*, 8(4). 29 Nov 2019. Disponível em:

<https://policyreview.info/concepts/datafication>

Acesso em 23 nov 2021

MIGUEL, L. F. O jornalismo como sistema perito. *Tempo Social*, v. 11, n. 1, pp. 197-208, maio 1999. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000100011>

NEWMAN, Nic et al. *Reuters Institute Digital News Report 2017*. London: Reuters Institute and Oxford University, 2017.

PADIGLIONE, C. Audiência do telejornalismo explode durante crise do coronavírus. 19/03/2020. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/audiencia-de-telejornalismo-explode-durante-crise-do-novo-coronavirus.shtml>  
Acesso em: 26 out.2021.

PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. 2a ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

POSETTI, J; BONTCHEVA, K. *Desinfodemia: decifrar a desinformação sobre a Covid-1 (Resumo de políticas 1)*. Brasília: Unesco Office Brasilia, 2020. Recuperado de: [https://unesdoc.unesco.org/notice?id=p::usmarcdef\\_0000374416\\_por&locale=en](https://unesdoc.unesco.org/notice?id=p::usmarcdef_0000374416_por&locale=en)

RAMPTON, S. Fake news? We told you so, ten years ago. PR Watch. March, 2005.

SODRÉ, M. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006

VAN DIJCK, José. A Sociedade da plataforma: entrevista com José. *Digilabour*. 6 mar 2019. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2019/03/06/a-sociedade-da-plataforma-entrevista-com-jose-van-dijck/>  
Acesso em: 21 nov 2021.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. *Council of Europe Report*. 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-reportnovember-2017/1680764666>  
Acesso em: 2 dez 2021.



# Juventudes e campanhas de mobilização transpandemia: aprendizados com visões e comportamentos dos jovens para futuros trabalhos de comunicação

Anderson de Almeida Cano Ortiz

Roberta Matos Nunes

## Introdução

**A** reflexão se propõe analisar os dados da pesquisa de abrangência nacional *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, realizada pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e parceiros, com amostra de 68 mil jovens, cuja divulgação se deu em maio de 2021, destacando-se os aspectos de perfil, aquisição de informação e comportamento de jovens das diferentes regiões e condições de vida no Brasil.

Os dados são interpretados no entrecruzamento dos achados acumulados com as pesquisas e as vivências dos autores como realizadores da campanha de comunicação intitulada

*Jovem que se cuida quer viver*, desenvolvida pela Agenda Jovem Fiocruz ao longo do ano 2021.

Busca-se contribuir para esforços futuros na construção de campanhas de comunicação pública voltadas para a questão de saúde de populações jovens, entendendo a importância da comunicação como um dos pilares a qualificar os esforços estatais na área de saúde para prevenção e combate a doenças socialmente transmissíveis.

O conceito de comunicação pública trabalhada no artigo é tomado pelos sentidos propostos por Brandão (2012), que se baseia em oito princípios outrora divulgados pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (Secom – 2005), entre os quais:

o direito do cidadão à informação, como base para o exercício da cidadania; o dever do Estado de informar, zelando pelo conteúdo informativo, educativo e de orientação social daquilo que divulga; a comunicação pública como instrumento de diálogo, interatividade e envolvimento do cidadão nas políticas públicas e não como instrumento de promoção pessoal dos agentes públicos; a importância da qualidade na comunicação dos serviços públicos e dos valores da ética, transparência e verdade. (BRANDÃO, 2012:34-35).

Assim, tendo em vista o conceito de comunicação pública, interessa demarcar a legitimidade de instituições públicas como a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz em desenvolver campanhas de comunicação, tanto nos aspectos amplos e massivos, como também de forma dirigida para públicos específicos, aí enquadrado o amplo estrato de juventude brasileira, que comporta diversos segmentos distintos.

Por essa razão, esforços que visam a revelar perfis de jovens, sistemas de informação pública que alcançam esses jovens e, a partir daí, os comportamentos e as atitudes observados na sociedade é parte de um desenvolvimento holístico de ciên-

cia, articulado com a base social de forma empírica. A própria construção deste livro, pensado dentro deste ciclo, deve ser louvada como mais uma dessas iniciativas científicas da Fio-cruz, quando uma consistente reflexão crítica se faz a partir dos dados empíricos e experiências de campo.

O artigo se constrói, portanto, extraído da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* as questões sobre perfil, hábitos e visões informativas no *transpandemia*<sup>1</sup>, bem como comportamentos verificados, em especial quanto à aceitação ou rejeição aos estímulos de informação, aquilo que no senso comum vem sendo apresentado como "comportamento negacionista".

## Juventude como tema científico

A produção científica brasileira e latino-americana sobre juventude conta com consistentes contribuições de pesquisadores oriundos de distintas correntes das Ciências Sociais ao longo de décadas de trabalho (ABRAMOVAY *et al.*, 2004; ABRAMO *et al.*, 2005; BARBOSA, 2012; BORELLI *et al.*, 2008; CANCLINI, 2005; CARDOSO *et al.*, 1995; CARRANO, 2000; DAYRELL, 2003; FEIXA, 1999; FREITAS, 2010; FRIGOTTO, 2004; MARTIN-BARBERO, 2008; MELUCCI, 1997; REGUILLO, 2003; TOALDO *et al.*, 2013, entre outros).

Em toda a produção que circula nacionalmente, emerge a pluralização no conceito de juventude (BOURDIEU, 1990; MARGULIS & URRESTI, 2008; MARTIN-BARBERO, 2008). Alerta-se para a necessidade na pluralização da condição do sujeito jovem, considerando todas as dinâmicas sociais no contexto de um país amplo como o Brasil.

Importa reconhecer as variáveis dadas pela geografia; pelas condições demográficas, em especial renda e educação; nos próprios comportamentos e visões de mundo (dimensão psi-

---

<sup>1</sup> Os autores adotam o termo *transpandemia* para se referirem às estratégias e às práticas desenvolvidas por variados atores sociais, institucionais ou não, para medidas de proteção à saúde no contexto da pandemia do covid-19.

cográfica). Em suma, deve-se resistir à produção de quadros generalizantes simplificadores sobre o jovem que experimenta muitos desafios que variam conforme suas condições sociais e materiais. Isso se dá em todo o território nacional e os impactos podem se refletir em diferentes dimensões, inclusive, no plano emocional.

Ainda assim, na síntese dos estudos supracitados, é possível vislumbrar certos temas recorrentes, como resumem Toaldo et al. (2013): autonomia, liberdade, independência, condições de sustento, acesso aos aparelhos públicos das cidades, manifestações culturais e cívicas, entre muitas outras variáveis ajudam a explicar a formação do ethos dos jovens nas diferentes regiões do país, considerando até mesmo amplas variações nos diferentes territórios, espaços singulares dos meios urbanos ou rurais.

Todas essas circunstâncias condicionam os achados sobre as questões de saúde dos segmentos jovens que tocam os interesses dos pesquisadores reunidos em torno da Agenda Jovem Fiocruz, cujo foco é aliar as possibilidades encetadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com a Política Nacional de Juventude, consubstanciada na aprovação da Lei 11.129/2005, que instituiu o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve).

Como ator importante nos debates que levaram à própria criação da lei, a Fundação se coloca a aprofundar os estudos sobre as condições de saúde das juventudes em todo o território nacional, sem jamais perder de vista a dimensão social que as circunda.

## **A pandemia do covid-19 agudiza o quadro de vulnerabilidade dos jovens**

Se a revisão de literatura evidencia os desníveis por todo o território nacional das condições de existência da juventude, a situação dos jovens ficou ainda mais difícil com a emergên-

cia da pandemia do novo coronavírus (covid-19), formalmente assumida como risco global em fevereiro de 2020, com altos índices de contaminação e letalidade.

De acordo com Sobrinho e Abramo (2021), a princípio, a pandemia foi apresentada como um risco potencial para pessoas mais idosas e com doenças pré-existentes, as comorbidades, o que tornaria os jovens menos vulneráveis. Assim, os jovens foram convidados a assumir as tarefas da família que lidavam com a circulação e contatos pessoais, de forma a preservar as pessoas mais expostas | idosas aos riscos de contágio. Os pesquisadores identificam já aí uma primeira ambiguidade na comunicação com a juventude.

Ao passar para o ano 2021, uma nova camada de argumentos e percepções sobre o segmento jovem começa a ser construída, especialmente pelo agendamento que a cobertura midiática faz do comportamento desviante de parte da cidadania. Repete-se a cobertura de pessoas flagradas em festas clandestinas, entre elas jovens, quebrando o pacto social de isolamento e distanciamento. Estrutura-se, assim, a noção de que os principais disseminadores do vírus são os jovens, aqueles atores que meses antes foram motivados a tocar a vida e a se colocar em exposição. Essa percepção crítica é ainda mais enfática para os territórios de periferia nos centros urbanos.

O que se percebe da atuação dos jovens na pandemia, na contramão da noção de rebeldia e indiferença, é o compromisso de manter as atividades em funcionamento, com o preço de expor a própria saúde, como as categorias dos trabalhadores de saúde, limpeza, entregas, atendimento público e transportes, entre outras. Vale lembrar, muitas dessas vagas são oferecidas aos jovens como trabalho intermitente, precarizado ou informal, sem qualquer tipo de garantia do Estado de acesso a bem-estar social.

Em outra frente que envolve os jovens, a suspensão das aulas presenciais é um tema que emerge como de alto impacto. Em 2020, registrou-se 50% de ausência às provas do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), forma de acesso às universidades públicas federais. Assim como levantamento do IPEA evidencia que seis milhões de estudantes não dispõem de recursos tecnológicos adequados para acompanhar as aulas online (SOBRINHO; ABRAMO, 2021) e o índice de jovens entre 15 e 19 anos que nem estuda nem trabalha chegou ao patamar de 4,8 milhões de pessoas, índice de 27,1% da população nessa faixa etária (FGV Social, 2021).

Nesse cenário, são divulgados resultados de duas amostras nacionais feitas pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e parceiros, com rodadas de pesquisa em 2020 (33 mil entrevistados) e 2021 (68 mil entrevistados), ambos os campos realizados em plena pandemia do covid-19 por meios digitais. Questões de saúde mental, os desafios para a retomada dos estudos no contexto pós-pandemia, o sustento próprio e da família, a visão de futuro e de políticas mais críticas em relação aos governos e autoridades públicas emergem de ambos os estudos como pontos sensíveis na interpretação dos segmentos jovens de todo o Brasil.

A Fiocruz também formou o seu diagnóstico por meio de uma inédita sala de situação, com a escuta qualitativa de jovens ligados a projetos sociais nos territórios, gestores públicos e lideranças de instituições da sociedade civil – do Brasil e internacionais. De posse de ambos os diagnósticos, a campanha *Jovem que se cuida quer viver*, da Fiocruz, busca prevenir a transmissão do novo coronavírus, ajudar na orientação dos que adoeceram ao se contaminar e, adiante, estimular a adesão ao esforço nacional de vacinação da população.

## Retratos jovens no contexto de pandemia: visões, informações e comportamentos

Entre as variações de opiniões sobre o quadro vivido, chamam atenção: a formação de perspectivas distintas entre moradores das regiões Norte e Nordeste quanto à vacinação; as opiniões das mulheres quanto às questões de saúde mental no âmbito nacional; os desafios da retomada da atividade laboral para os jovens na faixa mais alta de idade (25 a 29 anos). Em todos os segmentos demográficos da amostra é possível vislumbrar contornos distintos das visões dos jovens brasileiros quanto à realidade.

Relevante também destacar que 65% dos entrevistados votaram em 2020, 86% pretendem votar em 2022 e 81% jamais atuaram em qualquer campanha eleitoral. Da amostra, dois em cada três entrevistados admitem que talvez apoiem algum candidato (33%) ou vão apoiar algum candidato (31%) em 2022, o que indica alguma forma de engajamento. A maior parte não pretende se candidatar (88%) e muitos concordam que a situação da pandemia irá influenciar o seu comportamento de voto em futuras eleições (72%), enquanto mais da metade projeta que os demais jovens já ficaram mais atentos sobre a política devido à pandemia (53%), algo com pouca variação entre os perfis separados por gênero, idade, região do país e raça.

Evidenciam-se as perspectivas quanto aos meios de informação disponíveis, permitindo perceber a confiança que estes despertam nos jovens respondentes e, a partir daí, os comportamentos mencionados como consciência gerada a partir de tal consumo informativo. As questões refletidas são oriundas do bloco sobre vida pública, uma das sessões contidas na pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, aproveitando-se dos resultados pelas variáveis independentes de perfil dos respondentes. Tais

questões visam caracterizar a visão cívica dos respondentes em meio ao contexto pandêmico.

Delinear tanto o contexto presente quanto as expectativas futuras ajuda a formar um quadro que indica a relevância que os jovens conferem às informações circulantes sobre a pandemia do covid-19 pelo viés de otimismo ou pessimismo com a vida cívica. Neste bloco, alguns dos questionamentos dão a direção de percepções que variam entre neutras e críticas sobre a vida social dos brasileiros no *transpandemia*. Algumas questões abaixo analisadas ilustram o contexto em que as visões sobre as informações de campanhas do covid-19 foram recebidas.

### O que se percebe do presente...

A primeira pergunta a ser analisada apresentou opções de respostas fechadas múltiplas, com a proposição de que o respondente escolhesse as alternativas:

Se você fosse governante em nosso país, quais seriam as suas duas prioridades nesse momento da pandemia? a) Garantiria vacina de covid-19 para todos; b) Planejaria ações para fortalecimento do SUS; c) Criaria um plano de recuperação econômica; d) Decretaria lockdown; e) Investiria em ciência, pesquisa e tecnologias; f) Investiria em opções para tratamento precoce de covid-19; g) Criaria um plano para retomada da educação; h) Garantiria que todo o comércio seguisse aberto; i) Criaria políticas de preservação ambiental (CONJUVE, 2021)

As respostas mais incidentes foram *garantiria vacina de covid-19 para todos (59%)*, *planejaria ações para fortalecimento do SUS (29%)* e *criaria um plano de recuperação econômica (20%)*.

Para a garantia da vacina, os resultados repartidos pelos perfis revelam uma adesão maior do público da faixa mais alta de idade: de 25 a 29 anos (63%) e dos residentes da região

Sudeste (64%) do país. E menor adesão entre a faixa de 15 a 17 anos (52%). Jovens residentes de áreas rurais (51%) e da região Norte (48%) igualmente mostram-se menos inclinados à garantia da vacina como prioridade do governo.

Um achado da pesquisa dialoga com os resultados da sala de situação da *Agenda Jovem Fiocruz*, quando lideranças de diferentes entidades foram reunidas<sup>2</sup> para orientar a construção da campanha *Jovem que se cuida quer viver*. Dada a realidade dessas lideranças em projetos nos territórios, identificava-se que a campanha de comunicação precisari dar um passo atrás, buscando encontrar pontos em comum tanto para os jovens engajados quanto para os jovens céticos, tendo como base conhecimentos prévios compartilhados entre ambos os segmentos. No retrato feito pela pesquisa quantitativa, emerge a conclusão de que o índice de céticos tende a ser maior entre os jovens das zonas rurais do país, em especial, nas regiões Norte e Nordeste. Por essa razão, a recomendação do grupo na sala de situação era que a campanha se voltasse a engajar os jovens nos territórios, incentivando comunicadores locais a produzirem o diálogo sobre as formas de se proteger da contaminação.

---

<sup>2</sup> Mais informações sobre a sala de situação disponíveis em: <https://portal.fiocruz.br/agenda-jovem-fiocruz>

A segunda questão contextual separada para análise é assim expressa: "Quais são as suas três principais preocupações neste momento da pandemia?", com opções de resposta fechadas e um campo aberto especial denominado "outra" ao fim do seguinte rol de opções:

- a) ser infectado pela covid-19; b) infectar outras pessoas; c) perder a vida; d) perder algum familiar ou amigos; e) ter os estudos interrompidos ou de pior qualidade; f) passar por dificuldade financeira; g) agravar/desenvolver problema de saúde física ou emocional; h) não ter vacina para todo mundo; i) a vacina fazer mal para as pessoas; j) garantir a saúde física e emocional de meus filhos; k) ter outras pandemias ou esta não acabar tão cedo; l) não conseguir estar com familiares ou amigos; m) outra (Conjuve, 2021)

A opção que gerou maior adesão está relacionada à integridade de um terceiro próximo, familiar ou amigo, reforçando a ideia inicial de que a covid-19 apresentava menos riscos aos jovens. Perder algum familiar ou amigos se revela como a maior preocupação para os jovens entrevistados (61%). Esse receio é ainda maior entre as mulheres (64%) e menor entre: homens (56%), entre os mais jovens, de 15 a 17 anos (56%), moradores/as de áreas rurais (55%) e da região Norte (54%). Ainda assim, a preocupação em perder alguém próximo permeava jovens nas diversas condições de perfil, contrastando com o receio da própria infecção, questão que preocupa 24% dos entrevistados, em um empate técnico com diversos outros itens, entre eles a preocupação do respondente de ser ele/ela o vetor de infecção dentro do círculo social primário (23%). O índice de risco a si próprio conhece poucas variações fora da média geral encontrada na separação analítica dos diversos traços de perfil.

O empate técnico com outros itens de contexto que preocupam os jovens remete às opções de passar por dificuldade financeira (27%); perder a vida (24%); ter outras pandemias ou esta não acabar tão cedo (24%); infectar outras pessoas (23%); não ter vacina para todo mundo (23%). A lista demonstra amplo leque de preocupações desses jovens, sem variações relevantes na análise separada pelos traços de perfis que mereçam ser destacados. Tem-se aí uma lista de questões de saúde pública para ações nacionais que são compartilhadas por todos os recortes demográficos, aprendizado que campanhas futuras de comunicação devem considerar.

A terceira questão contextual é identificada na pergunta “O quanto você considera esses itens importantes para que você se sinta mais otimista em relação ao futuro de jovens no Brasil?” Nesta questão, apresentava-se uma matriz com as proposições:

a) Maior parte de a população ser vacinada; b) Existir um protocolo para lidar com outras futuras crises sanitárias; c) Políticas para mitigar efeitos da pandemia na economia; d) Políticas para amenizar efeitos da pandemia na educação; e) Políticas para conter sobrecarga no sistema de saúde; f) Recuperarmos coisas que foram perdidas por conta da pandemia. (CONJUVE, 2021)

Tais sentenças são avaliadas também com respostas fechadas ao verificar o grau de concordância com opções como “muito importante”, “mais ou menos importante”, “pouco ou nada importante” e “não sei”. Todas as proposições são consideradas muito importantes, sendo as mais relevantes: maior parte da população ser vacinada (92%); políticas para conter sobrecarga no sistema de saúde (87%); existir um protocolo para lidar com outras futuras crises sanitárias (84%); políticas para amenizar efeitos da pandemia na educação (84%). De toda a série, os jovens que apresentam adesão relativamente menor – mas ainda em altos patamares – são os jovens da região Norte do país.

Assim, para futuras campanhas de combate a pandemias é necessário observar as diferenças regionais e as condições dadas pelos meios urbano e rural, que balizam as visões de jovens. Ainda que as maiores tendências sigam os padrões observados também no restante do país, jovens das zonas rurais e da região Norte apresentam resistências pontuais que precisam ser consideradas com atenção para uma campanha de saúde pública.

### O que se projeta para o futuro...

Do contexto presente, outras questões sobre vida pública convidam os entrevistados a projetar o futuro possível com o pós-pandemia. Destaca-se a primeira pergunta analisada neste quesito é “No atual momento, em relação ao futuro após a pandemia, você está: muito otimista; otimista; neutro; pessimista; muito pessimista”.

Neste ponto, há uma polarização que parte da posição de neutralidade (40%) e varia positivamente com otimista (23%) e muito otimista (7%); e negativamente com pessimista (21%) e muito pessimista (9%). Em ambos os casos, tomando-se os polos da escala nominal, tem-se um empate técnico. Adotando uma perspectiva de análise conservadora, a equipe considera o dado como um achado crítico. Vale destacar, essas respostas foram dadas antes do início da campanha vacinal de forma mais ampla, o que também condiciona o 'humor' dos respondentes.

Quando os dados são analisados pelos diferentes segmentos de perfil, destaca-se a diferença entre as regiões de moradia e a faixa etária dos respondentes, com todas as demais segmentações guardando relação com a média nacional. Os jovens da região Norte têm uma perspectiva de neutralidade (43%) e positividade (otimista – 28% e muito otimista – 14%) enquanto uma perspectiva mais crítica se revela entre os jovens da região Sudeste (35% neutros; 27% pessimistas; 12% muito pessimistas). Na segmentação pelas faixas etárias, jovens de 15 a 17 anos apresentam neutralidade a um índice de 49%, ao passo que os jovens na faixa dos 25 a 29 anos estão mais céticos (neutros – 31%; pessimistas – 28%; muito pessimistas – 11%).

Caracterizado o viés entre neutro e crítico quanto ao contexto, interessa analisar as questões que lidam com o consumo informativo que dentro dele se manifesta, de forma a entender os comportamentos e as visões sobre as informações circulantes em torno do covid-19.

## Comunicação em tempos de pandemia

A primeira questão trazida para análise lida com a dimensão prática da informação em fluxo: "Pensando no contexto que estamos vivendo agora da pandemia, quanto você sente que

está informado(a) sobre: a) cronograma de vacinação; b) novas variantes (cepas) do vírus; c) políticas para minimizar os efeitos da pandemia” (CONJUVE, 2021). Para as proposições, as alternativas fechadas de resposta propõem “pouco ou nada informado”; “mais ou menos informado”; “bem-informado”.

No resultado geral, 48% mencionam se sentir mais ou menos informados. Outros 36% admitem estar bem informados e 15%, ‘pouco ou nada. Admitem mais incerteza um pouco mais da metade dos respondentes na primeira faixa etária (15 a 17 anos – 52% mais ou menos), dos residente do meio rural (52% mais ou menos), do Norte (52% mais ou menos) e do Centro-Oeste (51% mais ou menos); já a faixa mais alta de idade (25 a 29 anos – 43% bem-informados), e de moradores do Sudeste (40% bem-informados) sentiam-se mais contemplados com as informações sobre os riscos e formas de prevenção da pandemia.

Ponto relevante a constatar, as mensagens comunicativas de campanha tiveram maior aderência entre os jovens urbanos de 25 a 29 anos, residentes na região Sudeste. Como as campanhas nacionais geralmente emanam de instituições, meios de comunicação e agências de comunicação localizados nesta região, isso pode indicar o viés que se reproduz na sensação de que a mensagem estaria menos próxima da realidade dos jovens em outras regiões do país. É de se notar também a menor incidência de esclarecimento entre os jovens de 15 a 17 anos, cujo percentual maior tende a ser de estudantes, quando as mensagens aparentemente tiveram maior retenção entre os jovens de mais idade, provavelmente com perfil de trabalhadores ou de estudantes de nível superior.

Trata-se de um desafio a ser refletido, pois na sala de situação da *Agenda Jovem Fiocruz* as lideranças jovens foram enfáticas ao indicar que se evitasse o uso de uma personalidade de caráter nacional para produzir uma mensagem única. Enquanto

isso, lhes parecia mais adequado que uma mensagem de caráter nacional – do topo para a base –, se houvesse, fosse conjugada com uma abordagem nos territórios. Ainda nessa possibilidade próxima ao terreno, que os comunicadores dos territórios pudessem se apropriar de todo e qualquer conteúdo de campanha, personalizando-o para o seu segmento social. Por essa razão, a *Agenda Jovem Fiocruz* criou o repositório "Pega a Visão do covid-19"<sup>3</sup> e passou a disponibilizar todas as peças digitais veiculadas na campanha *Jovem que se cuida quer viver*.

A pesquisa também busca identificar os principais canais de comunicação sobre o covid-19: "Quais desses são os três canais que você considera que mais contribuíram para informar a população em geral sobre a pandemia, desde março de 2020?"; e outra questão sobre a desinformação: "Quais desses são os três canais que você considera que mais promoveram a desinformação sobre a pandemia, desde março de 2020?". Para ambas as perguntas, as possibilidades de respostas eram as mesmas:

a) TV; b) Rádio e/ou Podcasts; c) WhatsApp e/ou Telegram; d) YouTube; e) Facebook e/ou Instagram e/ou Twitter; f) Portais de órgãos oficiais (ex: Ministério e Secretarias de Saúde, Fiocruz etc.); g) Portais de notícias (Uol, G1, R7 etc.); h) Anúncios e campanhas na rua; i) Outro". (CONJUVE, 2021)

Tomando a distribuição anteriormente analisada de que o maior segmento dos jovens pesquisados se encontra 'mais ou menos informada' (48%), identifica-se em pergunta feita para o total da amostra que as informações mais qualificadas foram oferecidas por TV (62%), portais de notícias (UOL, G1, R7 etc.)" (49%), Facebook e/ou Instagram e/ou Twitter (35%) e portais de órgãos oficiais (ex: Ministério e Secretarias de Saúde, Fiocruz etc.) (34%). No rol apresentado, destaca-se a baixa confiança nos mensageiros instantâneos, tais como WhatsApp e Telegram, tidos como confiáveis por 13% da amostra, muito

---

<sup>3</sup> Todas as peças de campanha também se encontram no repositório **Pega a Visão do Covid**, na página da *Agenda Jovem Fiocruz* na internet, disponível em <https://portal.fiocruz.br/pega-visao-jovens-e-saude>

atrás de outros canais de mídia. Mirando-se os perfis de maneira analítica, aqui também há poucas variações entre os diferentes recortes demográficos que mereçam ser destacados.

A pesquisa contribui, assim, para fixar um caminho plausível de campanhas nacionais de saúde coordenadas para combate a pandemias. O circuito TV, portais de notícias, plataformas de redes sociais e portais de órgãos oficiais emergem como os mais credíveis entre os jovens de diferentes perfis e regiões do Brasil.

Por outro lado, os canais de veiculação de desinformação que mais chamaram atenção dos jovens respondentes foram *WhatsApp* e/ou *Telegram* (60%), *Facebook* e/ou *Instagram* e/ou *Twitter* (51%), *YouTube* (28%) e anúncios e campanhas na rua (20%). Em posição mais distante, a própria TV (16%) também foi encarada como distribuidora de desinformação sobre o covid-19.

Ao se detalhar os dados de perfil demográfico, uma profusão de situações de consumo e discernimento sobre a desinformação se revelam. Quanto ao *WhatsApp* e/ou *Telegram* enquanto nacionalmente 60% apontam o uso pernicioso dos mensageiros instantâneos, esses índices variam de acordo com faixa etária: 15 a 17 anos – 50%; 25 a 29 anos – 66%; entre residentes no meio rural (43%) e urbano (63%); observando-se também amplas variações entre as diferentes regiões do Brasil: Norte (43%); Nordeste (54%); Sudeste (70%); Sul (66%); Centro-Oeste (53%). O retrato por faixa etária e região indica que tal variabilidade enseja uma ampla gama de questões que devem ser tratadas em reflexões futuras, pois remetem a diferentes formas de adoção desses canais de informação e o quanto se confia nesses instrumentos.

Em segundo lugar, aparecem as plataformas de redes sociais como os principais emissores identificados de desinformação. Esse achado demonstra aquele espaço como o mais controver-

so, uma vez que também é enxergado como o principal emissor de informações qualificadas sobre o covid-19, sendo que para 35% de respondentes é o terceiro meio mais confiável. Assim, no intervalo entre 51% de desconfiança versus 35% de confiança, *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* dividem visões sobre informação e desinformação, com a percepção de polos de desinformação como a perspectiva majoritária. De qualquer forma, como a desinformação se alimenta da ambiguidade perceptiva, cabe interpretar que os 35% que confiam podem ser alvos de mensagens propositalmente elaboradas para que alimentem a confusão e a desconfiança em relação às iniciativas cientificamente embasadas para prevenção e combate ao vírus. E se essa parcela que é enganada com mensagens propositalmente elaboradas para circular se põe a agir, então o alcance da comunicação maliciosa pode acarretar resultados trágicos.

Na separação pelos perfis demográficos, pessoas mais jovens enxergam a desinformação a uma ordem menor do que a faixa mais alta: 15 a 17 anos – 40%; 25 a 29 anos – 57%. Residentes no meio rural são os menos desconfiados com o papel desinformativo das plataformas de relacionamento (36%) enquanto os jovens do Norte (39%), Nordeste (42%) e Centro-Oeste (48%) também tendem a ser menos céticos em relação ao *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. No polo oposto estão os jovens do Sudeste e do Sul, que desconfiam a índices superiores que a média nacional (cada um com 58%). Por conseguinte, tem-se um quadro dos desníveis regionais e etários quanto ao grau de confiança/desconfiança dos aplicativos de redes sociais digitais que devem ser pontos de atenção permanente de comunicadores de saúde pública.

Cabe reforçar, portanto, que campanhas futuras de comunicação em pandemia devem observar como a polarização na sociedade atravessa as plataformas digitais de relacionamentos e se tornam o campo de batalha mais aberto para que versões

infundadas possam se difundir, trazendo mais malefícios do que contribuições para as medidas de saúde pública adequadas ao combate de uma pandemia. Resta entender, também, os efeitos de distribuição de mensagens dentro das redes sociais em cada um desses recortes demográficos, pois é sabido que mensagens de cunho sensacionalista e conspiratório têm mais apelo para circular do que as mensagens institucionais com menos estímulos emocionais.

Esse achado confirma o acerto na escolha da *Agenda Jovem Fiocruz* em basear a sua ação na plataforma *Instagram*, adotando linguagem próxima ao universo jovem, articulando também com a coordenação de comunicação institucional a alavancagem de mensagens direcionadas aos jovens por meio do canal oficial da Fiocruz no *Facebook*, plataforma com a qual a instituição mantém parceria para divulgação de mensagens acreditadas sobre o covid-19<sup>4</sup>. Além das postagens no *Instagram* e audiovisual armazenado publicamente no *YouTube*, a coordenação da *Agenda Jovem Fiocruz* estabelece pedidos recorrentes aos parceiros institucionais (aqueles da sala de situação) para que possam permanentemente gerar engajamento nos conteúdos veiculados pela Fiocruz, fazendo as mensagens se permear nos territórios onde tais entidades desenvolvem seus projetos sociais.

A terceira posição com anúncios e campanhas de rua (20%) como força desinformativa, embora mais distante em termos de incidência nacional, também merece ser observada por comunicadores de saúde pública. Na ausência de dados mais consistentes a analisar, cabe apenas formalizar a curiosidade dos pesquisadores em compreender quais foram exatamente as mensagens territorializadas que circularam no meio social desses respondentes que os levaram a desconfiar do que viam nas ruas. A hipótese de trabalho é que a (equivocada) controvérsia que se criou entre preservar a saúde ou preservar a

---

<sup>4</sup> Página da Agenda Jovem Fiocruz no *Instagram* disponível em: [https://www.instagram.com/agendajovem\\_fiocruz/](https://www.instagram.com/agendajovem_fiocruz/)

economia teve aí nesse espaço da comunicação nas cidades um de seus palcos mais conflitantes<sup>5</sup>. Isso é ressaltado com mais ênfase pelos jovens de 15 a 17 anos (24%).

Por fim, como a TV também aparece como o principal meio de informação qualificada sobre o covid-19 (62%), é pertinente analisar o índice de 16% de percepção da TV como fonte de desinformação sobre a pandemia. Essa opinião é mais recorrente entre o segmento total de homens (19%), com ainda mais desconfiança entre aqueles do Norte (22%) e do Centro-Oeste (20%). É possível que daí se verifique um perfil mais voltado às mensagens negacionistas, demandando de pesquisadores da Comunicação mais pesquisas e análises para caracterizar quem são esses jovens e que perspectivas constroem da realidade que os circunda.

## Considerações finais

A pesquisa do Conjuve e parceiros, em diálogo com os achados da *Agenda Jovem Fiocruz*, revela as diferenças em termos de perspectivas considerando traços de idade, gênero, regiões de residência, aí contempladas as grandes regiões nacionais e se a habitação se dá no meio rural ou urbano. O contexto apresenta variações importantes em sua interpretação a partir desses traços. E o entendimento do papel e confiabilidade dos meios de informação nesse quadro contextual também varia significativamente. Os públicos mais expostos às ações desinformativas foram delineados.

Por uma questão de espaço para o artigo, a análise quanto às variáveis de raça também apresenta dados reveladores, mas os pesquisadores entendem que sua análise demanda um recorte específico, o que pode ser organizado em reflexões futuras, enquanto o objetivo neste espaço era lançar um olhar de campanhas de ampla escala usando os meios de comunicação que tocam o cotidiano dos jovens brasileiros.

---

<sup>5</sup> Por exemplo, entrevista feita pela Agência Pública com a epidemiologista Margareth Dalcolmo, em março de 2020, evidencia a controvérsia: <https://apublica.org/2020/03/isolamento-vertical-se-mostrou-ineficaz-e-arriscado-em-outros-paises-diz-medica-da-fiocruz/>

Em linhas gerais, emerge uma juventude bastante conectada com o assunto da covid-19, observando de maneira crítica que a retomada irá exigir esforços redobrados por parte da juventude. Isso sem desconsiderar que o quadro prévio já apresentava enormes desafios para os jovens de todos os cantos do país, em especial os mais pobres. Campanhas de saúde pública pós-pandemia se colocam como uma necessidade premente em termos de política pública de saúde voltada para os segmentos jovens, considerando que o desafio comunicativo e mobilizador conhece matizes diferentes, quanto mais se segmenta o perfil demográfico.

## Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ABRAMO, H. W.; BRANCO P. P. M. (Org.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO: Helena Abramo (Org.). *Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude*. – Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2014.

BARBOSA, Livia (Org.). *Juventudes e gerações no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BRANDÃO, Elisabeth P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2012.

BORELLI, Sílvia; FREIRE FILHO, João (Orgs). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: Educ, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Sociología y cultura*. Mexico: Grijalbo, 1990.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. *Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003- 2010*. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. Juventudes e a pandemia do coronavírus/Conselho Nacional de Juventude. Brasília, 2021. Disponível em <https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/> Acesso em 05/07/2021

CANCLINI, Néstor G. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CARDOSO, R.; SAMPAIO, H. *Bibliografia sobre a juventude*. São Paulo: EDUSP, 1995.

CARRANO, Paulo C. R. Juventude: as identidades são múltiplas. *Juventude, Educação e Sociedade*, 1, 52-72, 2000.

\_\_\_\_\_. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance". *REVEJA* n. 0, 2007.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*. n.24, p. 40- 52, set/out/nov/dez, 2003.

FEIXA, Carles. *De jóvenes, bandas y tribos: antropología de la juventud*. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen de. *Discurso e constituição de identidades juvenis*. Núcleo de Estudos do Discurso Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso. Porto Alegre, RS: Anais do SITED, setembro de 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.) *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

JENKINS, Henry *et al.* *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Editora Aleph, 2014.

KOTLER, Philip *et al.* *Marketing 4.0: do tradicional ao digital*. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

MOYA, José *et al.* (Org.). *Sala de Situação em Saúde: compartilhando as experiências do Brasil*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, Ministério da Saúde, 2010.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventude es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (Org.). *La juventud es más que una palabra: ensaios sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

MARTIN-BARBERO, Jesus. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Silvia e FREIRE FILHO, João (Org.). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo, Educ, 2008.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação* N°5-6. São Paulo: ANPED, 1997.

REGUILLO, Rossana. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. *Revista Brasileira de Educação*. n.23, mai/ago, 2003. p.103-117

SOBRINHO, André; ABRAMO, Helena W. *A juventude na mira da pandemia* (e o risco de um bode expiatório). Artigo de fundamentação da campanha covid-19 da Agenda Jovem Fiocruz, 2021. (mimeo).

SOBRINHO, André et al. (Org.). *Estado do conhecimento da produção científica da Fiocruz sobre juventude e saúde (2006 a 2016)*. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Cooperação Social/Fiocruz, 2020.

TOALDO, Mariangela M.; JACKS, Nilda. *Juventude? De que juventudes estamos falando?* Artigo de fundamentação da Rede Brasil Conectado, 2013. (mimeo).



# Vida pública





# O direito à saúde no horizonte de preocupações de jovens brasileiros

*André Sobrinho*

**A** pandemia de coronavírus fez com que emergisse uma série de questões que ocupou a atenção dos jovens, refletindo-se no modo como estes se referem ao tema da saúde. É bem provável que parcela expressiva da juventude tenha tomado contato ou prestado maior atenção às dinâmicas de funcionamento da saúde pública e do Sistema Único de Saúde (SUS) pela primeira vez. Desde as recomendações e restrições explícitas de autoridades sanitárias, as mortes massivas ocasionadas pela proliferação do vírus, a saturação das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) nos hospitais vista em tempo real, passando pela visibilidade de profissionais médicos e cientistas alçados a comentaristas nos meios midiáticos, até os processos de produção e aplicação em massa de vacinas ou, ainda, as decisões e movimentações políticas que incidem no fluxo dos serviços públicos, foram todos fatos do dia-a-dia que ilustram a repercussão pública da área da saúde durante a pandemia. Não se deve esquecer a escala da própria experiência pessoal dos jovens, a convivência com a covid-19 e suas consequências nas famílias, nos seus territórios de moradia e na (des)organização de suas vidas cotidianas.

Nesse cenário, parece ter ocorrido uma acentuação no horizonte de preocupações e na percepção da juventude, não apenas relacionadas às suas demandas etárias dirigidas à área da saúde, mas também àquilo que diz respeito ao conjunto da sociedade, portanto, ao bem estar e à saúde da coletividade. Ainda que tenha sido no “susto” de uma emergência sanitária, os/as jovens brasileiros/as estiveram convocados a se pronunciar por diferentes meios. As reflexões que vocalizam podem estar informadas pelas representações correntes das noções polissêmicas de saúde em circulação na sociedade (ALMEIDA-FILHO, 2011), bem como pelo que está acessível de conhecimento em torno do funcionamento da saúde enquanto um setor com seus fluxos de serviços.

É fundamental destacar nas manifestações dos jovens a prevalência da noção de saúde como um direito. Essa reafirmação deve levar em conta a sedimentação com que, no contexto brasileiro, se firmou esse entendimento na esfera pública no percurso das lutas pelo direito à saúde nas últimas três décadas no Brasil. Mesmo que operadores políticos e dos negócios privados da saúde busquem boicotar ou descaracterizar o SUS, seja alterando aspectos da legislação, atacando o seu financiamento e seus trabalhadores, tratando a saúde mais como uma mercadoria do que um bem público, os princípios constitutivos do sistema como universal, equitativo, público e gratuito, estão na base dos diferentes repertórios de atores na sociedade civil e nas institucionalidades políticas que sustentam o direito à saúde como uma luta social no tempo (SOBRINHO, 2022).

Além dessa premissa da saúde como um direito, é possível interpretar as expressões dos jovens a respeito dela tendo em conta também o seu conceito ampliado (AKERMAN; GERMANI, 2020). Ou seja, não se trata apenas do enfoque na doença; trata-se de considerar diferentes aspectos da vida social que exercem fortes impactos nas condições de saúde da juventude.

de antes, durante e depois da pandemia. É assim, por exemplo, com as questões da educação ou do trabalho. É impossível dissociar os desafios que os jovens enfrentam nessas áreas com os temas de saúde mental. Outros exemplos que chamam o conceito ampliado de saúde são os de acesso à renda e de segurança alimentar.

Nos dados da 2ª edição da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* é possível explorar boa parte desses pontos relativos às formas pelas quais a saúde entrou no rol de preocupações dos jovens. A pesquisa oferece possibilidades de análise das mais diversas, como se pode verificar no conjunto de artigos publicados nesta coletânea. Interesse-me particularmente em compreender como a saúde como pauta tem sido problematizada pelos jovens, com especial atenção aos atores juvenis mobilizados em formatos associativos, e o que tais preocupações podem indicar para a construção de agendas às políticas públicas por parte da juventude consultada.

### Perfil dos jovens engajados em agrupamentos associativos

Dos 68.114 jovens respondentes, 43,8 % declaram participar ou já ter participado de organizações não governamentais (ONGs), coletivos, movimentos ou partidos políticos. Embora não seja possível qualificar na pesquisa uma caracterização mais bem definida de cada uma dessas configurações associativas (coletivo de quê? partido de qual orientação ideológica?), o fato de essa participação ser expressiva nesses formatos institucionais pode indicar o interesse que os jovens têm em agregar-se em causas coletivas. Participam de ONGs 36,4%; de coletivo ou grupo juvenil 33,5%; de movimentos sociais 20,6%; de partido político 10,2%; de organização de cunho religioso 6,2% (ver **TABELA 1**).

**TABELA 1****Percentual dos jovens participantes de algum grupo associativo**

Tipos de configurações associativas	% de participação
Religiosos	62%
ONGs	36,4%
Coletivos ou grupos Juvenis	33,5%
Movimentos sociais	20,6%
Partidos políticos	10,2%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021.

A pesquisa indica uma variação intrageracional quanto à faixa etária mais participativa: 15 a 17 anos, 59.4% participam; entre 18 e 24 anos corresponde a 64,6%, e em seguida a de 25 a 29 anos com 59,7% (TABELA 2). Em termos de gênero, dentre as mulheres 60% participam ou participaram, os homens 59%; não binaries, 58%. No quesito raça, pardos e pretos somados têm uma ligeira prevalência no engajamento associativo: 62.2%, frente aos autodeclarados brancos que somam 57% (TABELA 3).

**TABELA 2**

Percentual de jovens que participam de algum grupo associativo por faixa etária

Faixa Etária	% de participação
Entre 15 a 17 anos	59,4%
Entre 18 e 24 anos	64,6 %
Entre 25 e 29 anos	59,7%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021.

**TABELA 3**

Percentual de jovens que participam de algum grupo associativo por gênero e raça

Variáveis	% de participação	
Gênero	Feminino	60%
	Masculino	59%
	Não binaries	58%
Raça	Pardos e Pretos	62,2%
	Brancos	57,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021.

## Sentimentos e percepções sobre a saúde

No bloco de questões que medem os sentimentos dos jovens em relação às suas perspectivas sobre a saúde – chateado ou animado, inseguro ou seguro, esperançoso ou desiludido – há pouca variação entre os que participam de algum tipo associativo e os que não participam. Chama atenção que há um aumento dos percentuais na escala dos sentimentos negativos.

**TABELA 4**

Sentimentos e percepções sobre a saúde entre os jovens que participam e os que não participam de grupos.

Faixas	Variações	Total Nacional	% do Total	Participa de grupo	Não participa de grupo
Total Nacional		<b>68.114</b>	<b>100</b>	-	-
Chateado ou animado com perspectivas de saúde para jovens	Muito chateado	11.944	20%	20%	19%
	Chateado	18.518	31%	31%	32%
	Neutro	19.522	32%	32%	33%
	Animado	6.689	11%	11%	11%
	Muito Animado	3.877	6%	6%	5%
Inseguro ou seguro com perspectivas de saúde para jovens	Muito inseguro	13.775	23%	23%	23%
	Inseguro	18.359	30%	31%	30%
	Neutro	18.190	30%	30%	32%
	Seguro	6.085	10%	10%	9%
	Muito seguro	4.100	7%	6%	6%
Desiludido ou esperançoso com perspectivas de saúde para jovens	Muito desiludido	9.857	16%	17%	17%
	Desiludido	12.484	21%	21%	22%
	Neutro	18.874	31%	31%	34%
	Esperançoso	10.889	18%	18%	17%
	Muito esperançoso	8.322	14%	13%	11%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021.

Os jovens engajados em alguma configuração associativa mantêm um leve otimismo acima dos não engajados quanto à melhoria do sistema público de saúde. Em relação à melhoria da qualidade de vida após a pandemia, nas opções mais otimistas, os jovens que participam mantêm uma média um pouco acima dos que não participam.

**TABELA 5**

**Melhoria do Sistema Público de Saúde entre os jovens que participam e os que não participam de grupos.**

Faixas	Variações	Total Nacional	% do Total	Participa de grupo			Não participa de grupo		
				15 a 17	18 a 24	25 a 29	15 a 17	18 a 24	25 a 29
	Faixas Etárias								
Desiludido ou esperançoso com perspectivas de saúde para jovens	Muito desiludido	9.857	16%	12%	16%	20%	14%	17%	18%
	Desiludido	12.484	21%	16%	21%	23%	18%	22%	26%
	Neutro	18.874	31%	32%	32%	30%	36%	32%	34%
	Esperançoso	10.889	18%	22%	18%	16%	18%	17%	14%
	Muito esperançoso	8.322	14%	17%	13%	11%	14%	11%	9%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021.

Dentre os desiludidos, à medida que avançam as faixas etárias, os jovens vão ficando menos esperançosos. Parece ter sido tão intenso o caráter *sui generis* dos efeitos da pandemia nas incertezas geradas quanto ao futuro, que chegou ao ponto de alterar aquilo que subjaz às motivações para o engajamento associativo: a crença na mudança, na transformação pela ação coletiva. Ou seja, a paralisia e impotência ocasionadas pela situação sanitária, com as restrições aos encontros presenciais, certamente incidiram nos processos mobilizadores e formativos dos grupos associativos.

Judith Butler (2018) observa a importância da presença e da interação dos corpos em atos políticos, na forma como juntos produzem discursos e atos de fala que criam modos de expressão e demonstração das condições precárias em que vivem. Nas dinâmicas de engajamento dos jovens, entendem-se as ações mobilizadoras e formativas como dispositivos que nutrem o sentimento de pertencimento e alimentam as intencionalidades comuns que os unem para o agir.

Uma indagação pertinente que pode ser melhor explorada: os jovens se viram mais impotentes na pandemia frente às suas capacidades de ação coletiva? É possível supor que uma das principais preocupações dos jovens contemporaneamente, a saber, os efeitos da pandemia na saúde mental, tenha também este componente relativo às restrições de encontro e engajamento nas atividades em grupos associativos?

### Prioridades para a saúde

São bastante reveladoras as demandas em saúde mental apresentadas pelos jovens. Esse tema está muito bem discutido nos outros artigos dessa publicação. O atendimento psicológico na saúde pública figura como prioridade para as faixas etárias mais elevadas - 18 a 24 anos (58%); 25 a 29 anos (56%). Para os adolescentes (15 a 17 anos), a prioridade é o atendimento psicológico nas escolas (48%). Algumas inferências podem ser feitas com base em outros dados observados para interpretar essa demanda: é na faixa etária de 18 a 24 anos que ocorrem significativos índices de desemprego (IBGE/PNAD, 2021), onde há um impacto forte da saída do ensino médio para os que conseguem concluir, bem como as indefinições quanto aos rumos a seguir no mundo do trabalho. As dificuldades de permanência na universidade para os que conseguem chegar até lá é outro fator relevante (GANAM; PINEZI,

2021). Quanto à renda, segundo dados do Serviço de Proteção ao Crédito, a faixa dos 18 aos 24 anos também está excessivamente endividada. Há outro recorte importante a ser destacado: tal demanda por atendimento psicológico na saúde pública é maior entre as mulheres e as pessoas negras, notadamente os perfis que mais se engajam em grupos associativos.

A terceira posição na resposta a essa pergunta diz respeito à soberania e segurança alimentar. Apontada prioritariamente pelos jovens que participam de grupos (37%) em ligeira vantagem sobre os que não participam (34%), essa resposta sinaliza a atenção da juventude voltada para uma questão crônica que assola a população mais vulnerável às intempéries da economia no país nesses tempos atuais. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional registra que, durante a pandemia, 55% das famílias brasileiras não têm garantida as principais refeições durante o dia. Dezenove milhões de pessoas, efetivamente, não estão tendo o que comer (REDE PENSSAN, 2022). A menção dos jovens a esse tema vem ao encontro de suas motivações para atos concretos: inúmeras ações de solidariedade com distribuição de itens básicos de alimentação e higiene foram e vêm sendo encampadas por jovens mobilizados em grupos, coletivos, movimentos sociais, grupos de caráter religioso ou de ONGs, especialmente dirigidos a territórios de favelas e periferias.

## O sistema público de saúde

Nas respostas à pergunta sobre quais devem ser as prioridades do país caso fosse governante, a garantia de vacina para covid é a primeira opção (59%), seguida do fortalecimento do SUS (29%). Como se vê, ambas são dirigidas ao campo da saúde. Nessa resposta, não há tanta distinção entre os que participam e os que não participam de algum agrupamento associativo.

A prioridade à vacina e ao SUS está justificada pela necessidade frente ao drama da urgência para salvar vidas e a compreensão de que é o SUS o responsável pela garantia e aplicação da vacina. Valerá observar a inserção dessa demanda por fortalecimento do SUS como pauta sistemática em outros inquéritos junto à juventude, especialmente os que são engajados social e politicamente e que reúnem os recursos materiais e institucionais que podem levar a cabo processos de mobilização e articulação em torno dessa reivindicação.

**TABELA 6**

**Prioridades para a saúde – comparativo entre os jovens que participam e os que não participam de grupos associativos**

Prioridades para lidar com efeitos da pandemia na Saúde	Total Nacional	% do Total	Participa de grupo			Não participa de grupo		
			15 a 17	18 a 24	25 a 29	15 a 17	18 a 24	25 a 29
Atendimento psicológico na saúde pública especializado em jovens	<b>32.466</b>	<b>48%</b>	48%	58%	56%	47%	54%	52%
Acompanhamento psicológico nas escolas	<b>25.126</b>	<b>37%</b>	49%	40%	39%	46%	42%	42%
Ações para garantir alimentação segura para os mais vulneráveis	<b>21.486</b>	<b>32%</b>	27%	37%	43%	27%	35%	38%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021.

**TABELA 7**

Prioridades se fosse governante do país – comparativo entre os jovens que participam e os que não participam de grupos associativos

Prioridades se fossem governantes do país	Total Nacional	% do Total	Participa de grupo	Não participa de grupo
Garantiria vacina de covid-19 para todos	40206	59%	69%	70%
Planejaria ações para fortalecimento do SUS	19637	29%	34%	33%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021.

### Outras prioridades

Chama a atenção que nas perguntas sobre quais devem ser as prioridades nos campos da Educação e do Trabalho, os jovens assim se pronunciam:

**TABELA 8**

Outras prioridades – comparativo entre os jovens que participam e os que não participam de grupos associativos

Prioridades para lidar com efeitos da pandemia na Educação	Total Nacional	% do Total	Participa de grupo	Não participa de grupo
Políticas que priorizem reduzir desigualdades educacionais	20058	29%	37%	31%

Prioridades para lidar com efeitos da pandemia na Educação	Total Nacional	% do Total	Participa de grupo	Não participa de grupo
Garantir ampliação do acesso à internet de qualidade	12587	18%	21%	21%
Fortalecer a presença das tecnologias digitais na educação	8743	13%	13%	16%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021.

Na Educação, o acesso às tecnologias digitais, somado à necessidade de ampliação do acesso à internet, demonstra a urgência com que os jovens manifestam o desejo em conseguir acompanhar a educação remota, seja total ou híbrida. A propalada transformação e modernização dos processos educacionais via recursos digitais, supervalorizada por certos atores dedicados a esse tema como sendo algo inovador e inexorável para a educação de jovens, tem impacto direto na situação de uma ampla parcela da juventude com pouco ou nenhum recurso para garantir a entrada equitativa na educação digital - realidade que se impôs no mínimo constrangedora durante a pandemia.

Salta aos olhos a resposta dos jovens na priorização da necessidade de redução das desigualdades educacionais por meio de políticas públicas. Uma interpretação plausível conecta essas diferentes respostas: não há acesso às tecnologias digitais, como também não há equidade na educação sem políticas públicas. Em segundo lugar, vêm as atividades para recuperação do conteúdo curricular perdido. Abaixo delas, ações específicas compreendidas como estímulo às capacidades individuais, ou seja, ações para que os estudantes retomem seus "projetos de vida" e, em menor escala, metodologias para o "desenvolvimento de habilidades".

No campo do Trabalho, se repete a identificação por parte dos jovens da necessidade de políticas públicas, conforme quadro abaixo:

**TABELA 9**

**Prioridades em relação ao trabalho - comparativo entre os jovens que participam e os que não participam de grupos associativos**

Prioridades para lidar com efeitos da pandemia no Trabalho	Total Nacional	% do Total	Participa de grupo	Não participa de grupo
Estímulos para surgimento de novos trabalhos	17.040	25%	29%	33%
Políticas de renda emergencial para famílias mais vulneráveis	13.900	20%	26%	25%
Políticas para ampliar a inserção de grupos minoritários no mercado de trabalho	12.674	19%	24%	21%
Ampliar oferta de projetos de formação empreendedora e desenvolvimento de competências	11.768	17%	21%	20%
Criação de espaços e redes de apoio para autônomos e empreendedores	10.087	15%	19%	16%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Brasil, 2021.

A principal demanda ser a de estímulo para o surgimento de novos trabalhos, seguida de ações para ampliação de empregos formais e de políticas para ampliar a inserção de grupos minoritários, parece dar um recado sobre as retóricas de flexibilização do mundo do trabalho, cujo corolário é uma associação direta e insidiosa entre as vantagens de uma “visão empreendedora” e a “inovação” característica da juventude.

Uma análise combinada das respostas nos alerta que não se deve desconsiderar o sentido genuíno que os jovens empregam ao empreendedorismo, associando-o à criatividade e ao eventual desejo por prazer e autonomia no que querem produzir para si e para o mundo, sem as amarras de um tipo de gestão do trabalho à maneira da sociedade industrial, algo que pode estar contido na primeira resposta. Contudo, há uma responsabilidade dos agentes políticos, econômicos e midiáticos em “vender” tal solução, que se move, de uma parte, para aplacar as expectativas da inserção cada vez mais complexa dos jovens ao mundo do trabalho e, de outra, para atender as exigências de redução dos custos do trabalho em favor da acumulação do capital (ANTUNES, 2019).

É preciso explicar para a juventude quais as condições de possibilidade que o empreendedorismo oferece à sustentabilidade de suas vidas e à estabilidade econômica em suas trajetórias, ao se dissociar dos direitos básicos de proteção e seguridade social, na forma como essas conquistas se tornaram base dos pactos da conflituosa relação capital versus trabalho, instituídos tardiamente no Brasil e na América Latina, comparativamente a outros países da Europa.

Quais as fronteiras entre a suposta “modernização do trabalho” via empreendedorismo e o retrocesso nos direitos básicos de cidadania? A saúde nessa discussão tem papel relevante: o que os indicadores de saúde podem apontar quanto à fle-

xibilização das relações de trabalho e do empreendedorismo na lógica vigente da sociedade neoliberal? Uma *análise da situação de saúde* como ferramenta epidemiológica pode contribuir para a identificação de quais os limites entre o grau de satisfação da autonomização do trabalho e os impactos da informalidade, intermitência e precarização na saúde física e mental dos jovens trabalhadores.

Em meu entendimento sobre as prioridades apontadas pelos jovens na saúde, na educação e no trabalho, são reveladas nas respostas duas dimensões fundamentais sobre a compreensão deles aos problemas que ganham visibilidade durante a pandemia: o valor da solidariedade e o papel das políticas públicas na redução das desigualdades. Parece-me um recado explícito tanto para a sociedade civil quanto para o Estado. Tais indicativos de prioridades confrontam certa visão estereotipada do senso comum em que “o jovem”, visto por uma ótica homogeneizadora, é autocentrado apenas em suas necessidades individuais.

### Para continuar as reflexões...

Parece-me fundamental aprofundar as demandas contemporâneas que os jovens trazem ao campo da saúde e que foram reveladas durante a pandemia. O que também suscita uma nova questão: como a saúde, enquanto setor que constitui serviços, se relaciona e abre espaço em seus *processos de trabalho* para compreender a condição juvenil contemporânea? Diante dos acúmulos a respeito desta condição juvenil nas duas últimas décadas, é preciso ir além da perspectiva do risco e do enfoque na adolescência, conforme apontam Horta e Sena (2010) em estudo de revisão.

Uma década depois do estudo das referidas autoras, um levantamento da *Agenda Jovem Fiocruz* sobre o estado do conhecimento da produção científica em Juventude e Saúde nos

artigos, teses e dissertações produzidas na Fundação Oswaldo Cruz no período de 2006 e 2016 (SILVA SOBRINHO *et al*, 2020), corrobora a constatação de que nos trabalhos de produção de conhecimento, o enfoque é predominantemente em torno da adolescência, com pouca menção às faixas etárias mais elevadas de 18 a 29 anos, que reflitam os marcos e as diretrizes do Estatuto da Juventude.

Há também outro enfoque a ser aprofundado que diz respeito à sustentação da pauta da saúde no horizonte de preocupações dos jovens. É preciso considerar as mudanças nas dinâmicas organizativas da ação coletiva da juventude na atualidade e a forma como incorporam temas e questões em suas agendas mobilizadoras. Decerto que há muitas variações e modos híbridos nas configurações associativas em que os jovens fazem parte, desde as que são construídas no percurso histórico de uma luta social como as que são forjadas no tempo presente, algo que tem a ver com própria coexistência de distintas gerações na luta política.

Contudo, é preciso uma mirada mais detida no ativismo contemporâneo que parece trazer um componente mais fluido e poroso às situações conjunturais, menos institucionalizado hierarquicamente e mais horizontalizado nos acordos e na definição das prioridades para o agir.

Toma lugar outro tipo de experiência pessoal e coletiva cujas ações localizadas pedem respostas mais rápidas (PLEYERS, 2016). Nesses tipos de engajamento, interrogo mirando o período pós-pandêmico: como a saúde se insere nas agendas? Como uma pauta fortuita dada por uma contingência epidemiológica ou com potencial para seguir como uma bandeira relevante sustentada no tempo por essa geração atual de jovens?

## Referências

AKERMAN, Marco; GERMANI, Ana Claudia C.G. Um clamor pela ampliação do conceito de saúde: capricho acadêmico ou necessidade política? In: *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*. Nº 10, agosto 2020.

ALMEIDA-FILHO, N. *O que é saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz (Coleção Temas em Saúde), 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

BUTLER, Judith *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CONJUVE – CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE, Fundação Roberto Marinho, Rede Conhecimento Social et al. *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*. 2ª edição". (2021). Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/>  
Acesso: 12, mai 22.

GANAM, Eliana A.S; PINEZI, A.K.M. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. In: *Educação em Revista*, nº 37, 2021. pp. 1-17

HORTA, Natália de Cássia, SENA, RR. Abordagem ao adolescente e ao jovem nas políticas de saúde no Brasil: um estudo de revisão. *Physis Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 20, pp. 475-495, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua) - Quarto trimestre de 2021, Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://static.poder360.com.br/2021/08/pnad-continua-abril-a-junho-2021.pdf>  
Acesso: 10, mai 22.

PLEYERS, G. De la subjectivation à l'action. Le cas des jeunes alter-activistes. In: G. Pleyers, & B. Capitaine. *Mouvements sociaux*. Quand le sujet devient acteur Leuven: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2016, pp. 27-47.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. *E-book: II VIGISAN: relatório final*. São Paulo, SP. Fundação Friedrich Ebert, Rede PENSSAN, 2022.

SOBRINHO, A.L.S. *Gerações em Movimento: um olhar sobre as lutas sociais pelo direito à saúde*. 2022. Tese de doutorado em ciências sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (no prelo).

\_\_\_\_\_. et al. *Estado do conhecimento da produção científica da Fiocruz sobre juventude e saúde (2006 a 2016)*. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Cooperação Social/Fiocruz, 2020.



# Por uma agenda jovem e participativa: políticas públicas propostas pelos respondentes da 2ª edição da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*

Marcelo Rasga Moreira

## Introdução

**P**olíticas públicas são intervenções governamentais em problemas sociais que, por envolverem direitos (à vida, saúde, educação, alimentação, moradia...), não podem e/ou não devem ser superados por meio de iniciativas privadas. Constroem, portanto, a relação entre sociedade política e sociedade civil, em especial porque interferem decisivamente na vida das pessoas, sobre as quais incidem suas ações, resultados e impactos.

Neste sentido, representam, também, a redistribuição do fundo público pelos diferentes segmentos e classes sociais, o que, ine-

vitavelmente, instaura uma disputa entre os atores políticos interessados (*stakeholders*). Em situações nas quais os recursos públicos são restritos ou escassos, tal disputa torna-se ainda mais acirrada, o que pode gerar / agravar desigualdades sociais que, per si, colocam em risco a democracia e o direito à vida.

O primeiro desafio desta disputa é o de inscrever os problemas sociais na agenda política dos governos, inserindo-os no processo decisório de cada gestão. As políticas daí surgidas, quando desenvolvidas sob uma perspectiva cíclica, envolvem, modelar e articuladamente, as etapas de formulação, implementação, execução, monitoramento/avaliação que produz evidências que se direcionam à (re)formulação, implementação, execução...

Para que a distribuição do fundo público seja a mais justa possível, fazendo chegar os recursos àqueles(as) que realmente precisam deles para exercer seus direitos, faz-se necessário que estes(as) participem, em igualdade de condições, do processo de produção das agendas políticas e das diferentes etapas do ciclo de políticas acima enunciado.

Esta é a base de uma democracia participativa, que deve ser exercida por meio de instituições que promovam a participação direta dos cidadãos (referendo, plebiscito, iniciativa popular de projeto de lei, ouvidorias setoriais e etc.) e/ou da sociedade civil organizada (conselhos gestores, conferências públicas etc.). No Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até 2015, houve importantes avanços e inovações que fortaleceram essa dimensão participativa. Contudo, desde o golpe de 2016, a democracia nacional vem sendo submetida a fortes ataques. O Decreto Federal nº 9.759, de 2019, que extinguiu centenas de conselhos, preservando, apenas por óbices jurídicos, os que haviam sido criados por meio de Lei, é um dos exemplos mais contundentes (CONFETAM, 2019).

No presente artigo, compreende-se que sendo a democracia um valor em si próprio que precisa ser protegido e aperfeiçoado constante e permanentemente, as instâncias participativas precisam ser múltiplas, diversas e capilarizadas, emergindo, também, da relação pesquisa-sociedade.

Neste contexto, defende-se que a pesquisa social, quando orientada para vocalizar as demandas dos segmentos sociais oprimidos, vulnerabilizados e invisibilizados, é capaz de, ao refletir com rigor metodológico sobre estas, produzir evidências que orientem a formação das agendas políticas e os processos de tomada de decisões governamentais em prol daquelas/es que realmente precisam do retorno dos recursos públicos sob a forma de políticas.

Neste tom, o **objetivo do artigo** é analisar um conjunto específico de falas dos respondentes da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, compreendendo-as como propostas e recomendações de políticas públicas que devem fazer parte da agenda política de municípios, estados e união.

Postula-se, assim, uma agenda política jovem e participativa, produzida com o apoio de uma pesquisa social que, ao refletir e analisar cientificamente as percepções dos jovens sobre seu presente e futuro, vocaliza-as e cobra do poder público as ações necessárias.

Desafiador, tal objetivo pretende superar concepções que almejem o monopólio das recomendações políticas para especialistas/profissionais/gestores, quebrando-o e redistribuindo-o de forma a valorizar os jovens respondentes como protagonistas de suas vidas e das relações sociais.

## Aspectos Metodológicos

O presente artigo situa-se no âmbito da análise de políticas (*policy analysis*), campo do conhecimento que orienta suas pesquisas, reflexões, tecnologias e produtos para o processo decisório das políticas públicas, buscando assim contribuir para a superação dos problemas sociais sobre as quais tais políticas intentam agir (Vaitsman; Ribeiro; Lobato, 2013).

O autor não participou da etapa de formulação da pesquisa, bem como da elaboração e aplicação do instrumento, tendo acesso aos dados depois de produzidos, procedimento típico da pesquisa social que trabalha com grandes bancos de dados, mas que não o isenta de adotar cuidados e reconhecer determinadas limitações.

Neste contexto, a estratégia metodológica que orienta o texto propõe-se a (i) trabalhar as falas dos sujeitos de pesquisa como percepções; (ii) compreender que tais percepções, quando relacionadas a problemas sociais e políticas públicas, podem funcionar como propostas e recomendações aos gestores e tomadores de decisão (MOREIRA *et al.*, 2016) e (iii) analisar estas propostas como expressão legítima das demandas por direitos dos sujeitos de pesquisa, postulando e cobrando sua inserção nas agendas políticas dos governos municipais, estaduais e nacional.

Os objetivos da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* apoiam a opção por tal estratégia:

Produzir novas evidências a partir da percepção de jovens de diferentes regiões e realidades sociais, sobre os efeitos da pandemia em suas vidas e na sociedade para subsidiar políticas e programas para as juventudes;

Fortalecer e consolidar um processo de articulação com as juventudes;

des e criação de mecanismos para ampliar a voz de jovens e seus anseios; e

Pautar e influenciar o debate público e a ação de tomadores de decisão, públicos ou privados, por meio de um processo de diálogo e articulação social. (CONJUVE, 2021)

As falas dos sujeitos da pesquisa foram levantadas entre 22/03/2021 e 16/04/2021 por meio da aplicação de um instrumento online de pesquisa (hospedado na plataforma *Survey-Monkey*) com 77 questões distribuídas entre cinco blocos temáticos: Perfil sociodemográfico (questões identificadas como 'P'), Saúde (S), Educação (E), Trabalho e renda (T) e Vida pública (VP).

Faz-se necessário, então, delimitar os critérios de inclusão das questões no artigo – aquelas em que os conjuntos pergunta-resposta versem sobre problemas sociais ou políticas públicas, destacando a percepção dos respondentes sobre estas – e, também, de exclusão – questões em que apenas as respostas apontem para as políticas públicas, não produzindo o conjunto articulado pergunta-resposta, bem como aquelas em que tais conjuntos não se refiram a problemas sociais ou a políticas públicas.

No instrumento de pesquisa, quatro questões atendem com máximo rigor metodológico tais critérios de inclusão e exclusão, demandando dos respondentes que, numa lista de ações, indicassem as duas que consideravam *prioritárias para instituições públicas e privadas ajudarem jovens a lidar com efeitos da pandemia*: questão 'S9', que continha sete ações; 'E2', com nove ações; 'T11', dez ações; e 'VP1', nove ações.

Embora o conjunto de 35 ações apresentadas por estas questões possa ser plenamente significado como “políticas propostas”, ressalva-se que a opção por fechar o campo de fala dos respondentes reduz suas possibilidades de reflexão, representando uma limitação da pesquisa e do artigo.

Assim, o universo aqui trabalhado será o do conjunto de respondentes da pesquisa (n= 68.114), recortando-se, para fins de análise, suas respostas às quatro questões acima indicadas. (e, portanto, ao conjunto de 35 ações/políticas propostas), que se referem a problemas sociais/políticas públicas no âmbito dos setores saúde, educação, trabalho e renda, e vida pública.

Numa abordagem inicialmente descritiva, os dados levantados serão apresentados para o conjunto de respondentes. Nas situações em que as estratificações por gênero, cor/raça e faixas etárias apresentem resultados que divergem dos gerais, estes serão evidenciados. Quando isto não ocorrer significa que a variação entre os resultados do conjunto de respondentes e de seus estratos é inferior a 10% (para mais ou para menos), situação em que se considerarão os resultados como similares ou, ao menos, com diferenças desprezíveis.

Após este momento descritivo, sobrevém o de análise. Como a pesquisa foi realizada em um contexto de pandemia e suas questões a este se referem, a análise das respostas não será capaz de não se referir a tal situação. Apesar disso, investe-se em possibilidades de compreensão que não apenas reflitam o dia-a-dia pandêmico, mas também o que a este pode extrapolar. Isto não significa um antes, durante e depois da pandemia (até porque não se sabe o tempo e as formas como esta vai perdurar), mas a tentativa de identificar aspectos da realidade que vão além dos efeitos e impactos mais diretamente ligados à pandemia.

### Políticas propostas pelos respondentes da 2ª edição da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*

O **QUADRO 1** elenca 12 políticas públicas propostas pelo conjunto de jovens que responderam à pesquisa. Para sua elaboração foram selecionadas políticas cujo percentual de res-

postas (também entendidas como indicações) representa, no mínimo, 20% dos 68.114 respondentes, o que significa que cada uma foi priorizada por, pelo menos, 13.622 jovens. ma de saúde do país.

A política mais citada é, de longe, 'Vacina para Todos', proposta por 59% dos respondentes, o que representa pouco mais de 39.000 jovens! Esta porcentagem só é menor entre os jovens de 15 a 17 anos, estrato em que a frequência reduz-se para 52%.

Das quatro políticas que aparecem em seguida e que superam o patamar de 30% de indicações, três referem-se à saúde mental, sendo que atendimento psicológico na saúde pública especializado em jovens, a segunda mais prevalente, é priorizada por 48% dos respondentes, ou seja, cerca de 32.000 jovens.

Impressionante constatar que, entre jovens de gênero 'não binário', esta política atinge a 60% de indicações! Por outro lado, entre jovens de gênero masculino e na faixa etária de 15 a 17 anos, as indicações reduzem-se, respectivamente, a 39% e 40%.

Acompanhamento psicológico nas escolas, (37%, terceira mais indicada) e acompanhamento psicossocial para toda comunidade escolar (30%, quinto lugar), promovem a articulação da intersectorialidade da saúde com a educação, concretizando-a na escola.

Entre jovens de gênero não binário e masculino, as indicações para acompanhamento psicológico nas escolas reduzem-se, respectivamente, para 26% e 32%. Ao contrário, ampliam-se para 41% entre aqueles na faixa etária de 15 a 17 anos.

Agregando-se estas políticas a ações para o fortalecimento do SUS, (sexta mais citada, com 29%), contata-se que quase metade das políticas propostas pelos jovens (cinco entre doze) são diretamente direcionadas para o sistema de saúde do país.

## QUADRO 1

Principais políticas públicas (20% ou mais de indicações) propostas pelo conjunto de respondentes da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*. Brasil, 2021.

Políticas Públicas	Respondentes
Vacina para todos	59%
Atendimento psicológico na saúde pública especializado em jovens	48%
Acompanhamento psicológico nas escolas	37%
Ações para garantir alimentação segura para os mais vulneráveis	32%
Acompanhamento psicossocial para toda comunidade escolar	30%
Ações para fortalecimento do SUS	29%
Redução das desigualdades educacionais	29%
Atividades para recuperação de conteúdo curricular	25%
Estímulos para surgimento de novos trabalhos	25%
Renda emergencial para famílias mais vulneráveis	20%
Ampliação de empregos formais	20%
Plano de recuperação econômica	20%

Fonte: Elaboração do autor a partir da análise dos resultados da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*. Brasil, 2021.

Especificamente sobre o fortalecimento do SUS, verifica-se que tal política é mais importante para jovens não binários (36%) e de gênero feminino (32%) e menos para os de gênero masculino (23%).

Alimentação saudável para os mais vulneráveis, a quarta política mais indicada pelos jovens respondentes, completa o rol daquelas que receberam 30% ou mais de indicações, o que significa que, no mínimo, 20.149 jovens priorizaram-nas. Nesta política em específico também há divergências entre alguns estratos, sendo que sua importância aumenta consideravelmente para os jovens não binários (41%) e reduz-se bastante entre os que estão na faixa etária de 15 a 17 anos' (23%).

Fundamental apontar que há quatro políticas no **QUADRO 1** cuja articulação evidencia a importância para os jovens respondentes de políticas que gerem emprego e renda: estímulos para surgimento de novos trabalhos (25%), renda emergencial para famílias mais vulneráveis (20%), ampliação de empregos formais (20%) e plano de recuperação econômica (20%).

Estas quatro políticas têm uma distribuição de respostas bastante similar entre os estratos de respondentes, exceções feitas a plano de recuperação econômica, que apresenta uma priorização baixa entre jovens não binários (13%). Mesma situação que ampliação de empregos formais entre jovens de 15 a 17 anos (15%). Isto significa que, mantido o critério de 20% de indicações, estas políticas não fariam parte do rol de prioridades de seus respectivos estratos.

Por fim, mas não menos importante, destacam-se duas políticas diretamente voltadas para a educação: redução das desigualdades educacionais (29%) e atividades para recuperação de conteúdo curricular (25%). No que se refere a estas políticas, as divergências entre os resultados gerais e os dos

estratos de respondentes são mais intensas, sobretudo em redução das desigualdades educacionais, que ganha ainda mais importância entre jovens não binários (34%) e os que têm entre 25 e 29 anos (34%), ao contrário do que apontam os jovens de cor parda (25%), o estrato que junta pardos+pretos (25%) e os que têm entre 15 e 17 anos' (17%). Inversamente, são estes jovens que têm entre 15 e 17 anos, que produzem a maior divergência no âmbito de atividades para recuperação de conteúdo curricular, que é priorizada por 30% destes respondentes.

O **QUADRO 2** procura aprofundar a reflexão sobre as políticas que comporiam uma agenda jovem e participativa, enfocando as sete que, não estando inseridas no **QUADRO 1**, portanto, com menos de 20% de indicações entre o universo da pesquisa, atingiram mais de 20% de indicações entre um ou mais estratos analisados no presente artigo.

Uma análise do conjunto de políticas apresentado no **QUADRO 2** indica que aquelas que se referem ao mundo do trabalho' recebem destaque, visto que: (i) contam com duas indicações diretamente relacionadas, políticas para inserção de grupos minoritários no mercado de trabalho e novas dinâmicas de trabalho como *home office* e horários flexíveis; (ii) uma que lhe tem caráter intersetorial, ações para que jovens elaborem ou retomem projetos de vida; e (iii) uma que lhes é funcional, garantir ampliação de acesso à internet de qualidade.

Em termos específicos, políticas para inserção de grupos minoritários no mercado de trabalho ganha imediato destaque na análise do **QUADRO 2**, sendo indicada por cinco dos nove estratos de respondentes aqui trabalhados. Perceba-se que esta política foi indicada por 41% de jovens de gênero não binário, o que mostra sua importância para elus.

Ações para que jovens elaborem ou retomem projetos de vida faz-se presente em quatro estratos de respondentes, seja de gênero, cor/raça ou faixas etárias, denotando sua vitalidade entre tais grupos.

Dentre as demais políticas, chama a atenção que uma seja voltada para o setor de ciência e tecnologia, uma para o de esporte e uma para o enfrentamento da pandemia de covid-19. Entre estas, decretar *lockdown* e investimentos em ciência, pesquisa e tecnologia foram priorizadas, respectivamente, por 34% e 20% de jovens de gênero não binário, que se constitui, assim, no segmento mais presente no **QUADRO 2**, indicando quatro políticas.

A política voltada para o setor de esporte foi indicada pelos jovens de gênero masculino, que também aparece no **QUADRO 2** com a indicação de uma segunda política, mas não supera os jovens na faixa etária de 25 a 29 anos, o segundo grupo mais presente, com três políticas. Ao contrário, o estrato formado pelos jovens de 15 a 17 anos foi o único que não priorizou nenhuma das políticas do **QUADRO 2**, o que denota a grande aproximação de suas percepções com as do universo da pesquisa.

Constrói-se, assim, uma agenda formada por 19 políticas (54% das 35 que o instrumento de pesquisa apresentou aos jovens respondentes), sendo que 12 delas foram priorizadas pelo universo da pesquisa e sete refletem as demandas de estratos específicos dos respondentes.

## QUADRO 2

Políticas públicas propostas (20% ou mais de indicações) por segmentos específicos de respondentes da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* e que diferem das principais políticas propostas pelo conjunto de respondentes: distribuição percentual por gênero, faixas etárias e cor/raça. 2021.

	Gênero			Faixas Etárias			Cor/Raça		
	M	F	Não Binário	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Preta	Parda	Preta+Parda
Políticas para inserção de grupos minoritários no mercado de trabalho	-	20%	41%	-	20%	20%	21%	-	-
Ações para que jovens elaborem ou retomem projetos de vida	20%	-	-	-	-	21%	-	20%	20%
Decretar <i>lockdown</i>	-	-	34%	-	-	-	-	-	-
Investimento em Ciência, Pesquisas e Tecnologia	-	-	20%	-	-	-	-	-	-
Maior oferta de atividades esportivas ou de condicionamento físico	23%	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantir ampliação do acesso à internet de qualidade	-	-	-	-	-	20%	-	-	-
Novas dinâmicas de trabalho como <i>home office</i> e horários flexíveis	-	-	25%	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração do autor a partir da análise dos resultados da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus – Brasil, 2021*

## Uma Agenda Política Jovem e Participativa

A agenda que surge da análise das falas dos respondentes da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus* confere destaque máximo às políticas voltadas para o setor saúde, indicando o alinhamento da percepção dos jovens à da sociedade brasileira que, em pesquisas recentes, têm revelado esta mesma preocupação (Senado Federal, 2021).

Se, por um lado, o sofrimento e as mais de 617.000 mortes provocados pela pandemia de covid-19 justificam a preocupação, a compreensão de que o SUS, mesmo com o sucateamento a que vem sendo submetido (CNS, 2021), tem sido essencial para evitar um cenário ainda pior, parece crescer no país, motivando muitas pessoas a bradarem o lema Viva o SUS!, em especial ao se vacinarem e/ou ao tecerem comentários em redes sociais (TV Cultura, 2021).

Não à toa, vacina para todos surge como a política mais citada pelos jovens. Se a esta acrescentar-se, conforme demandado por jovens não binários, decretar *lockdown*, produzir-se-á uma agenda que se opõe à do governo federal, cujo presidente constantemente emite comentários desairosos sobre a vacinação e o isolamento social. Ao contrário, tal agenda alinha-se à de grande parte dos gestores municipais e estaduais, dos Conselhos Nacionais de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde (CONASS e CONASEMS) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Articulada a estas políticas, ações para o fortalecimento do SUS surgem como proposta que reforça a necessidade de investimento dos recursos públicos na garantia de um sistema de saúde universal, integral, com equidade e de qualidade.

Em termos mais específicos, a saúde mental desponta como grande preocupação dos jovens respondentes, presente em três políticas que integram a agenda aqui proposta.

Nos anos 1970, o Movimento da Reforma Psiquiátrica já indicava a necessidade de uma política nacional de saúde mental. Construída no âmbito do SUS, esta política foi fortalecida, em 2011, pela criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), cujo objetivo era estruturar a atenção às pessoas com sofrimento psíquico e com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas. Preconizando um modelo de atenção aberto, territorial e de base comunitária, em detrimento do tratamento asilar, a RAPS articula o cuidado especializado à atenção primária, priorizando a participação dos usuários e seus familiares como protagonistas na construção de projetos terapêuticos singulares (FARIA et al., 2020).

Infelizmente, a Política Nacional de Saúde Mental e a RAPS têm passado por retrocessos e desmantelamento, conforme destacam Assis et al. (2017) que, ao estudarem o período 2003-2016, constataram a predominância de projetos conservadores no âmbito do Legislativo federal, em sua maioria propostos por partidos de direita e que se distanciam da atenção à saúde mental proposta pelo SUS. Após o golpe de 2016, os ocupantes do governo federal implantaram, em 2017, a Nova Política de Saúde Mental, que abriu oportunidades para a volta das instituições de internação, para as comunidades terapêuticas de cunho religioso e para a retomada de procedimentos como eletrochoque. Em 2020, uma série de medidas parecem ampliar o afastamento desta nova política aos princípios da reforma psiquiátrica: revogação do programa de reestruturação da assistência psiquiátrica hospitalar no SUS e das portarias que criaram as equipes de Consultório de Rua; revisão do financiamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e criação de Ambulatórios Gerais de Psiquiatria,

de unidades especializadas em emergência psiquiátrica e de moradias assistidas.

Analisando essa nova política de saúde mental, Paulo Amarante (CEE/FIOCRUZ, 2018), protagonista histórico da reforma psiquiátrica, afirmou que há um retrocesso nas práticas sociais mais avançadas e participativas, o retorno de uma política privatizante e de mercantilização da vida, que toma a saúde e as doenças como mercadorias.

Ainda no âmbito das políticas voltadas para a saúde, aquelas que promovem a intersetorialidade desta com a educação também mereceram destaque por parte dos jovens respondentes, que veem na escola o equipamento público responsável por esta articulação.

Importante, então, apontar que o SUS conta com ao menos dois programas que promovem tal intersetorialidade: (i) Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), criado em 2003 pelos Ministérios da Educação e da Saúde para promover a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, visando à redução de suas vulnerabilidades às doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez não planejada e ao uso de psicoativos, fomentando o protagonismo juvenil na participação da elaboração de políticas públicas e (ii) o Programa Saúde nas Escolas (PSE), criado pelo Ministério da Saúde, em 2007, para contribuir com a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Ambas, ao adotarem como foco a promoção e a prevenção, situam-se no âmbito da atenção primária em saúde – assim como a já citada política de saúde mental –, apoiando seu funcionamento na rede de serviços de saúde que compõe a estratégia de saúde da família.

Mais uma política fortemente recomendada pelos jovens respondentes da pesquisa reforça a necessidade de intersectorialidade: 'ações para garantir alimentação segura para os mais vulneráveis'. Aqui também o setor saúde ganha destaque, uma vez que alimentação segura é um determinante social e conta com ações específicas na Política Nacional de Promoção da Saúde, cujo foco é atenção primária (MALTA et al, 2018).

Neste sentido, a Agenda Jovem e Participante pode, em um sentido mais estrito, dialogar com as políticas de saúde já existentes, (pressupondo-se que não serão extintas), e, em um sentido mais amplo, formular novas políticas e enfrentar os desafios que envolvem a atenção primária em saúde, que precisa, antes de tudo, de financiamento adequado e da decisão dos gestores de priorizá-la.

Outros aspectos de destaque na agenda aqui analisada são as demandas por empregos formais adaptados à nova realidade produzida pela pandemia; por renda emergencial para os mais vulneráveis; e por uma política que recupere a economia do país.

Também neste âmbito, há um enfrentamento entre projetos políticos distintos em busca do fundo público. Políticas que preconizam a redução do investimento público no desenvolvimento do país, a privatização de estatais, a radicalização do livre mercado e a redução das leis trabalhistas e dos direitos previdenciários têm sido, desde 2016, implementadas.

A extinção do Programa Bolsa-Família, o fim da política de reajuste real do salário mínimo e as reformas trabalhista, previdenciária, tributária e administrativa são exemplos que concretizam tais políticas. Impossível desconsiderar que os problemas sociais vividos pelos jovens respondentes e seus familiares no âmbito do mundo do trabalho não tenham sido influenciados por essas ações. Uma Agenda Jovem e Participativa também precisará se posicionar diante desta situação.

Há, ainda muitos aspectos da agenda que poderiam ser discutidos e analisados. Porém, até por falta de espaço, faz-se necessário concluir o artigo. Desta forma, estimula-se que leitores/as, pesquisadores/as e demais interessados/as nos assuntos aqui discutidos avancem nessas reflexões, aperfeiçoando o que começou a ser trabalhado. Sintetize-se, então, o que no presente texto, de mais importante conseguiu-se analisar.

### Saúde, Trabalho e Renda!

Estes são os focos da Agenda Jovem e Participativa proposta pelos respondentes da pesquisa *Juventudes e a Pandemia de Coronavírus*

Desdobrando-os, chega-se à priorização de políticas de: (i) saúde mental; (ii) imunização contra o coronavírus; (iii) alimentação segura; (iv) redução das desigualdades educacionais; (v) geração de empregos formais e (vi) renda mínima.

Tais políticas devem ser ambientadas no fortalecimento do SUS, em especial, da atenção primária à saúde; na intersetorialidade; e em um plano de recuperação econômica que leve em conta as novas dinâmicas do mundo do trabalho.

Para concluir: é importante compreender que a agenda política nacional vive, hoje, a mais acirrada disputa por hegemonia das últimas duas décadas. Esta disputa, nos últimos anos, tem sido vencida por grupos à direita do espectro político, que defendem medidas conservadoras no âmbito dos costumes e da cultura, redutoras do investimento e do papel do estado nas áreas sociais e economicamente privatistas.

Inevitavelmente, as políticas propostas pelos jovens respondentes serão inseridas nestas disputas pelo fundo público, o que vai demandar-lhes uma grande mobilização, sobretudo, para identificar os posicionamentos que efetivamente representem suas

demandas e aqueles que podem agravar os problemas sociais que vivenciam. Nesse processo, precisarão contar com o apoio de todos os que defendem o investimento dos recursos públicos na promoção e garantia dos direitos humanos.

Reforçando o proposto neste texto, as instituições de pesquisa social devem assumir papel de vanguarda neste apoio, multiplicando estudos e, sobretudo, promovendo a discussão dos resultados das pesquisas com os jovens que dela participaram (e com os que não participaram!), medida fundamental para articular pesquisa e formação cidadã, conforme defendido por Paulo Freire (2004):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...] Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

## Referências Bibliográficas

ASSIS, Daniel A. dolpho Daltin; SILVA, Alyne Alvarez; TORRES, Ticiania. Políticas de saúde mental, álcool e outras drogas e de criança e adolescente no Legislativo. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 255-272, mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711221>

Disponível em:

[http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042017000100255&lng=pt&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000100255&lng=pt&nrm=iso)

Acesso em: 17 dez. 2021.

CEE/FIOCRUZ - Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ. CARVALHO, Antônio Ivo de. *Paulo Amarante: Nova Política Nacional de Saúde mental é 'retorno à política de mercantilização da vida'*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ, 2018.1 vídeo (9'55"). Disponível em:

<https://cee.fiocruz.br/?q=Nova-Politica-Nacional-de-Saude-mental-e-retorno-a-politica-de-mercantilizacao-da-vida> e

<https://youtu.be/C58oTUjaJ3s>

Acesso em: 19 dez. 2021.

CNS – CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. “Tragédia humanitária”, diz Pigatto em debate sobre sucateamento do SUS em meio à pandemia de Covid-19. In: *Confederação Nacional de Saúde*. [Brasília], 14 set 21. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2023-tragedia-humanitaria-diz-pigatto-em-debate-sobre-sucateamento-do-sus-em-meio-a-pandemia-de-covid-19>

Acesso em: 18 dez 21.

CONFETAM – CONFEDERAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL. Decreto de Bolsonaro extingue conselhos de participação e controle social. In: CONFETAM. São Paulo, 12 abr. 2019. Disponível em:

<http://www.confetam.com.br/noticias/decreto-de-bolsonaro-extingue-conselhos-de-participacao-e-controle-social-7d41/>

Acesso em: 18 dez. 2021.

FARIA, Paula de Fátima Oliveira; FERIGATO, Sabrina Helena; LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira. O apoio matricial na rede de atenção às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, São Carlos, v. 28, n. 3, p. 931-949, set. 2020. Disponível em [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2526-89102020000300931&lng=pt&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102020000300931&lng=pt&nrm=iso)

Acessos em 19 dez. 2021 Epub 09-Out-2020. DOI:

<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1987>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MALTA, Deborah Carvalho, et al. O SUS e a Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectiva resultados, avanços e desafios em tempos de crise. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2018, v. 23, n. 6, pp. 1799-1809. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04782018>

Acesso: 18 dez. 2021.

MOREIRA, Marcelo Rasga et al. Agendas democráticas para o século XXI: percepções dos(as) brasileiros(as) sobre descriminalização e legalização da maconha. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. spe, p. 163-175, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042016s14>

Disponível em

[http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042016000500163&lng=pt&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500163&lng=pt&nrm=iso)

Acesso em: 18 dez. 2021.

PINCER, Pedro. DataSenado aponta que saúde é a principal preocupação do brasileiro. In: *Senado Federal*. Brasília, 23 fev. 2021. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/02/datasenado-aponta-que-saude-e-a-principal-preocupacao-do-brasileiro>

Acesso em: 18 dez. 2021.

TV CULTURA – RODA VIVA. *Djamila Ribeiro recebe vacina contra Covid-19: "Viva o SUS, Viva a Ciência!"*. In: Portal UOL. São Paulo, 18 jul 21. Disponível em: [https://cultura.uol.com.br/entretenimento/noticias/2021/07/08/1356\\_djamila-ribeiro-recebe-vacina-contracovid-19-viva-o-sus-viva-a-ciencia.html](https://cultura.uol.com.br/entretenimento/noticias/2021/07/08/1356_djamila-ribeiro-recebe-vacina-contracovid-19-viva-o-sus-viva-a-ciencia.html)  
Acesso em 18 dez 21.

VAITSMAN, Jeni; RIBEIRO, José Mendes; LOBATO, Lenaura. Policy analysis in Brasil: the state of the art. In: VAITSMAN, Jeni; RIBEIRO, José Mendes; LOBATO, Lenaura (org). *Policy Analysis in Brazil*. Bristol: Great Britain: Policy Press. University of Bristol, 2013. pp 1-12



# Siglas e acrônimos



**ABRASCO**

Associação Brasileira de Saúde Coletiva

**APA**

Atenção Primária Ambiental

**ARPEN**

Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais

**CDD**

Cidade de Deus

**CEE/FIOCRUZ**

Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz

**CNS**

Conselho Nacional de Saúde

**CONASEMS**

Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

**CONASS**

Conselho Nacional dos Secretários de Saúde

**CONFETAM**

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal

**CONJUVE**

Conselho Nacional da Juventude

**COVID**

*Coronavirus Disease*

**CTI**

Centro de Terapia Intensiva

**EJA**

Educação de Jovens e Adultos

**ENEM**

Exame Nacional do Ensino Médio

**EPI**

Equipamento de Proteção Individual

**EPSJV**

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

**FGTS**

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

**FGV**

Fundação Getúlio Vargas

**IBGE**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IC**

Intervalo de confiança

**ILO**

*International Labour Organization*

**IRR**

Razão de Taxa de Incidência

**LCA&J**

Linha de Cuidado para a Saúde na Adolescência e Juventude para o Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo

**LGBTQIAP+**

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros, *Queer*, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero

**NB**

Não binários

**ODS**

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**OMS**

Organização Mundial da Saúde

**ONGs**

Organizações não governamentais

**OR**

Razão de Chance

**PENSSAN**

Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

**PNAD**

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

**PNADC**

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

**PNAISAJ**

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens

**PNPS**

Política Nacional de Promoção da Saúde

**PSE**

Programa Saúde nas Escolas

**RAPS**

Rede de Atenção Psicossocial

**SARS-CoV-2**

Síndrome respiratória aguda grave 2

**SE**

Semana epidemiológica

**SECOM**

Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República

**SPE**

Saúde e Prevenção nas Escolas

**SUS**

Sistema Único de Saúde

**UNESCO**

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNICEF**

Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

**UOL**

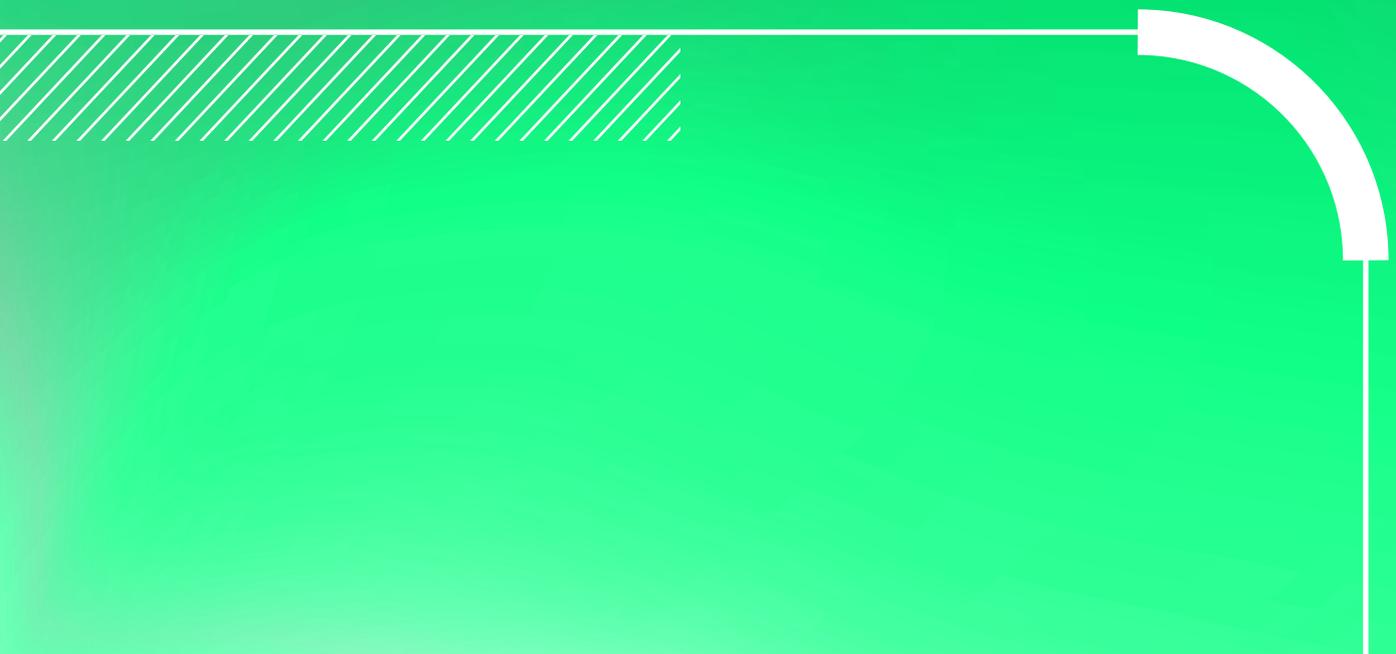
Universo Online

**UTI**

Unidade de Tratamento Intensivo



# **Autores e autoras**





## **Autores**

### ***Alexandro Rodrigues Pinto***

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, graduado em Odontologia, com Pós-graduação em Saúde Coletiva e Mestrado em Farmacologia Clínica pela Universidade Federal do Ceará. Servidor público com experiência consolidada na área de avaliação de políticas sociais. Nos últimos anos tem se dedicado aos temas da educação em saúde, ciência aberta e gestão da ciência e tecnologia, em especial na área de saúde.

### ***Anderson Ortiz***

Doutor e Mestre em Comunicação Social na área de Tecnologias de Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense no curso de Publicidade e Propaganda. Leciona na graduação de Relações Públicas das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha). Em 2021 foi consultor da Agenda Jovem Fiocruz.

### ***André Sobrinho***

Sociólogo, Mestre em Educação (UFF - Niterói/RJ) e Doutorando em Ciências Sociais (PUC Rio). Tem experiência em pesquisas, consultorias, gestão de projetos e ações educativas com organizações da sociedade civil, cooperação internacional e instituições públicas nos temas: juventude e políticas públicas; gerações, movimentos sociais e saúde. É Tecnologista em Saúde Pública na Fundação Oswaldo Cruz, onde coordena a Agenda Jovem Fiocruz.

### ***Beatriz Schmidt***

Psicóloga, Especialista em Saúde da Família e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Dou-

ra pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Doutorado em Psicologia, realizado no Núcleo de Infância e Família (NUDIF) da UFRGS. Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

***Bernardo Melo***

Doutorando em Saúde Coletiva pela Fiocruz. Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e especialização em Saúde Mental pela PUC-MG. Conselheiro estadual e coordenador do setor Psicossocial da Cruz Vermelha Brasileira - Filial Minas Gerais; pesquisador do Núcleo de Saúde Mental e Atenção Psicossocial em Desastres Emergências em Saúde Pública (Nusmaps) da Fiocruz.

***Bianca Borges da Silva Leandro***

Sanitarista. Bacharela em Saúde Coletiva pela UFRJ. Mestre em Saúde Pública, com ênfase em vigilância em saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. É Tecnologista em Saúde Pública na Fiocruz, atuando no Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde da EPSJV/Fiocruz.

***Carlos Machado de Freitas***

Historiador pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Engenharia de Produção pela UFRJ e Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz. Pós-doutorado pelo Programa de Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo. É pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Atualmente, coordena o Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde e o Observatório Covid-19 Fiocruz.

***Carolyne Cesar Lima***

Médica psiquiatra, Especialização em Psiquiatria da Infância e Adolescência pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Mestre em Ciências da Saúde Global

pela Universidade de Gent. Pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde da Fiocruz e pesquisadora do Núcleo de Saúde Mental e Atenção Psicossocial em Desastres da Fiocruz Brasília.

### ***Cristiane Batista Andrade***

Doutora em Educação com Pós-doutorado em Enfermagem pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora Titular em Saúde Pública na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Departamento de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli (Claves). Professora do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fiocruz.

### ***Cristiane Martins***

Graduada em Serviço Social. Graduanda em Sociologia. Coordenadora de Campo do Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos em parceria com a *Tufts University*, Membro do Conselho Editorial da Revista *África e Africanidades*, membro do IDF - Instituto Desce Favela e Ativista Social.

### ***Daniel de Souza Campos***

Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Escola Politécnica de Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJ-FIOCRUZ) e professor substituto da Escola de Serviço Social da UFRJ.

### ***Debora Noal***

Psicóloga, Pós-doutora em Saúde Pública (ENSP-Fiocruz), Doutora e Mestre em Processos do Desenvolvimento Humano e Saúde (Universidade de Brasília), com Doutorado Sanduíche na *Division of Social and Transcultural Psychiatry (McGill University, Canadá)*. Coordenadora do Núcleo de Saúde Mental e Atenção Psicossocial em Desastres e Emergências em Saúde Pública (FIOCRUZ).

### ***Edinilsa Ramos de Souza***

Psicóloga pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre e Doutora pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. Pesquisadora do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves). Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da ENSP/FIOCRUZ.

### ***Fábio Araújo***

Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre e Doutor em Sociologia pela UFRJ. Pesquisador da Coordenação de Cooperação Social da Presidência da Fiocruz e Coordenador da Revista Radar. Seu interesse em pesquisa inclui temas como desaparecimento de pessoas, familiares de vítimas de violência, ação coletiva, favela, cidade, polícia, direitos humanos, prisões/ questão carcerária.

### ***Fernanda Serpeloni***

Psicóloga. Doutorado em Psicologia Clínica e Neurociências pela Universidade de Konstanz (Alemanha) e Mestrado em Psicologia Clínica (PUC-SP). Realizou Pós-Doutorado em saúde pública e em saúde da criança e da mulher (ENSP-IFF/Fiocruz). Atualmente atua como pesquisadora em violência e saúde (Claves/Fiocruz).

### ***Helena Wendel Abramo***

Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Participa de pesquisas e estudos sobre jovens desde a década de 1990. Socióloga efetiva na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo desde 1991, atuou em outras instituições públicas, colaborando para a formulação, gestão e avaliação de políticas públicas para jovens; entre 2011 e 2016, compôs o quadro da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República.

### ***Jacob Portela***

Sociólogo. Analista de Gestão em Saúde na Assessoria de Gestão Social do Laboratório Farmacêutico Federal Farmanguinhos/Fiocruz. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro consultor do Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos. Atua na gestão de projetos sociais na Cidade de Deus.

### ***Isadora Vida Mefano***

Geógrafa. Sanitarista. Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), é doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ). Pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes/Fiocruz), e do Observatório Covid-19 da Fiocruz.

### ***Joviana Avanci***

Psicóloga, Doutora em Saúde da Mulher e da Criança (Fundação Oswaldo Cruz/Instituto Fernandes Figueira - IFF/*Cambridge University*), Mestrado em Saúde da Mulher e da Criança pelo IFF/Fiocruz. Pesquisadora do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli/Fundação Oswaldo Cruz. Tem se dedicado à investigação da violência, principalmente o seu impacto na saúde mental de crianças e adolescentes.

### ***Kathie Njaine***

Doutora em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Mestre em Ciências da Informação pela UFRJ. Pesquisadora titular do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli, da ENSP/ Fiocruz. Atua na área de ensino e pesquisa em saúde coletiva, principalmente nos temas: violência e juventude, informação e comunicação sobre violência, violência de gênero, violência e escola, e prevenção da violência.

### **Liana Pinto**

Graduação em Nutrição pela Universidade Federal Fluminense, Mestrado e Doutorado em Engenharia Biomédica pela UFRJ. Pós-Doutorado no *Gender Violence and Health Centre da London Scholl of Hygiene and Tropical Medicine (UK)*. Pesquisadora em Saúde Pública do Departamento de Violência e Saúde Jorge Careli da Escola Nacional de Saúde Pública/ Fiocruz.

### **Luciana Sepúlveda Köptcke**

Doutora em Museologia pelo - *Muséum National d'histoire naturelle de Paris* (1998), e *Fellow* no *Smithsonian Science Education Center/Smithsonian Instit.* Pesquisadora em saúde pública da Fundação Oswaldo Cruz, desenvolve pesquisas sobre popularização da ciência; parcerias educativas e arranjos intersetoriais relacionando saúde, cultura e educação. Realiza atividades de extensão voltadas para jovens, educadores e atores do terceiro setor.

### **Marcelo Rasga Moreira**

Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Pesquisador Titular do Departamento de Ciências Sociais da ENSP/Fiocruz. Coordena pesquisas sobre análise comparada de políticas e sistemas de saúde e proteção social, democracia, participação e controle social. Compõe a equipe que coordena o Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Políticas Públicas da ENSP.

### **Marcia Rodrigues Lisboa**

Doutora em Informação e Comunicação em Saúde (ICICT/Fiocruz), Mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ) e graduada em Comunicação – Jornalismo (UFF). É pesquisadora do Laboratório de Comunicação e Saúde (ICICT/Fiocruz) e participa da coordenação da pesquisa *Covid-19 nas mídias: em quem confiar? Narrativas, atores e polêmicas sobre a pandemia*, desenvolvida na Fiocruz. Integra a Agenda Jovem Fiocruz desde a sua formação.

### **Marcio Calil**

Doutorando em Informação e Comunicação em Saúde (ICICT/Fiocruz), Mestre em Comunicação e Territorialidades (Ufes) e graduado em Odontologia e Comunicação Social. É servidor público do Instituto Federal do Espírito Santo, no cargo de redator. Integra a equipe da pesquisa *Covid-19 nas mídias: em quem confiar? Narrativas, atores e polêmicas sobre a pandemia*, desenvolvida na Fiocruz.

### **Marcos Nascimento**

Psicólogo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador da Fiocruz, é docente no Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Nacional de Saúde da Criança, da Mulher e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz.

### **Marcus Barão**

Presidente do Conselho Nacional da Juventude, coordenador do Atlas das Juventudes e do Juventudes do Agora. Consultor para a temática de políticas públicas de juventudes. Foi Presidente do Fórum da Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Conselheiro do Organismo Internacional de Juventude para a IberoAmerica. Em 2021 foi nomeado Embaixador Global da Ubuntu United Nations.

### **Maria Regina Araújo de Vasconcelos Padrão**

Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UNB) e Especialização em Educação e Promoção da Saúde. Atualmente, integra a Assessoria Pedagógica da Escola de Governo Fiocruz Brasília. Participa de projetos de pesquisa com foco nas parcerias educativas e nas ações intersetoriais relacionadas a saúde, cultura e educação.

### ***Marisa Villi***

Mestre em Mudança Social e Participação Política, cientista social e bacharel em Letras. Cofundadora e, atualmente, diretora executiva da Rede Conhecimento Social. Cofundadora do coletivo Delibera Brasil. Atua há mais de 15 anos em projetos de intersecção entre pesquisas sociais e participação social, integrando o Colaboratório de Desenvolvimento e Participação da USP (Co:Lab-USP).

### ***Raphael Mendonça Guimarães***

Enfermeiro. Sanitarista. Especializações em Saúde Pública, em enfermagem em saúde pública, em saúde do trabalhador e ecologia humana e em saúde da família. MBA em Gestão em Saúde. Mestre e Doutor em Saúde Pública. Doutor em Demografia. Pesquisador em Saúde Pública do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e membro afiliado do Observatório Covid-19 da Fiocruz.

### ***Roberta Matos Nunes***

Graduada em Relações Públicas pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA). Nos últimos anos tem se dedicado a temas de comunicação; saúde e juventude pela Cooperação Social da Presidência e, atualmente, na Agenda Jovem Fiocruz. Graduada em educação física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tem Pós-graduação em Psicomotricidade.

### ***Silvana Maria Bitencourt***

Doutora em Sociologia Política pela UFSC e Pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires (UBA), na Argentina. Professora Associada II do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMT.

## Jovens pesquisadores da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*:

### **Emilly Carvalho Espildora (São José dos Campos – SP)**

Bacharel em Gestão de Políticas Públicas, pesquisadora no Colab-USP e na Rede Conhecimento Social.

### **Alice França Bezerra (São Sebastião do Umbuzeiro - PB).**

Estudante de Serviço Social, Articuladora Municipal do Selo Unicef.

### **Vitor Lauro Zanelatto (Atalanta – SC)**

Estudante de Ciências Biológicas na UFSC, colaborador da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida. Youth Fellow Ashoka. TEDx Speaker.

### **Thais Duarte (Mossoró – RN)**

Estudante de licenciatura em Educação do Campo pela UFERSA. Foi conselheira representante de direitos humanos, construiu o coletivo de Bairro Ousadia Juvenil.

### **Laís Duanne (Paulista – PE)**

Engenheira de Produção pela UFPE. Atua em organizações como Educação Livre, Global Sharpers, Enactus e TETO.

### **João Guilherme Medeiros Leite (Cuiabá – MT)**

Estudante de odontologia e militante da pauta de educação e saúde.

### **Mariana Gomes de Lima (Campo Grande – MS)**

Estudante de Jornalismo. Foi conselheira jovem de educação do Porvir e alumni da Latin American Leadership Academy.

### **Caio Henrique (Recife – PE)**

Estudante de Licenciatura em Física na UFPE, professor voluntário em projetos de extensão e bolsista de monitoria no Colégio de Aplicação-UFPE.

APÊNDICE

# JUVENTUDES E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

2ª EDIÇÃO



# Sumário

<b>354</b>	APRESENTAÇÃO	.....
<b>355</b>	SAÚDE	.....
<b>363</b>	TRABALHO E RENDA	.....
<b>372</b>	EDUCAÇÃO	.....
<b>381</b>	VIDA PÚBLICA	





## Apresentação

**N**esta seção, apresentamos os principais resultados da 2ª edição da pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, com as mais de 68 mil respostas de jovens de 15 a 29 anos de todos os estados brasileiros, cujo perfil está descrito no artigo *A pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*, de Marisa de Castro Villi e Marcus Barão.

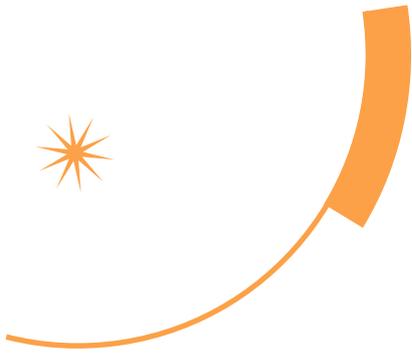
Os dados selecionados e compilados nos gráficos apresentados neste apêndice foram o referencial inicial para que autores e autoras aqui reunidos propusessem aprofundamentos e produzissem as análises apresentadas ao longo desta publicação.

Os resultados mostrados nos gráficos das páginas que seguem são relativos à totalidade de respostas da pesquisa; as tabelas que os acompanham trazem os dados especificados por faixas de idade (15 a 17 anos, 18 a 24 anos, 25 a 29 anos), nas áreas da Saúde, Trabalho e renda, Educação e Vida pública.

---

Todos os gráficos deste documento são oriundos da pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus – 2ª Edição*. Disponível em:

[https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2\\_Relatorio\\_Nacional\\_20210702.pdf](https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf)



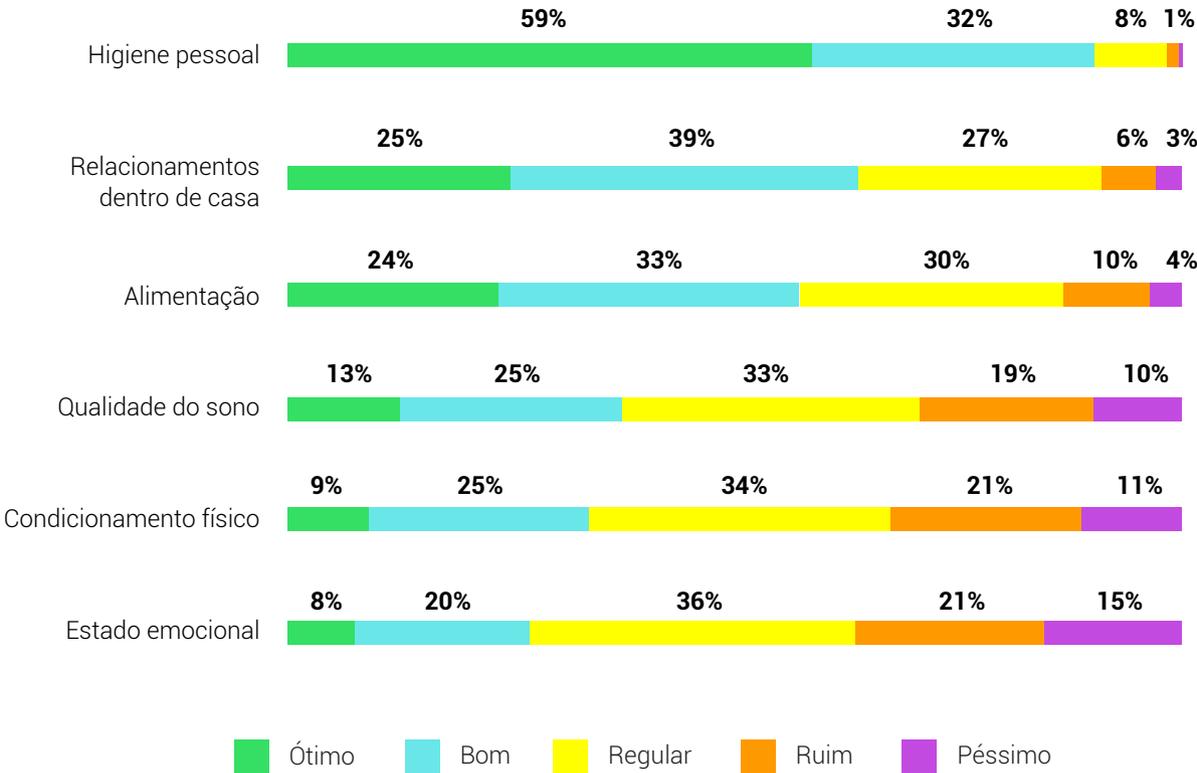
# Saúde



S1

Pensando neste momento da pandemia, como você avalia esses aspectos da sua vida?

Base total de respondentes: 68.114



S5

Você passou ou vem passando por alguma dessas situações como resultado direto ou indireto da pandemia?

Base total de respondentes: 68.114

		15 a 17	18 a 24	25 a 29
Ansiedade	<b>61%</b>	54%	62%	65%
Uso exagerado de redes sociais	<b>56%</b>	56%	57%	54%
Exaustão e/ou cansaço constante	<b>51%</b>	48%	52%	52%
Insônia	<b>40%</b>	38%	40%	41%
Ganho ou perda exagerado de peso	<b>35%</b>	30%	35%	38%
Brigas frequentes dentro de casa	<b>21%</b>	24%	22%	18%
Depressão	<b>17%</b>	13%	17%	20%
Aumento do consumo de álcool, cigarro ou outras drogas	<b>10%</b>	4%	10%	14%
Automutilação e/ou pensamento suicida	<b>9%</b>	12%	9%	8%
Nenhuma dessas situações	<b>7%</b>	9%	7%	6%
Outra	<b>2%</b>	2%	2%	3%

S8

## Durante a pandemia, quais dessas atividades você fez?

Base total de respondentes: 68.114

		15 a 17	18 a 24	25 a 29
Fiz alguma atividade física	 <b>51%</b>	51%	51%	51%
Fiz pelo menos uma consulta médica de rotina	 <b>31%</b>	22%	30%	37%
Fiz pelo menos uma consulta odontológica	 <b>28%</b>	29%	29%	28%
Fiz terapia ocupacional	 <b>16%</b>	14%	17%	14%
Atualizei outras vacinas	 <b>10%</b>	10%	10%	11%
Comecei a fazer psicoterapia	 <b>9%</b>	5%	9%	13%
Fiz pelo menos um tratamento estético	 <b>8%</b>	6%	9%	9%
Contratei um plano de saúde	 <b>4%</b>	2%	4%	5%
Contratei um seguro de vida	 <b>1%</b>	0%	1%	2%
Outras atividades	 <b>17%</b>	20%	17%	15%
Nenhuma dessas atividades	 <b>14%</b>	15%	14%	13%

## S2

## Pensando nesses lugares, com quais dessas pessoas você costuma usar máscara?

Base total de respondentes: 68.114

	Casa	Festas	Praças ou parques
Nunca uso máscara	36%	3%	3%
Com pessoas que não conheço	40%	11%	21%
Com pessoas conhecidas, mas que não sei como têm se cuidado	31%	8%	17%
Com pessoas em quem confio e sei que têm se cuidado	13%	6%	13%
Até quando estou só	5%	7%	30%
Não frequento desde o início da pandemia	3%	68%	39%

## S3

## E pensando nesses outros lugares, em quais dessas situações você tem usado máscara?

Base total de respondentes: 61.169

	Mercados e farmácias	Transporte público	Rua
Nunca uso máscara	1%	1%	3%
Quando tem pessoas perto de mim	4%	4%	15%
Quando tem qualquer pessoa, mesmo que esteja longe	6%	6%	12%
O tempo todo, mesmo sem ver pessoas perto	86%	86%	67%
Não se aplica/ Não frequento desde o início da pandemia	3%	3%	2%

S7

Quando estiver disponível para a sua faixa de idade, você pretende tomar a vacina contra covid-19?

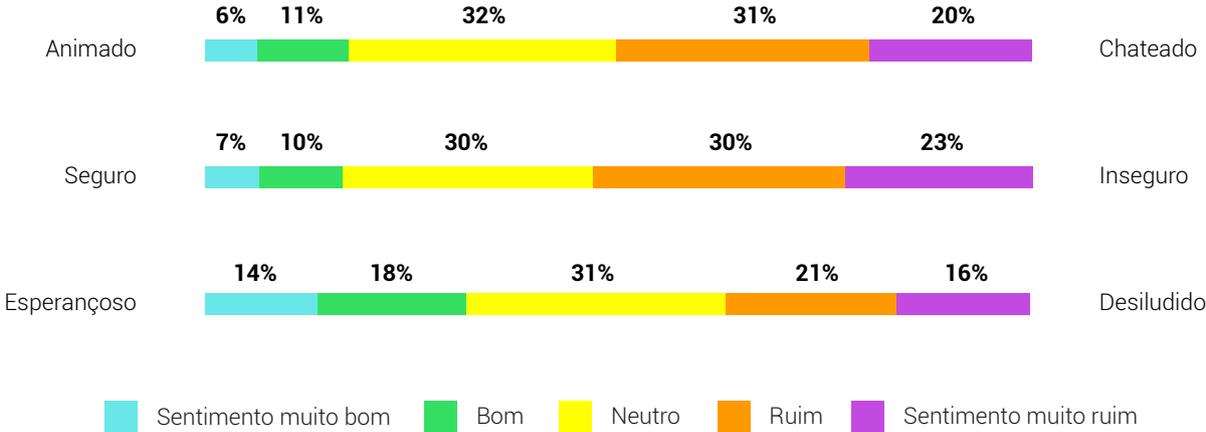
Base total de respondentes: 61.169

		15 a 17	18 a 24	25 a 29
<b>Querem tomar vacina</b> <b>82%</b>	Sim, e tanto faz qual das vacinas <b>59%</b>	50%	60%	65%
	Sim, tomarei qualquer uma, mesmo tendo preferência por uma vacina específica <b>22%</b>	21%	23%	23%
<b>Estão indecisos</b> <b>14%</b>	Talvez, depende de qual vacina estiver disponível <b>8%</b>	13%	9%	5%
	Não sei <b>6%</b>	9%	5%	4%
<b>Não querem tomar vacina</b> <b>4%</b>	Não, pois não confio nos fabricantes ou tenho medo dos seus efeitos <b>3%</b>	5%	3%	2%
	Não, pois não tomo vacina nenhuma <b>1%</b>	1%	1%	1%
	Não, pois já fiz outro tratamento <b>0,2%</b>	0%	0%	0%
	Não, pois já peguei <b>0,4%</b>	1%	0%	0%

S6

Marque na barra o lugar que mostra como você tem se sentido sobre as perspectivas para a saúde de jovens:

Base total de respondentes: 61.169

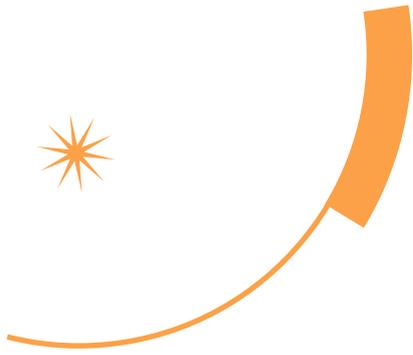


S9

Pensando no futuro na área de saúde, quais são as duas ações prioritárias para instituições públicas e privadas ajudarem jovens a lidar com efeitos da pandemia?

Base total de respondentes: 68.114

		15 a 17	18 a 24	25 a 29
Atendimento psicológico na saúde pública especializado em jovens	<b>48%</b>	40%	50%	48%
Acompanhamento psicológico nas escolas	<b>37%</b>	41%	36%	36%
Ações para garantir alimentação segura para os mais vulneráveis	<b>32%</b>	23%	32%	37%
Maior oferta de atividades esportivas ou de condicionamento físico	<b>18%</b>	18%	17%	19%
Projetos sobre autocuidado	<b>13%</b>	14%	13%	11%
Projetos sobre autoconhecimento	<b>12%</b>	15%	12%	11%
Projetos para reeducação alimentar	<b>7%</b>	8%	7%	7%



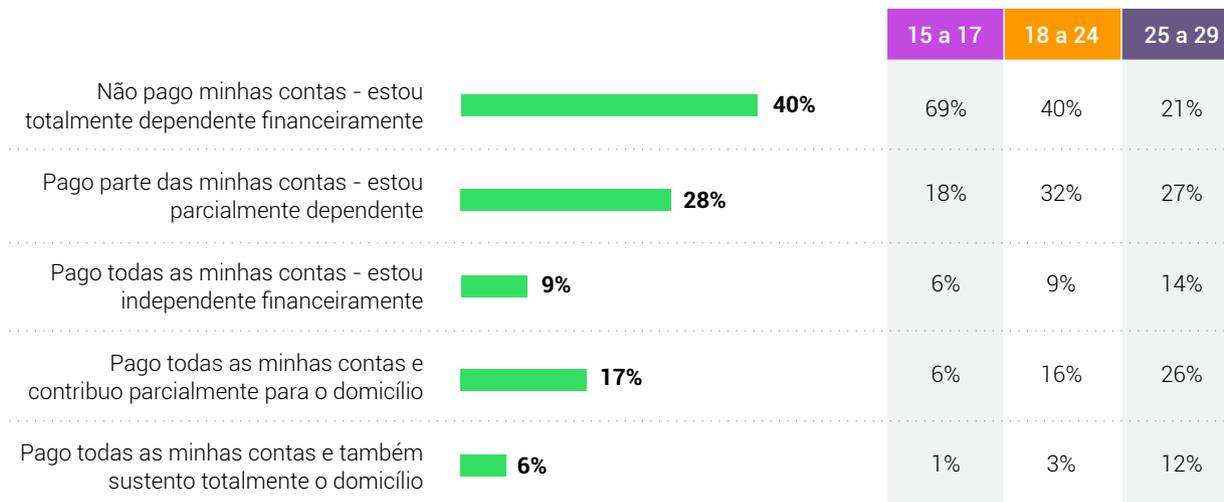
# Trabalho e renda



T1

## Atualmente, qual a sua participação na vida econômica do seu domicílio?

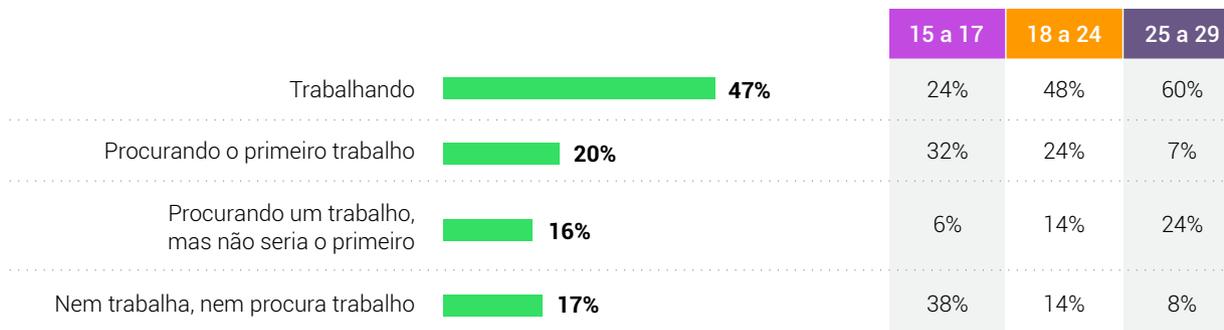
Base total de respondentes: 59.599



T2

## Atualmente você está:

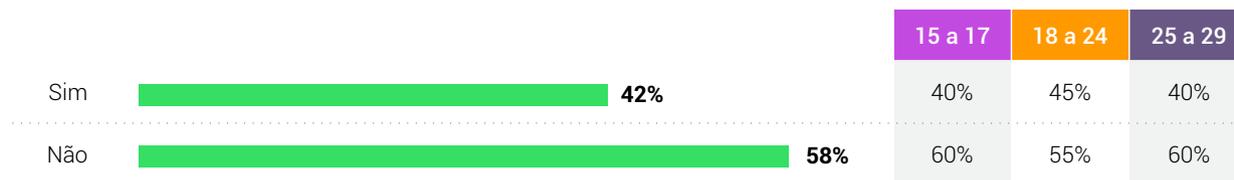
Base total de respondentes: 59.599



### T3

## Essa sua situação atual de trabalho é resultado da pandemia?

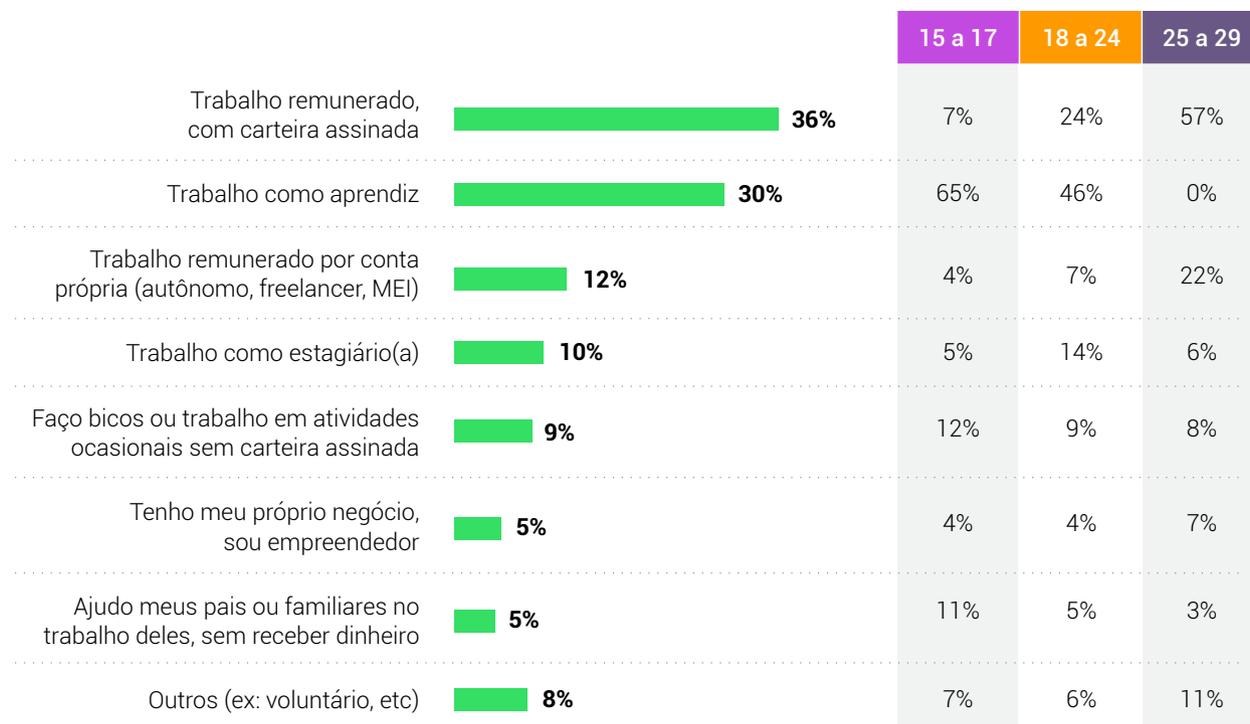
Base total de respondentes: 59.599



### TS1

## Como é esse trabalho?

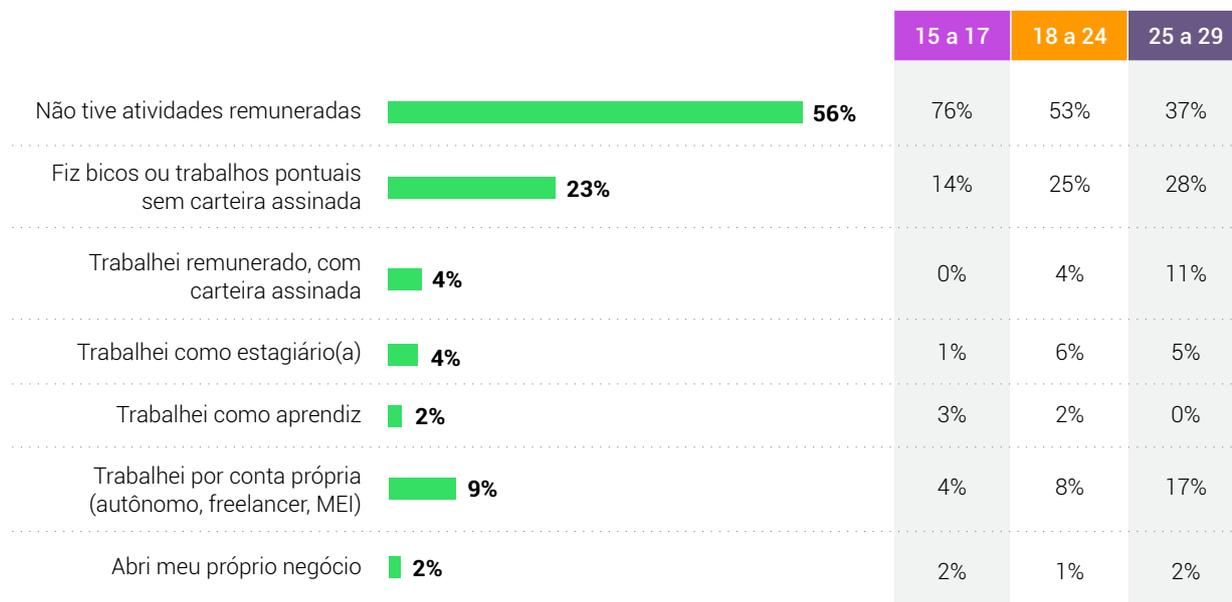
Base total de quem está trabalhando: 28.008



## TN1

Você chegou a fazer alguma atividade remunerada durante o período da pandemia?

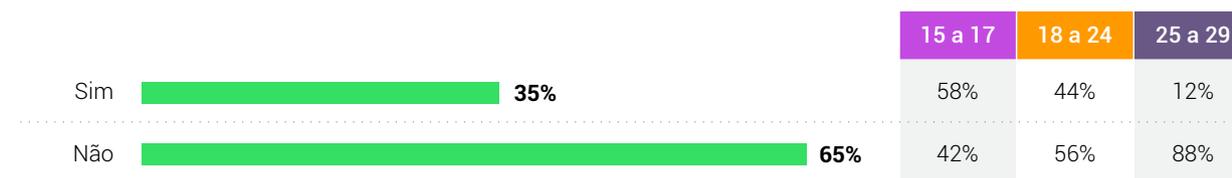
Base total de quem não está trabalhando: 31.346



## TN2

Essa foi a primeira vez que você trabalhou?

Base total de quem não está trabalhando e teve atividade remunerada: 13.785



TNN1

## Qual é o principal motivo para você não estar procurando trabalho?

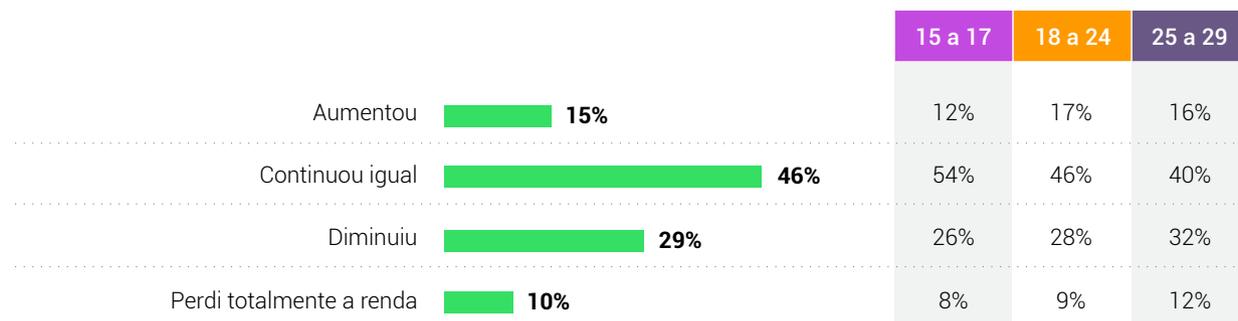
Base total de quem não está trabalhando nem procurando trabalho: 10.140

		15 a 17	18 a 24	25 a 29
Estou me dedicando aos estudos	 <b>60%</b>	63%	67%	33%
Não preciso contribuir com a renda em casa	 <b>8%</b>	11%	6%	4%
Não tenho experiência ou qualificação suficiente para as vagas que aparecem	 <b>5%</b>	5%	6%	4%
Estava muito exposta(o) por causa da pandemia	 <b>5%</b>	2%	5%	13%
Ainda não sei em que área quero trabalhar	 <b>5%</b>	7%	4%	2%
Para cuidar dos filhos	 <b>3%</b>	0%	2%	14%
O desemprego está muito alto, então nem adianta	 <b>3%</b>	2%	3%	5%
Não tive retorno de nenhuma vaga que tentei e desisti	 <b>2%</b>	1%	2%	5%
Estou em transição de carreira ou sabático	 <b>1%</b>	0%	2%	4%
Não apareceu nenhum que valia a pena e desisti	 <b>1%</b>	1%	1%	0%
Outro motivo	 <b>8%</b>	9%	5%	15%

T6

Nos últimos 6 meses, a sua renda pessoal:

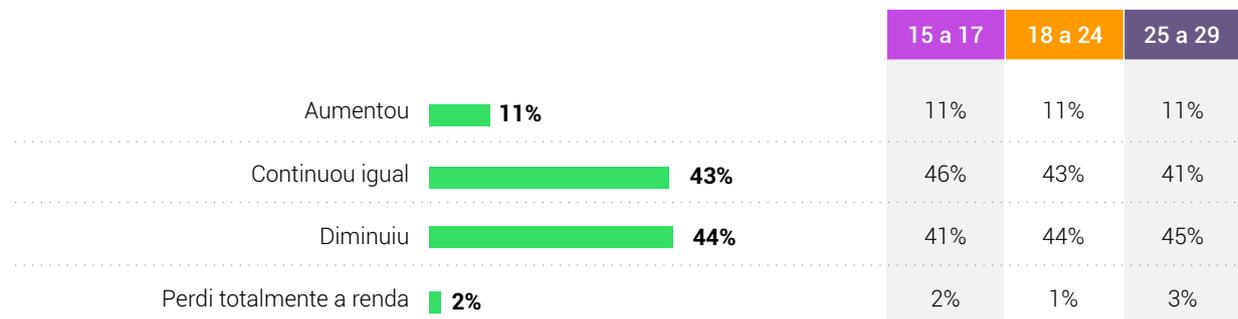
Base total de respondentes: 58.670



T7

Nos últimos 6 meses, a renda da sua família:

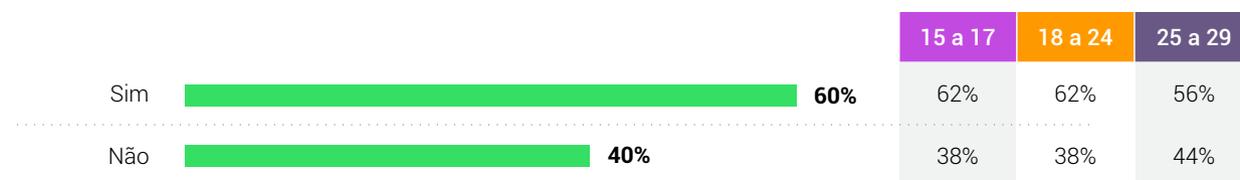
Base total de respondentes: 58.670



## T4

Você ou alguém de seu domicílio recebeu o auxílio emergencial do governo federal em 2020?

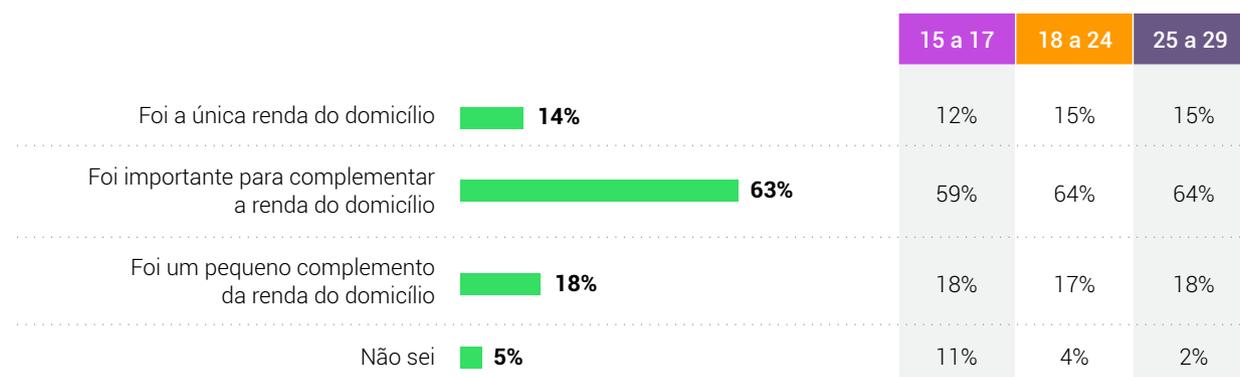
Base total de respondentes: 58.993



## T5

Qual foi o papel do auxílio emergencial em seu domicílio?

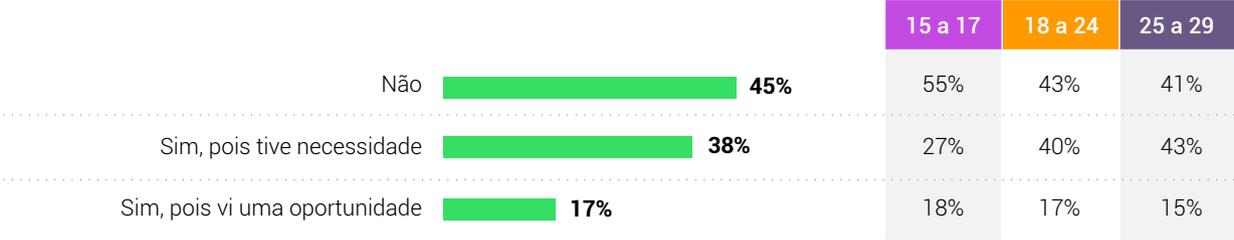
Base total de quem recebeu auxílio emergencial: 35.507



**T8**

Nos últimos 6 meses, você buscou formas para complementar a sua renda?

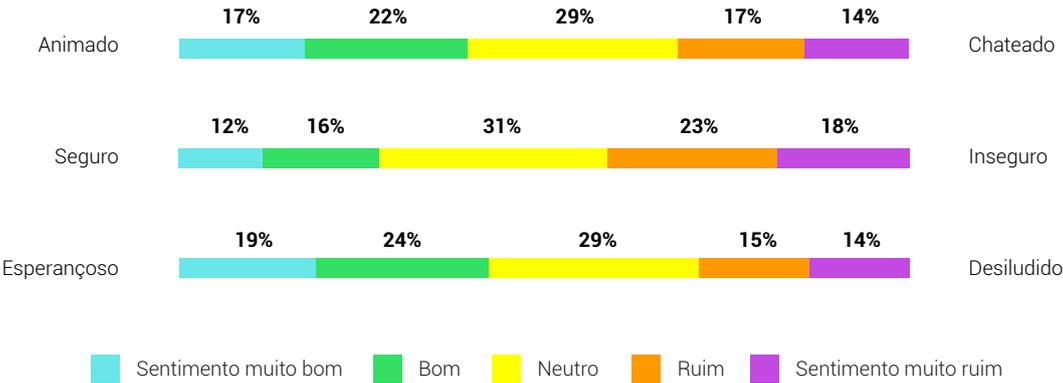
Base total de respondentes: 58.670



**T9**

Marque na barra o lugar que mostra como você tem se sentido sobre o trabalho no futuro:

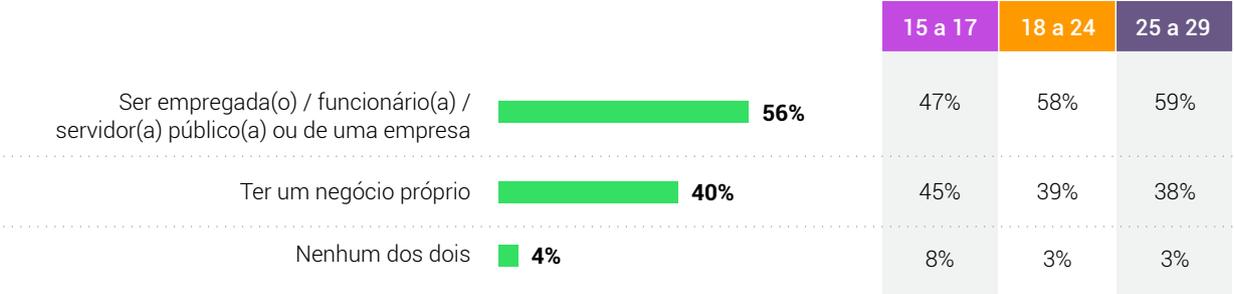
Base total de respondentes: 56.662



**T10**

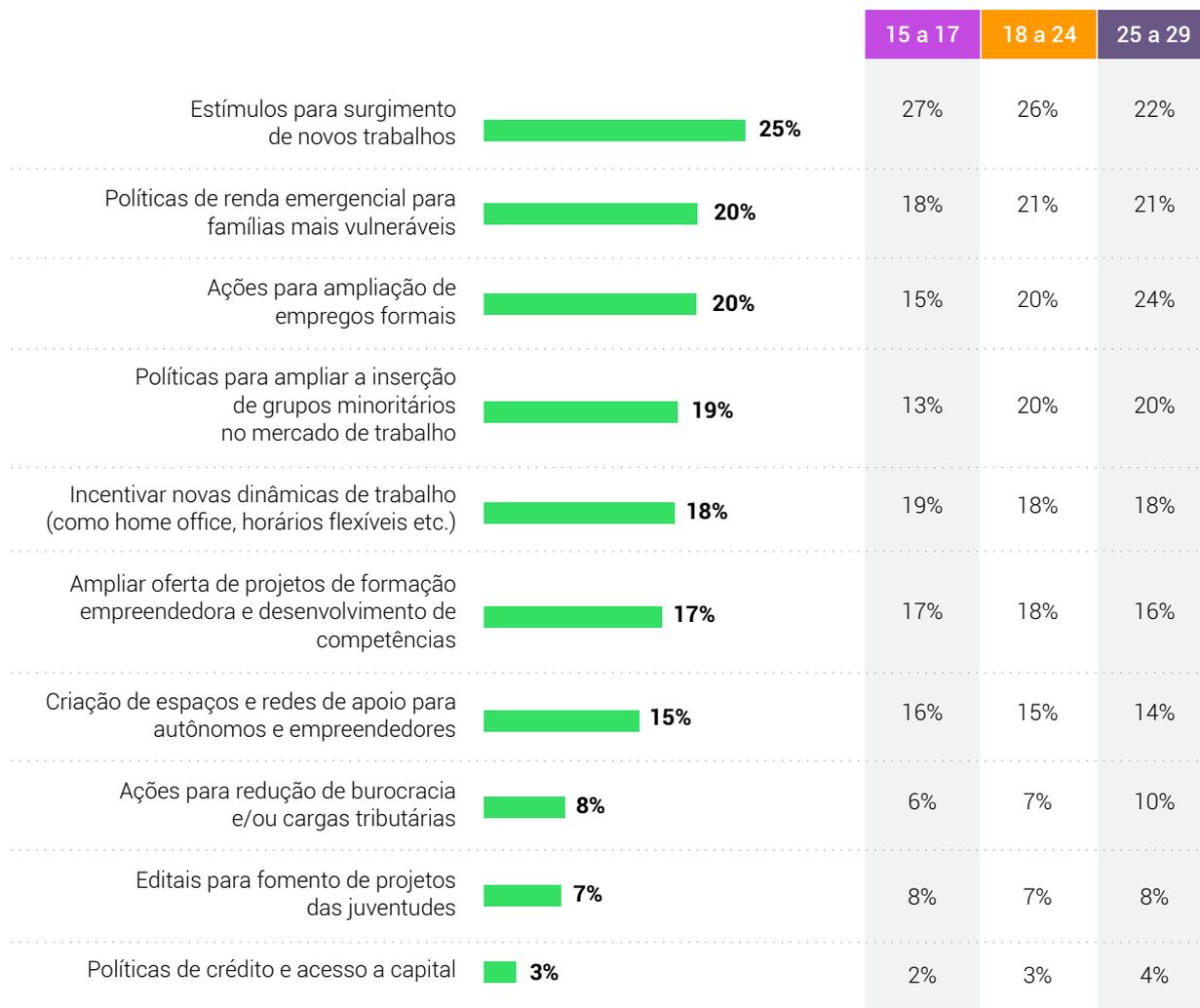
Pensando no seu futuro profissional, se pudesse escolher, você preferiria ser:

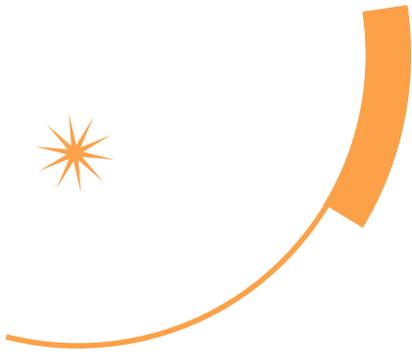
Base total de respondentes: 56.662



## Pensando em perspectivas de futuro para o mundo do trabalho, quais são as duas ações prioritárias para instituições públicas e privadas ajudarem jovens a lidar com efeitos da pandemia?

Base total de respondentes: 56.662





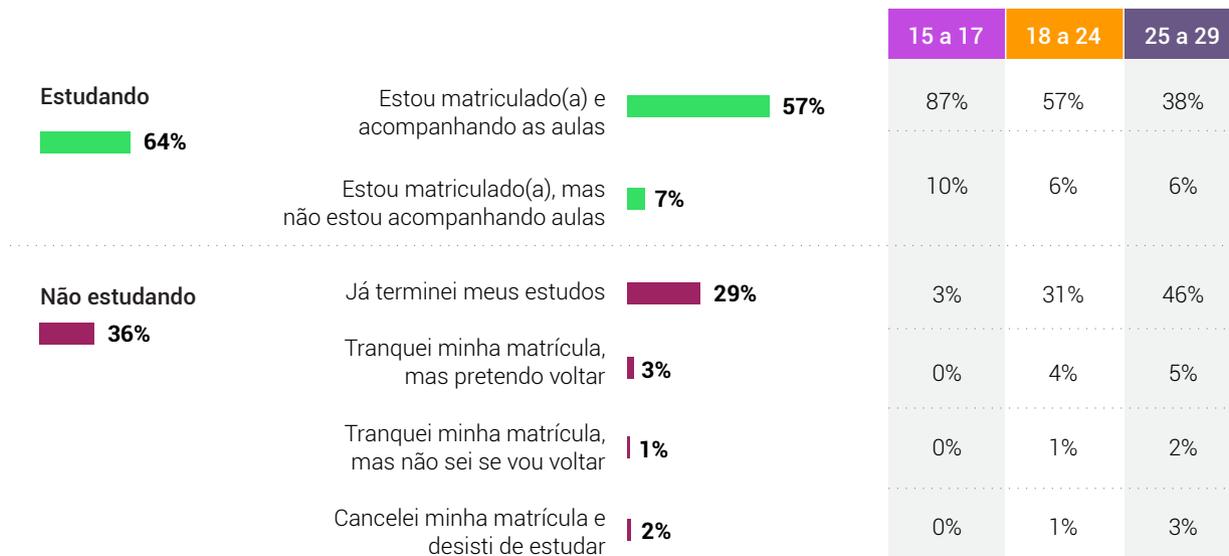
# Educação



E1

## Você está estudando atualmente?

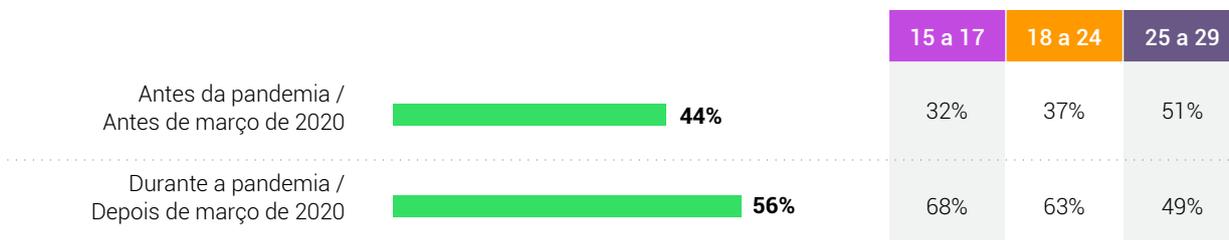
Base total de respondentes: 67.164



EN2

## Você trancou ou cancelou a matrícula:

Base total de estudantes que trancaram ou cancelaram a matrícula: 4.008



## Qual o principal motivo para você ter parado os estudos nesse momento?

Base total de estudantes que trancaram ou cancelaram a matrícula: 4.008

		15 a 17	18 a 24	25 a 29
Precisei ir ganhar dinheiro	<b>21%</b>	4%	19%	24%
Não consegui me organizar com o ensino remoto	<b>14%</b>	20%	16%	12%
Não estava aprendendo ou não gostava dos conteúdos	<b>10%</b>	18%	13%	8%
Precisei cuidar de filhos ou da gestação	<b>10%</b>	11%	8%	12%
Tive problemas saúde (ex.: depressão, covid-19, outras)	<b>10%</b>	12%	9%	10%
Não consegui conciliar estudo e trabalho	<b>9%</b>	6%	7%	11%
Não tinha recursos tecnológicos disponíveis	<b>4%</b>	2%	4%	3%
Precisei cuidar de outras pessoas da família	<b>3%</b>	2%	3%	4%
Não tinha aulas ou faltavam professores	<b>2%</b>	6%	2%	1%
Não estava me sentindo acolhido(a) / Discriminação	<b>2%</b>	1%	2%	2%
Não tinha de apoio da família	<b>1%</b>	0%	2%	1%
Já estudei o quanto queria	<b>1%</b>	3%	1%	0%
Outro motivo	<b>14%</b>	15%	15%	14%

## Em qual etapa de ensino você está atualmente?

Base total de estudantes: 39.249

		15 a 17	18 a 24	25 a 29
Ensino Fundamental Regular Anos iniciais (1º a 5º)	1%	1%	0%	0%
Ensino Fundamental Regular Anos finais (6º a 9º)	3%	6%	1%	1%
Ensino Fundamental EJA (Educação de Jovens e Adultos)	2%	2%	1%	1%
Ensino Médio Regular	38%	87%	19%	4%
Ensino Médio EJA (Educação de Jovens e Adultos)	5%	2%	5%	7%
Educação Superior Graduação presencial	27%	1%	42%	34%
Educação Superior - Graduação à distância ou semipresencial	19%	1%	28%	27%
Pós-Graduação presencial	2%	0%	1%	8%
Pós-Graduação à distância ou semipresencial	5%	0%	2%	18%

## ES2

A escola ou faculdade em que você estuda atualmente é:

Base total de estudantes: 39.249

Ensino Fundamental

■ 5%

Público  93%

Privado  7%

Ensino Médio

 42%

Público  86%

Privado  14%

Ensino Superior

 53%

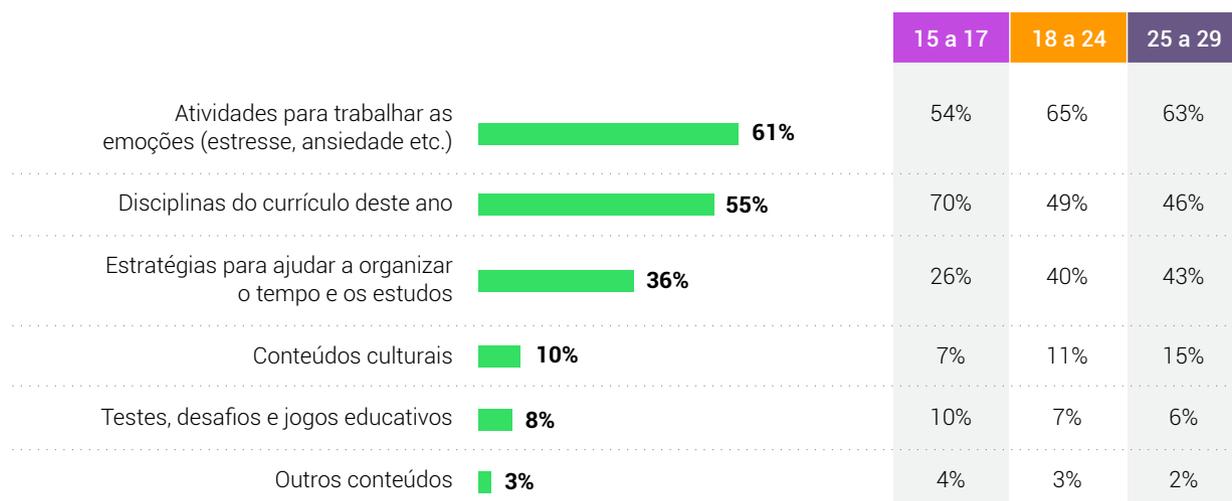
Público  43%

Privado  57%

## ES7

Pensando na volta às aulas presenciais, quais são os dois tipos de conteúdo que você acha mais importantes para a escola ou faculdade trabalharem?

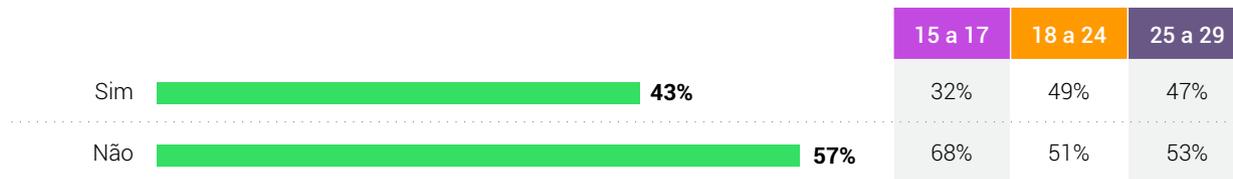
Base total de estudantes: 39.249



### ES3

Nos últimos 6 meses você chegou a pensar em parar de estudar?

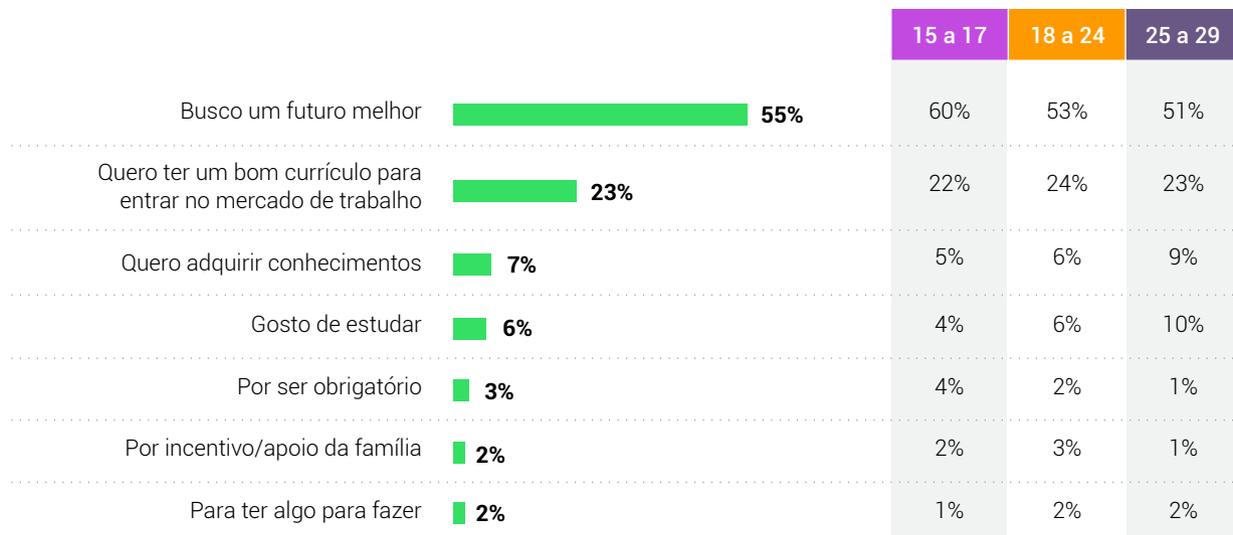
Base total de estudantes: 39.249



### ES4

Qual você acha que é o principal motivo para seguir estudando?

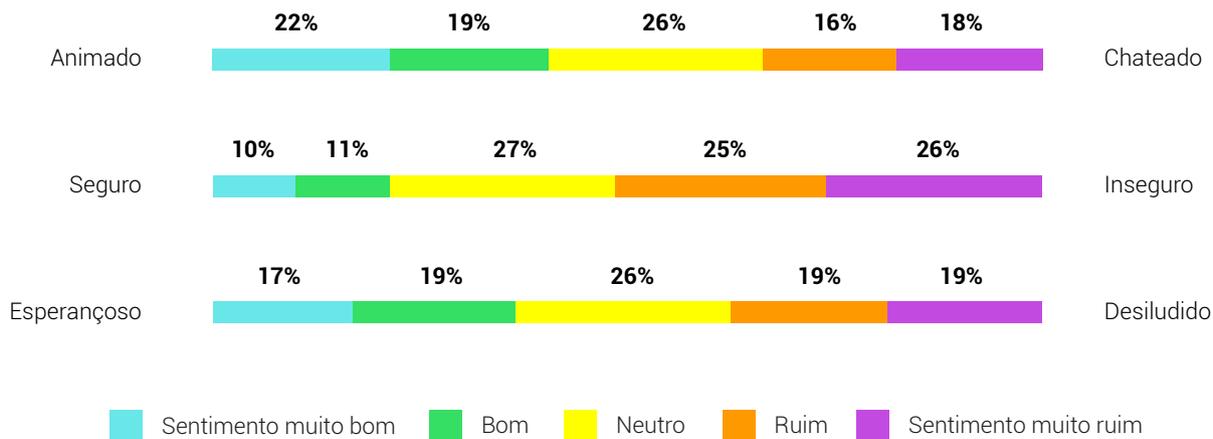
Base total de estudantes: 39.249



ES6

Marque na barra o lugar que mostra como você tem se sentido sobre a volta às aulas presenciais:

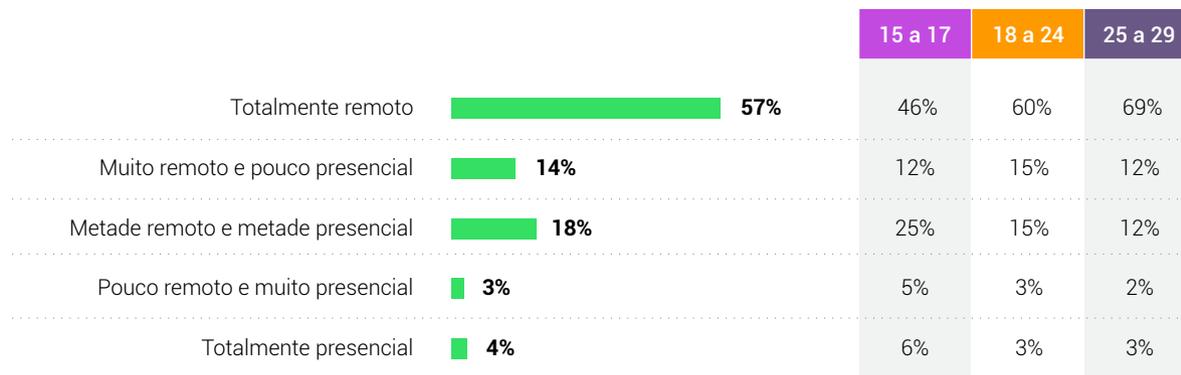
Base total de estudantes: 39.249



## ES10

Para você, qual desses modelos parece mais adequado para a escola NESSE MOMENTO DA PANDEMIA?

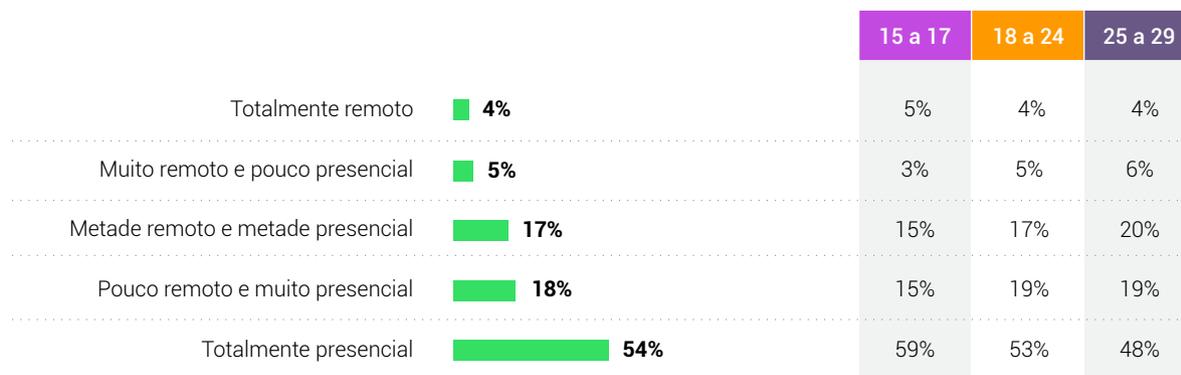
Base total de estudantes: 39.249



## ES10

E qual desses modelos você acha mais adequado para a escola QUANDO ACABAR A PANDEMIA?

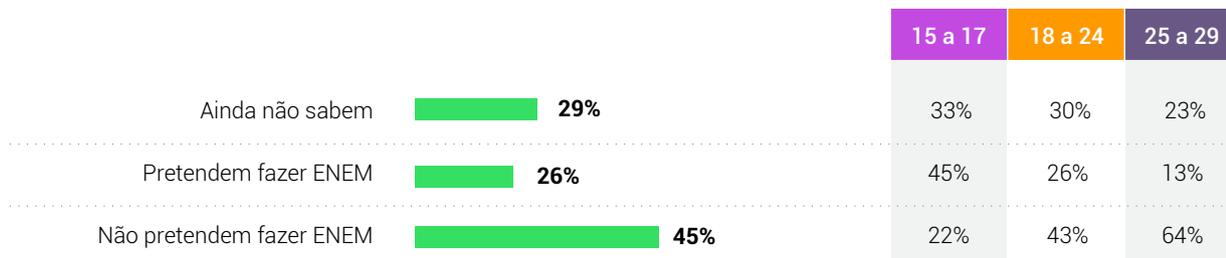
Base total de estudantes: 39.249



## E4A

Você pretende fazer a próxima edição do ENEM, prevista para novembro de 2021?

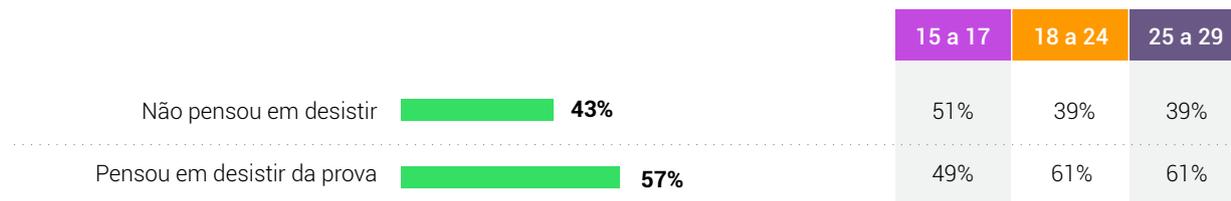
Base total de respondentes: 60621

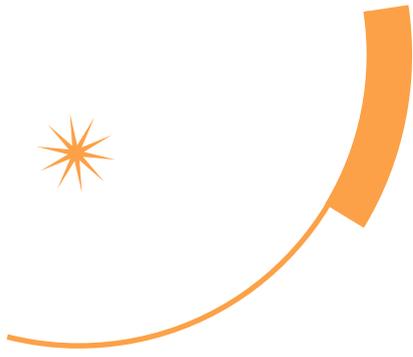


## E4D

Você já pensou em desistir de fazer a próxima edição do ENEM?

Base de quem vai fazer ENEM (sim ou talvez): 33.086





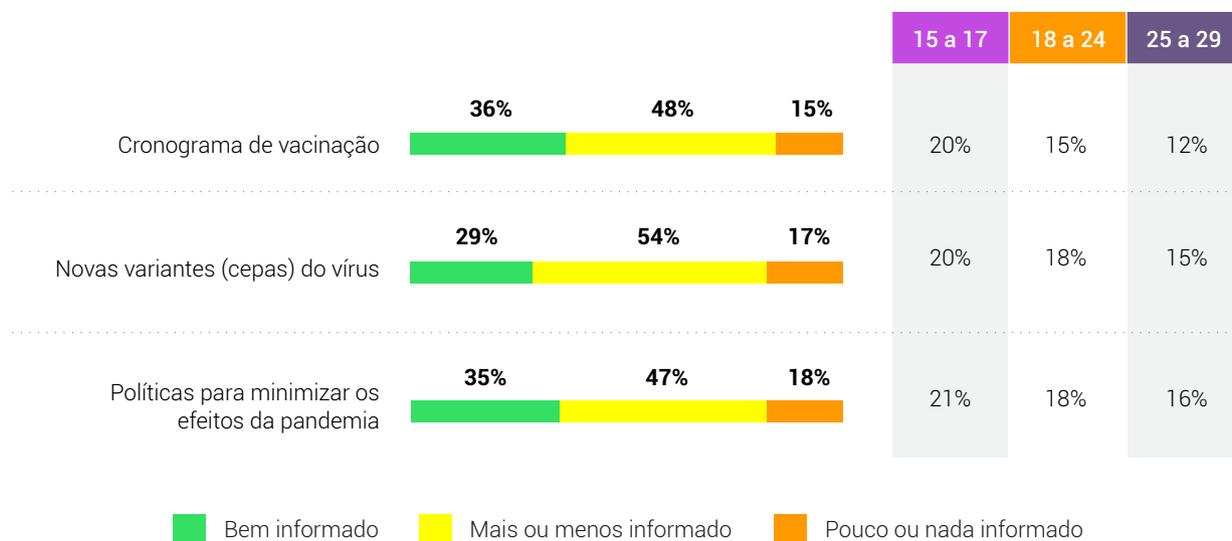
# Vida pública



VP3

Pensando no contexto que estamos vivendo agora da pandemia, quanto você sente que está informado(a) sobre:

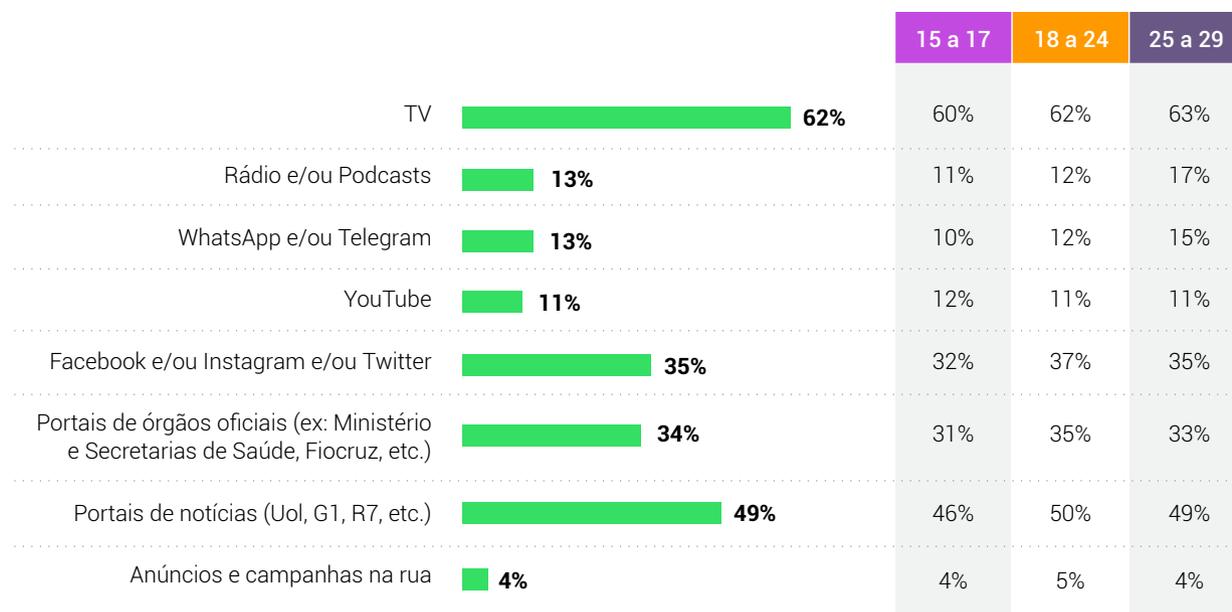
Base total de respondentes: 68.114



VP4a

Quais desses são os três canais que você considera que mais contribuíram para informar a população em geral sobre a pandemia, desde março de 2020?

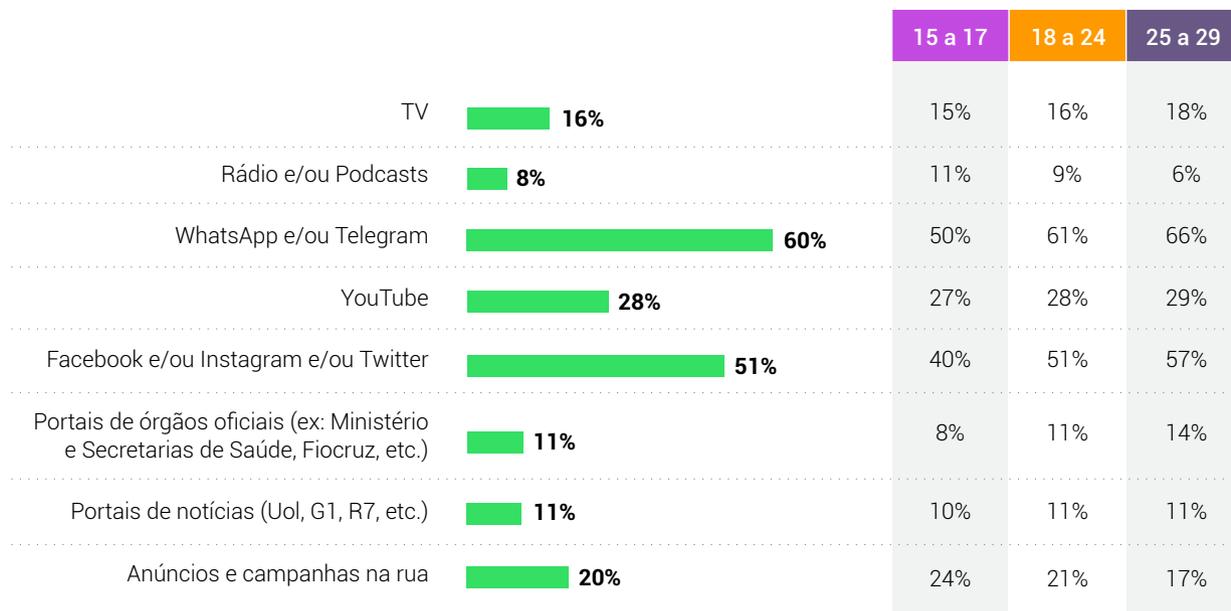
Base total de respondentes: 68.114



## VP4b

Quais desses são os três canais que você considera que mais promoveram a desinformação sobre a pandemia, desde março de 2020?

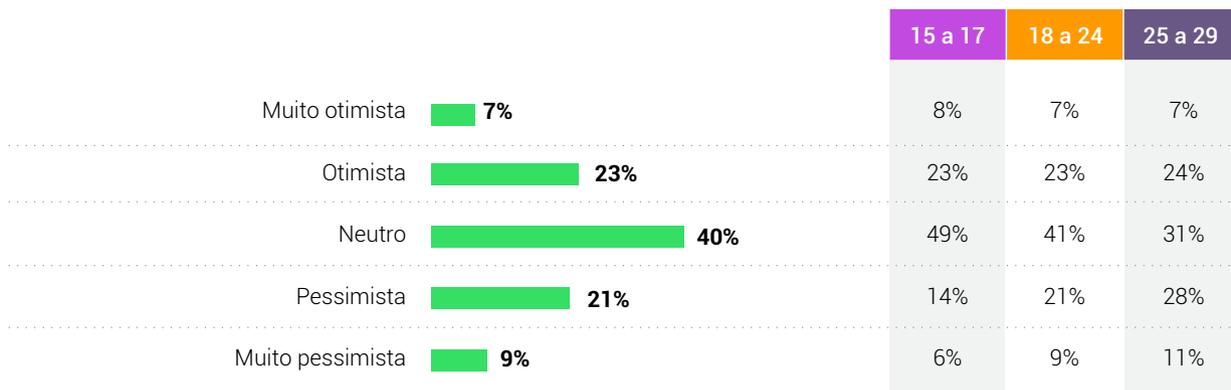
Base total de respondentes: 68.114



## VP6

Pensando no contexto que estamos vivendo agora da pandemia, quanto você sente que está informado(a) sobre:

Base total de respondentes: 58.463



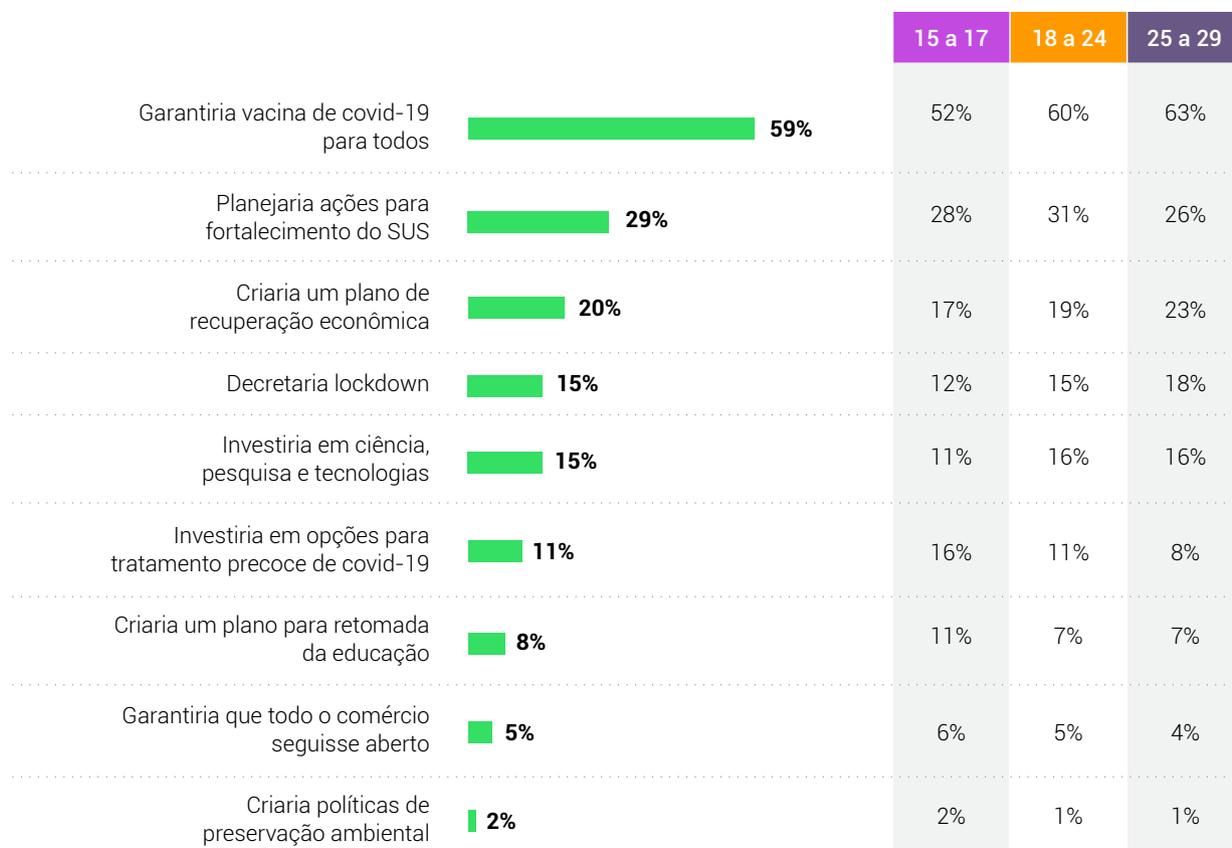
## Quais são as suas três principais preocupações durante a pandemia?

Base total de respondentes: 68.114

		15 a 17	18 a 24	25 a 29
Perder algum familiar ou amigos	 <b>61%</b>	56%	62%	63%
Passar por dificuldade financeira	 <b>27%</b>	20%	28%	30%
Ser infectado pela covid-19	 <b>24%</b>	22%	24%	26%
Perder a vida	 <b>24%</b>	19%	23%	28%
Ter outras pandemias ou esta não acabar tão cedo	 <b>24%</b>	26%	25%	22%
Infectar outras pessoas	 <b>23%</b>	18%	24%	25%
Não ter vacina para todo mundo	 <b>23%</b>	21%	24%	23%
Agravar/desenvolver problema de saúde física ou emocional	 <b>18%</b>	19%	18%	16%
Ter os estudos interrompidos ou de pior qualidade	 <b>14%</b>	29%	14%	4%
Não conseguir estar com familiares ou amigos	 <b>7%</b>	9%	7%	6%
A vacina fazer mal para as pessoas	 <b>5%</b>	7%	5%	4%
Garantir a saúde física e emocional de meus filhos	 <b>4%</b>	1%	2%	7%
Outra	 <b>1%</b>	2%	1%	2%

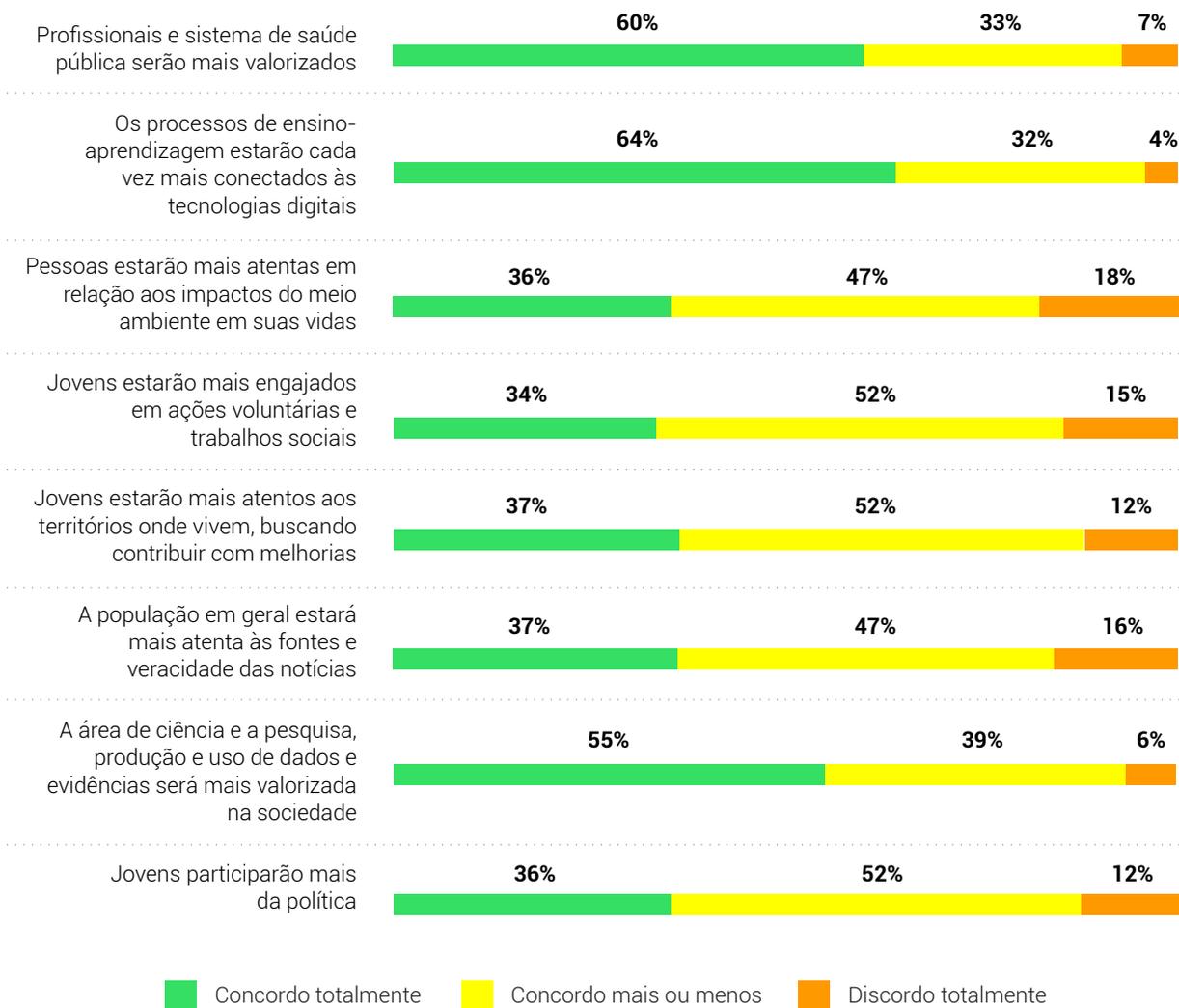
## Se você fosse governante em nosso país, quais seriam as suas duas prioridades nesse momento da pandemia?

Base total de respondentes: 68.114



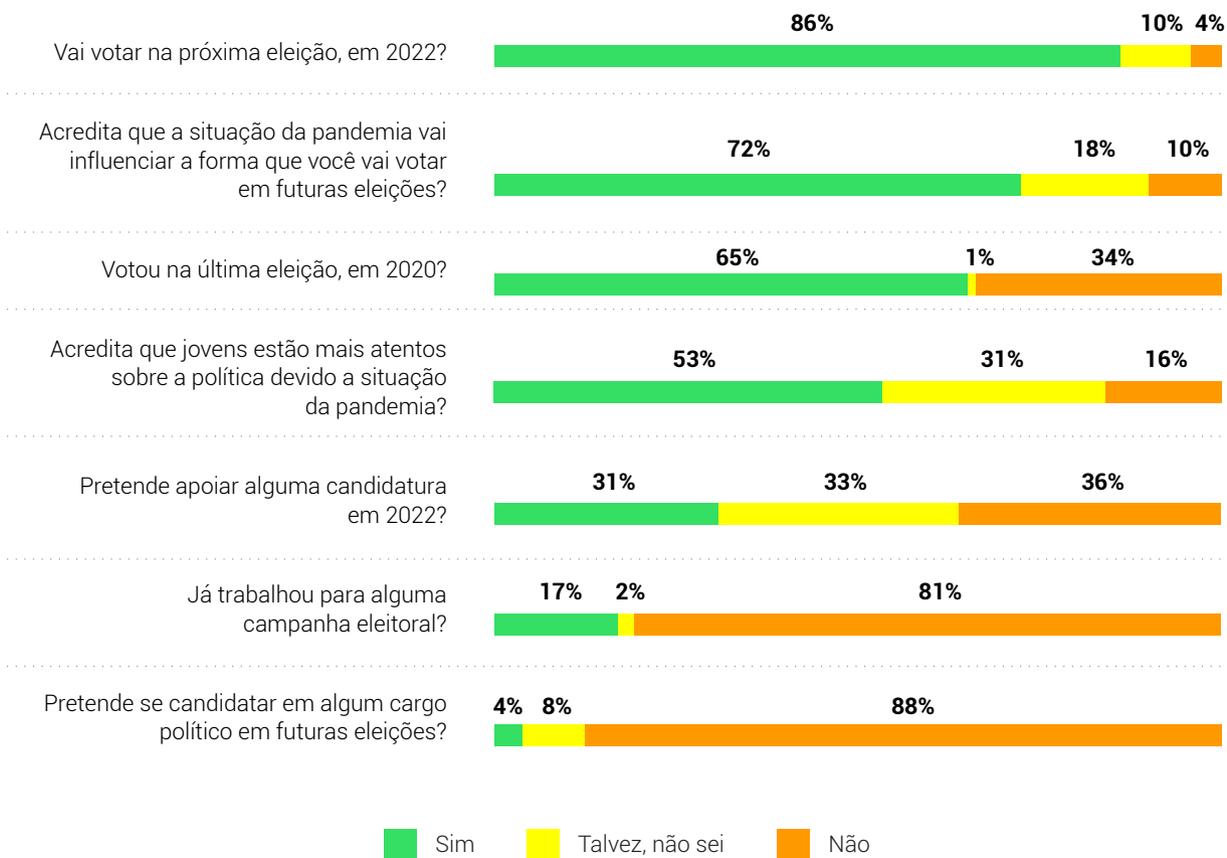
A seguir há uma lista com algumas oportunidades que podem surgir por conta da pandemia. Diga o quanto você concorda com cada uma delas.

Base total de respondentes: 58.463



## Sobre a vida política, você:

Base total de respondentes: 58.463



## **Expediente**

Copyright 2022 Coordenação de Cooperação Social,  
Presidência da Fiocruz. Todos os direitos reservados à  
Fiocruz e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa  
anuência da instituição.

### **Ministro da Saúde**

*Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes*

### **Presidente da Fiocruz**

*Nísia Verônica Trindade Lima*

### **Coordenação de Cooperação Social**

*José Leonídio Madureira de Sousa Santos*

### **Coordenação da Agenda Jovem Fiocruz**

*André Luiz da Silva Sobrinho*

*Luciane Cristina Ferrareto*

### **Concepção**

*Agenda Jovem Fiocruz*

### **Organizadores**

*André Luiz da Silva Sobrinho*

*Helena Wendel Abramo*

*Marisa de Castro Villi*

### **Revisão de textos**

*Márcia Larangeira Jácome*

### **Revisão do Apêndice**

*Marisa de Castro Villi*

### **Diagramação e produção gráfica**

*Damião Santana ([www.corisco.net](http://www.corisco.net))*

*Documento produzido em setembro de 2022*

AGENDA  
**JOVEM**  
FIOCRUZ



PARCEIROS



ORGANIZAÇÃO



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz  
Coordenação de Cooperação Social



Ministério da  
Saúde